CENTRO UNIVERSITÁRIO DO BRASIL - UNIBRASIL

PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA

ANDRÉA ARRUDA VAZ

A LIBERDADE SINDICAL NO ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO. LIBERDADE OBJETIVA E SUBJETIVA NO CONTEXTO DA AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

CURITIBA

2023

ANDRÉA ARRUDA VAZ

A LIBERDADE SINDICAL NO ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO. LIBERDADE OBJETIVA E SUBJETIVA NO CONTEXTO DA AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

Tese apresentada como requisito parcial à aprovação no Programa de Doutorado em Direitos Fundamentais e Democracia, no Centro Universitário do Brasil - UniBrasil.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Augusto Maliska

CURITIBA

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (UniBrasil), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vaz, Andréa Arruda
A liberdade sindical no **est**ado constitucional cooperativo. Liberdade objetiva e subjetiva no contexto da anatomia das organizações sindicais. / Andréa Arruda Vaz. -- Curitiba, 2023.
364 f.

Orientador: Marcos Augusto Maliska
Tese (Doutorado) – UniBrasil, 2023.

1. Direito Constitucional. 2.Liberdade Sindical. 3. Direito Sindical. I. Maliska, Marcos Augusto, orient. II. Título.

Jurisdição Democracia

PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

Nupeconst

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO

Aos 29 dias do mês de agosto de 2023, às 14h, formato híbrido, sala 03, PPGD, Campus UniBrasil Curitiba e via Plataforma Teams, foi realizada Defesa Pública de Tese da Doutoranda **ANDRÉA ARRUDA VAZ**, no Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil, Área de Concentração Direitos Fundamentais e Democracia, Linha de Pesquisa: Constituição e Condições Materiais da Democracia, com o trabalho intitulado: "***A LIBERDADE SINDICAL NO ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO. LIBERDADE OBJETIVA E SUBJETIVA NO CONTEXTO DA AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS***" orientado pelo PROFESSOR DR. MARCOS AUGUSTO MALISKA. A Banca Examinadora foi constituída pelos PROFESSORES DOUTORES: MARCOS AUGUSTO MALISKA (PRESIDENTE), LUIZ EDUARDO GUNTHER, FLÁVIO ROBERTO BATISTA, MARINA MICHEL DE MACEDO MARTYNYCHEN E RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS (MEMBROS).

Resultado final atribuído ao candidato (Art. 105 – Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Direito do UniBrasil):

( ) Reprovada
( ) Aprovada
(X) Aprovada com láurea

Aprovação com exigências (Art. 105 – Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Direito do UniBrasil):

Eu, PROF. DR. MARCOS AUGUSTO MALISKA, Presidente da Banca e Orientador do Projeto, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

PROF. DR. MARCOS AUGUSTO MALISKA
(PRESIDENTE - PPGD UNIBRASIL)

PROF. DR. LUIZ EDUARDO GUNTHER
(MEMBRO - PPGD UNICURITIBA)

PROF. DR. FLÁVIO ROBERTO BATISTA
(MEMBRO - PPGD USP)

PROFA. DRA. RITA DE CÁSSIA CORRÊA DE VASCONCELOS
(MEMBRO- PPGD UNIBRASIL)

PROFA. DRA. MARINA MICHEL DE MACEDO MARTYNYCHEN
(MEMBRO- PPGD UNIBRASIL)

A liberdade é sempre liberdade de escolher; nunca de não escolher. NUNES, 1996, p. 109.

Aos grandes, verdadeiros e eternos heróis da minha história, meu pai Jair Marins Vaz e minha mãe Alaíde Lemes de Arruda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu criador, meu Deus que me sustenta em todas as batalhas! A ti toda honra e glória, a ti toda gratidão, por tudo o que já fez e faz por mim diariamente!!! Obrigada meu Deus, por ser a minha base, a minha estrutura, a minha força! Obrigada por me amar tanto e me proporcionar tanto! Jesus Cristo, ontem, hoje e sempre, gratidão! Agradeço imensamente a mim, pela força, pelo foco, pela luta e por ter, mesmo sem forças, superado tantos obstáculos durante estes quatro anos. Foram tantas batalhas, sofrimentos, humilhações, dores, críticas, rejeições, mas eu venci! Obrigada a mim mesma (e que não soe narcisista ou egocentrista) por não ter desistido de lutar para conquistar o tão sonhado título de Doutora em Direito. Obrigada Andréa, por compreender que as críticas, os ataques, as humilhações contra ti desferidas dizem exatamente tudo sobre quem as defere, jamais contra você! Obrigada Andréa, por um dia ter dito para você mesmo, que o veneno de quem lhe atacava não seria forte o suficiente para lhe fazer desistir, mas ao contrário, deveria ser tomado exatamente por quem lhe destilou e assim o universo me fez forte o suficiente para chegar até aqui! Valeu garota, por acreditar sempre que você seria capaz, inclusive de romper as barreiras da pobreza, da segregação, do preconceito e de tudo o que um dia lhe marginalizava!! Você venceu e como você sempre diz para sua mãe, “sua filha vai chegar ao topo do conhecimento”!

Este tortuoso, difícil, longo caminho do doutorado (obviamente que houveram momentos sim, poucos, mas muito felizes) só foi possível pela paciência, sensibilidade, cuidado, inteligência, profissionalismo e maestria do meu amado e admirado orientador! Obrigada Professor Dr. Marcos Augusto Maliska por me amparar, me ensinar, me direcionar com tanta maestria durante o curso de doutorado. Quando as vias de desistir do curso, doente, desestabilizada e sem condições físicas, emocionais e mentais para prosseguir, o Sr. me aconselhou, me ouviu e me deu tempo suficiente para que eu me recuperasse! Enquanto muitos me jogavam pedras e me julgavam, o Senhor me acolheu, entendeu e amparou!! Esta é a grande essência e diferença dos grandes mestres! E hoje eu entendo perfeitamente a sua maestria e grandiosidade. Deus e o universo me foram muito bons, sabiam que eu precisava de um gigante ao longo da caminhada e me destinaram o Sr. como meu orientador. Sorte maior não haveria! Técnico,

extremamente humano, exigente, germânico com prazos e procedimentos, o Sr. é o grande responsável pelo acontecimento da minha pesquisa e conclusão deste curso de doutorado. Obrigada Professor Marcos Augusto Maliska, por me inspirar, me amparar, me orientar e dividir comigo seus valiosos conhecimentos! A própria banca de qualificação nos mostrou o quão grande e verdadeiro mestre o Senhor foi, é e continuará sendo! Ouvir tudo o que ouvi naquela banca foi o que me deu força para prosseguir e finalizar esta pesquisa! Palavras não são suficientes para expressar minha gratidão ao Senhor!

Aos meus Professores, durante o curso de Doutorado, minha gratidão por todo o ensinamento, por todo conhecimento, em especial ao querido e admirado Professor Dr. Marco Antonio Lima Berberi, Professor Dr. Otávio Campos Fischer, Professor Dr. Willian Soares Pugliese, Professora Dra. Rosalice Fidalgo, minha eterna professora de metodologia, obrigada por toda ajuda, tanto no mestrado quanto no doutorado e ao nosso coordenador de curso Professor Dr. Bruno Meneses Lorenzetto pela condução com maestria. Agradeço imensamente aos Professores Dr. Luiz Eduardo Gunther, Dr. Flávio Roberto Batista, Dr. Marco Antonio Lima Berberi e Dr. William Soares Pugliese, pelo cuidado, pela dedicação dos seus preciosos tempos para a avaliação de qualificação da minha tese. Tudo, exatamente tudo o que foi dito acalentou meu coração e me deu forças para prosseguir na pesquisa. Serei eternamente grata pelo cuidado, pela técnica, e principalmente, pela generosidade de dispor do que se tem de mais sagrado, qual seja, seu tempo, para avaliar a minha humilde pesquisa. Gratidão e que Deus lhes recompense com toda a sua abundância em todos os aspectos da vida!

Agradeço imensamente ao Centro Universitário do Brasil UniBrasil, que foi e sempre será a minha casa acadêmica. A temática, a aderência da pesquisa e a seriedade da instituição sempre me encantaram. Agradeço ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pois foi o custeio público que me proporcionou a possibilidade de estudar integralmente o meu curso de doutorado na condição de taxista do programa. O fomento estatal foi fundamental para que eu pudesse iniciar, prosseguir e principalmente concluir este doutorado, o qual quero buscar sempre verter frutos para a minha Nação.

Gratidão aos meus pais, Jair Marins Vaz e Alaíde Lemes de Arruda, por toda educação, cuidado e amor que me forneceram e fornecem durante toda a minha

jornada de vida, mas principalmente na minha infância. Minha mãe é minha fiel escudeira de orações e súplicas aos céus para que tudo dê sempre certo! Gratidão ao meu amado irmão Erasmo, que com toda a sua ajuda e parceria aliviou meus fardos pessoais e profissionais em muitos momentos da minha jornada rumo ao doutoramento. A minha gratidão a minha avó paterna Alfredina Fernandes Vaz, por toda a ancestralidade, sensibilidade e espiritualidade indígena, por todos os ensinamentos e cuidados! Os melhores dias da minha infância eu vivi com ela e meu avô paterno, Francisco Marins dos Santos (*in memoriam*). Gratidão por toda a doçura da casa dos avós! Gratidão aos meus avós maternos Madalena Lemes de Arruda ((*in memoriam*), o maior exemplo de amor ao próximo e fé que eu poderia ter no planeta e ao meu avô Acir Alves de Arruda (*in memoriam*), por todos os ensinamentos, inclusive o cuidado com a gestão financeira e a sagacidade nos negócios. O Modo Acir Alves de Arruda de organizar a vida é excepcional!

Agradeço, imensamente ao meu amado namorado Raphael Margraf Gomes, por ter aceitado ingressar na minha vida em um momento tão conturbado, complicado e sofrido, qual seja, o período de elaboração da tese de doutorado. Raphael, você me ressignificou o amor, tornou meus dias infinitamente mais leves, felizes e coloridos! Você é a concretização da frase, “um amor que cura”!!! Tenho a plena certeza que Deus ao colocar você em minha vida caprichou e resolveu me fortalecer com algo que sempre sonhei, o amor recíproco, forte e sincero! Agradeço a pequena Rafaela, cuja doçura da infância me ajudam a ver a vida mais leve, olhar para você Rafinha, me faz pensar na responsabilidade para com a infância do nosso país, por dias melhores, com amor, cuidado e segurança! Obrigada por me permitirem entrar em suas vidas!!

A Minha equipe do Escritório, me faltam palavras para agradecer! Obrigada Emanuelle Liliane Azevedo de Oliveira, meu coração, minhas pernas, meu tronco e sustentação no escritório, Luiz Vinícius Colpani, Lineu Ayres Guimarães Júnior, Aurora Pereira da Silva, Angieli Bonifácio dos Santos, Elen Arruda Marins, Franciele Ocraska e Maria Isabel da Silva. Eu não tenho palavras para agradecer a cada um de vocês, por todo o empenho, por todo o cuidado, paciência e principalmente, por me mostrarem que eu sou substituível no escritório. Sim, e isso jamais me assusta, ao contrário, me orgulha da equipe que eu possuo, sou muito grata a Deus por isso. Obrigada por me propiciarem um afastamento de quase um ano do escritório, para

escrever a minha tese. Tal, foi elementar para a construção da pesquisa. Que Deus os retribua em dobro, por tudo!!

Gratidão imensas a minha parceira acadêmica de longa data Tais Martins, amiga, fiel escudeira, luz dos meus dias, aquela que evitou muito sofrimento meu durante o doutorado! Obrigada por segurar a minha onda por estes quase quatro anos!! Obrigada por sua amizade, por seu amor, respeito e carinho! Me faltam palavras para agradecer tudo o que fez por mim nesta caminhada! E principalmente, na longa caminhada da inspiração, quando nos bancos da graduação, nossas vidas se cruzaram e não foi por acaso! Obrigada por ser meu amparo, principalmente nas horas difíceis e que possamos seguir assim, até o final dos nossos dias, em uma parceria e amizade sem precedentes! Silmara Aparecida de Lima, amiga querida que a vida e a ciência me deram, muito obrigada por todo apoio, presença e cuidado comigo!! Como é bom ter pessoas tão especiais ao nosso lado nestes momentos.

Agradeço imensamente aos meus queridos amigos e amigas Mário Roberto Werka, Dinamara Werka e família, amigos que a faculdade me deu para uma vida toda!! Que dádiva a amizade de vocês!! Os levo no coração para todo sempre! Agradeço ainda aos meus também amigos e amigas de vida, Ana Renata Machado Bueno e André Luiz Penteado (papais Mariana e do Pedro), por todo carinho e cuidado comigo! Obrigada por toda confiança, por toda a amizade, eu nem mereço tanto! Karla Kariny Knihs, minha querida amiga, que Deus o continue abençoando e cuidando, você é uma benção em minha vida! Obrigada por todo carinho, cuidado e confiança comigo! Sandra Mara de Oliveira Dias, Paulo Tarso, Aline Montenegro, Marcelo Rodrigues, amigos queridos que vida me presenteou, obrigada por tudo e me perdoem a minha ausência! Gratidão ao meu querido amigo Osnir Mayer, meu exemplo de advocacia, de ética e atuação. Na pessoa de vocês eu agradeço a todos os meus amigos e amigas!

Gratidão ao meu querido Professor Dr. Eduardo Biacchi Gomes, meu eterno orientador no mestrado, pessoa, professor e profissional que eu tanto admiro!! Eu tirei sorte grande, pois meus orientadores sempre foram maravilhosos! O Sr. Me inspirou, me inspira e me inspirará sempre!

Agradeço imensamente a minha terapeuta Fabiane Kowalski Garcia, por me ajudar a superar o bloqueio endêmico de escrita, cujo enfrentamento foi um processo, no qual precisei enfrentar muitas realidades, compreender quem eu sou,

minhas potencialidades, meus medos e reativar minha motivação para a escrita. Gratidão!

Maria Luiza Castelã Ribeiro, nossa maravilhosa, dedicada, esforçada, trabalhadora, e muito, mas muito paciente Secretária, Suporte Acadêmico e Administrativo e já amiga do PPGD. Malu, obrigada por todo cuidado, carinho e paciência, me faltam palavras para te agradecer! Você não tem ideia do quanto você nos ajuda, ampara e fornece segurança!

Aos meus colegas de turma, obrigada por toda a convivência e por tudo o que vivemos juntos naquele tão terrível período de pandemia.

A Dra. Claudiana Fila Bolner, atual Presidente da OAB Subseção Araucária, por todo carinho, cuidado e compreensão comigo! Lhe admiro imensamente e é sempre uma honra trabalhar contigo! Uma mulher tão doce, forte, inteligente e admirável! Mulher daquelas que edifica outras mulheres!! Por mais mulheres assim! Agradeço ao meu querido amigo Dr. André Carneiro de Azevedo, ex presidente da OAB subseção Araucária, por me proporcionar trabalhar pela advocacia, por todo incentivo, respeito e carinho! Tenho em ti um grande líder, sua humildade, seu caráter, seu respeito, sua grandiosidade humana me serão sempre referências!

Gratidão também ao meu canino maluco, mais conhecido como Lua. Esta, apesar de seu espirito de destruição, de loucura e insanidades, ainda assim, permaneceu por longos dias aos meus pés (no inverno tomando meu aquecedor), me acalmando, cuidando e da sua forma, me amando! Lua é muito distinta das duas caninas antecessoras (Mel e Bia, *in memoriam*), que tanto me amaram, mas seu jeito próprio de amar, dadas as circunstâncias da sua vida, me ajudam e muito! Lua me ensina que o amor se apresenta de distintas formas, inclusive de destruição da casa, por vezes! Afinal, aos animais é dada a graça de um amor puro e exclusivo, que, tomara um dia o ser humano seja capaz de amar!

Obrigada a todos que de alguma forma, direta e indiretamente me ajudaram na construção desta pesquisa! Gratidão a todos, a tudo, ao universo e a ciência!

RESUMO

A pesquisa aborda o quadro normativo constitucional a respeito da liberdade sindical no Brasil e o sistema de sindicato único por categoria, previsto no artigo 8º., inciso, II da Constituição de 1988. A abordagem se volta a análise da unicidade sindical a partir da identificação do Brasil como um Estado Constitucional Cooperativo e os elementos que o formam. A unicidade sindical no Brasil, contida no texto constitucional está em dissonância aos princípios estruturais da Constituição de 1988, quais sejam, pluralismo, democracia, solidariedade e liberdade, esta como o principal corolário estrutural do Estado Democrático de Direito. A análise da unicidade sindical no Brasil a partir da não ratificação da Convenção nº. 87 da OIT, frente a Declaração de Direitos e Garantias Fundamentais, assim como a necessidade de realização Cooperativa dos Direitos Fundamentais. Para situar a liberdade sindical como um espaço de autonomia coletiva, o estudo perpassa pela liberdade dos antigos, uma liberdade republicana a liberdade dos modernos, uma liberdade liberal. A percepção e demonstração de um espaço de autonomia sindical objetiva e também de liberdade sindical subjetiva sindical, cuja concretização do Estado Constitucional Cooperativo acontece justamente dentro deste espaço. Este espaço de autonomia sindical objetiva e subjetiva é abordado em seu corolário geral, assim como para os servidores públicos e especialmente o espaço de não-liberdade dos integrantes das Forças Armadas, bem como carreiras policiais, que ainda que permitida a sindicalização, por força do tema 541 do STF, preteridos do exercício da greve. O espaço de autonomia sindical aqui explorado busca analisar a problemática da unicidade, assim como do custeio, organização e estruturação sindical. A superação da unicidade sindical é a medida necessária como forma de concretização e expressão do próprio Estado Constitucional Cooperativo, vez que esta demanda atitudes do Estado, pois o espaço de autonomia sindical é intrínseco a própria estrutura do Estado Constitucional Cooperativo.

Palavras-chave: Unicidade sindical; pluralismo; Estado Constitucional Cooperativo; autonomia; liberdade objetiva e subjetiva.

ABSTRACT

This research deals with the constitutional normative framework of Trade Union freedom in Brazil and the single Union system per category, provided for in article 8, item II of the 1988 Brazilian Constitution. The approach focus on the analysis of Trade Union Uniqueness once Brazil can be identified as a Cooperative Constitutional State and the elements that form it. The Trade Union Uniqueness in Brazil, contained in the constitutional text, is in disagreement with the structural principles of the Federal Constitution of 1988, namely, pluralism, democracy, solidarity and freedom, the latter as the main structural corollary of the Democratic State of Law. The analysis of Trade Union Uniqueness in Brazil is based on the non-ratification of Convention nº. 87 of the ILO, according to the Declaration of Fundamental Rights and Guarantees, as well as the need for Cooperative realization of Fundamental Rights. To place Trade Union freedom as a space of collective autonomy, the study goes through the freedom of the old, a republican freedom, the freedom of the modern, a liberal freedom. The perception and demonstration of a space of objective Union autonomy and subjective freedom of Union are necessary for the realization of the Cooperative Constitutional State. This space of objective and subjective Union autonomy is addressed in its general corollary, as well as for civil servants and, especially, the space of non-freedom for members of the Armed Forces, as well as police careers, which, although Unionization is allowed, under theme 541 of the STF (the Supreme Court), they are however excluded from exercising the right to strike. The space of Union autonomy explored in this research seeks to analyse the issue of uniqueness, as well as funding, organisation and Union structuring. The overcoming of Trade Union Uniqueness is the necessary measure as a way of concretizing and expressing the Cooperative Constitutional State itself, since this demands State attitudes, considering that the space of Union autonomy is intrinsic to the very structure of the Cooperative Constitutional State.

Keywords: Union uniqueness; pluralism; Cooperative Constitutional State; autonomy; objective and subjective freedom.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade;

ARE - Recurso extraordinário com agravo;

Art. - Artigo;

AMFNB - Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil;

CF/1988 - Constituição Federal de 1988;

CF – Constituição Federal;

CONTTMAF - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e na Pesca e nos Portos;

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil;

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas;

C. TST – Colendo Tribunal Superior do Trabalho;

Enap - Escola Nacional de Administração Pública;

EUA – Estados Unidos da América;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

IPMF – Imposto provisório sobre movimentação financeira;

FENAPEF- Federação nacional dos policiais federais

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Nº. – Número;

OEA – Organização do Estados Americanos;

OIT - Organização Internacional do Trabalho;

OJ – Orientação Jurisprudencial;

ONU - Organização das Nações Unidas;

PSDB/MG – Partido Socialista do Brasil de Minas Gerais;

PPGD – Programa de Pós-Graduação em Direito;

PIDCP - Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos;

PIDESC - Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;

PTM - Procuradoria do Trabalho no Município;

RO – Recurso Ordinário;

RTOrd – Reclamatória Trabalhista sob o rito ordinário;

RE – Recurso Extraordinária;

SDC – Sessão de Dissídios Individuais;

STF – Supremo Tribunal Federal;

TRT – Tribunal Regional do Trabalho;

TST – Tribunal Superior do Trabalho;

SUMÁRIO

1 A NÃO RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO Nº. 87 DA OIT NO CONTEXTO DO ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO BRASILEIRO 25

1.1 ELEMENTOS DO ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 25

1.1.1 Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição 36

1.1.2 Integração entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional 46

1.1.3. Realização Cooperativa dos Direitos Fundamentais e a Constituição de 1988 55

1.2 A LIBERDADE SINDICAL E O PAPEL DA CONVENÇÃO Nº. 87/1948 DA OIT NO FORTALECIMENTO DO ESTADO CONSTITUCIONAL 62

1.2.1 Da Liberdade dos Antigos à Liberdade dos Modernos: a Liberdade Sindical 65

1.2.2 Liberdade Sindical Objetiva e Liberdade Sindical Subjetiva na Convenção nº. 87 da OIT 79

1.2.3 Pluralismo Sindical na Convenção nº. 87 da OIT e seus paradoxos no Sistema Laboral Brasileiro 96

1.3 PLURALISMO JURÍDICO E ABERTURA DA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA À PRODUÇÃO NORMATIVA INTERNACIONAL 107

1.3.1 O pluralismo jurídico e o diálogo com o Direito do Trabalho 110

1.3.2 Contributo da Convenção nº. 87 da OIT para Abertura da Ordem Constitucional 123

1.3.3 Limites e possibilidades da Convenção nº. 87 Da OIT em face da Declaração de Princípios e Garantias Fundamentais da OIT de 1998 132

2 LIBERDADE SINDICAL OBJETIVA: A ORGANIZAÇÃO SINDICAL COMO ESPAÇO AUTÔNOMO 140

2.1 Do Direito das Organizações Sindicais de se organizarem sem Prévia Autorização Estatal, não Sofrerem Intervenção do Estado, e não Serem Dissolvidas ou Suspensas por Medidas Administrativas 140

2.1.1. Autonomia Sindical no Contexto Interno e no Ordenamento Internacional e a Criação de Normas Jurídicas Laborais e Sindicais 147

2.1.2. Princípio da não Intervenção Sindical e a Capacidade das Organizações Sindicais Produzirem Direitos e Regulamentações 157

2.1.3. Direito Fundamental a não Dissolução ou Suspensão Sindical por Medidas Administrativas como Garantia Constitucional 166

2.2. DA AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS PARA ESTABELECER DIREITO OBJETIVO: LIMITES E POSSIBILIDADES 175

2.2.1. Regulamentação do Direito à Criação, Alteração, Ampliação e Extinção de Entidades Sindicais no Brasil 178

2.2.2. Limites e Possibilidades de Exercício da Autonomia Sindical na Criação De Normas Jurídicas e o alcance destas 185

2.2.3. Impasses e Limitações Impostos à Autonomia Sindical pelo Sistema de Sindicato Único no Brasil 192

2.3. DO DIREITO DOS SINDICATOS DE SE CONSTITUÍREM EM FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES (COOPERAÇÃO NACIONAL), BEM COMO DE SE FILIAREM ÀS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (COOPERAÇÃO INTERNACIONAL) 200

2.3.1. Estruturação do Sistema de Cooperação Nacional no Sistema Sindical Brasileiro: Federações e Confederações 202

2.3.2. Sistema de Cooperação Nacional sob a Perspectiva das Associações e Centrais Sindicais 208

2.3.3. Direito à Filiação Internacional: Limites e Possibilidades para a Implementação da Cooperação Sindical Internacional e Fortalecimento do Sindicalismo 213

3. LIBERDADE SINDICAL SUBJETIVA INDIVIDUAL. O DIREITO À LIBERDADE DE ESCOLHA E AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS 226

3.1. LIBERDADE SINDICAL SUBJETIVA INDIVIDUAL E A (I)LEGITIMIDADE DO SINDICATO DE REPRESENTAR A CATEGORIA: ABRANGÊNCIA DOS EFEITOS DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 226

3.1.1. Liberdade Individual Subjetiva Positiva e a Liberdade Individual Negativa 227

3.1.2. A (i)legitimidade do Sindicato para representar a Categoria e os Efeitos das Conquistas Sindicais para os Filiados e não filiados 235

3.1.3. Alcance e Abrangência das Negociações Coletivas para o Trabalhador Filiado e para o Trabalhador não Filiado 244

3.2. A LIBERDADE SINDICAL SUBJETIVA DO MILITAR: UM ESPAÇO DE NÃO LIBERDADE 260

3.2.1. A Liberdade Sindical Subjetiva do Servidor Público 262

3.2.2. Restrições do Direito Internacional quanto a Filiação do Militar à Organização Sindical 271

3.2.3. Restrição do Direito Nacional quanto ao Direito de Filiação e Associação para fins Laborais pelo Militar das Forças Armadas e a Restrição ao Direito de Greve do Policial 282

3.3. CONTRIBUIÇÃO DO FILIADO E A IMPROPRIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO OBRIGATÓRIA. O FINANCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS 295

3.3.1. Contribuição Sindical para Filiados a Entidades Sindicais: O Problema da Subsistência das Entidades Sindicais 297

3.3.2. Impropriedade da manutenção da Contribuição Obrigatória no Sistema de Sindicato Único no Brasil 304

3.3.3. Impropriedade da Manutenção do Sistema de Sindicato Único no Brasil e o Estado Constitucional Cooperativo 312

CONCLUSÃO 322

REFERÊNCIAS 334

INTRODUÇÃO

A pesquisa de doutorado diz respeito a liberdade sindical no Brasil e tem como objetivo a apresentação de uma interpretação constitucional ao artigo 8º., incisos I e II da CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil, que contemple o pluralismo sindical. Ademais, o inciso II, desse artigo esvazia de sentido o princípio da liberdade sindical, ao afirmar a unicidade sindical no Brasil. Voltando as atenções ao sistema de normas internacionais, expressos em tratados e convenções, entende-se que o quadro normativo desenhado pela Constituição da República àquele princípio não é compatível com as normas de direitos humanos e com o aparato pluralista no qual o Brasil está inserido. Necessário, portanto, encontrar uma interpretação que coloque o Estado brasileiro em conformidade com a afirmação dos direitos do trabalhador na seara nacional e internacional, por meio da abertura da ordem constitucional no Estado Constitucional Cooperativo.

O problema de pesquisa a ser respondido é: O quadro normativo constitucional da liberdade sindical no Brasil, do modo como está regulado, é adequado à efetivação do pluralismo sindical nos planos interno e externo? Existe um espaço legislativo autônomo próprio e específico das entidades sindicais? Seria a liberdade sindical princípio intrínseco e integrante do próprio quadro normativo que estrutura o Estado Constitucional Cooperativo?

Apresenta-se como hipótese de resposta às questões acima colocadas, se na teoria do Estado cooperativo como um tipo de Estado constitucional permeável às normas internacionais e ao reconhecimento do pluralismo jurídico, é possível realizar uma interpretação do artigo 8º., II, da Constituição da República, que delineie um quadro normativo mais adequado ao princípio da liberdade sindical. A pesquisa analisa se a abertura externa da ordem constitucional, que se faz presente no Estado Constitucional cooperativo, permeia a Constituição de 1988 ao ponto de a liberdade sindical ser intrínseca e integrante daquele modelo.

A pesquisa perpassa pela necessidade de recepção da Convenção nº. 87/1948 da OIT das quais o Brasil não foi signatário, ao que se pretende uma interpretação do texto constitucional que contemple o pluralismo sindical. Como terceira hipótese se averiguará se na abertura interna da ordem constitucional, que se faz presente no Estado cooperativo, é possível fundamentar o princípio da

liberdade sindical no pluralismo jurídico, em sua vertente de pluralismo social, e, assim, sustentar a existência do pluralismo sindical no direito interno.

Ainda, a pesquisa perpassa pela análise da possibilidade de existência de um espaço autônomo legislativo sindical, que não se limita aos delineamentos da autonomia privada prevista no ordenamento civilista.

A tese terá como objetivo apresentar elementos do Direito Constitucional Cooperativo para propositura de um quadro normativo mais adequado ao princípio da liberdade sindical, que, acredita-se, deve contemplar o pluralismo sindical. Ademais, busca-se uma interpretação do texto constitucional que possibilite contribuir para a construção de uma doutrina capaz de alterar a interpretação da Constituição para um sistema de sindicatos plurais e um sistema de efetiva liberdade laboral. A proposta é apresentar soluções para a problemática da liberdade sindical no Brasil a partir das possiblidades de alterações legislativas, mediante a inércia legislativa e mais, sob a perspectiva de inércia legislativa e judicial, em uma interpretação adequada ao entorno constitucional e de espaço de autonomia sindical.

Quanto aos objetivos específicos estão a utilização do modelo de Estado cooperativo para avaliação da liberdade sindical sob o critério das Normas de Direitos Humanos. A verticalização dos estudos sobre o princípio da proporcionalidade para avaliar se a restrição constitucional ao exercício da liberdade sindical é uma restrição necessária, adequada e razoável sob a perspectiva da abertura da ordem constitucional ao sistema de normas internacionais de direitos humanos. E ainda, como um objetivo específico está a apresentação de respostas à possibilidade de aplicação de uma interpretação constitucional fundamentada na abertura constitucional nos planos interno e externo. Tal interpretação em convergência com a necessidade de concretização de um Estado Constitucional brasileiro que contribua para uma realização cooperativa dos direitos humanos, na seara da liberdade sindical.

A pesquisa se enquadra na área de direito Constitucional, Direito Constitucional Internacional, Direito Internacional, Direitos Humanos, Direito do Trabalho e Direito Sindical e Direito Civil, cingindo seu contorno entorno do direito público e do direito privado.

A pesquisa terá como base metodológica a pesquisa doutrinária, bem como buscará o embasamento em obras, nacionais e internacionais, revistas, jornais e

sítios jurídicos que tratem do assunto em estudo. A pesquisa também perpassa pela análise do entendimento jurisprudencial dos tribunais brasileiros, da União Europeia e dos países integrantes do Mercosul, entre outros, a respeito do tema, além do estudo sistemático das legislações internacionais afetas ao tema, especialmente ONU, OIT e OEA.

A busca pela classificação metodológica da pesquisa nos leva a enquadrá-la também no modelo de pesquisa exploratória, considerando que o tema abordado, muito embora, bastante discutido, não traz muitos registros e estudos que expliquem o motivo pelo qual os preceitos fundamentais são mitigados em face de preceitos econômicos e até mesmo interesses individuais e políticos.

E finalmente, a pesquisa conforme já mencionado terá a bibliografia como principal fonte de pesquisa e sustentação de ideias que aqui serão colocadas, considerando que tal tema demanda pesquisa cuidadosa a respeito da base principiológica do direito do trabalho, Direitos fundamentais, Democracia e dos Direitos Humanos, sendo dessa forma enquadrada também a pesquisa como bibliográfica.

A tese é vinculada ao curso de doutorado em Direito no PPGD - Programa de Pós-Graduação em Direito no Centro Universitário UniBrasil, em sua área de concentração em Direitos Fundamentais e Democracia. Está enquadrada na linha de pesquisa 1 do PPGD, qual seja, na linha Constituição e Condições Materiais da Democracia. A adoção dessa linha de pesquisa se justifica uma vez que está adequada ao tema proposto, ademais a efetivação de Direitos Sociais, Direitos Fundamentais e Direitos Humanos, está inserida na proposta de Concretização de Direitos.

A pesquisa tem embasamento na Constituição da República Federativa do Brasil e os Direitos Sociais e fundamentais nela previstos, bem como na análise de Normas nacionais e internacionais, legislações, jurisprudência e até mesmo notícias estrangeiras que possuam alguma relevante relação com o tema, qual seja, a pluralidade sindical como norma de Direitos Humanos e a problemática do sindicato único por categoria no Brasil. Em tempo, o enquadramento na linha 1 se justifica justamente pelo debate da pesquisa acerca de interpretação de dispositivo constitucional, dentro de um programa de Mestrado e Doutorado em Direito Constitucional, sob a perspectiva de concretização de direitos e garantias fundamentais.

Ademais, a problemática do Sindicato único no Brasil, frente as normas Internacionais e de Direitos Humanos, pelo Brasil ratificadas é um tema que demanda a aplicação de determinado instituto que proporcione ao trabalhador a escolha do seu sindicato. Tal discussão sob a hermenêutica do Estado Constitucional Cooperativo como instrumento para aplicação da melhor interpretação aos dispositivos constitucionais. Assim como para o instituto da liberdade sindical, se enquadra perfeitamente na linha de pesquisa Constituição e materiais da Democracia, pois ela perpassa pelo debate acerca da necessidade de se repensar a Democracia laboral a partir de condições formais e materiais para o exercício da liberdade sindical no Brasil.

Os principais marcos teóricos escolhidos para a pesquisa são as obras e pesquisas de Peter Häberle e Marcos Augusto Maliska sobre os contornos do Estado Constitucional Cooperativo, que propicia a existência da tese de doutorado, na temática do direito sindical. A liberdade sindical nesta pesquisa também agrega a interpretação a partir do reconhecimento de um Estado Constitucional Cooperativo no Brasil. O Estado Constitucional Cooperativo será o fio condutor da pesquisa a respeito do paradoxo da Democracia brasileira e o sistema de sindicato único por categoria.

O primeiro capítulo aborda a não ratificação da Convenção nº. 87/1948 da OIT a partir do contexto do Estado Constitucional Cooperativo e sua base estrutural. A pesquisa perpassa os elementos que identificam o Estado Constitucional Cooperativo na Constituição de 1988 e a problemática da unicidade sindical prevista no artigo 8º., inciso II, da CF/1988. Entre os principais elementos estão o pluralismo de fontes, a liberdade, a solidariedade e a prevalência dos direitos humanos.

A interpretação adequada da Constituição, a partir dos elementos estruturais da Constituição Cooperativa de 1988 demandam a busca por uma argumentação jurídica que harmonize com a base estrutural e principiológica do direito, vez que este construído pela sociedade em suas maiorias e coletividades. A interpretação adequada demanda buscar os elementos da sociedade aberta dos intérpretes da Constituição apresentada por Häberle. Ademais, interpretar a Constituição vai além do positivismo legalista, pois demanda elementos concretos que convirjam com os anseios sociais e que, se comuniquem com a comunidade local e externa. A pesquisa apresenta a perspectiva de uma interpretação constitucional por um modelo de sociedade aberta aos intérpretes constitucionais, assim como a

necessidade de integração entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional. Ainda no primeiro capítulo a abordagem se volta a necessidade de realização Cooperativa dos Direitos e Garantias fundamentais, frente a Constituição de 1988 e sua estrutura. A Convenção nº. 87/1948 da OIT possui um papel de fortalecimento do Estado Constitucional Cooperativo, logo a sua internalização e implementação no plano interno vai assegurar o pleno funcionamento do espaço de autonomia sindical.

O enquadramento da liberdade sindical como um corolário do pluralismo jurídico, assim como a necessidade de compreender que tipo de liberdade se está a falar, qual seja, a liberdade sindical é uma liberdade que decorre, ou é como consequência da liberdade moderna, porém possui elementos da liberdade dos antigos, qual seja, da liberdade republicana. Importante compreender que a liberdade sindical transita entre a liberdade dos antigos (republicana) e a liberdade dos modernos (liberal). Ao encerrar o primeiro capítulo, a pesquisa de volta a explorar e apresentar a liberdade sindical objetiva e subjetiva existente na Convenção nº. 87 da OIT, como elementos para enaltecer a própria Constituição de 1988, pois esta reconhece o espaço de autonomia contido na referida Convenção, não obstante o paradoxo entre esta e o sistema sindical brasileiro.

A pesquisa perpassa pelo pluralismo jurídico e a abertura da ordem constitucional brasileira à produção normativa, buscando sanar a restrição contida no artigo 8º., II, da CF/1988. Tal acontece a partir do diálogo entre o ordenamento interno e as normas produzidas por instituições internacionais, assim com o próprio direito do trabalho. Abordar-se-á o contributo da Convenção nº. 87 da OIT para abertura da ordem constitucional, seus limites e possibilidades em face de Declaração de Princípios e Garantias Fundamentais da OIT.

O segundo capítulo se ocupará da verticalização da pesquisa a respeito da liberdade sindical objetiva e da organização do espaço sindical como um espaço normativo autônomo, próprio e chancelado pelo ordenamento interno e pelas normativas internacionais. Este espaço de autonomia sindical está presente no direito das organizações sindicais em se organizarem sem prévia autorização estatal, assim como o direito a não sofrer qualquer intervenção, nem ao menos dissolução ou suspensão por medidas administrativas. Este espaço de autonomia normativa sindical será estudado a partir da perspectiva interna e externa, bem como a capacidade de produção normativa, seus limites e possibilidades. Ademais, necessário de faz analisar inclusive o alcance das normas produzidas no espaço

normativo sindical, sua força impositiva e sancionatória, assim como as limitações e impasses impostos pelo sistema de sindicato único no Brasil.

A pesquisa se curva à estrutura sindical brasileira e seus principais elementos, competência e participação no espaço normativo e de autonomia sindical. Necessária a análise de Cooperação entre as entidades e seus mais diversos graus, qual seja, sindicato de base, federação, confederação e centrais sindicais, bem como a possibilidade de entidades sindicais com abrangência internacional.

O terceiro capítulo se ocupa da liberdade sindical subjetiva individual e o direito à liberdade de escolha. A abordagem perpassa pela liberdade subjetiva sindical e a (i)legitimidade do sindicato para representar a categoria, bem como os efeitos da norma coletiva para filiados e não filiados. A pesquisa analisa também o instituto da representação, assim como a liberdade individual subjetiva positiva e a liberdade individual negativa e seus elementos. Ainda, este capítulo analisa a liberdade sindical do militar e o seu espaço de não liberdade, a partir da normativa interna e regulamentos internacionais. A compreensão do espaço de não liberdade para o integrante das Forças Armadas demanda a verticalização do direito a sindicalização e à greve para o servidor público. A pesquisa não se furta ao enfretamento da problemática que envolve integrantes de forças policiais estaduais e federais, que não obstante tenham o direito à sindicalização, por força de decisão do STF são impedidos de exercer a greve, o que por si só é um paradoxo. Ademais, o direito à sindicalização, sem direito à greve é uma incongruência ou anomalia normativa. Por fim, mas não menos importante, a pesquisa se debruça à analisar os principais elementos da contribuição sindical, a partir da impropriedade da contribuição obrigatória. Assim como, a retirada da mesma pela reforma trabalhista no ordenamento jurídico brasileiro e a necessidade de se repensar formas de custeio sindical, como elemento de concretização do Estado Constitucional Cooperativo em sua amplitude, integralidade e proporcionalidade. Ademais, as entidades sindicais no Brasil, com a retirada da contribuição obrigatória e manutenção do sistema se sindicato único por categoria, provocou um enfraquecimento endêmico do sistema sindical brasileiro.

A pesquisa propõe uma interpretação constitucional adequada e convergente com uma Constituição Cooperativa aberta interna e externamente aos propósitos de concretização dos direitos e garantias fundamentais. É preciso

repensar a interpretação até então fornecida ao artigo 8º., inciso II, da CF/1988, de forma a contemplar a amplitude e a importância de se reconhecer que o Brasil é um Estado Constitucional Cooperativo. Semelhante modelo estatal demanda uma intepretação aberta à realização de direitos e garantias fundamentais. Assim como uma democracia demanda a concretização da liberdade em suas formas mais amplas, vez que sem liberdade, restará demonstrado, sequer se pode falar em democracia.

1 A NÃO RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO Nº. 87 DA OIT NO CONTEXTO DO ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO BRASILEIRO

1.1 ELEMENTOS DO ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A pesquisa ao seu transcorrer, tem como objetivo a análise da liberdade sindical no Brasil a partir da perspectiva da existência de um Estado Constitucional Cooperativo e suas implicações. Em um primeiro momento, enfrenta-se o desafio de conceituar o Estado Constitucional Cooperativo e delinear seus principais elementos.

O Estado Constitucional tem como premissa um Estado juridicamente constituído e limitado por princípios constitucionais estruturados em direitos fundamentais, no Estado social, na divisão de poderes e na independência dos Tribunais. Tais elementos formam o Estado democrático em sua estrutura formal e material, cujo controle acontece com elementos e fontes plurais, já que um Estado Democrático demanda uma estrutura pluralista.

Para Häberle, o Estado Constitucional também é o Estado que sofre limitações por meio de políticas de direitos fundamentais, sendo o modelo ideal da sociedade aberta, inclusive com dimensão internacional. Ocorre que o Estado Constitucional Cooperativo se realiza política e juridicamente, e, o que corresponde a um direito internacional cooperativo, com estrutura, tarefas, processos e competências cooperativas[1].

Inicialmente, enfrenta-se a difícil conceituação do Estado Constitucional Cooperativo, segundo Häberle

> O conceito "Estado Constitucional" somente pode ser esboçado aqui como o Estado em que o poder público é juridicamente constituído e limitado através de princípios constitucionais materiais e formais: Direitos Fundamentais, Estado Social de Direito, Divisão de Poderes, independência dos Tribunais, - em que ele é controlado de forma pluralista e legitimado democraticamente[2].

[1] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. - Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 5-8.
[2] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. - Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 5.

Sob tal perspectiva, o Estado Constitucional está constituído em uma base principiológica material e formal, sofrendo controle de forma plural sendo legitimado sob o manto da democracia. Esses elementos, são inafastáveis à sua compreensão, pois o pluralismo é essencial e basilar para a existência de uma Constituição democrática e elemento imprescindível a sua formação.

A percepção necessária para a pesquisa está justamente na constatação de inexistência de exclusividade da vida política estatal, vez que ela não se limita ao seu interior, mas em sua contemporaneidade. Os Estados Democráticos são plurais, e, devem estar abertos à cooperação, tanto nacional, para dentro, assim como externa, qual seja, para o ordenamento internacional.

Segundo Häberle, "o Estado Constitucional Cooperativo é a resposta interna do Estado Constitucional ocidental livre e democrático à mudança no Direito Internacional e ao seu desafio que levou a formas de cooperação".[3] Para Jorge Miranda, o Estado constitucional aberto a longo prazo, só pode existir como Estado Cooperativo, sob o risco de não se caracterizar como um Estado constitucional, pois essa abertura para fora é que se chama Cooperação[4].

Um Estado Constitucional possui premissas estruturais que a sustentam em sua amplitude. Tais sustentações se entrelaçam aos pilares estruturantes de um Estado Constitucional Cooperativo. Um Estado Constitucional aberto não contempla incisões que violam ao preceito democrático e a pluralidade de fontes. Ademais, um Estado Constitucional Cooperativo é a construção e a percepção da necessidade de diálogo entre sistemas constitucionais.

Segundo Peter Häberle, constitucionalmente, o Estado Constitucional cooperativo deveria ser trazido para uma linguagem jurídica através de reconhecimento geral de "abertura para o mundo", "solidariedade", cooperação internacional e corresponsabilidade, em um "serviço" de paz e entendimento entre os povos, por formas graduais de cooperação. Ainda, deveria se dar por declarações gerais e universais de direitos fundamentais e direitos humanos com "efeito externo".[5]

---

[3] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. - Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 10.

[4] MIRANDA, Jorge Manuel Moura Loureiro de. **O Estado Constitucional Cooperativo e o Jus-Universalismo da Constituição Portuguesa**. *In* Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº. 63, jan./mar. 2017. p. 1.

[5] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. - Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 14-15.

A ideia de uma linguagem jurídica de reconhecimento geral da abertura constitucional para o mundo, cujos elementos essenciais seriam a solidariedade, a cooperação internacional de forma de compreensão entre os povos de modo gradual na universalização de direitos humanos e direitos fundamentais relacionados a dignidade humana. A dignidade humana está calcada em preceitos de pluralismo, autonomia, liberdade entre outras essencialidades precípuas ao patamar mínimo para uma existência digna.

Para Häberle, a cooperação deve ser entendida de acordo com o contexto do Estado Constitucional, não podendo a "cooperação" ser descrita de forma definitiva ou até mesmo "catalogada", o que contrariaria formas isoladas de cooperação[6]. A cooperação é um conceito aberto, não possuindo uma descrição definitiva, pois sua forma se molda a contorno da sociedade constitucional em determinado momento da sociedade. A evolução e sua modificação podem e vão acontecer ao longo do tempo e da história, tal como é a essência do direito.

Segundo o dicionário de filosofia, Cooperação é a combinação em uma cooperação de esforços, estabelecendo conexão em diversos aspectos da vida em sociedade, como por exemplo, a política[7]. A definição conceitual pela filosofia sobre o termo Cooperação remete a uma combinação de esforços, união de forças e uma conexão social em seus diversos aspectos. Tal combinação e entrelaçamento social, é justamente a proposta do Estado Constitucional Cooperativo, qual seja, a abertura estatal para além dos limites de sua soberania, para a promoção de uma abertura interna e externa ao ordenamento nacional e internacional, de modo a pensar a sociedade de forma interligada e conectada a preceitos que edifiquem e protejam a dignidade humana.

Häberle inclusive menciona a possibilidade de Cooperação Internacional para além do Estado, mas em uma perspectiva privada, ao afirmar que a cooperação internacional não se limita entre Estados, mas pode superar as fronteiras nacionais estatais para alcançar o plano "social" privado, em políticas econômicas e de desenvolvimento no plano societário, para integração econômica privada, na forma a complementar a cooperação estatal. Häberle cita como exemplo a Organização da Cruz Vermelha Internacional, cujo comitê possui inclusive a

---

[6] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. - Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 15.

[7] SO. **Dicionário de filosofia**. Disponível em: https://filosofia.com.br/busca.php?palavra=coopera%C3% A7%C3%A3o&enviar=%F0%9F%94%8E, acesso em 08 de Julho de 2023.

condição de sujeito de Direito Internacional. Mencionando ainda que "o reconhecimento e o fomento do trabalho dessas organizações fazem parte das tarefas principais do Estado Constitucional cooperativo"[8].

O reconhecimento da Cooperação para além do Estado é um elemento importante para a pesquisa. Ademais, pensar formas de cooperação supletivas ou cooperativas ao Estado propõe uma formatação social sob a perspectiva de um Estado e uma sociedade entrelaçados para o bem-estar de todos, na luta por liberdade, autonomia e igualdade. Estes, enquanto pilares da democracia e importantes na construção de sociedades mais igualitárias e, cuja dignidade seja um pilar de sustentação. A liberdade sindical como elemento de condução da pesquisa está inserida em tais pilares e sua efetivação possui o condão de propor melhorias sociais pelo trabalho. Este que é um dos maiores instrumentos de efetivação da dignidade e mais, de colocação do ser humano por meio do trabalho em ambientes de liberdade, autonomia e desenvolvimento.

Caneparo, ao tentar conceituar o Estado Constitucional Cooperativo, conclui que cooperação é a garantia da prevalência da dignidade humana, no interior dos Estados, primando, pelo alcance de uma sociedade mais justa, equânime, livre e solidária, em conformação com o plano externo, qual seja, na cooperação entre os atores e sujeitos da sociedade globalizada, de modo integrado. Ainda, a autora esclarece que, não se pode confundir direito da integração, com direito da cooperação, eis que sequer são sinônimos, mas possuem campos próprios de aplicação, pois o direito de cooperação não depende de uma proximidade física entre os atores. A cooperação demanda compromissos constitucionais dos Estados em seu plano interno com reflexos na conjuntura internacional, qual seja, não há necessidade de atrelamento geográfico, para uma participação robusta na comunidade global, integrativa e cooperativa[9].

Segundo Häberle "abertura ao mundo e solidariedade são palavras-chave do Estado constitucional cooperativo"[10] ao mencionar a cooperação entre Estados e particulares. A Cooperação como um elo que demanda compromissos

---

[8] HÄBERLE, Peter. Estado Constitucional Cooperativo. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. - Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 44-46.

[9] CANEPARO, Priscila. **A importância do Estado Constitucional Cooperativo** – delimitações a partir da cooperação, direito constitucional e direito internacional. *In* Revista de Direito Brasileira | São Paulo, SP | v. 15 | n. 6 | p. 47 - 60 | set./dez. 2016, p. 7-8.

[10] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. - Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 51.

constitucionais com reflexos na conjuntura interna e internacional impõe uma participação daquele determinado Estado na comunidade global, de forma integrativa, cooperativa e mais, de modo a proporcionar avanços expressivos e concretos na efetivação de um Estado Constitucional efetivamente cooperativo.

Para Caneparo, "o Estado Constitucional Cooperativo revela-se indeclinável em um entrecho de globalização, partindo da premissa que os Estados, nesta realidade, devem relativizar suas soberanias em prol de premissas colaborativas", que permitem e facilitam o diálogo entre ordenamentos jurídicos e normativas diversas, inter ou supranacionais[11]. O Estado Constitucional Cooperativo como um espaço de diálogo e mais, em diálogo com o pluralismo de fontes devem em si encontrar os elementos para a concretização de medidas para atuação sob premissas mais cooperativas e democráticas.

O estudo do direito internacional pela perspectiva constitucional demanda uma atualização interpretativa da Constituição, em conformidade aos desafios sociais diários, qual seja, demanda mais cooperação entre os Estados e consequentemente suas constituições, citando o exemplo do artigo 5º §2º da CF/1988, que é composto expressamente por direito positivado, qual seja escrito e direitos fundamentais não escritos[12].

Para Maliska, quanto aos elementos de cooperação na Constituição brasileira, esclarece que

> O Estado Constitucional Cooperativo é o Estado Constitucional dos direitos humanos, do pluralismo, da diversidade, das minorias, ou seja, de uma sociedade complexa e plural. A Constituição brasileira de 1988 contém os elementos essenciais desse conceito. A começar pelo preâmbulo, passando pelos Princípios Fundamentais, constantes dos art. 1 a 4, pelos títulos dos Direitos Fundamentais e da Ordem Social, é possível identificar que o constituinte procurou delinear o Estado brasileiro como um Estado Constitucional Cooperativo[13].

---

[11] CANEPARO, Priscila. **A importância do Estado Constitucional Cooperativo** – delimitações a partir da cooperação, direito constitucional e direito internacional. *In* Revista de Direito Brasileira | São Paulo, SP | v. 15 | n. 6 | p. 47 - 60 | set./dez. 2016, p. 8.

[12] MALISKA, M. A.; LIMA, B. S. **O *Status* jurídico dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e a Fundamentalidade material da cláusula aberta**. *In* Eduardo Biacchi Gomes; Laura Garbini Both; Ronald Silka de Almeida. (Org.). Democracia e Desenvolvimento Sustentável na América do Sul. 1ed.Curitiba: Juruá, 2011, v. 1, p. 11-27, p. 4.

[13] MALISKA, M. A. **O Papel da Jurisdição Constitucional no Estado Constitucional Cooperativo**. Revista da Advocacia Pública Federal, v. 5, p. 198-211, 2021. (Texto objeto de palestra proferida no Centro de Estudos da ANAFE no dia 26 de abril de 2021), p. 204.

Assim, evidente que a Constituição de 1988, apresenta em diversos momentos, os elementos essenciais para a caracterização do Estado brasileiro como um Estado Constitucional Cooperativo, por vontade expressa do legislador, o que está claro em diversos momentos do seu texto.

A Constituição de 1988 possui elementos basilares que estruturam o Estado Constitucional Cooperativo, entre eles está em um dos fundamentos da República, logo no artigo 1º.[14]., qual seja, a dignidade humana, a livre iniciativa, o valor social do trabalho e o pluralismo jurídico. Este artigo em consonância ao artigo 3º.[15]., que constitui como objetivos da República, a construção de uma sociedade justa, livre e solidária, assim como garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e promover o bem-estar de todos, sem distinção. A constituição da República está fundamentada na dignidade humana e no pluralismo jurídico, principalmente, com objetivo de construir uma sociedade justa, solidária, igualitária em todos os seus sentidos. Estes são os ditames de tais artigos, em total consonância aos preceitos estruturantes de um Estado Constitucional Cooperativo.

A liberdade sindical é um corolário do pluralismo jurídico. Ademais, sem liberdade não há que se falar em democracia, sem a qual, não existe a liberdade. No artigo 4º.[16]. da CRFB, o legislador originário, ao fixar os princípios que regem nas relações internacionais do Brasil, o concretiza como um Estado Constitucional Cooperativo. A prevalência dos direitos humanos é a resposta adequada aos questionamentos que envolvam conflitos de princípios e estruturas do direito. Ademais, a Constituição da República estabelece que, quando o embate estiver entre cumprimento ou não de direitos humanos fundamentais, prevalece a norma de direitos humanos. Este princípio maior é fortalecido pelos princípios subsequentes, entre os quais a solução pacífica dos conflitos, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, assim como a integração latino-americana. Estes

[14] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicao.htm, acesso em 17 de dezembro de 2022.
[15] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicao.htm, acesso em 17 de dezembro de 2022.
[16] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicao.htm, acesso em 17 de dezembro de 2022.

princípios são pilares estruturais do Estado Democrático de Direito, assim como do Estado Constitucional Cooperativo em suas relações internacionais.

A prevalência dos direitos humanos quando o assunto é a relação internacional do país é a sedimentação da vontade do legislador originário ao prever conflitos entre princípios, inclusive envolvendo o direito internacional. Tal é o fato da liberdade sindical, uma norma de direitos humanos, cuja crítica está justamente na não internalização no país. Ainda, a crítica necessária está no que concerne ao modo como o Brasil se comporta quanto a efetivação dos tratados e normativas internacionais internalizados livremente, como é o Pacto de *San* José da Costa Rica, uma norma regional de direitos humanos.

Sob tal perspectiva, importante compreender que "a liberdade negativa liberal, que confiava ao Estado um papel de abstenção, foi substituída pela ideia de que não há constitucionalismo sem a radicalização das ideias de liberdade e igualdade"[17]. Esta mudança de interpretação ao conceito de constitucionalismo a partir da ótica da liberdade e da igualdade permeiam o Estado Constitucional Cooperativo. Ademais, um Estado Constitucional Cooperativo possui uma sinergia bastante estreita com os preceitos norteadores de proposições da concretização da liberdade e promoção da igualdade.

O Estado Constitucional Cooperativo demanda esta mudança de perspectiva e mais, demanda ações concretas e consonantes ao seu discurso. Este, pautado na cooperação, solidariedade, abertura interna e externa de modo a se pautar na efetivação dos pilares que sustentam um constitucionalismo democrático e Cooperativo.

Segundo Maliska,

> O Estado Constitucional Cooperativo é o Estado Constitucional dos Direitos Humanos, do reconhecimento da validade dos Direitos Fundamentais aquém e além do Estado Nacional. Essa definição coloca o desafio de se pensar uma jurisdição constitucional dialógica, que possa interagir com o direito internacional dos direitos humanos, no plano externo, bem como contemple a multidiversidade jurídica que se expressa no âmago das sociedades nacionais, não entendidas mais como sociedades homogêneas,

[17] MALISKA, M. A. **O Papel da Jurisdição Constitucional no Estado Constitucional Cooperativo**. Revista da Advocacia Pública Federal, v. 5, p. 198-211, 2021. (Texto objeto de palestra proferida no Centro de Estudos da ANAFE no dia 26 de abril de 2021). Disponível em: https://seer.anafenacional.org.br/index.php/ revista/article/view/137, acesso em 27 de abril de 2023, p. 201.

> mas cada vez mais como sociedades plurais, nas quais a diversidade e o protagonismo das minorias ganham espaço.[18]

Não se trata de entender as sociedades dentro de determinada hegemonia, mas, como sociedades plurais e respeitá-las dentro da sua pluralidade, diversidade e mais, respeitando o protagonismo inclusive das minorias e especialmente, daqueles cuja liberdade, autonomia, democracia sofrem diários cerceamentos. O Estado Constitucional Cooperativo propõe justamente a concessão de espaços para quem não o possui, ampliação de espaço para aqueles que são diminuídos ou invadidos em seus espaços e locais de concretização da democracia. O Estado Constitucional Cooperativo como um interlocutor que permite, dá voz e por meio da sua interpretação ampla, solidária e pautada na visão de um Estado Constitucional dos Direitos Humanos, assim pauta suas ações. Quando o assunto é o exercício da liberdade sindical no Brasil e a busca pela conquista e proteção desse espaço, a sua visualização por meio dos ditames da Cooperatividade fará toda a diferença na concretização desse direito tão elementar aos trabalhadores, especialmente.

Segundo Maliska, acontece um deslocamento do Estado Constitucional Nacional para o Estado Constitucional Cooperativo para alcançar no plano externo um “direito comum de cooperação”, criando um elemento comum em que os Estados Nacionais se comprometem com a pauta dos Direitos Humanos. O Estado Constitucional Cooperativo “é o Estado que se coloca no lugar do Estado Constitucional Nacional”, como uma resposta jurídico-constitucional às mudanças do Direito Internacional, que até então se pautava em relações internacionais, para um direito de cooperação na comunidade e não mais na sociedade de Estados. O Estado Constitucional Nacional, egoísta, individualista e agressivo, dá lugar ao Estado Constitucional Cooperativo, marcado pela permeabilidade, cooperação, voltado a realização global dos direitos humanos, por meio da cooperação

[18] MALISKA, M. A. **O Papel da Jurisdição Constitucional no Estado Constitucional Cooperativo**. Revista da Advocacia Pública Federal, v. 5, p. 198-211, 2021. (Texto objeto de palestra proferida no Centro de Estudos da ANAFE no dia 26 de abril de 2021). Disponível em: https://seer.anafenacional.org.br/index.php/ revista/article/view/137, acesso em 29 de abril de 2023, p. 200.

internacional e solidariedade estatal, como forma de enfrentamento aos desafios comuns da comunidade, sem deixar de manter sua identidade constitucional[19].

Os desafios locais, da comunidade, efetivamente demandam uma atenção e um olhar cooperativo, se necessário sob a perspectiva interna ou ao contrário, sob o viés do direito internacional ou externo. Um Estado Constitucional Cooperativo age em harmonia, sem perder a sua identidade e de modo a permear os problemas que decorrem de uma ação estatal e da sociedade, ao ponto de compreender que a proteção e a concretização dos direitos humanos demandam um olhar Cooperativo, em uma sociedade globalizada, como a atual.

Nesse sentido, quando o assunto é a abertura constitucional para a produção normativa internacional no cenário brasileiro, importante iniciar os estudos com o texto constitucional efetivamente em questão, qual seja, o conteúdo do artigo 5º., § 2º. da Constituição de 1988, que dispõe que: “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”[20].

O texto Constitucional, na sua literalidade afirma categoricamente que tanto os direitos, quanto as garantias, não possuem um rol taxativo, mas apenas exemplificativo. Quando o texto constitucional traz a palavra garantias, está a referir sobre as garantias fundamentais e basilares que sustentam o Estado democrático, assim como o Estado constitucional. Ainda, o texto prossegue a afirmar que não excluem outros direitos e garantias compatíveis com o regime adotado, ou dos tratados que o Brasil seja integrante.

A literalidade constitucional brasileira apresenta a abertura constitucional para dentro e para fora, texto que se interpretado no contexto da Constituição democrática brasileira, é visível que o todo integrativo da Constituição e mais, da legislação como um todo devem estar abertos a interpretações que pertençam ao contexto constitucional, jamais ao contrário. Não se pode dar asas a interpretações restritivas e que reduzam direitos e garantias que impliquem em diminuição ou supressão da dignidade humana. Neste segmento, quando o assunto é o direito

---

[19] MALISKA, M. A. **O Papel da Jurisdição Constitucional no Estado Constitucional Cooperativo**. Revista da Advocacia Pública Federal, v. 5, p. 198-211, 2021. (Texto objeto de palestra proferida no Centro de Estudos da ANAFE no dia 26 de abril de 2021), p. 203-204.

[20] BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ constituicao.htm, acesso em 17 de dezembro de 2022.

sindical brasileiro e sua estrutura normativa, é evidente o deslocamento da unicidade sindical de todo o enredo, estrutura constitucional e principiológica. Logo, evidente a necessidade de um novo olhar para o instituto, de modo a considerar a base estruturante da Constituição, assim como o aparato legislativo internacional, do qual o Brasil é integrante.

Para Sarlet, os direitos fundamentais na Constituição de 1988, estão no ápice de todo o ordenamento jurídico, tanto que se trata de diretos de natureza supralegal, com limites formais e materiais mais rígidos, com imposição de cláusulas pétreas, como proteção constitucional. A fundamentalidade material decorre justamente do enquadramento como direito fundamental sobre a estrutura básica do Estado e da sociedade. De acordo com Sarlet, ainda que não diretamente vinculada à fundamentalidade formal, é por meio do direito constitucional positivo (art. 5º., § 2º.) que se permite pela noção de fundamentalidade material, a abertura da Constituição a outros direitos fundamentais não contidos no texto constitucional[21].

O enquadramento constitucional da Constituição de 1988 está em harmonia ao conceito de Estado Constitucional Cooperativo e seus elementos se fazem presentes desde o preâmbulo. Um Estado Constitucional Cooperativo demanda uma hierarquia para temas mais sensíveis e, cuja centralidade e núcleo de proteção estejam pautados na dignidade humana. O Estado Constitucional Cooperativo se estrutura em uma pluralidade de fontes, não sendo o Estado o soberano na edição das leis. Não é a lei a única fonte de organização e estruturação estatal e social.

O artigo 5º., § 2º., da Constituição possui a fundamentalidade material para a abertura da Constituição brasileira, ademais materializa o acolhimento de outros direitos que decorrem do regime e dos princípios pela Constituição adotados. A Constituição, neste ponto, admite que todo o aparato principiológico que a circunda deve ser considerado e mais, a engrenagem normativa brasileira deve se movimentar sob tal diretriz, qual seja, a estrutura principiológica constitucional.

Para Sarlet, “direitos fundamentais em sentido material são aqueles que, apesar de se encontrarem fora do catálogo, por seu conteúdo e por sua importância

[21] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, 13ª. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 64-78.

podem ser equiparados aos direitos formalmente (e materialmente) fundamentais."[22] Da análise da afirmação do autor, é possível compreender que ainda que determinado direito não esteja no texto constitucional ou texto legal, dada a sua importância na manutenção ou construção da dignidade humana, deve ser equiparado ao direito formal e mais, produzir efeitos.

Ainda que o Brasil tenha uma cultura de formalização do direito, não pode haver exclusões que causem danos a dignidade humana, por mais que ausente de legislação formal, mas desde que em conformidade com os preceitos estruturantes da República, não podem ser negados. A dignidade da pessoa humana se encontra, segundo o autor, no ápice da estrutura legislativa e mais, se sobrepõe em todos os seus sentidos. Assegurar a dignidade humana está para a além de uma preocupação com a formalização legislativa ou constitucional, vez que a dignidade é um dos, senão o principal elemento estruturante do direito. O direito existe para assegurar, *prima facie*, a dignidade ao ser humano. Nenhum direito tem sentido, sem o elemento dignidade em efetivação.

Segundo Sarlet, a regra contida no artigo 5º., § 2º. da CF/1988, não é um rol taxativo, pois em conformidade com a tradição Republicana desde a Constituição de 1891, para além do texto formal, possui um conceito material, no sentido de que determinados direitos, em função do conteúdo e substância, integram o corpo fundamental da Constituição de um Estado, mesmo não estando no catálogo.[23]

À perspectiva de abertura, suscitada por Sarlet, contribui Hespanha, ao esclarecer que a questão não estaria em escolher uma qualquer autorregulação e a hetero-regulação, mas encontrar formas inclusivas de autorregulação que reflitam efetivamente os interesses e as perspectivas dos interessados, o que pela complexidade, dinamismo e mecanismos o Estado já não tem condições de fazer[24].

Eis que assegurar a dignidade humana pode comportar formas e modelos mais amplos e desvinculados de um procedimento exclusivo, que o Estado sequer possui condições de alcançar em sua integralidade. De acordo com essa ideia,

---

[22] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, 13ª. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p.81.

[23] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, 13ª. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p.78-80.

[24] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 40.

assegurar direitos e garantias fundamentais, ainda que inexistentes no rol constitucional ou legal, mas em convergência às estruturas legislativas do país deve ser o mecanismo impulsionador dos Estados democráticos. Ademais a dignidade é o maior elemento justificador da existência e razão de ser do direito, independentemente de uma forma ou liturgia.

Assim, necessária se faz a discussão a respeito de uma sociedade aberta dos intérpretes constitucionais como elemento para redefinição das fontes e da teoria da interpretação do direito, para o direito sindical brasileiro. De modo a produzir uma interpretação integrada entre o direito interno e as normas internacionais, propiciando maior concretização dos direitos para as sociedades internas de cada nação, especificamente nesta pesquisa, para o Brasil.

1.1.1 Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição

Neste tópico, se busca demonstrar a importância da argumentação jurídica de forma sinfonicamente harmonizada com a base estrutural principiológica do direito. Assim como das normas que regem a sociedade em um determinado momento histórico. O Direito é construído pela sociedade em suas maiorias e coletividades, para atender aos anseios sociais, bem como para legitimar e limitar ações e atuações individuais e coletivas.

A primeira compreensão necessária aqui é a proposta por Müller ao afirmar que uma norma jurídica é, mais do que seu texto propriamente dito, assim como a concretização prática da norma é maior que a interpretação do texto. Para o autor, a "metódica" que apresenta abrange todas as modalidades de trabalho para a concretização da norma e realização do direito, vez que transcendem todos os métodos argumentativos e de interpretação. Complementando ainda, que a metódica do direito constitucional compreende a concretização da Constituição pelos atores estatais em alcance não inferior ao proposto pela ciência do direito[25]. A elaboração de uma norma está para além das formalidades necessárias para a sua legitimação na esfera jurídica. A atividade normativa propõe que a norma regularmente criada comporte aderência ao ambiente em que está inserida. Seja o ambiente legislativo, seja o ambiente social e seus elementos.

---

[25] MÜLLER, Friedrich. **Métodos de Trabalho do Direito Constitucional**; traduzido por Peter Naumann. - Porto Alegre: Síntese, 1999, p. 18.

Para Müller, “uma metódica destinada a ir além do positivismo legalista deve indicar regras para a tarefa da concretização da norma no sentido abrangente da práxis efetiva”[26]. Ademais, “o direito constitucional diz respeito à fundamentação da sociedade estatalmente organizada e do seu ordenamento jurídico global”[27]. Para o autor, se afigura a necessidade de um método próprio do direito constitucional, que independe da metódica de outros ramos do direito[28].

A atividade legislativa para que seja efetivamente legitimada deve buscar elementos concretos para sua efetivação e mais, para que produza os efeitos desejados naquele meio a que está inserida. Ao direito constitucional, tal metódica vai além dos formalismos para criação ou alteração constitucional. A Constituição tem o dever de se comunicar com a sociedade e mais, de propiciar os anseios daquela comunidade. A Constituição, dada a sua relevância para a estrutura normativa interna e externa, dada a sua abrangência e impactos em todo o ordenamento, deve se estruturar em um método próprio, específico e com objetivos voltados a um empenho estatal e social para a concretização da norma em si.

A metódica interpretativa constitucional não pode se reduzir a uma interpretação literal e pautada no texto da lei, mas deve se balizar pela necessidade de concretização e efetivação da norma dentro da sociedade em que está inserida, sem deixar de lado o ordenamento jurídico global e externo.

A respeito da força normativa da Constituição, Müller menciona a “efetividade dos direitos fundamentais” como princípio de interpretação, o que inclusive é utilizado pelo Tribunal Federal alemão, entendendo este que os princípios fundamentais devem ser submetidos a interpretação de forma ampla, sempre em prol do cidadão e da liberdade, dentro da unidade constitucional[29]. A liberdade é um dos pilares estruturais do Estado Democrático de Direito, sem a qual sequer se pode admitir a existência e/ou formatação do Estado Constitucional e muito menos do Estado Constitucional Cooperativo. A restrição da liberdade sindical no Brasil pela instituição do sistema de unicidade sindical, no bojo do artigo 8º, inciso II da CF/1988

---

[26] MÜLLER, Friedrich. **Métodos de Trabalho do Direito Constitucional**; traduzido por Peter Naumann. - Porto Alegre: Síntese, 1999, p. 52.
[27] MÜLLER, Friedrich. **Métodos de Trabalho do Direito Constitucional**; traduzido por Peter Naumann. - Porto Alegre: Síntese, 1999, p. 57.
[28] MÜLLER, Friedrich. **Métodos de Trabalho do Direito Constitucional**; traduzido por Peter Naumann. - Porto Alegre: Síntese, 1999, p. 57-58.
[29] MÜLLER, Friedrich. **Métodos de Trabalho do Direito Constitucional**; traduzido por Peter Naumann. - Porto Alegre: Síntese, 1999, p. 74-75.

destoa da ampla interpretação e do feixe de princípios e garantias que circundam a Constituição democrática brasileira, sendo este um dos vieses desta pesquisa.

A distância entre o conteúdo do artigo 8º., II da CF/1988 e os elementos do Estado Constitucional Cooperativo presente no contexto brasileiro são evidentes e propiciam ao Brasil décadas de um estrangulamento da liberdade na sua esfera associativa laboral. O Estado Constitucional Cooperativo estampado no texto constitucional desde o seu preâmbulo, evidencia um Estado com a prevalência dos Direitos Humanos, com recepção e inserção da legislação internacional no plano interno. Liberdade, autonomia, direitos e garantias fundamentais ligados a vida, saúde, moradia, entre outros, cujo rol é apenas exemplificativo, formatam os delineamentos da Constituição de 1988 como uma Constituição Cooperativa, qual seja aberta no plano interno e externo. O exemplo aqui é o artigo 5º. § 2º. da Constituição, como exemplo de abertura interna e o artigo 5º. § 3º. como elemento de abertura constitucional externa, isto é, com relação ao ordenamento internacional.

Quando o assunto é a movimentação e o deslocamento da base fundamental do direito aos anseios das necessidades sociais, indissociável pensar que o pilar central e medular do direito é o Estado Constitucional. Nesse contexto, o Estado Constitucional Cooperativo vive a necessidade de cooperação no plano econômico, social e humanitário, assim como antropologicamente definido como consciência de cooperação sob a perspectiva da internacionalização da sociedade, da rede de dados e da legitimação interna e externa[30].

A Constituição brasileira de 1988 demonstra em diversos momentos os elementos do Estado Constitucional Cooperativo. O primeiro elemento é a criação de um Estado Democrático de direito, de garantias, de preceitos de solidariedade e mais, o comprometimento na ordem interna e internacional. Tais elementos, presentes logo no preâmbulo constitucional marcam de forma bastante incisiva que a partir de então, o Brasil é uma democracia pluralista, pautada na cooperação, para garantia do bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça social como valores supremos da nação.

O preâmbulo da Constituição de 1988 apresenta uma série de elementos que firmam a Constituição como uma Constituição democrática e o Estado brasileiro,

[30] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. - Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 19.

em um Estado Constitucional, com eleição inclusive, de um núcleo duro do direito com a roupagem de valores supremos, como Estado Constitucional Cooperativo. Um Estado aberto a legislação interna e externa, a cooperação, ao diálogo e a solidariedade.

O reconhecimento constitucional de um Estado como Constitucional Cooperativo demanda iniciativas próprias de um Estado assim denominado. Um dos elementos essenciais é o reconhecimento de que a soberania, em nome da proteção de direitos e garantias, pode ser relativizada. Conceitos até então intransigíveis, agora recebem uma nova visão interpretativa. Ao intérprete constitucional cabe a missão de fornecer a adequada interpretação à Constituição de determinada nação.

Assim, importante compreender, segundo Maliska, que o direito constitucional do Estado Constitucional não trabalha mais sob a vertente absoluta da soberania, entendida como pressuposto central de validade, mas sob a perspectiva da cooperação. Essa relativização interpretativa promovida pela própria Constituição, promove o deslocamento da interpretação constitucional "pois o passa compreender não mais como um texto isolado e total, mas aberto, cooperante e integrado em uma rede de outros textos constitucionais que também, com o mesmo propósito, não se compreendem mais como isolados e absolutos"[31]. Ao intérprete constitucional é necessária uma visão pautada na relativização interpretativa que proporcione uma interpretação cooperante e integrada a uma rede de elementos contidos dentro da própria Constituição e outros textos constitucionais, pois um Estado Constitucional Cooperativo, não comporta análises isoladas e absolutas.

Segundo Häberle, a teoria da interpretação constitucional esteve vinculada a um modelo de sociedade fechada, que se concentrava na interpretação constitucional dos juízes e procedimentos formais. Esta metodologia desconsidera a realidade constitucional, sem pensar na incorporação de métodos de interpretação voltados a atender o interesse público e o bem-estar geral. A interpretação constitucional em uma sociedade fechada acontece apenas pelos intérpretes jurídicos vinculados às "corporações" e participantes formais do processo constitucional. A interpretação constitucional aberta, realizada pelos intérpretes constitucionais deve se vincular aos órgãos estatais, potências públicas, todos os

[31] MALISKA, Marcos Augusto. **Notas introdutórias.** *In* Häberle, Peter. Estado constitucional cooperativo I Peter Häberle. -Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 5-7, p. 6.

cidadãos e grupos, pois os critérios de interpretação constitucional, quanto mais pluralista a sociedade, mais aberta será[32].

A interpretação constitucional aberta, é realizada por intérpretes constitucionais formados a partir de critérios pluralistas, qual seja, não comporta apenas uma fonte formal de interpretação da Constituição, mas admite, inclusive o cidadão e grupos integrantes da sociedade. Tal forma de interpretação segundo o autor, possui influência da teoria democrática, que inadmite a interpretação constitucional sem a presença do cidadão e sem as instituições públicas, pois é a sociedade e são somente os intérpretes jurídicos que vivem a norma, não pode haver o monopólio interpretativo. Tal procedimento assegura o pluralismo não só durante a elaboração da norma, mas também no momento de sua interpretação, o que vem a consolidar a teoria da ciência, da democracia em uma confluência da teoria da interpretação da constituição com a hermenêutica que media e equilibra as relações entre Estado e sociedade.

Para Häberle, “a teoria da intepretação deve ser garantida sob a influência da teoria democrática”, pois impossível uma interpretação da Constituição sem o cidadão e sem as potências públicas. Ademais, não são somente os intérpretes jurídicos que vivem a norma, logo não possuem o monopólio da interpretação. Indagando assim o autor, se os direitos fundamentais não devem ser interpretados em um sentido específico, mas em um sentido mais amplo e orientado pela realidade da democracia moderna, sendo tal concepção um elemento objetivo dos direitos fundamentais. O que resulta em efetivação do pluralismo não só na elaboração, mas posteriormente em sua interpretação, na consolidação de uma teoria da ciência, da democracia, uma teoria da constituição e da hermenêutica que propicia mediação entre Estado e sociedade[33].

De acordo com Bobbio, um Estado pluralista é um Estado que não possui uma única fonte de autoridade “que seja competente em tudo e absolutamente abrangente, isto é, a soberania, onde não existe um sistema unificado de direito, nem um órgão central de administração, nem uma vontade política geral”. Ao

---

[32] HÄBERLE, Peter. **A hermenêutica Constitucional**. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, Fabris Editora, 1997, p. 12-13.

[33] HÄBERLE, Peter. **A hermenêutica Constitucional**. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, Fabris Editora, 1997, p. 14-18.

contrário, existe uma multiplicidade, qual seja, um Estado divisível e dividido[34]. A este comentário, acrescenta-se a perspectiva pluralista de Wolkmer, que envolve a "coexistência de ordens jurídicas ou sistemas normativos distintos que definem ou não relações entre si". As metas práticas normativas do pluralismo podem advir de "diferentes forças sociais ou manifestações legais plurais e complementares, reconhecidas, incorporadas e controladas pelo Estado", traduzindo sempre a diversidade de fenômenos[35].

O reconhecimento da coexistência de ordens ou sistemas normativos distintos e para além das fontes estatais demanda a compreensão dos enlaces do pluralismo sindical e da existência de um espaço de diálogo cuja essencialidade está justamente em assegurar que as partes estejam nesse local e possam se utilizar dele democraticamente. O sistema de sindicato único por categoria no Brasil se desloca do pilar democrático da liberdade, assim como do pluralismo, se distanciando do Estado Constitucional Cooperativo.

A conformação do Estado nacional sofre transformações e se estrutura na sociedade moderna como uma unidade da nação, por uma perspectiva para além da unidade cultural, mas como uma comunidade política. Nessa senda, a Constituição democrática é fruto da formatação democrática do povo, que permite e necessita de novas conformações sociais, políticas e culturais, ao se afastar da base hegemônica e se abrir a uma estrutura aberta, plural e integrativa[36]. O exercício das liberdades e a implementação de um pluralismo sindical que propicie ao trabalhador especialmente, a participação política ativa da vida sindical dentro de uma estrutura legitimada e protegida pelo Estado no exercício da autonomia individual, dentro de um espaço coletivo.

Para Häberle, "uma teoria constitucional que se concebe como ciência", deve estar em condições de conformar grupos concretos de pessoas e os fatores que formam o espaço público. Até porque, a interpretação constitucional é uma atividade que diz respeito a todos, seja em grupos ou individualmente. Ademais, a

---

[34] BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política** I. Tradução Carmen C. Varriale et al.; Coord. tradução João Ferreira; rev. geral 426 João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. 11ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 928.
[35] WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 261-262.
[36] MALISKA, Marcos Augusto. **Fundamentos da Constituição**. Abertura, Cooperação, Integração. Curitiba, Juruá, 2013, p.121-125.

jurisdição constitucional deve ser vista como um catalisador essencial, porém não o único, da ciência do Direito constitucional, que legitima outras forças participantes[37].

Nesta conformação, a jurisdição constitucional deve ser enxergada como um catalisador essencial e não exclusivo da ciência da hermenêutica e interpretação constitucional, que legitima outras forças, como medida de concretização da teoria da democracia. Trata-se da democracia como elemento de Cooperação e interpretação constitucional. Ademais, a interpretação constitucional realizada por meios democráticos e com a participação da sociedade, é um instrumento elementar para a interpretação do artigo 8º., inciso II, da Constituição de 1988.

E nessa perspectiva, para Wolkmer, citando o pluralismo jurídico em práticas de justiça participativa, menciona que nesse tipo de estrutura sociopolítica, como é o caso da sociedade brasileira, as prioridades passam pela democratização do Estado, e formação de uma cidadania "coletivo-participativa" descentralizada e com avanços na sociedade civil para definir instâncias informais, assim como para lutar por direitos já existentes na legislação[38].

Nesse sentido, segundo Wolkmer,

> A constituição brasileira de 1988 não só consagra, em seu artigo primeiro, inciso V, o pluralismo político como um de seus princípios fundamentais, como um de seus princípios fundamentais, como, também, introduz, inovadoramente, a democracia direta (art. 1º, parágrafo único), possibilitando a consequente participação e controle da população e dos sujeitos coletivos representativos (arts. 10, 14, I e II; 29, X; 31, § 1º e 3º; 204, II, da CFB), bem como disposições relativas à iniciativa da sociedade de propor "novos" direitos (arts. 14, III; 29, XI; 61, § 2º, da CFB)[39].

A Constituição de 1988 insere o sistema de democracia direta, conforme menção acima, em diversos dispositivos, assim como institui a participação e controle da população e dos sujeitos coletivos representativos, inclusive na proposição de novos direitos. Tal proposta se materializa, conforme citado de forma concreta no ordenamento jurídico brasileiro, segundo Wolkmer, a exemplo da Convenção coletiva de trabalho, que se afirma como uma fonte

---

[37] HÄBERLE, Peter. **A hermenêutica Constitucional**. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, Fabris Editora, 1997, p. 19-28.
[38] WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 332.
[39] WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 335.

institucionalizada e que gera normas jurídicas advindas de relações sociais decorrentes da autonomia privada coletiva[40].

Para Häberle o conceito de “Estado Constitucional” se perpassa a ideia de que o poder público é constituído e limitado pelos princípios constitucionais formais e materiais: “Direitos Fundamentais, Estado Social de Direito, Divisão de Poderes, independência dos Tribunais, - em que ele é controlado de forma pluralista e legitimado democraticamente”. Enquanto o Estado Constitucional cooperativo está relacionado ao entrelaçamento político e jurídico com instituições internacionais e supranacionais que corresponde a um Direito Internacional cooperativo[41].

Assim, a interpretação do direito exige, uma coerência interpretativa sob a perspectiva dos anseios sociais e sua construção e evolução ao longo do tempo. Tal coerência deve ser construída com base no sistema de princípios necessários para uma justificativa íntegra, cuja fundamentação se molde ao conjunto de normas já existente. Para alcançar essa coerência interpretativa, exemplar é a proposta de Dworkin, acerca do direito como integridade, pois

> exige uma coerência do princípio mais horizontal do que vertical ao longo de toda a gama de normas jurídicas que a comunidade agora faz vigorar. Insiste em que o direito – os direitos e deveres que decorrem de decisões coletivas tomadas no passado e que, por esse motivo, permitem ou exigem a coerção – contém não apenas o limitado conteúdo explícito dessas decisões, mas também, num sentido mais vasto, o sistema de princípios necessários à sua justificativa[42].

Dworkin continua explicando que “o direito como integridade pede que os juízes admitam, na medida do possível, que o direito é estruturado por um conjunto coerente de princípios sobre a justiça, a equidade”[43]. O Direito como integridade deve se pautar em todo ao feixe de princípios que circundam a construção de uma interpretação jurídica a partir de uma ideia de fundamentação principiológica pautada na justiça e na equidade. A compreensão de tal estruturação é importante na construção da argumentação e na aplicação do direito ao caso concreto. A sintonia entre o direito entregue ao ser humano e a sua harmonia com o aparato principiológico é o que fornece uma integridade ao Direito, enquanto ciência.

---

[40] WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 337.
[41] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. -Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 6-7.
[42] DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 273.
[43] DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 273.

Ainda, Dworkin esclarece que para se alcançar tal integridade, é importante que se considere o feixe principiológico, assim como afirma que é necessário que os juízes considerem “o devido processo legal adjetivo, e pede-lhes que os apliquem nos novos casos que se lhe apresentem, de tal modo que a situação de cada pessoa seja justa e equitativa segundo as mesmas normas”[44].

Sob tal enfoque, para Maliska, o elemento fundamental para um novo pluralismo é a base “comunitária-participativa”, que se refere a racionalidade sob o argumento de maior emancipação e autonomia da essencialidade humana e a consolidação da liberdade, por meio de processos que demandam uma revisão da racionalidade. Ademais, para o autor, a racionalidade é elemento fundamental na construção e estruturação de um novo pluralismo comunitário-participativo que “contemple o direito em suas múltiplas expressões”[45].

Sob a perspectiva da pluralidade de fontes e o papel da hermenêutica jurídica na harmonização dessas fontes como argumento para ampliação da interpretação da ordem constitucional. O que deve ser entendida e recebe sentido, a partir de um caso concreto, enquanto processo hermenêutico, que se apresentaria como direito não escrito.[46]

A arte da argumentação e da racionalidade jurídica está justamente na aplicação individualizada do direito para cada pessoa, a partir do seu problema em específico, porém com base, muitas das vezes, nas mesmas normas. É a arte da prática argumentativa válida, equitativa e legitimadora da aplicação de determinada norma, sempre se pautando em toda a estrutura basilar a que aquele direito está sedimentado. Ainda, o mesmo autor acima mencionado, continua afirmando que

> Uma interpretação tem por finalidade mostrar o que é interpretado em sua melhor luz possível, e uma interpretação de qualquer parte do nosso direito de, portanto, levar em consideração não somente a substância das decisões tomadas por autoridades anteriores, mas também o modo como essas decisões foram tomadas: por quais autoridades e em que circunstâncias[47].

---

[44] DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 291.
[45]MALISKA, Marcos Augusto. Pluralismo jurídico e direito moderno. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 101-108.
[46] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p.29-32.
[47] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p.29-32.

A argumentação é um valor a ser considerado quando da emissão de uma decisão. Ademais, é necessário levar em conta o contexto, a circunstância das decisões, a autoridade que assim agiu, assim como a substância da decisão em tela. A interpretação para aplicação da norma deve ser harmônica e para além de considerar os contextos formais, deverá considerar o ambiente fático a que o assunto está sendo discutido. Sob tal perspectiva, a compreensão de que "princípios são, pois verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade"[48]. Assim, uma violação à um princípio possui o escopo de causar um dano maior, por vezes irreversível e irrecuperável.

Lembrando que determinadas proposições também são denominadas princípios, "apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validez de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários"[49]. Assim, nem todos os princípios, vale esclarecer, estão esculpidos na norma posta. A base estrutural principiológica nem sempre vem escrita, ainda que o sistema adotado seja o *Civil Law*.

Desta maneira, "a desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos". Citando o autor ainda, que é muito mais grave a violação à princípio, pois representa "insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais (...). Isto porque, com ofendê-lo, abatem-se as vigas que os sustêm e alui-se toda a estrutura nelas esforçada"[50].

Outro elemento importante que a doutrina aponta, é a necessidade de compreender que "o conceito de justiça é abstrato formal, e exige que casos semelhantes sejam tratados de modo semelhante; que casos diferentes sejam tratados de modo diferente; e que a cada um seja dado o que é certo". [51] A aplicação do direito necessita dessa conscientização de que semelhança e diferença andam juntas e de modo que o justo é que sejam harmonizadas entre si. Nesse mesmo sentido, outra visão importante é compreender que "o que as concepções de justiça

[48] REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 60.
[49] REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 60.
[50] MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 12ª. ed. – São Paulo: Malheiros, 2000, p. 747-748.
[51] KOZICKI, K.; PUGLIESE, William S. **Uma era de *common law* para o Brasil?** *In* II Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política., 2015, Belo Horizonte. O futuro do constitucionalismo: a construção da democracia constitucional. Belo Horizonte: Initia Via, 2015. v. 1. p. 357.

oferecem são conjuntos de princípios e normas para determinar que casos são semelhantes e o que é devido a cada pessoa”[52].

Assim, a argumentação jurídica deve ser racional e de modo a se pautar em uma metodologia interpretativa que mantenha a integridade e a coerência do direito dentro de um aparato principiológico, que deve considerar inclusive o modelo de sistema jurídico a que se está incluído. Ademais, “o positivismo é um modelo de e para um sistema de regras e sua noção central de um único teste fundamental para o direito nos força a ignorar os papéis importantes desempenhados pelos padrões que não são regras”[53].

O positivismo, como sistema de normas postas, deve ser utilizado e aplicado dentro de um aparato de princípios e valores que nem sempre estão escritos ou postos no ordenamento. Ademais, o direito, para além das normas escritas, ao longo do tempo, ainda que em sistemas positivistas, como o Brasil, possui reconhecidamente uma ampla bagagem de princípios costumeiros e não escritos, que podem sim servir de base para aplicação do direito. Até porque, sempre haverá casos submetidos a juízes e tribunais, que nem sempre comportam o enquadramento dentro do texto escrito.

A aplicação do direito deve comportar uma análise coesa de determinada norma, dentro de um contexto estrutural, para manter assim a sua integridade e legitimidade. Não obstante, o direito Constitucional moderno exige uma nova conformação, qual seja, sob a ressignificação do direito constitucional, sob a roupagem da cooperação e da abertura constitucional. Ademais, o direito está inserido em meandros do direito local, regional, costumeiro, mas também nacional e internacional, o que inclusive se aplica para a liberdade de associação, inclusive para fins sindicais. Essa abertura será objeto de estudos nos próximos tópicos.

1.1.2 Integração entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional

Neste tópico a análise se voltará para as fontes e princípios que regem o Direito Internacional, assim como seu condicionamento, seja no ordenamento

---

[52] KOZICKI, K.; PUGLIESE, William S. **Uma era de *common law* para o Brasil?** *In* II Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política., 2015, Belo Horizonte. O futuro do constitucionalismo: a construção da democracia constitucional. Belo Horizonte: Initia Via, 2015. v. 1. p. 357.

[53] DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 36.

nacional ou no ordenamento internacional. Ademais, quando se aborda a necessidade de uma interpretação coesa, de forma integrada e cooperativa da norma, é importante compreender a importância da norma internacional e sua aderência ao plano interno. Neste tópico a abordagem perpassará para análise da ruptura da supremacia do direito internacional sobre o direito constitucional, uma vez que o direito supranacional integra a própria Constituição.

A integração política pressupõe unidade constitucional necessariamente com uma Constituição democrática com características de abertura, tais como cooperação e integração, sendo esta a concretização harmônica de vontade, a ponto de oferecer efetividade concreta e eficiente[54]. Tal integração e cooperação também devem permear a liberdade do cidadão, inclusive a liberdade de associação para fins laborais, que é o assunto que conduz e motiva esta pesquisa. Ademais, a concretização harmônica de direitos e garantias laborais não acontece sem o exercício da liberdade, como elemento essencial da democracia no ambiente laboral e na organização do trabalho.

Quando o assunto é o ordenamento jurídico internacional, extremamente relevante é entender que "desde a antiguidade, historicamente, foram os princípios do livre consentimento, da boa-fé dos contraentes e a norma *pacta sunt servanda*, universalmente reconhecidos, que regeram os tratados internacionais"[55]. Os Tratados Internacionais possuem uma base principiológica que a estrutura desde a sua elaboração até a internalização nos países-membros. Quando um país, por livre e espontânea vontade, decide se tornar membro de determinada instituição Internacional, é importante a verificação da convergência entre normas internas e as normas existentes na referida instituição internacional.

Sob tal vértice, importante compreender que na prática existem questionamentos sobre a eficácia de uma separação entre direito interno e norma internacional. Esclarecendo que é evidente a necessidade de uma teoria que abarque ambos os direitos sob o contexto da cooperatividade,

> visando, por final, o próprio indivíduo como sujeito de direitos e deveres global, com sua aplicação prática, em primeira análise, no âmbito estatal.

---

[54] MALISKA, Marcos Augusto. **Fundamentos da Constituição**. Abertura, Cooperação, Integração. Curitiba, Juruá, 2013, p. 95-99.
[55] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª ed. Rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 32-33.

> Tal fato, conjugado à globalização e seus institutos, faz com que Direito interno e Direito Internacional comportem efeitos um sobre o outro"[56].

Um Estado Constitucional Cooperativo demanda uma conjugação entre a cooperação, pluralismo de fontes e democracia, impactando no sujeito, no indivíduo como um sujeito de direitos e deveres e inserido em uma esfera global. O Estado Constitucional Cooperativo demanda uma atuação com efeitos inclusive do direito interno sobre o externo e vice-versa. É a convergência estrutural constitucional para a construção de uma harmonia constitucional e democrática, inclusive com relativização da própria soberania.

Assim, "pode-se entender que o Estado Constitucional cooperativo, pautado no compromisso constitucional, na progressiva cooperação internacional e em uma sociedade aberta, é o instrumento ideal para o estabelecimento de uma sociedade internacional harmônica, justa e equânime"[57]. Sociedade esta, pautada em Constituições democráticas e plurais, assim como na centralidade do bem-estar humano e na sua realização de direitos e garantias mínimas, sob a fenda da concretização dos direitos contidos nos textos constitucionais. A cooperação é o instrumento contemporâneo para que os Estados concretizem ditames essenciais as suas sociedades, de modo harmônico, justo e em consonância com os preceitos internos e externos correlatos a dignidade humana, como balizador da atuação do ordenamento jurídico.

A democracia exigiu dos Estados Nacionais certa homogeneização das sociedades, se consolidando na ideia de que "a cidadania política é um pressuposto da ordem constitucional e do pluralismo"[58] A democracia nessa envergadura propôs uma integração interna e externa, que devem estar em consonância aos regramentos, tanto da legislação interna, assim como da legislação externa e principalmente, em consciente coesão com os anseios sociais.

O estabelecimento do Brasil como um Estado Democrático de Direito, estampado como premissa maior no texto preambular constitucional propicia de plano, um delineamento constitucional que perpetrará todo o texto da Constituição

---

[56] CANEPARO, Priscila. **A importância do Estado Constitucional Cooperativo** – delimitações a partir da Cooperação, Direito Constitucional e Direito Internacional. *In* Revista de Direito Brasileira | São Paulo, SP | v. 15 | n. 6 | p. 47 - 60 | set./dez. 2016, p. 12.

[57] CANEPARO, Priscila. **A importância do Estado Constitucional Cooperativo** – delimitações a partir da Cooperação, Direito Constitucional e Direito Internacional. *In* Revista de Direito Brasileira | São Paulo, SP | v. 15 | n. 6 | p. 47 - 60 | set./dez. 2016, p. 14.

[58] MALISKA, Marcos Augusto. **Fundamentos da Constituição**. Abertura, Cooperação, Integração. Curitiba, Juruá, 2013, p. 102.

vigente. Insta analisar que a partir da afirmação da instituição de um Estado Democrático, todo os demais princípios constitucionais devem se curvar a este, ou melhor, estar em consonância com todo o aparato principiológico que são inerentes a uma democracia. Ao instituir uma democracia, a Constituição de 1988 já confere a esta terminologia preceitos de envergadura principiológica, tais como liberdade, dignidade e outros que estão sendo abordados ao longo desde capítulo.

A democracia implica inclusive em abertura constitucional interna e externa, vez que um Estado Democrático não pode se fundar isolado, sem preposições normativas e principiológicas internas e externas. A democracia pressente abertura, da ordem constitucional, da economia, da segurança, da discussão de direitos e garantias, inclusive estampados em normas internacionais. Uma democracia prognostica a internalização de normais internacionais e aplicabilidade no plano interno e todo um cuidado para com a interpretação normativa.

Tal cuidado, evita que existam conflitos envolvendo a norma interna de cada país, com a norma internacional, ou até mesmo os estatutos de tais instituições. Ademais, os regimentos e estatutos trazem um aparato principiológico estrutural que consolidam as instituições, assim como servem de balizas na elaboração dos Tratados e instrumentos normativos. Até porque, traduzem a essência da instituição e suas diretrizes e devem ser seguidas pelos Estados-Membros.

Sob tal perspectiva, é necessário compreender que “os princípios não podem contentar-se apenas em mostrar as ligações entre prática jurídica e a prática social, mas deve continuar a examinar e criticar a prática social à luz de padrões independentes de coerência e sentido”[59]. Atualmente, quando o assunto é a norma internacional, há que se trabalhar com diversos padrões e até mesmo, com a disparidade de normas e inclusive compreensão interpretativa de princípios. Este procedimento tem gerado discussões intercontinentais a respeito e a partir da necessidade de efetivar direitos ao caso concreto, em total convergência entre os anseios constitucionais, internacionais e, principalmente, sociais.

A respeito da base estruturante do Direito Internacional, pautada nos objetivos da Organização das Nações Unidas - ONU, segundo Mazzuoli, é necessário

[59] DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 20.

> não perder de vista os princípios do Direito Internacional incorporados pela carta da ONU, tais como o da igualdade de direitos, o da livre determinação dos povos, o da igualdade soberana e da independência de todos os Estados, o da não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o da proibição da ameaça ou uso da força, o respeito universal aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos e o da efetividade de tais direitos e liberdades, insculpidos no seu art. 1º, itens 1,2,3 e 4[60].

Mediante ao exposto pelo autor, é de extrema relevância a percepção das nações quanto aos princípios incorporados pela carta da ONU, relacionados a promoção da igualdade, soberania, liberdade e não intervenção em assuntos internos, assim como o respeito aos Direitos Humanos e aos Direitos e Garantias fundamentais. Ademais, logo nos estatutos estruturantes das instituições Internacionais, especialmente as instituições de proteção aos Direitos Humanos, tais preceitos, uma vez que sedimentados pela ONU, vêm estampados como suas balizas estruturais.

O Brasil como signatário da ONU desde a sua fundação tem o dever de pensar em um ordenamento interno, seja ele constitucional ou infraconstitucional em convergência e sob a harmonia dos princípios estruturantes do ordenamento internacional. Esta necessária convergência vem estampada no comprometimento com a ordem internacional, previsto no *caput* da Constituição, assim como na prevalência dos Direitos Humanos e na cooperação entre os povos contida no artigo 4º. da Constituição de 1988. Ainda, não se pode esquecer do parágrafo único do mesmo artigo 4º., que insere o Brasil como integrador na América Latina. Estes elementos presentes no texto constitucional demonstram exemplificativamente como a Constituição de 1988 apresenta em diversos momentos, a abertura Constitucional brasileira ao ordenamento internacional. Assim como insere o Brasil ao patamar de nação não comprometida com entrosamento internacional, quando não envereda esforços para resolver os flancos que contendem com a própria democracia, a exemplo, a liberdade sindical, tema central da pesquisa.

Não é crível que os países descumpram ou violem os regramentos internacionais, inclusive os regramentos estruturantes. Ademais, conforme já mencionados, os países são livres para aderir a tratados ou não, assim como para se tornarem membros ou não de determinada instituição. Mas, uma vez membro e

---

[60] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª. ed. Rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 33.

cuja internalização de um Tratado ou instrumento, aconteça, é dever do Estado acatar seus preceitos basilares.

No que concerne as fontes que regem o Direito Internacional, o artigo 38 da Corte Internacional de Justiça assegura que são fontes do Direito Internacional, as convenções internacionais, os costumes internacionais e os princípios gerais do Direito[61]. Da mesma forma, o aparato internacional possui bases estruturais e fontes que geram normas dessa competência. Aqui se está a tratar apenas das fontes primárias do direito internacional, porém, é importante lembrar que existe ainda a corrente que reconhece as fontes secundárias na qual a jurisprudência e a doutrina ocupam tal espaço.

Assim, a Constituição, "avalizada" externamente, é fonte de legitimação democrática de processos de integração. Deste modo, tantos os processos de integração supranacional quanto o internacional devem considerar a experiência democrática nacional, vez que é neste espaço que a soberania popular se concretiza e se realiza plenamente[62].

Assim, a Constituição de 1988, a partir das premissas da democracia e todo o aparato que a circunda será vista e considerada a partir das suas experiências democráticas internas e do modo como o país consolida os pilares de sustentação da Constituição. Se a liberdade é uma premissa maior e vigora como um valor supremo da nação brasileira, ressalvadas questões específicas e que o interesse público, por exemplo esteja acima do interesse privado, não poderá sofrer restrições.

Importante aqui mencionar a Convenção de Viena, que é o Tratado dos tratados, ao que Mazzuoli lembra que

> a Convenção de Viena de 1969 reveste-se de autoridade jurídica mesmo para aqueles Estados que dela não são signatários em virtude de ser ela geralmente aceita como norma "declaratória de Direito Internacional geral", expressando direito consuetudinário vigente, consubstanciando na prática reiterada dos Estados no que diz respeito à matéria nela contida[63].

---

[61] USP. **Estatuto da Corte Internacional de Justiça** – 1945, disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Corte-Internacional-de-Justi%C3%A7a/estatuto-da-corte-internacional-de-justica.html, acesso em 01 de fevereiro de 2021.

[62] MALISKA, Marcos Augusto. **Fundamentos da Constituição**. Abertura, Cooperação, Integração. Curitiba, Juruá, 2013, p. 103.

[63] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª. ed. Rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 39.

Mazzuoli afirma também que “a convenção ainda estabelece que os tratados devem ser interpretados em seu *contexto*, isto é, de modo *sistemático”*[64], qual seja, não pode ser vista de modo isolado, mas em convergência com todo o aparato existente, seja ele interno ou internacional. A interpretação deve considerar o feixe de normas e principalmente o eixo estruturante pautado em princípios gerais que dão forma ao direito e até mesmo ao tratado.

No que concerne à interpretação dos Tratados, em sentido jurídico, interpretar significa “determinar racionalmente o sentido exato da norma, dando claridade e compreensão ao seu texto ou a qualquer um de seus comandos, a fim de deixar as partes seguras sobre o alcance e significado que se pretendeu estabelecer em seu contexto”[65]. A interpretação racional, qual seja pautada em uma técnica científica e estrutural, cujo maior desafio é a interpretação de modo racional, argumentativo e propositivo de soluções justas e equitativas, a partir do caso concreto e da norma existente.

Dessa maneira, “em outras palavras, pela regra do efeito útil deve-se rejeitar toda interpretação que conduza a um resultado absurdo ou irrazoável (inútil)” ademais, a interpretação de um tratado deve sempre refletir uma regulação sábia, previdente, racional e justa[66]. Tal interpretação deve se pautar em uma proposição válida, racional e que constitua uma solução ao caso concreto, fundamentada e razoável. Ademais, tais filtros interpretativos, servem como balizas que conduzem o interpretador da lei, de forma a fazer com que suas decisões se sustentem em si e por fim, produzam os efeitos a que se propõe.

Assim, sob o enfoque da abertura da ordem constitucional para fora, a ordem constitucional nacional integra uma ordem maior, que contempla outras ordens constitucionais, que interagem nesse ambiente diversificado socio-culturalmente, interna e externamente. Aqui Mazzuoli retrata a ideia de inserção da ordem constitucional nacional em um ambiente mais amplo, de convívio com outras ordens constitucionais[67].

---

[64] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª. ed. Rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 266.
[65] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª. ed. Rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 264.
[66] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª. ed. Rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 271.
[67] MALISKA, Marcos Augusto. **Fundamentos da Constituição**. Abertura, Cooperação, Integração. Curitiba, Juruá, 2013, p. 124-128.

A problemática da temática pluralista, leva a discussão “das possibilidades de nova cultura jurídica, com legitimação assentada no reconhecimento da justa satisfação de necessidades básicas e na ação participativa dos sujeitos insurgentes, singulares e coletivos”[68], que contemplem em uma democracia expressa no reconhecimento de valores coletivos culturalmente reconhecidos em cada comunidade[69].

Para Häberle, “o Direito constitucional não começa onde cessa o Direito Internacional. Também é válido o contrário, ou seja, o Direito Internacional não termina onde começa o Direito Constitucional”, exprimindo aqui a ideia de complementariedade, resultando no “Direito Comum de Cooperação”[70]. Esta ideia de complementariedade deve permear o concretizar de direitos humanos fundamentais no contexto social a que a norma passa a existir, inclusive no ambiente laboral e sindical, que é o lugar de fala do trabalhador, especialmente.

A expansão da democracia coloca em xeque a ideia de soberania popular, sob a perspectiva da valorização do pluralismo das sociedades e sua evolução cultural, tecnológica, entre outros. Passando neste século, a imagem do isolamento individual para uma sociedade integrada, diversificada, mas vinculada por laços de integração e solidariedade[71].

A Constituição de 1988 apresenta estes laços de integração e solidariedade quando denomina o país como uma sociedade fraterna, que constitui como fundamento do Estado Democrático de Direito a cidadania, valores sociais do trabalho e livre iniciativa, por exemplo. Tais elementos integram o conceito de Estado Constitucional Cooperativo, presente na Constituição de 1988. Ademais a integração e a solidariedade podem ocorrer tanto no plano interno do país, como no plano externo, qual seja, entre nações e instituições internacionais.

A partir de tais avanços, surge a preocupação por novos modelos de construção democrática e de um direito democrático aberto a novos padrões, com

---

[68] WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico e novas perspectivas dos Direitos humanos**. Jurisprudência Catarinense, Florianópolis, v. 35, n. 118, jan./mar. 2009. Acesso em 28 de agosto de 2022, p. 9.

[69] WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico e novas perspectivas dos Direitos humanos**. Jurisprudência Catarinense, Florianópolis, v. 35, n. 118, jan./mar. 2009. Acesso em 28 de agosto de 2022, p. 46.

[70] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. -Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 11-12.

[71] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 52-53.

multiplicidade de modelos e níveis participativos, admitindo-se novos paradigmas, novas formas que atendam a complexidade e pluralidade da sociedade do século XXI. Assim, se obriga a repensar o tradicional e se acolher o pluralismo normativo, jurídico e político, admitindo-se outras fontes, ao que menciona Hespanha tem facilitado a doutrina brasileira reconhecer o caráter jurídico de normas não estatais[72].

O Estado constitucional cooperativo rompe com a concepção de soberania nacional, relativizando o princípio da supremacia da Constituição, pois para Maliska,

> a cooperação internacional no âmbito normativo relativiza o princípio da supremacia da Constituição, não o subordinando as normas internacionais, mas o compreendendo como uma estrutura aberta. Isso implica em dizer, sob o ponto de vista do controle de constitucionalidade, que se faz necessário demonstrar as condições de abertura do texto constitucional à cooperação internacional, em especial nas hipóteses de possível incompatibilidade entre o texto da Constituição e a redação de um ato normativo internacional. Essa abertura, segundo a Constituição, se dá, em especial e, talvez, exclusivamente, mas essa seria uma outra discussão, pelos Direitos Humanos[73].

A compreensão da estrutura aberta à cooperação não propõe a exclusão de um ordenamento pelo outro, mas, ao contrário, a compatibilização entre eles, de modo ao Estado compreender que a normativa interna deve estar aberta a interpretação e restrição ou ampliação internacional, sempre buscando pela compatibilidade e razoabilidade normativa, sempre sob a perspectiva de centralidade do ser humano, assim como aberta a legislação para a proteção dos Direitos Humanos.

Segundo Maliska para discussão da temática, “os Direitos Humanos funcionariam assim, como ‘critério de entrada’ das normas internacionais produzidas cooperativamente quando essas estivessem em colisão com a Constituição”[74]. Quando o assunto é a necessidade de implementação da liberdade sindical no

---

[72] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 53-54.

[73] MALISKA, Marcos Augusto. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional**. Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo. *In* XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007, p. 11.

[74] MALISKA, Marcos Augusto. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional**. Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo. *In* XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007, p. 11.

Brasil, a Convenção nº. 87/1948 não foi ratificada sob o argumento de incompatibilidade com a Constituição e com a legislação interna.

Piovesan esclarece que os Estados, ao ratificarem os tratados, aceitam obrigações jurídicas decorrentes dos tratados de Direitos Humanos, assim como a partir de então, se submetem às autoridades de instituições internacionais, logo, quando se trata de violação aos Direitos Humanos, considerando o interesse e competência internacional, acontece a flexibilização da noção tradicional de soberania nacional. Para Piovesan, um dos maiores desafios intelectuais atuais, é repensar a soberania, deslocando-a para uma concepção universal, residente em todos os povos, para questões comuns[75].

Pontua Martins que "o Estado não abdica da sua soberania, reconhecendo a pluralidade de normas de direito" vez que a unidade do ordenamento se constata com base em processos de integração infra-estatais, vez que no Estado Moderno deve haver um equilíbrio entre as diferentes forças pluralistas visando garantia o desenvolvimento da sociedade[76].

A contemporaneidade demanda um Estado cuja soberania é relativizada para atender melhor ao ser humano e seus anseios de liberdade e garantias fundamentais mínimas e pautadas na cooperação. Trata-se de um dos elementos essenciais para se pensar os Estados sob as perspectivas da cooperação e da globalização.

1.1.3. Realização Cooperativa dos Direitos Fundamentais e a Constituição de 1988

Neste tópico abordar-se-á a hermenêutica da realização Cooperativa dos direitos fundamentais, sob a perspectiva e escopo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A pesquisa perpassará pela análise da Constituição democrática, plural e cooperativa, cuja liberdade é um dos pilares estruturais do Estado Constitucional brasileiro. A abordagem centra na perspectiva de mudança gravitacional da centralidade do direito no ser humano e sua dignidade. A liberdade em sua amplitude perpassa pela interpretação e a identificação de um Estado Constitucional Cooperativo no Brasil. Assim, a análise da temática liberdade sindical

---

[75] PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13ª. Ed. São Paulo: Saraiva. 2012, p. 65-66.
[76] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 57-58.

no Brasil será abordada sob o viés dos elementos identificadores de um Estado Constitucional Cooperativo, qual seja, com abertura ao ordenamento interno e externo.

Inicialmente, é importante compreender que no Estado Constitucional, a Constituição, está muito além de uma mera estruturação estatal, pois além de uma ordem fundamental estatal, é a concretização de um estatuto da comunidade política que em sua centralidade eleva o ser humano e sua dignidade, assim como pelos direitos e garantias fundamentais. Os direitos fundamentais deslocam o centro gravitacional da organização do Estado, para o ser humano[77].

A Constituição de 1988 claramente, logo no preâmbulo, promove esta mudança gravitacional na organização, estruturação e mais, pactuação do Estado Democrático de Direito, para um Estado solidário, plural, cooperativo e cuja centralidade do ordenamento jurídico está na dignidade humana.

O deslocamento do centro gravitacional da organização do Estado quando alterada e voltada para o ser humano, importa em uma nova conjuntura da interpretação e aplicação do direito. Importa pensar o direito voltado aos anseios da melhor proteção para o ser humano enquanto centro de atenção e até mesmo de existência para o direito. Ademais, nenhuma razão de ser persiste ao direito, senão houver a proteção ao ser humano e sua dignidade em todos os seus ambientes, inclusive laboral e sindical.

Segundo Häberle, a realização cooperativa dos direitos fundamentais é consequência do Estado Constitucional cooperativo, assim como resultado do direito de cooperação internacional, que está para além do Federalismo cooperativo, se perpassando, tanto pela esfera internacional, quanto pelos pactos regionais de Direitos Humanos. Ademais, para o autor, a realização cooperativa dos direitos fundamentais é justamente a tarefa do Estado Constitucional cooperativo, de criar na comunidade jurídica internacional uma realidade mínima de materialização e instrumentalização dos direitos fundamentais[78].

Quando se trata da realização cooperativa dos direitos fundamentais, a Constituição de 1988, de uma forma concreta no artigo 5º não distingue a aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais ali expostos, se são atinentes

---

[77] PINTO E NETTO, Luisa Cristina. **A Abertura de direitos fundamentais do Estado Constitucional**. Curitiba: Íthala, 2016, 91-101.

[78] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo**. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. -Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 65-66.

aos brasileiros ou a brasileiros e estrangeiros. A previsão ali, meramente ilustrativa, pois ao final do artigo assim consta, atinge todos pelo simples fato de ser humano, ou se gozar da condição humana, independentemente de ser brasileiro ou estrangeiro.

A ideia de concretização de um Estado constitucional cooperativo é justamente no sentido de compreender que "os direitos humanos não se pretendem universais em termos abstratos, eles se pretendem universais concretamente, inseridos nas diversas culturas que existem aquém e além do Estado Constitucional"[79]. Ademais, aquele Estado Constitucional soberano e dotado de uma rigidez em sede de limitação aos preceitos soberanos, não resulta em uma aniquilação da soberania, mas sua flexibilização e ampliação, para atender aos anseios do bem maior tutelado pelo direito, qual seja, a dignidade humana e seus enlaces, inclusive relacionados a liberdade.

Para Häberle, a realização cooperativa dos direitos humanos não está limitada a uma dogmática pautada nos direitos fundamentais, sendo apenas um dos vieses da liberdade dos direitos fundamentais que o Estado constitucional cooperativo deve ter como diretriz para atuação[80]. Para Häberle, a realização cooperativa é muito mais ampla, sendo a liberdade e os direitos fundamentais, apenas um dos instrumentos para a concretização dos direitos e garantias, voltados ao ser humano, como grande receptor da proteção jurídica.

A doutrina majoritária aponta uma distinção metodológica entre os direitos humanos e a terminologia direitos fundamentais que se funde em Direitos Humanos Fundamentais, criando-se uma mentalidade para a dimensão protetiva, na tentativa de uma humanização do direito internacional. A terminologia Direitos humanos, que inicialmente chamada direito natural, foi adotada muito tempo depois, no século XVIII, não obstante sua consagração terminológica só ter acontecido após a Conferência de São Francisco, em 1945[81].

---

[79] MALISKA, Marcos Augusto. **O Papel da Jurisdição Constitucional no Estado Constitucional Cooperativo**. Revista da Advocacia Pública Federal, v. 5, p. 198-211, 2021. (Texto objeto de palestra proferida no Centro de Estudos da ANAFE no dia 26 de abril de 2021), p. 203.

[80] HÄBERLE, Peter. **Estado Constitucional Cooperativo.** Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. -Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 67.

[81] MALISKA, Marcos Augusto; LIMA, S. A. **Direitos Humanos, Direitos Fundamentais, Sistemas e Níveis de Proteção:** da Evolução das Terminologias à Proteção da Pessoa Humana em Vários Níveis e Sistemas. *In* Humberto Nogueira; Elena Alvites; Paulo Schier; Ingo W. Sarlet. (Org.). Anais da VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia. 1ed.Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, v. 1, p. 281-302, p. 283-285.

Para Melina Fachin, mesmo não havendo um conceito fechado e determinante dos direitos humanos e direitos fundamentais, nota-se que ambos foram aproximados para a ideia de centralidade da dignidade humana, convergindo entre si, logo, a unificação terminológica, que elimina uma série de barreiras a concretização dos direitos e princípios inerentes a dignidade humana, sem nenhum prejuízo, ao contrário, trazendo efeitos práticos expressivos[82].

A ideia de humanização e de maior concretização das normas de direitos humanos muda suas perspectivas para a construção de espaços constitucionais em escala supranacional, cujo objetivo é a elevação da dignidade humana em todos os cenários constitucionais. Com tal movimento acaba se criando o direito internacional dos direitos humanos, como instrumento de efetivação plena dos direitos humanos de forma universalizada, com fontes abertas e plurais nos mais diversos níveis, visando um diálogo harmônico entre os sistemas protetivos nacionais, regionais e globais cuja centralidade é ocupada pelo ser humano[83].

A criação de espaços constitucionais em escala supranacional, qual seja, para além do texto constitucional demonstra que a Constituição de 1988 elevou concretamente a dignidade humana a um patamar de centralidade do ordenamento e inclusive reconhece efetivamente o direito constitucional dos direitos humanos, criado para efetivação plena dos direitos humanos, admitindo fontes plurais, internas e externas e principalmente, um diálogo entre sistemas protetivos, sejam eles nacionais, regionais e globais. Aqui cita-se o exemplo da Constituição de 1988 e seu diálogo com os Pactos Globais da ONU e a Convenção Americana de Direitos Humanos. Ademais, no bojo do texto constitucional de 1988, o texto apresenta a prevalência dos direitos humanos, o que demonstra sua abertura e cooperação externa.

Para Crippa, partindo da teoria desenvolvida por Peter Häberle, constata-se que o Estado Constitucional não é imutável, pois à medida que os conceitos de direitos fundamentais, sociais e culturais se desenvolvem, se alteram também as

---

[82] FACHIN, Melina Girardi. **Todos os nomes e um só sentido**: a aproximação dos direitos humanos aos direitos fundamentais tendo em vista sua efetivação prática. *In* Revista Brasileira de Direito Internacional, Curitiba, v.3, n.3, jan./jun.2006, https://revistas.ufpr.br/dint/article/view/5849/4686. Acesso em 28 de setembro de 2022, p. 1-25.

[83] MALISKA, Marcos Augusto; LIMA, S. A. **Direitos Humanos, Direitos Fundamentais, Sistemas e Níveis de Proteção: da Evolução das Terminologias à Proteção da Pessoa Humana em Vários Níveis e Sistemas.** *In* Humberto Nogueira; Elena Alvites; Paulo Schier; Ingo W. Sarlet. (Org.). Anais da VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia. 1ed.Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, v. 1, p. 281-302, p. 291-293.

concepções de Estado Constitucional, principalmente em se falando de Estado Constitucional internacional, este marcado pela textura aberta, para dentro e para fora. Tais alterações, para a autora, são decorrentes da democracia pluralista, direitos fundamentais e um poder judiciário independente[84].

Um Estado constitucional e um Estado democrático vaticinam de uma metodologia interpretativa aberta, ampla e voltada a centralidade do direito, qual seja, o indivíduo. Para a efetivação do Estado Constitucional Cooperativo, requer-se a atuação do Estado, seja pelo legislativo, executivo, na concretização e efetivação de políticas públicas, assim como, é primordial a existência de um poder judiciário independente e imparcial. Ademais, a parcialidade, para além de viciar todo o processo, contamina de um todo a concretização de um Estado Cooperativo. A atuação cooperativa pressupõe cortes comprometidos e fundamentados na ética e no respeito à lei e principalmente, ao ser humano, enquanto seu destinatário.

Segundo Crippa, a Constituição de 1988 é um marco jurídico de transição ao regime democrático dos direitos fundamentais, pois apresenta tais traços desde o preâmbulo, assegurando direitos sociais e individuais, a liberdade, segurança, igualdade e justiça, entre outros princípios, como valores fundamentais e supremos. A autora menciona que os direitos e garantias fundamentais possuem força expansiva com reflexos em todo direito constitucional e como critério interpretativo de todas as normas do ordenamento jurídico[85].

Assim, a Constituição de 1988 se concretiza como um marco histórico no critério interpretativo de Cooperação Interna e Externa dentro do contexto constitucional. A utilização dos direitos fundamentais como critério interpretativo para todo o ordenamento jurídico traduz a ideia da cooperação interna e externa. De modo a incutir a melhor intepretação para determinado direito, dentro de todo o contexto constitucional e mais, aos preceitos de direitos fundamentais, a que determinada norma está inserida. Para além e ainda mais precisamente, há que se ponderar a concretização da norma a partir de tais marcos interpretativos que devem ser adotados dentro de um Estado Cooperativo e democrático.

---

[84] CRIPPA, Stefania Dib. **A realização cooperativa dos Tratados de Direitos Humanos**: Uma análise do artigo 5º. §§2º. e 3º. da Constituição Federal de 1988. *In* https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima2/Stefania_Dib_Crippa.pdf. Acesso em 27 de setembro de 2022, p. 2.

[85] CRIPPA, Stefania Dib. **A realização cooperativa dos Tratados de Direitos Humanos**: Uma análise do artigo 5º. §§2º e 3º. da Constituição Federal de 1988. *In* https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima2/Stefania_Dib_Crippa.pdf. Acesso em 27 de setembro de 2022, p. 6.

Crippa menciona que a Constituição de 1988 amplia e rompe com a sistemática anterior quanto ao direito internacional, pois consagra a primazia dos Direitos Humanos, assim como cria um sistema de integração entre normas internas e internacionais para promoção e proteção a tais direitos, de forma suprema[86]. Este rompimento, ao estabelecer a primazia dos Direitos Humanos, é também uma demonstração concreta de mudança de perspectiva estabelecida pela Constituição de 1988. Esta mudança é justamente para concretizar as características de um Estado Democrático, Cooperativo, Plural e voltado ao bem-estar humano, independentemente da fonte de tal proteção, seja ela interna ou externa.

Langoski e Rossetto mencionam a teoria do *"espiritu abierto"* em que a Constituição deve permitir abertura para o futuro e espaço para desenvolvimento do espírito humano. Tal teoria indica a adoção de uma hermenêutica constitucional apropriada a uma sociedade pluralista, aberta, para processos democráticos de modo plural[87]. A Constituição de 1988 possui o que a doutrina menciona de espírito aberto, qual seja pautada no desenvolvimento humano ao trazer para o bojo da Constituição o bem-estar humano. Este, alavancado juntamente com uma série de direitos e garantias que da mesma forma culminam em bem-estar. Ao final, o corpo, a mente e o espírito humano devem estar em paz, protegidos, independentemente de ser sob o manto do próprio texto constitucional direto ou outros instrumentos, internos ou externos que busquem a proteção da dignidade. Para além de um texto plural, democrático e pautado no bem-estar humano, é necessária a aplicação de uma hermenêutica apropriada a uma sociedade pluralista e cooperativa. Esta é a interpretação que se busca demonstrar a necessidade de aplicação na presente pesquisa, com relação a liberdade sindical no Brasil.

Ainda, sob tal perspectiva, tem que se compreender que um método constitucional advém de uma base constitucional e de construção da própria constitucionalidade. Por isso, a referência a outros Estados, os quais demandam

---

[86] CRIPPA, Stefania Dib. **A realização cooperativa dos Tratados de Direitos Humanos**: Uma análise do artigo 5º. §§2º. e 3º. da Constituição Federal de 1988. *In* https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima2/Stefania_Dib_Crippa.pdf. Acesso em 27 de setembro de 2022, p. 8-9.

[87] LANGOSKI, Deisemara Turatti; Rossetto, Geralda Magella de Faria. **O Estado Constitucional Cooperativo de Peter Häberle como elemento de realidade material e processual de direitos para apátridas.** *In* http://site.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/ey04hoar/eI7GvQXjb83LgIiW.pdf, acesso em 27 de setembro de 2022, p. 419-421.

atuação dos tribunais e produção de jurisprudência reconhecendo uma ordem comunitária quando o assunto é a proteção aos direitos humanos e fundamentais[88].

Quando o assunto é a realização cooperativa dos direitos fundamentais, é importante compreender que a concretização dos direitos humanos e fundamentais demandam uma relativização da soberania estatal, assim como a consciência de um Estado voltado a centralidade do ser humano e mais, com abertura para a concretização de direitos inerentes a dignidade humana. Essa intepretação passa pela atuação dos tribunais e a produção da jurisprudência em geral, assim como pela produção doutrinária como suporte a produção jurisprudencial e interpretação geral de determinado instrumento normativo, inclusive, a Constituição.

Para Maliska, a aproximação dos direitos constitucional e internacional se caracteriza justamente pela "estrutura aberta do Estado Constitucional aos processos de cooperação internacional e supranacional" para a realização dos direitos humanos[89]. Para o autor, "Estado Constitucional Cooperativo é um conceito multidisciplinar", vinculado a filosofia política, assim como ao direito internacional, agregando o cooperativo ao Estado Constitucional Nacional (não deixa de existir), conhecido como democrático internamente, mas nada cooperativo e amigo no plano externo. O Estado Nacional soberano passa a reconhecer a comunidade internacional como um espaço de debates e soluções comuns, vinculado essencialmente aos direitos humanos[90].

Este reconhecimento de um espaço de debates ocupa uma centralidade aqui na pesquisa, ademais, o pluralismo sindical será estudado justamente como um espaço de debates e de produção normativa autônomo e independente, do ponto de vista estatal. O fruto do reconhecimento de um Estado Constitucional Cooperativo é justamente o reconhecimento de espaços independentes e autônomos, nacionais e

---

[88] LANGOSKI, Deisemara Turatti; Rossetto, Geralda Magella de Faria. **O Estado Constitucional Cooperativo de Peter Häberle como elemento de realidade material e processual de direitos para apátridas**. *In* http://site.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/ey04hoar/eI7GvQXjb83LgIiW.pdf, acesso em 27 de setembro de 2022, p. 16.

[89] MALISKA, Marcos Augusto. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional**. Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo. *In* XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007, p. 3.

[90] MALISKA, Marcos Augusto. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional.** Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo. *In* XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007, p. 5-6.

internacionais. Sem deixar de mencionar que tais espaços coexistem harmonicamente e de forma a produzir efeitos positivos quando o assunto é a efetivação constitucional e legal na proteção do espírito humano, qual seja, na promoção da dignidade humana.

Segundo Piovesan, o Direito Internacional dos Direitos Humanos se constitui em um sistema de normas, procedimentos e instituições internacionais para promoção e desenvolvimento dos direitos humanos no âmbito mundial, atribuindo ao indivíduo o *status* de sujeito de direito internacional[91].

Assim, a realização cooperativa dos direitos humanos e fundamentais rompe barreiras no sentido de ultrapassar as linhas do direito interno ou ainda do direito externo, em abertura para dentro ou para fora. Na interpretação do direito sob a vértice do Estado cooperativo, é preciso enxergar para além da letra do texto legal, voltar os olhos para os anseios da sociedade a que a norma foi elaborada, sua destinação, assim como as bases estruturantes e fontes plurais, nas quais está foi fundamentada. Esta abertura propicia a criação de espaços de debates, espaços normativos autônomos e em total convergência aos preceitos constitucionais, qual seja, a concretização de um Estado Democrático, verdadeiramente.

1.2 A LIBERDADE SINDICAL E O PAPEL DA CONVENÇÃO Nº. 87/1948 DA OIT NO FORTALECIMENTO DO ESTADO CONSTITUCIONAL

Neste tópico, a abordagem se concentra a compreender a liberdade sindical e seu papel como elemento essencial para assegurar a existência e pleno funcionamento do espaço sindical e espaço normativo sindical. A importância da liberdade sindical no Brasil é elemento de discussão a partir da não ratificação da Convenção nº. 87/1948 da OIT pelo Brasil. Ainda, neste momento da pesquisa apresentar-se-á a importância da referida Convenção no fortalecimento do Estado Constitucional. A Convenção nº. 87 da OIT como instrumento de fortalecimento e mais como instrumento normativo que assegura justamente o espaço normativo sindical que é o cerne da pesquisa e essencial para a promoção de um ambiente laboral saudável e minimamente decente.

---

[91] PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13ª. Ed. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 62-63.

O direito do trabalho vai muito além de um aparato normativo com previsão de normas materiais e processuais nas mais diversas temáticas. Conforme comenta Delgado, “o Direito do Trabalho consiste em instrumento jurídico de promoção da dignidade humana na medida em que contribui para a afirmação da identidade individual do trabalhador, sua emancipação coletiva” além da inclusão protegida e regulada no mercado de trabalho[92]. Desse modo, compete ao direito do Trabalho a instrumentalização da promoção da dignidade humana pelo trabalho, o que demanda outros elementos como desenvolvimento mínimo da economia, promoção da democracia laboral entre outros. A promoção da dignidade humana em seu conjunto, no ambiente laboral quanto no meio social contribui diretamente para a afirmação da identidade individual e emancipação coletiva de cada trabalhador. Eis que ela se constitui na construção do indivíduo tanto no meio laboral quanto no meio social em que convive. Por conseguinte, a identidade do trabalhador não apenas revela o local no qual está inserido, mas também delimita o espaço de fala na sociedade.

A localização do indivíduo na sociedade sinaliza para a emancipação coletiva do trabalhador, objeto de promoção pelo direito do trabalho relaciona as formas individuais de ser do trabalhador com a sua emancipação social. Importante entender o trabalho em seu adequado local, qual seja, de um direito social, fundamental e humano no texto da Constituição de 1988 pois o trabalho digno e decente é um dos pilares de sustentação da sociedade.

A dignidade humana é um dos pilares da Constituição de 1988, e nesse sentido, Pinto e Netto afirmam que “o Estado Constitucional, em primeiro lugar, é aquele cuja estruturação se encontra em uma Constituição e vem acompanhada, necessariamente, pela previsão e garantia de direitos fundamentais”[93]. Ainda, o que se deve ter em mente é o pluralismo estrutural do atual Estado Constitucional, e sua convergência sobre aspectos fundamentais substanciais da comunidade política e a

[92] DELGADO, Gabriela Neves; RIBEIRO, Ana Carolina Paranhos de Campos. **Os Direitos Sociotrabalhistas como dimensão dos direitos humanos**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 63.

[93] PINTO E NETTO, Luisa Cristina. **A Abertura de direitos fundamentais do Estado Constitucional**. Curitiba: Íthala, 2016, p. 39.

dignidade humana que está no centro desta substancialidade, a pessoa como centro, fim e limite do Estado e da ordem jurídica estatal[94].

A Organização Internacional do Trabalho – OIT é vinculada à ONU, porém foi criada antes desta, por ocasião da Conferência de Paz que aprovou o Tratado de Versailles em 1919. O próprio preâmbulo da Constituição da OIT afirma que não pode haver paz duradoura onde não houver justiça social e entre os objetivos de criação, está justamente o combate a conflitos como a 1ª Grande Guerra, que gerou fome e desemprego em todo o planeta[95].

A justiça social é um dos princípios contidos no preâmbulo da Constituição de 1988, como um dos pilares estruturais da democracia brasileira. O valor social do trabalho, o combate ao trabalho escravo e degradante também pertence aos princípios fundamentais e elementares ao conteúdo da Constituição de 1988. Ademais, internacionalmente o direito ao trabalho digno e decente é uma norma de Direitos Humanos, logo dotada de universalidade.

O Direito do trabalho é uma das vertentes dos Direitos Humanos, cuja dimensão ética aglutina os conceitos de dignidade, cidadania e justiça social, sendo estes pilares éticos dos direitos humanos, e a justiça social uma das metas da OIT, garantindo aos trabalhadores amplo acesso à justiça do trabalho e direitos laborais[96].

Conforme esclarece Garcia, é importante destacar que as Convenções da OIT têm natureza de Tratados Internacionais multilaterais que obrigam os Estados que as ratificarem. Enquanto as recomendações são sugestões indicativas, as reclamações são instrumentos dirigidos ao Conselho de Administração, cujo condão é informar o descumprimento de Convenção da OIT[97].

---

[94] PINTO E NETTO, Luisa Cristina. **A Abertura de direitos fundamentais do Estado Constitucional**. Curitiba: Íthala, 2016, p. 41-42.

[95] PAMPLONA FILHO, Rodolfo; BRANCO, Maurício de Melo Teixeira. **Estrutura da Organização Internacional do Trabalho:** Aspectos-históricos institucionais e econômicos. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 75-76.

[96] DELGADO, Gabriela Neves; RIBEIRO, Ana Carolina Paranhos de Campos. **Os Direitos Sociotrabalhistas como dimensão dos direitos humanos.** *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 64-65.

[97] GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Convenção n. 98 da organização internacional do Trabalho**: Proteção da Liberdade e atividade sindical. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 392.

As normas da OIT têm como principal fundamento melhorar as condições de trabalho naquele segmento ou temática ou ainda, são normas que possuem disposições coletivas, sindicais e de organização em geral. É o caso das Convenções nº. 87 e nº. 98, por exemplo, que organizam diretrizes basilares para o exercício da atividade sindical em todo o planeta. Assim, as Convenções devem inclusive receber o apoio e incentivo para sua realização interna, pelos próprios Estados-membros que a internalizam. E mais, as normas internacionais servem como instrumento para fortalecimento do sistema interno.

Ressalte-se que, inclusive, o próprio Estado pode incorrer em práticas antissindicais ao legislar de forma contrária aos preceitos de liberdade sindical. Figurando, por vezes, como empregador incidindo em perseguição a servidores que legitimamente exerçam atividade sindical[98]. Nesse segmento, a abordagem será sob a perspectiva da importância da implementação da Convenção nº. 87/1948 no plano interno do Brasil, como instrumento para fortalecimento do Estado Constitucional e seus preceitos basilares.

1.2.1 Da Liberdade dos Antigos à Liberdade dos Modernos: a Liberdade Sindical

Neste momento, a pesquisa abordará a liberdade em uma difícil tarefa de tentar conceituar a liberdade como elemento essencial ao discorrer sobre a temática liberdade sindical. É necessário situar a respeito de qual liberdade se está a tratar e mais, qual autonomia se abordará, uma vez que nesta pesquisa, nos capítulos subsequentes a abordagem perpassará a liberdade e autonomia de instituição e não simplesmente a autonomia privada, com o recorde civilista.

Importante iniciar este tópico, compreendendo a configuração do preceito de liberdade sindical, que decorre da liberdade de associação. A liberdade sindical que possui caráter jurídico, é decorrência ou consequência da liberdade moderna, que é uma liberdade liberal. Qual seja, da contemporaneidade, e para se chegar a tal, necessário se faz perpassar pela liberdade dos tempos antigos, liberdade republicana, ou ao seu percorrer histórico filosófico, aqui necessário a compreensão.

---

[98] GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Convenção n. 98 da organização internacional do Trabalho**: Proteção da Liberdade e atividade sindical. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 395.

Segundo Pettit, a liberdade republicana é um ideal comunitário, porém um ideal compatível com as formas das sociedades modernas e pluralistas, cuja participação democrática é importante. A participação democrática pode ser essencial para a república, pois necessária para se desfrutar da liberdade como não dominação. O liberalismo entende a liberdade como a não interferência, algo como um valor formal, em que se sedimentam entre os quais a igualdade e a eliminação da pobreza[99]. A liberdade dos antigos é uma liberdade de cunho comunitarista, qual seja, compreende e enxerga o indivíduo inserido em uma comunidade. Na liberdade moderna, a liberdade é compreendida no contexto do indivíduo e seus direitos individuais. Esta é a liberdade de não-interferência.

Para Pettit, a tradição republicana não se limitou a oferecer interpretação distinta e específica a liberdade. Reconheceu a liberdade como não-dominação e a não dominação o papel de valor político supremo.[100] Ao passo que a liberdade dos antigos, está na tradição republicana, qual seja pautada na liberdade como não dominação, qual seja atrelada a ideia de não escravização e não submissão.

Segundo Häberle, o indivíduo, a comunidade, assim como o cidadão e a democracia liberal se encontram ao mesmo plano dos direitos fundamentais, que se desenvolve livremente dentro da comunidade social. Os direitos fundamentais são o limite para o Estado, pois a essência desses direitos deriva do próprio conceito de direito. Os direitos fundamentais limitam inclusive os direitos de soberania do Estado e do poder público, vez que a soberania e o poder são conceitos que não satisfazem a liberdade individual. Os direitos fundamentais protegem a vida privada da vida individual e social em si e para si, vez que não se limita a proteção individual do cidadão para satisfações políticas[101].

Ademais, a liberdade que ora se aborda é a liberdade de associação para finalidades sindicais e laborais. A liberdade, para Reale e Antiseri, é a própria vontade, sendo uma faculdade diferente da razão, possuindo uma autonomia própria em relação à razão, embora ligadas, sendo o livre arbítrio precisamente a

---

[99] PETTIT, Philip. ***Republicanismo****. Una teoria sobre la libertad y el Gobierno*. Traducción de Toni Doménech. Buenos Aires, Paidós, 1999, p. 25-27.
[100] PETTIT, Philip. ***Republicanismo****. Una teoria sobre la libertad y el Gobierno*. Traducción de Toni Doménech. Buenos Aires, Paidós, 1999, p. 113.
[101] HÄBERLE, Peter*.* ***La Libertad Fundamental en el Estado Constitucional*****.** Tradução para o espanhol de César Landa. San Miguel, Peru*, Fondo* Editorial PUC Peru, 1997, p. 71-74.

liberdade[102]. O livre arbítrio é condição necessária para a liberdade, esta como uma escolha não arbitrária, mas dirigida por uma lei[103].

A liberdade para se associar ou se filiar ou mais, para não se associar a determinada entidade associativa sindical é que se conceitua aqui como o livre arbítrio. Este livre arbítrio necessariamente deve estar presente nas relações laborais, sejam, elas individuais ou coletivas. Especialmente a liberdade coletiva, ademais, a liberdade individual do trabalhador ante ao seu empregador /e/ ou contratante é endemicamente pautada na desigualdade. A esta pesquisa, importa especialmente o exercício do livre arbítrio do trabalhador para escolher pela filiação ou não filiação, entre outros elementos que demandam investigação, quando o assunto é o exercício da liberdade sindical em um sistema de sindicato único.

Segundo Nunes a liberdade é vivenciada pelo ser humano em todas as formas descritas pela filosofia, de maneira simultânea. A liberdade é de grande e permanente complexidade, captada, sentida e vivenciada em múltiplas possibilidades, como um fenômeno existencial[104]. A liberdade como um fenômeno relacionado e interligado a própria existência da humanidade aqui deve ser abordado sob a perspectiva associativa.

Segundo Ferraz Júnior, a liberdade é um dos termos mais controvertidos e decisivos juridicamente, pois para alguns ela precede ao direito e explica suas possiblidades, para outros ela dá sentido ao direito[105]. A liberdade é um conceito amplo e indefinido de possibilidades que o ser humano adquire por meio da legislação pautada na construção de democracias e preservação de direitos e garantias fundamentais. A legislação deve possibilitar o exercício de tais liberdades na sua forma mais ampla, porém ao destinatário dela, pousa a autonomia para se utilizar ou não desses preceitos de liberdade.

A legislação, sob tal perspectiva, não pode ser a única fonte de garantia da liberdade, mas ao contrário, a própria legislação deve ser aberta a compreender que a liberdade é um conceito amplo, aberto, universal e apenas pode sofrer limitações se causar danos a outrem ou ao patrimônio de terceiro.

---

[102] REALE, Giovani; ANTISERI, Dario. **A história da filosofia.** Antiguidade e Idade Média. Volume I. São Paulo: Paulus, 1990, p. 456-457.
[103] NUNES, Luiz Antonio. 1956. **Liberdade: norma, consciência, existência**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1996, p. 66-68.
[104] NUNES, Luiz Antonio. 1956. **Liberdade: norma, consciência, existência**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1996, p. 18-19.
[105] FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito. Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 95.

Segundo Ferraz Junior, a liberdade não é um poder de escolha, mas uma necessidade interna do próprio ser, quando querer algo impossível não é ser livre, mas querer pressupõe poder, logo liberdade e necessidade são convergentes e, exige-se a liberdade como expressão política [106]. A liberdade está relacionada as necessidades internas do próprio ser humano e somente se pode dizer livre quando o ser humano tem o poder de escolha, de opção pela liberdade, ou por determinada conduta, de forma livre, consciente e como uma expressão política, inclusive.

Na antiguidade, a liberdade era entendida como um *status* do cidadão, não era suficiente para caracterizar a liberdade como essência humana, pois lhe faltava o espaço público politicamente assegurado. As relações entre direito e liberdade permaneciam externas e dependentes de uma organização[107]. Segundo Maliska, o direito pode surgir de um comando vertical como direito escrito ou de forma espontânea horizontal como direito não escrito[108]. Maliska esclarece que a cultura jurídica europeia era predominantemente oral até o século XV e a partir daí a cultura escrita expande, mantendo-se em processo de consolidação até o século XVIII[109]. Na Antiguidade, a liberdade não estava assentada em um espaço político do cidadão, mas relacionado a uma organização e não a essência humana. A liberdade perpassa por momentos de consolidação, cuja diversidade e cultura dão o tom da liberdade nos mais diversos locais do planeta.

Maliska menciona que as culturas orais e escritas possuem estruturas diferentes, sendo a cultura oral centrada na conservação do conhecimento, ao passo que a cultura escrita na inovação. A cultura oral é coletiva, enquanto a cultura escrita é individualizada e sua unidade básica é a palavra[110]. Ao longo da história, a cultura do direito se modifica e, segundo as lições do autor, a cultura oral é coletiva, qual seja pautada no conhecimento, o que se pode concluir pautada nos acontecimentos sociais da época sendo transmitida por repetição e aceitação da sociedade. Ao passo que a cultura escrita se pauta, segundo as lições de Maliska, na inovação,

---

[106] FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito**. Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 99-100.
[107] FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito**. Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 103.
[108] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 15.
[109] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 17.
[110] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 17.

cuja unidade é a palavra. Aqui é possível extrair que o texto escrito passa a ocupar um lugar central na construção do direito e a cultura oral perde espaço. Tais avanços e alterações no contexto da evolução do direito dão espaço a uma estruturação e codificação. Os textos escritos avançam e se tornam cada dia mais comuns, passando o Estado a deter o poder de legislar e ditar as condutas jurídicas aceitáveis para a época e que deviam conduzir a sociedade.

A respeito da codificação, Nunes ao abordar as concepções de Luhmann sobre a elaboração de uma Constituição, afirma que a Constituição rompe com o paradigma semântico emergente na transição para a era moderna, sendo a Constituição a carta da liberdade ou pacto de poder, se contrapondo ao caráter modificador. Tal caráter se concretiza ao implantar o sistema constituinte abrangente e universal da Constituição, surgindo nos quadros da Revolução Burguesa do Século XVIII.[111]

Quanto à liberdade dos antigos e à liberdade nos tempos modernos, é importante compreender que

> O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que chamavam de liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança nos prazeres privados; e eles chamam de liberdade as garantias concedidas pelas instituições a tais prazeres.[112]

A centralidade dos interesses mudou ao longo da história, conforme se pode verificar das lições de Constant, vez que o objetivo dos tempos modernos se pauta nos prazeres privados, qual seja, no que se chama de liberdade, as garantias concedidas pelas instituições. Ou seja, na modernidade do direito há um deslocamento da centralidade do poder social, para a centralidade da liberdade individual e prazeres privados, como denomina o autor.

Pontes de Miranda esclarece no que tange ao direito dos tempos modernos "depois de se haver o homem libertado do direito do clã e da tribo, bem como do privatismo oligárquico da Idade Média, é baseado em que cada um tem campo de

---

[111] NUNES, Péricles Stehmann; LYRA, José Francisco Dias da Costa**. Transconstitucionalismo entre ordens jurídicas**: forma de alteridade no sistema jurídico mundial de níveis múltiplos [recurso eletrônico] / Péricles Stehmann Nunes; José Francisco Dias da Costa Lyra -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 46-47.

[112] CONSTANT, Benjamin. (1767-1830). **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**: discurso pronunciado no Ateneu Real de Paris em 1819. Tradução Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo, Edipro, 2019, p. 59.

autonomia em que pode rumar, como entenda, a sua vida."[113] Das lições de Pontes de Miranda se capta um instituto importante para a presente pesquisa, qual seja, a valoração do campo da autonomia da vontade, da autonomia privada de cada indivíduo para gerir sua vida da forma que melhor lhe interessar. O direito aqui se volta a considerar a autonomia da vontade, instituto este de tamanha relevância para o direito privado, nos tempos atuais.

Para Constant a liberdade individual é a verdadeira liberdade moderna e a liberdade política, de cunho indispensável, é a garantia da liberdade individual. Para o autor, exigir o sacrifício da liberdade individual em prol da liberdade política é o meio mais seguro de retirar também a liberdade individual[114]. Ao diferenciar a liberdade dos tempos antigos da liberdade dos tempos modernos, Benjamin Constant, assegura que a liberdade dos tempos antigos custava cara ao seu povo, assim com a sua fruição é preciosa nos tempos modernos, vez que na Antiguidade o povo era destituído de direitos e garantias[115].

Nesta mesma senda, Constant diferencia a liberdade dos antigos ao esclarecer que nesta, o indivíduo, que não tem sequer noção dos seus direitos individuais é escravo em suas relações privadas e soberano nos negócios públicos. Ao passo que em tempos modernos o indivíduo, ao contrário, não é independente na vida privada, nem nos Estados mais livres, soberano aparentemente, porém lhe é restrita e quase suspensa, quase sempre, dela abdicando[116].

O reconhecimento da liberdade individual nas lições de Constant é o que diferencia a liberdade dos tempos antigos para com a liberdade dos tempos modernos, pois neste a liberdade individual é uma conquista importante e elementar, ao passo que nos tempos antigos o indivíduo não tinha sequer noção de seus direitos individuais, sendo dependente dos comandos do poder soberano. A liberdade custou caro ao direito moderno, que atualmente tem reconhecido o seu

---

[113] MIRANDA, Francisco Cavalcante Pontes de, 1892-1979. **Direito das obrigações**: direito das obrigações, títulos ao portador, títulos nominativos... / Pontes de Miranda; atualizado por Alcides Tomasetti Jr., Rafael Domingos Faiardo Vanzella – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. (coleção tratado de direito privado: parte especial; 33), p. 22.

[114] CONSTANT, Benjamin. (1767-1830). **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**: discurso pronunciado no Ateneu Real de Paris em 1819. Tradução Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo, Edipro, 2019, p. 70.

[115] CONSTANT, Benjamin. (1767-1830). **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**: discurso pronunciado no Ateneu Real de Paris em 1819. Tradução Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo, Edipro, 2019, p. 43-45.

[116] CONSTANT, Benjamin. (1767-1830). **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**: discurso pronunciado no Ateneu Real de Paris em 1819. Tradução Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo, Edipro, 2019, p. 48-49.

direito, sua autonomia e liberdades individuais. Aqui é necessária e importante a compreensão de que a liberdade é um produto e uma conquista histórica de um espírito nacional e não a consequência de um sistema político determinado[117]. A liberdade, ao que se percebe das lições de Cruet, é uma conquista histórica pautada nas lutas e anseios sociais, como consequência social.

Para Constant, "a independência individual é a primeira das necessidades modernas", logo jamais pode se admitir sacrifícios desta em prol da liberdade política"[118]. A liberdade e independência individual são necessidades basilares na modernidade, segundo o autor, logo, é possível compreender que um indivíduo sem a liberdade e autonomia individual, sequer pode pensar em lutar por liberdades coletivas e direitos que decorrem de uma democracia, vez que sem liberdade individual assegurada, sequer existe a democracia.

Não obstante, para Nascimento, ao estudar e analisar as proposições de Rousseau sobre a liberdade, esclarece que

> renunciar à liberdade, é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade e mesmo aos seus deveres. Não existe nenhuma compensação possível para aquele que renuncia a tudo. Uma tal renúncia é incompatível com a natureza do homem, e eliminar toda moralidade de suas ações equivale a eliminar toda liberdade de sua vontade. Enfim, é uma convenção vã e contraditória estipular, de um lado, uma autoridade absoluta e, de outro, uma obediência sem limites[119].

Efetivamente, é preciso pontuar a renúncia e a leitura adequada, pois assiste integral razão ao filósofo, ademais, talvez seja necessária uma relativização do termo, para se pensar não efetivamente no conceito atual de renúncia, mas, de eventual interesse momentâneo de um indivíduo de não exercer determinada liberdade em determinado momento, o que é o exercício da liberdade de toda forma. Outrossim, decidir por exercer ou não determinado direito em determinado momento, também constitui a liberdade em sua essência, porém renúncia, para os tempos atuais do direito brasileiro, talvez não fosse o instituto adequado.

---

[117] CRUET, Juan. **A Vida do Direito e a inutilidade das leis**. Bibliotheca de Philosophia scientifica – Livraria Editora, Lisboa, 1908, p. 291.

[118] CONSTANT, Benjamin. (1767-1830). A liberdade dos antigos comparada à dos modernos: discurso pronunciado no Ateneu Real de Paris em 1819. Tradução Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo, Edipro, 2019, p. 65.

[119] NASCIMENTO, Milton Meira do. **Rousseau: da servidão à liberdade**. Clássicos da política. Tradução. São Paulo: Ática, 2002, p. 2016.

Certeiro é Nascimento ao discorrer sobre a teoria de Rousseau mencionando que a renúncia de liberdades é incompatível com a essência e origem humana, pois, desde que se tem conhecimento da existência humana no planeta, este, luta por direitos, garantias e liberdades. Talvez, realmente seja adequado pensar que efetivamente é contraditório o indivíduo renunciar liberdades, não obstante o possa fazê-lo de forma temporária, por motivos que justifiquem sua livre escolha.

Segundo Ferraz Junior, na sociedade moderna vige a afirmação de liberdade como um atributo do indivíduo, enquanto sujeito autônomo, cuja valorização está na experiência concreta de cada sujeito livre. A era moderna enuncia o advento de uma sociedade complexa, altamente desagregada e funcionalmente diferenciada, que exige uma burocracia estatal[120]. Ao contrário da liberdade dos antigos, a liberdade moderna preceitua a liberdade como um atributo do indivíduo, como sujeito autônomo, livre, dentro de uma sociedade complexa e pautada em uma natural burocracia estatal.

Para Mill é necessário distinguir a liberdade individual, da liberdade civil ou liberdade social, qual seja, a liberdade que é legitimamente exercida pela sociedade sobre o indivíduo. Tal interferência da opinião coletiva sobre a independência individual possui limitações[121]. A abordagem de Mill perpassa pela compreensão da construção de uma liberdade individual e mais, de uma liberdade coletiva, o que o autor chama de liberdade social, qual seja, uma liberdade exercida pela sociedade sobre o indivíduo, que possui limitações. Ademais, a esfera individual da pessoa deve ser respeitada e inclusive, protegida pelo Estado. Nesse sentido, a liberdade social que o autor se refere, é tanto a liberdade do Estado como da Organização sindical sobre o indivíduo, qual seja, aqui há um recorte moderno, individual, de proteção do indivíduo em face do Estado, quanto social (sindicato).

De acordo com Mill, a liberdade individual é aquela inerente individualidade de cada pessoa e suas ações só afetam a si próprio, em um primeiro momento. Tais liberdades estão relacionadas a liberdade de expressão, manifestação, consciência, culto, pensamento, que podem ser analisadas sob a perspectiva individual, assim como a perspectiva individual pode ser vista dentro de limites a partir de um grupo

[120] FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito**. Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 116.
[121] MILL, John Stuart, 1806-1873. **Sobre a liberdade**; tradução Pedro Medeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 20-22.

de indivíduos, qual seja, sob o enlace da liberdade de união para qualquer propósito que não objetive causar danos a outrem. Nenhuma sociedade sem estas liberdades podem ser consideradas livres[122].

Mill defende a ideia de que a liberdade do indivíduo, só diz respeito a outrem ou ao próprio Estado, quando causa danos a terceiros ou a si mesmo. Cita o autor o exemplo da pessoa que abdica da sua liberdade para viver na escravidão, aduzindo que para esta situação existe limitação. Ademais, "o princípio da liberdade não pode exigir que tenha a liberdade de não ser livre. Poder abdicar da liberdade não é liberdade."[123] Sob tal perspectiva, se faz necessário enfatizar que a liberdade para renunciar à sua própria liberdade é de todo perigosa e jamais pode ser utilizada para se renunciar a liberdade em sim, pois esta, é irrenunciável. A abdicação temporária de determinada liberdade pode ser concebida e deve ser respeitada, porém, o que não se pode admitir é que o cidadão se utilize da sua liberdade para dissipar sua própria liberdade. Assim, renunciar a determinados elementos da liberdade e por determinado espaço de tempo, pode ser compreensível como o exercício da liberdade negativa. A abdicação da liberdade não é possível, pois esta deve estar disponível ao indivíduo de forma permanente, em regra. A liberdade individual é um atributo humano indissociável que integra a sua individualidade e autonomia individual. O indivíduo visto dentro de uma coletividade, porém dentro das suas qualidades individuais. A liberdade é um direito fundamental e humano inerente a espécie humana e dela indissociável. A autonomia individual só diz respeito a si próprio e mais, só pode ser instrumento de interferência, quando sofrer alguma violação ou mais, quando causar dano a outrem. Obviamente que a opção por um Estado de não liberdade ou mais, suposto direito a abdicar da liberdade não é liberdade. A liberdade deve estar disponível ao indivíduo e este em sua amplitude de opções, opta por naquele momento não exercer determinada liberdade.

A liberdade nos tempos modernos é a denominada liberdade legal, constituída estruturalmente pela sociedade, no sentido da lei como reguladora do processo social, devendo haver o equilíbrio entre liberdades, perpassando sempre

---

[122] MILL, John Stuart, 1806-1873. **Sobre a liberdade**; tradução Pedro Medeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 28-29.
[123] MILL, John Stuart, 1806-1873. **Sobre a liberdade**; tradução Pedro Medeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 92.

pela vontade e consciência individual[124]. Assim, importante delimitar que a liberdade que se aborda na pesquisa é a liberdade que transita entre a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos, qual seja, a liberdade republicana e a liberdade liberal. Ademais, a Constituição de 1988, ao garantir a liberdade sindical, em sentido moderno, subjetiva, garantida pelo poder soberano do Estado. Porém, há também a liberdade objetiva, autônoma que se aproxima de uma visão republicana, comunitária, tratando a liberdade reconhecida pelo Estado como ordem objetiva.

Evidentemente que a liberdade sindical é uma liberdade jurídica e que decorre da liberdade de associação, que por sua vez deriva da liberdade da forma mais ampla possível seja ela jurídica ou não. Aqui busca-se traçar um escorço da liberdade antiga e os principais elementos que o diferenciam da liberdade moderna. A liberdade sindical, restou demonstrada, é uma liberdade jurídica e consequência da evolução da liberdade no sentido nato da palavra. Assim sendo, e como o assunto aqui é a pluralidade de fontes com que o direito brasileiro se estrutura, aborda-se a liberdade moderna, de forma interdisciplinar ao apresentar o conceito de liberdade para Bauman, autor contemporâneo. Ponte esta, necessária para justificar a fundamentação da liberdade moderna como elemento essencial da democracia e mais, base de sustentação da pesquisa em tela. Assim, importante compreender, na contemporaneidade o que vem a ser a liberdade, ou o ato de libertar-se de alguém ou de algo, ou para algo, o que segundo Bauman

> 'Libertar-se' significa literalmente libertar-se de algum tipo de grilhão que obstrui ou impede os movimentos; começar a sentir-se livre para se mover ou agir. 'Sentir-se livre' significa não experimentar dificuldade, obstáculo, resistência ou qualquer outro impedimento aos movimentos pretendidos ou concebíveis[125].

A palavra libertação aparece diante de algum obstáculo, impedimento integral ou parcial, seja no contexto concreto ou sob a perspectiva de sentir-se ou não livre para determinada prática ou atuação. Ante a impedimentos ou restrições, como é o caso da liberdade sindical no Brasil, em que a Constituição traz no bojo do artigo 8º, II a limitação do exercício da liberdade sindical a um único sindicato em base territorial mínima de um município. O elemento citado por Bauman, qual seja, o

---

[124] FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito**. Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 119-120.
[125] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 20.

obstáculo e impedimento ainda que parcial ao exercício deste direito elementar é basilar ao desenvolvimento do trabalho e um dos pilares da democracia.

Bauman divide a liberdade em subjetiva e objetiva, esclarecendo que

> A distinção entre liberdade 'subjetiva' e 'objetiva' abriu uma genuína caixa de Pandora de questões embaraçosas como 'fenômeno *versus* essência' — de significação filosófica variada, mas no todo considerável, e de importância política potencialmente enorme. Uma dessas questões é a possibilidade de que o que se sente como liberdade não seja de fato liberdade; que as pessoas poderem estar satisfeitas com o que lhes cabe mesmo que o que lhes cabe esteja longe de ser 'objetivamente' satisfatório; que, vivendo na escravidão, se sintam livres e, portanto, não experimentem a necessidade de se libertar, e assim percam a chance de se tornar genuinamente livres. O corolário dessa possibilidade é a suposição de que as pessoas podem ser juízes incompetentes de sua própria situação, e devem ser forçadas ou seduzidas, mas em todo caso guiadas, para experimentar a necessidade de ser 'objetivamente' livres e para reunir a coragem e a determinação para lutar por isso. Ameaça mais sombria atormentava o coração dos filósofos: que as pessoas pudessem simplesmente não querer ser livres e rejeitassem a perspectiva da libertação pelas dificuldades que o exercício da liberdade pode acarretar[126].

Nessa passagem, o autor pondera a sensação ou o sentimento de liberdade, que ao que coloca, pode variar de acordo com a pessoa e circunstância, citando que por vezes o que se sente efetivamente como liberdade nem sempre é efetivamente liberdade. Bauman aborda a questão da liberdade objetivamente satisfatória, ao mencionar que pode acontecer que pessoas que vivam na escravidão sintam-se livres, logo não tenham a necessidade de se libertar. A realidade da liberdade objetiva pode variar e as pessoas ou sociedades não conseguem ver a necessidade de libertação, pois ainda que estejam na escravidão não conseguem visualizar a necessidade de sua libertação. Ademais, prossegue o autor, que as pessoas, cientes do estado de escravidão ou de limitação de sua liberdade, optem por não serem livres ou buscar a liberdade, em razão da dificuldade que seu exercício pode trazer. A ideia de liberdade é justamente a amplitude com que se pode visualizar o instituto, a ponto de que nem sequer a própria liberdade possa ser imposta a absolutamente ninguém. A liberdade deve ser apresentada e disponibilizada às pessoas e à sociedade, mas, ela não pode ser imposta, sob o risco de se descaracterizar como liberdade.

O conceito de liberdade objetiva se caracteriza justamente nessa possibilidade de adesão ao preceito, uma vez que o Estado apresenta condições do

---

[126] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 20.

exercício da liberdade (liberdade subjetiva), porém não pode obrigar o ser humano, como fim da norma, a aderir a liberdade e assim viver. Obviamente, que aqui se está a falar de pessoas que livres e conscientes optam por continuar vivendo sem o manto da liberdade por livre e espontânea vontade. A liberdade só é efetivamente liberdade se assim deixar as pessoas livres, inclusive, para renunciá-la.

Quando o assunto é a liberdade sob a perspectiva sindical, importante é o reconhecimento da liberdade tanto objetiva quanto subjetiva, assim como ante a perspectiva positiva ou negativa. Ademais, de acordo com a magnitude do tema apresentado por Bauman, é possível perceber a necessidade de uma liberdade sindical ampla e de modo que consiga deixar o trabalhador livre e consciente para se filiar ou não, para aderir ou não a determinado sindicato e suas normativas privadas.

A liberdade sindical, como decorrência da liberdade de associação é uma consequência da sedimentação do Direito moderno. A liberdade como corolário da Democracia é fruto da evolução do conceito de liberdade do direito antigo e sua evolução ao conceito da liberdade de forma individualizada e pautada na autonomia da vontade da liberdade moderna. Nesse sentido são as lições de Romita, para quem “o regime da pluralidade sindical deve ser preferido por ser o que mais se coaduna com os postulados da ordem democrática”[127]. Este é o regime que se espera que as pessoas optem, porém não o único, pois a liberdade ampla e livre pode justificar uma restrição de livre e espontânea vontade. A liberdade pressupõe autonomia plena para decidir inclusive pela medida da liberdade que se quer ter acesso.

Assim, subjetivamente, o ser humano deve ter a autonomia para optar, inclusive por viver em liberdade, assim como para renunciar a liberdade e viver de outra forma ou modo, desde que esteja consciente dos seus direitos. As consequências de adesão ou não a determinado direito, tendo este direito (direito subjetivo) assegurado pela legislação. Não obstante, a liberdade deve sempre ser um valor disponível para o indivíduo, que a qualquer momento pode optar por se associar a um sindicato, ou ainda, a mudar de sindicato representativo.

A liberdade nesse sentido se manifesta juridicamente pela autonomia da vontade, conferindo a possibilidade de vinculação de acordo com os seus próprios

[127] ROMITA, Arion Sayão. **Direito sindical brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1976, p. 91.

interesses, assim como devendo obediência à normas resultantes do seu livre engajamento, vínculos com duração definida pelos próprios interessados[128]. A liberdade sindical sob tal perspectiva deve ser vista como um acordo que decorre da participação ativa do indivíduo para discussão coletiva dos interesses prevalentes naquela coletividade. Sob tal envergadura o espaço normativo sindical se apresenta e demanda uma interpretação sob o olhar do Estado Constitucional Cooperativo, especialmente em sistema como o brasileiro.

Para Romita, ao discorrer sobre a liberdade sindical, afirma que "o ordenamento jurídico não deve servir de obstáculo ao caminho do sindicalismo, que há de ser livre, no sentido da plena realização de seus legítimos ideais"[129]. Assim, deve o Estado, como detentor majoritário do poder de legislação, promover condições legais para o exercício da liberdade, seja ela positiva ou negativa, assim como até mesmo a restrição de liberdade, se esta for a vontade suprema da pessoa ou instituição por ela fundada.

Segundo Nicoladeli, a liberdade sindical se configura como um valor jurídico e político de pretensão universalizante, vez que consagrada como norma de Direitos Humanos, tanto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 previu, entre outros, o direito de formar e se filiar a sindicatos[130]. Assim a liberdade sindical se consagra como um valor jurídico universal, uma vez que integra a lista das convenções reconhecidas pela OIT por meio da Declaração de Princípios e Garantias Fundamentais de 1998 como norma de direitos humanos. Assim, a premissa liberdade de associação seja ela positiva ou negativa, é uma norma com alcance universal.

Para Baylos, abordando a liberdade sindical na Carta Europeia de Direitos Humanos, menciona que

> *La libertad sindical se asumió así como un elemento crucial en la determinación de los derechos humanos que deberían ser garantizados y reconocidos por todos los Estados como resultado de sus compromisos internacionales, y específicamente como un elemento central en la definición de la Europa occidental democrática, a la que el La CEDH*

[128] FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito**. Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 121-123.
[129] ROMITA, Arion Sayão. **Direito sindical brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1976, p. 91.
[130] NICOLADELI, Sandro Lunard. **Elementos de Direito Sindical brasileiro e internacional**. Diálogos, (in)conclusões e estratégias possíveis. São Paulo: LTr, 2017, p. 27-28.

> *proporcionó cobertura ideológica y legitimación precisamente desde la proclamación de estos derechos*[131] .

A liberdade de associação é um elemento essencial na construção de ambientes laborais saudáveis e voltados ao desenvolvimento da subjetividade humana. Ademais, a liberdade de associação é um dos pilares da própria democracia, pois sem liberdade sequer existirá democracia. A liberdade é uma espécie de núcleo central estruturante para o direito ao trabalho e para o direito do trabalho, pois sem liberdade não haverá democracia, muito menos espaços de luta e diálogo entre trabalhadores, empregadores, Estado e sociedade.

A liberdade sindical é um direito de natureza fundamental precursor no processo de internacionalização como consequência da necessidade de se impor limites a exploração do trabalhador e garantia da dignidade humana, inclusive uma liberdade acolhida pelas constituições[132]. Em última instância, a liberdade sindical é uma liberdade coletiva, ainda que seu exercício seja individual[133].

A liberdade aqui fora retratada sob a o vértice da liberdade dos antigos e sua construção e modificação para a liberdade dos modernos. Importante compreender que a liberdade sindical decorre da liberdade dos modernos e mais, é uma liberdade moderna construída sob a circunstância de uma modificação de interesses. A liberdade dos antigos era uma liberdade monitorada e controlada, em que o indivíduo não era visto como o detentor da liberdade e esta jamais relacionada a essência humana, mas a um existir coletivo. A liberdade dos modernos é uma liberdade relacionada a essência e ao existir humano de forma indissociável. A liberdade individual como um elemento humano essencial e existencial em suas diversas faces, seja no exercício da liberdade de expressão, manifestação, participação e mais, de estabelecimento de suas prioridades como ser humano integrado em um sistema de democracia. A liberdade coletiva decorre do reconhecimento de liberdades e interesses que permeiam uma coletividade e esta livremente vai delinear seus passos e construir a própria história. A interferência estatal, em tese só deverá acontecer quando houver dano ou violação de direitos.

---

[131] BAYLOS, Antonio; CASTELLI, Nunzia. **Liberdade de associação** (artigo 5º. da Carta Social Europeia), Disponível em: https://www.academia.edu/21962750/Sindicalismoy_Derecho_Sindical, acesso em 23 de outubro de 2022.

[132] SANTOS, Luiz Alberto Matos dos. **A liberdade sindical como direito fundamental**. São Paulo: LTr, 2009, p. 109-110.

[133] GIUGNI, Gino. **Direito sindical**. Tradução e notas Eiko Lúcia Itioka; revisão técnica José Francisco Siqueira Neto. São Paulo: LTr, 1991, p. 56.

Esta liberdade objetiva e subjetiva sindical serão abordadas sob a construção das disposições da Convenção nº. 87 da OIT, no próximo tópico.

1.2.2 Liberdade Sindical Objetiva e Liberdade Sindical Subjetiva na Convenção nº. 87 da OIT

Neste subtópico a abordagem permeia a concepção da Constituição como filtro para o sistema político, uma vez que é a base estrutural ao desenvolvimento de direitos e garantias. Sob tal nuance, a pesquisa trabalha a liberdade sindical objetiva e a liberdade sindical subjetiva previstas na Convenção nº. 87 da OIT. Vale enaltecer que a própria Constituição de 1988 reconhece os poderes normativos objetivo e subjetivo do sindicato, logo convergente com a referida Convenção da OIT.

Segundo Ramos, “o critério da ação individual está necessariamente vinculado ao arbítrio subjetivo, o elemento da particularidade que determina o interesse de cada um, a felicidade pessoal e o direito individual”. Para o autor, a liberdade subjetiva consiste na autonomia da vontade e é exercida pela anuição do indivíduo ao reconhecer que terá apenas aquilo que a sua vontade entende como bom para si, pois a liberdade moderna é marcada pela convicção de cada indivíduo para aderir apenas o que se justificar pelo seu livre pensamento e de vontade livre[134].

Assim, importante compreender que a liberdade objetiva decorre da previsão legal e constitucional que assegura a autonomia coletiva individual ou coletiva. Tal propicia a atuação do trabalhador ou do empregador, na criação de normas jurídicas que fazem leis entre as partes, eis que é o pleno exercício da liberdade subjetiva. Esta última, por sua vez, é aquela contida no texto constitucional, legal ou convencional, que autoriza, permite que o indivíduo no seio de uma entidade sindical, e/ou a própria entidade sindical se organize por meio dos seus representados, para estabelecer, juntamente com a entidade econômica, normas que regerão a vida da categoria por determinado lapso temporal.

Romano, ao discorrer a respeito da sua teoria de que o Direito, em sentido objetivo não se limita a um conteúdo estatal, mas defende a ideia do Direito para além do seu conteúdo formal é uma instituição de caráter jurídico, cujo eixo deve ser

---

[134] RAMOS, Cesar Augusto. **Liberdade subjetiva e Estado na filosofia política de Hegel**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000, p. 23.

os anseios da sociedade, esta como uma entidade distinta do indivíduo. Ainda o conceito de Direito deve contemplar a ideia de ordem social, constituindo uma unidade em si mesmo[135].

Nesta perspectiva, é possível compreender que a liberdade sindical no Brasil encontra limitação no próprio texto constitucional em uma disposição nitidamente isolada dos demais preceitos e fontes que circundam a Constituição de 1988. A análise sob a perspectiva do direito Constitucional Cooperativo, que se assenta a Constituição de 1988, conforme demonstrado anteriormente é enfrentada aqui como instrumento para superação de tal entrave, cujo eixo deve ser os anseios sociais e todo o aparato que estrutura a Constituição como um todo.

A liberdade objetiva compreende o tipo de organização sindical que pode ser constituída e que as partes interessadas julguem convenientes, qual seja, a liberdade objetiva. Isto implica reconhecer que os titulares dos direitos são os únicos capazes de deliberar sobre o tipo de organização que querem constituir, organizar, estruturar, vez que a liberdade objetiva deve ser ampla, inclusive podendo coexistir duas ou mais organizações, assim como uma única entidade, se os envolvidos assim decidirem[136].

A liberdade objetiva comporta esta autonomia reconhecida pelo ordenamento jurídico no sentido de proporcionar ao sindicato, pessoa jurídica de direito privado e com personalidade sindical, uma autonomia única, qual seja, o direito de deliberação sobre seu espaço, formatação, definição, constituição, alterações e mais, sobre as normas laborais convencionais que regerão a vida da categoria por um futuro determinado.

Segundo Giugni, o direito de organização livre, sancionado pela Constituição é um direito subjetivo público de liberdade, pois inibe o Estado da prática de atos lesivos aos interesses tutelados. Tal direito na Constituição é uma garantia em relação ao Estado, vedando inclusive qualquer disposição ordinária que atente contra a liberdade sindical[137]. Esta garantia propicia o desenvolvimento do direito

---

[135] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico**. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 77-78.

[136] RÍOS, Alfredo Villavivencio. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT**. Tradução Jorge Alberto Araújo. São Paulo: LTr, 2011, p. 30-31.

[137] GIUGNI, Gino. **Direito sindical**. Tradução e notas Eiko Lúcia Itioka; revisão técnica José Francisco Siqueira Neto. São Paulo: LTr, 1991, p. 47.

subjetivo sindical com autonomia, liberdade e mais, de forma segura, qual seja, sob a chancela do ordenamento estatal.

Importante entender que “direito de liberdade sindical garante espaços de comportamento aos indivíduos e grupos e, ao mesmo tempo, impõe prestações positivas para que o direito seja otimizado”, com a remoção de barreiras a sua execução, inclusive com o reconhecimento e autonomia com relação ao Estado. Cabe ao Estado promover mecanismos de tutela para assegurar o pleno exercício da autonomia e liberdade sindical[138]. O exercício do direito subjetivo sindical está justamente atrelado a ideia de um Estado proativo e que promove mecanismos objetivos suficientes para que as partes consigam em plenitude em seu espaço de autonomia privada coletiva delinear os contornos sindicais, sejam eles organizacionais e estruturantes, ou relacionados a normatização coletiva propriamente dita, qual seja na elaboração de normas coletivas para a categoria representada.

Para Romano, uma norma jurídica não é objetiva somente por ser escrita, pois seu caráter de objetividade está ligado à impessoalidade do poder elaborador e “transcende e se eleva sobre os indivíduos, que se constitui ele mesmo direito. Se prescindirmos desta concepção, o caráter da objetividade perde o seu significado ou, pior ainda, implica em erros”.[139] Esta compreensão para a pesquisa em comento, demanda a percepção que em um primeiro momento, indivíduos imbuídos no ânimo associativo, se reúnem para formar, ainda que preliminarmente, uma instituição sindical. Este exercício, do direito subjetivo está sob o manto do direito objetivo estatal. Em seguida, ao realizar o registro do estatuto e adquirir a personalidade jurídica privada e na sequência a aquisição da personalidade jurídica sindical, as normas organizativas são eivadas de objetividade e subjetividade ao mesmo tempo. Explica-se, ao seio de um estatuto sindical que rege, por exemplo, o exercício das eleições sindicais, qual seja, agora uma norma objetiva privada, os trabalhadores e/ou a diretoria sindical delibera sobre as eleições sindicais no exercício da autonomia subjetiva privada, realizada sob o manto da autonomia objetiva estatal e mais, sob a senda da autonomia objetiva do próprio sindicato.

---

[138] PEREIRA, Ricardo José Macedo de Britto. **Constituição e Liberdade Sindical**. São Paulo: LTr, 2007, p. 60.

[139] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico**. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 72-73.

Segundo Romano,

> A chamada “objetividade” do ordenamento jurídico não pode ser reduzida e limitada às normas jurídicas. Refere-se e se reflete também sobre essas, mas parte sempre de um momento lógica e materialmente anterior às normas e, algumas vezes, ou melhor, frequentemente, alcança momentos que não podem ser identificados e confundidos com aqueles que caracterizam as normas. O que equivale a dizer que as normas são ou podem ser uma parte do ordenamento jurídico, mas estão bem longe de esgotá-lo.[140]

Ao exemplo em tela está o momento que antecede a criação de uma entidade sindical, quando os trabalhadores, por exemplo, se reúnem e deliberam informalmente sobre seus desejos de criação de uma entidade sindical. Este momento é a sedimentação do direito subjetivo em uma formatação informal ou rudimentar, porém de extrema importância para a concretização do ente sindical. Tais procedimentos, sob a proteção do direito objetivo estatal asseguram a autonomia normativa e organizativa profissional e econômica.

Ao verticalizar tal reflexão, é possível compreender que existe

> também a autonomia dos privados, tendo sempre por hipótese que esta possa ser fonte de direito objetivo, comporta que – pelo conteúdo deste último, possa ser relevante o direito estatal que constitui o seu primeiro fundamento e a condiciona em todos os sentidos.[141]

A autonomia dos privados como fonte de direito objetivo, posto já mencionado, no caso em tela, no momento imediatamente posterior a elaboração e reconhecimento dos estatutos sindicais, confere um espaço de autonomia objetiva privada, que é consequência, da autonomia objetiva estatal concedida aos privados por meio do ordenamento jurídico estatal. Ciclicamente este será o instrumento que dará vida ao sindicato e mais, que regerá internamente o exercício da autonomia subjetiva sindical nas suas mais diversas esferas, momentos e circunstâncias.

Por fim, Romano ao admitir que o direito objetivo não se limita a legislação estatal, mas está assentada em ordenamentos jurídicos privados, menciona o exemplo do direito eclesiástico:

---

[140] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico**. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 74.

[141] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico**. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 181.

> O reconhecimento do direito eclesiástico como direito objetivo, por parte do Estado, é pré-ordenado aos civis, efeitos que podem dele derivar. Quanto as partes deste direito que não produzem tais efeitos, restam irrelevantes, a menos que não intervenham disposições especiais que podem também serem denominadas excepcionais, por estabelecer o contrário.[142]

Tal percepção é a mesma a ser empenhada na liberdade sindical. Ademais, esta começa a ser exercida de uma forma rudimentar e até mesmo informal, ademais as primeiras reuniões, tratativas e manifestações do interesse organizativo associativo certamente sequer são documentadas, ou seja, nem escritas estão. O que vem a ser feito com a sua tomada de corpo, qual seja, quando os envolvidos já tiverem um formato não escrito delineado, do modelo de entidade que se pretende criar. Aqui se pode falar em direito objetivo e subjetivo sindical permeado de uma ciclicidade, qual seja, em movimento circular, em um momento os integrantes e a entidade sindical estão no exercício da autonomia coletiva objetiva e em outro no gozo da autonomia coletiva subjetiva e vice-versa. Esta percepção circular do instituto da autonomia objetiva e subjetiva sindical propicia o fortalecimento, uma maior visualização do espaço de autonomia normativa sindical, principal elemento formativo da pesquisa.

O direito em sentido objetivo é fonte de qualquer outro direito subjetivo.[143] Seja ele direito objetivo de origem estatal, seja ele decorrente do exercício da autonomia legislativa privada sindical. Ademais, neste espaço normativo sindical, o direito objetivo de origem estatal ou não, sempre será fonte viva e latente de direito subjetivo. E mais, fonte viva, latente, impulsiva e criativa de muitos outros direitos subjetivos, tantos quantos direitos a categoria pretenda. Tantos quantos direitos a entidade sindical por meio dos seus integrantes se utilize do seu espaço de autonomia, no caso brasileiro, autonomia constitucional coletiva privada objetiva, se tenha vontade e interesse. Esta via objetiva, inclusive pode acontecer por meio do ordenamento internacional, quando o Estado possui um Estado Constitucional Cooperativo e aberto interna e externamente a cooperação, a solidariedade, a liberdade, e na proteção dos direitos relacionados a dignidade humana em sua completude.

---

[142] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico.** Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 219.

[143] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico.** Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 41.

Segundo Romano isso,

> tem como consequência que o ordenamento internacional pode influenciar sobre o conteúdo do ordenamento estatal, não pela força imediata das suas disposições, *iure*, mas somente por consequência e devido ao exercício de *ipso* um direito subjetivo ou da observância de um dever subjetivo que advém ao Estado do primeiro, perante os outros Estados."[144]

Observa-se a influência do ordenamento internacional no conteúdo estatal seja no exercício de um direito subjetivo, seja na observância de um dever subjetivo. Tal fato é importante quando o assunto é a atuação sindical em seu espaço autônomo coletivo, na criação de normas administrativas ou laborais. Seja na criação ou na aplicação, na exigência de observância de deveres decorrentes do exercício normativo subjetivo da entidade e seus representados. Ademais, o direito coletivo do trabalho, mais especificamente o direito sindical, possui um aparato internacional que interfere direta ou indiretamente na atuação sindical no plano interno brasileiro, sob a perspectiva de normas que assegurem princípios e garantias fundamentais no trabalho.

A liberdade de organização e de negociação coletiva, nestes processos, culminam em elaboração normativa, seja de normas de organização, gestão e estruturação sindical, seja, normas coletivas de trabalho, que direcionarão e estabelecerão direitos e deveres para toda uma categoria profissional e econômica quando se trata de convenção coletiva e para determinado coletivo, em regra de empresa específica ou empresas específicas, quando da elaboração do acordo coletivo. Estas normas são frutos do exercício da autonomia e liberdade sindical e a entidade sindical um espaço autônomo de produção normativa laboral e estrutural.

Boskovic cita que a XXI Sessão da Assembleia Geral da ONU em 1966 inseriu a proteção sindical no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), que estabelecem que todas as pessoas têm direito a fundarem e se filiarem a sindicatos de sua livre escolha, curvando-se apenas aos estatutos sindicais[145].

---

[144] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico.** Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 182.

[145] BOSKOVIC, Alessandra Barichello. **Negociação coletiva de trabalho e greve pela perspectiva da análise econômica do direito**. Leme-SP: Mizuno, 2022, p. 128.

A liberdade sindical propõe a efetivação da autonomia sindical, qual seja, da atuação livre de qualquer interferência, gerência ou controle público ou privado, devendo apenas se curvar aos estatutos internos da respectiva entidade. Assim, em função de tal proposição fundamental, medida que se impõe é a possibilidade de implementação da liberdade sindical no Brasil, possibilitando a criação de sindicatos, sem a limitação a um único sindicato por base territorial.

A ratificação da Convenção nº 87 da OIT é uma medida que fortaleceria e muito todo o aparato estrutural constitucional com relação ao direito sindical e mais, a própria negociação coletiva, reconhecida no artigo 7º, XXVI, não obstante o caput deste artigo já chame a atenção quanto a previsão de direitos mínimos "além de outros que visem à melhoria de sua condição social", ou seja, temos aqui um elemento de abertura constitucional interna e externa, qual seja, a prevalência de melhor condição de vida ao trabalhador.

As disposições do mencionado artigo são disposições mínimas e admitem outras que tragam melhorias na condição de vida do trabalhador. Ainda, o inciso em menção reconhece as convenções e acordos coletivos de trabalho. Isso é importante lembrar, constam do rol de direitos e garantias fundamentais, logo uma vez internalizada a Convenção nº. 87 da OIT, esta só fortalece a previsão constitucional. Ademais, a Constituição terá como suporte regulamentar a Convenção em comento, que possui uma série de disposições a respeito da negociação coletiva. O próprio elemento liberdade sindical ao ser inserido e praticado no plano interno fomenta ao Estado, aos seus gestores e parlamentares a proposição de medidas para concretização tanto da Constituição, quanto da referida Convenção.

Na mesma perspectiva da Convenção nº. 87 da OIT, a ONU consagrou no PIDESC o direito à liberdade sindical em seu artigo 8º, assegurando o direito de os trabalhadores fundarem sindicatos, organizar e atuar sem qualquer interferência do Estado. No mesmo sentido é o protocolo Adicional de São Salvador, no contexto regional, ao assegurar os direitos e garantias contidos basicamente na convenção nº. 87 da OIT, quanto ao direito de associação e exercício das liberdades sindicais de forma ampla e plena[146].

[146] EBERT, Paulo Roberto Lemgruber. **Sindicato mais representativo e mutação constitucional**. Uma proposta de releitura do art. 8º., II da Constituição Federal. São Paulo: 2007, p. 113-114.

A internacionalização da liberdade sindical como direito fundamental pressupõe ampliada com a Convenção nº. 87 da OIT, a delimitação da soberania estatal. Delimitação dentro de um cenário pós-guerra, que busca a reconstrução de um novo paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável, em uma reaproximação da ética e do direito. A consequência deste processo foi o movimento de constitucionalização dos direitos fundamentais que tem como premissa a dignidade humana, como fundamento da liberdade sindical[147].

A universalização da liberdade sindical contida na Convenção nº. 87 da OIT culminou, junto com o cenário pós-guerra, em um processo de constitucionalização dos direitos fundamentais, cuja maior premissa é a dignidade humana. A internalização desta convenção no Brasil é de extrema necessidade, ademais, fortalecerá os preceitos constitucionais contidos no próprio artigo 8º., caput, em conjunto com os preceitos estruturais de liberdade, pluralismo, democracia, justiça social, valor social ao trabalho, entre outros, contidos no bojo da CRFB. Ao reverso, promoverá um distanciamento cada vez maior e gritante, do artigo 8º., II da CF/1988, com as disposições estruturais da Constituição. Eis que a unicidade sindical já não subsiste mais aos Tratados internalizados e por internalizar, mas que deveriam produzir efeitos no plano interno, como é o caso da Convenção nº. 87 da OIT.

No que diz respeito à liberdade sindical e o reconhecimento das normas coletivas, as Convenções nº. 87 e nº. 98, consideradas fundamentais pela OIT, asseguram a proteção adequada aos trabalhadores contra quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical. Assim, amplamente, a liberdade de associação é o direito que as pessoas possuem de se associar, se unir, reunir, se organizar com finalidades e interesses comuns, inclusive em forma de sindicatos, para fins laborais, sendo tal liberdade um direito fundamental[148].

Sob tal perspectiva, "'a evolução do constitucionalismo sindical no Brasil ainda não logrou êxito em alçar a liberdade sindical ao patamar de direito fundamental real, que lhe permita' paridade com outros sistemas, no cenário internacional". Assim, conclui-se que, seja no cenário nacional ou internacional, a liberdade sindical é reconhecida como a mais legítima expressão dos direitos

[147] SANTOS, Luiz Alberto Matos dos. **A liberdade sindical como direito fundamental**. São Paulo: LTr, 2009, p. 106-107.
[148] GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Convenção n. 98 da organização internacional do Trabalho**: Proteção da Liberdade e atividade sindical. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 393-394.

fundamentais e a dignidade humana, um valor supremo que aglutina todos os direitos fundamentais do trabalho. Ressalta ainda Santos que, a liberdade somente existirá quando efetiva e não apenas seja um desejo no coração humano, como vontade e esperança[149].

Esta paridade com outros sistemas internacionais acontecerá com a internalização e aplicação da Convenção nº. 87 da OIT no cenário interno do Brasil. A citada Convenção, uma vez internalizada pelo quórum especial do artigo 5º., § 3º. da CF/1988 adquirirá hierarquia de emenda constitucional, qual seja, alterará diretamente e de forma automática o artigo 8º., II da CF/1988, uma vez retirando -a do plano normativo constitucional. A Convenção nº. 87, ao adentrar o sistema constitucional brasileiro nos moldes acima, passa a integrar o próprio texto constitucional e partir de então, produz todos os efeitos no plano sindical, inclusive a autorização para a promoção de sistemas sindicais plurais. O fortalecimento de todo o aparato constitucional brasileiro, com a internalização desta Convenção é imediato e com efeitos de grande impacto para o sindicalismo brasileiro. Obviamente, que não se descarta aqui a necessidade de uma edição normativa ordinária para estabelecer alguns pontos essenciais e organizativos ao sistema de pluralidade sindical. Inclusive para organização de um sistema de sindicato por representação, que impõe limites ao perfilamento e enfraquecimento sindical, assim como a determinação de parâmetros mínimos para fundação de sindicato, se justificando aqui a preocupação com a unidade sindical.

Para Ríos, nas sociedades modernas e plurais, o sindicalismo é um componente essencial da democracia, vez que a humaniza e concretiza[150]. Ao citar a Convenção nº. 87 da OIT, Ríos afirma que sem dúvidas, se está diante de uma norma de importância gravitante, sendo a liberdade sindical um dos principais instrumentos de luta pela vigência de outros direitos fundamentais, convertendo a OIT o seu valor em patrimônio jurídico da humanidade, ao incorporar a sua Constituição pela Declaração de 1998[151].

---

[149] SANTOS, Luiz Alberto Matos dos. **A liberdade sindical como direito fundamental.** São Paulo: LTr, 2009, p. 132-133.
[150] RÍOS, Alfredo Villavicencio. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT**. Tradução Jorge Alberto Araújo. São Paulo: LTr, 2011, p. 18.
[151] RÍOS, Alfredo Villavicencio. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT**. Tradução Jorge Alberto Araújo. São Paulo: LTr, 2011, p. 21-23.

A internalização da Convenção nº. 87 da OIT no plano interno Brasileiro é a concretização dos preceitos do Estado Constitucional Cooperativo, aberto externamente. E mais, a sua aplicação no plano interno só fortalece os princípios constitucionais que sustentam a Constituição de 1988.

A Convenção nº. 87 da OIT é instrumento elementar e basilar para a sedimentação e construção da liberdade sindical em todo o planeta. Importante compreender que a citada Convenção possui alcance universal, eis que elevada à condição de tratado de direitos humanos pela declaração de Direitos e princípios fundamentais de 1998, logo, todos os países devem envidar esforços para a concretização da liberdade sindical em seus planos internos. A Convenção nº. 87 possui traços evidentes de cooperação e adequação ao Estado Constitucional cooperativo, pois seu texto a todo tempo menciona a interação entre a referida Convenção e sua aplicabilidade no plano interno e externo.

Assim sendo, a Convenção nº. 87 é o principal instrumento de regulamentação da liberdade sindical como norma de direitos humanos, conjuntamente com os demais instrumentos, sejam eles da ONU, OEA ou outra organização regional. Uma Convenção de Direitos Humanos, cuja implementação tem caráter universal e pautado na proteção da dignidade humana, assim como a liberdade é pilar essencial da democracia, tanto que facilmente pode ser alçada à condição de patrimônio jurídico da humanidade, dada a sua relevância e importância. A internalização e aplicação da Convenção nº. 87 da OIT no plano interno brasileiro vem fortalecer os preceitos da Democracia, liberdade, igualdade, pluralismo, justiça social, reconhecimento das normas coletivas, valor social do trabalho, entre outros, contidos no texto constitucional. A Constituição de 1988 com tal internalização sai fortalecida e com seus preceitos agora com caráter de universalidade efetivamente reconhecidos. Ademais, há que se lembrar que as normas da Convenção nº. 87 da OIT são dotadas de universalidade por reconhecimento da Declaração de Princípios e Garantias de 1998, logo, normas de direitos humanos.

De acordo com Ríos, a liberdade sindical possui o primeiro elemento do direito subjetivo, cuja titularidade é bilateral, segundo a Convenção nº. 87 da OIT, qual seja, entre trabalhadores e empregadores[152]. A liberdade sindical mencionada

[152] RÍOS, Alfredo Villavicencio. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT**. Tradução Jorge Alberto Araújo. São Paulo: LTr, 2011, p. 27-28.

nos artigos 1º. e 2º. da Convenção nº. 98 da OIT, pode ser uma liberdade positiva, que assegura o direito a associação ao ente sindical, assim como pode ser negativa, ou seja, garante o direito de não filiação ou de livre adesão e desfiliação nos quadros do sindicato. Tal disposição possui a chancela do artigo 8º., inciso V da CF/1988 que desobriga a filiação ou manutenção em quadros de entidades sindicais. Tal disposição, para além veda qualquer prejuízo ou benefício para o exercício seja da liberdade positiva ou negativa[153].

Tais artigos demonstram a projeção da liberdade subjetiva trazida pela Convenção nº. 87 da OIT, qual seja, a liberdade individual para adesão ou não a determinada entidade sindical. Trata-se da liberdade para escolher a entidade, se vai ou não se filiar e até quando permanecer filiado, deixar de se filiar a qualquer entidade, ou ainda se filiar a outra entidade de sua escolha. Esta liberdade subjetiva deve estar dentro do quadro da liberdade objetiva, qual seja, das entidades em produzir seus próprios regulamentos, assim como juntamente com seus representados, elaborar normas coletivas com direitos e deveres para as partes.

Nunes esclarece que

> Na semântica moderna, a Constituição firma-se como uma limitação jurídica ao poder do sistema político, de modo a impedir a atuação de qualquer regime arbitrário. Dessa forma, a Constituição é concebida como um ato declaratório de princípios políticos e jurídicos fundamentais inerentes à pessoa humana, mas principalmente de um limitador, mesmo que não suficiente, de arbitrariedades estatais a partir da positivação de direitos conquistados historicamente.[154]

A Constituição se firma como uma limitação jurídica ao poder do sistema político, pois estabelece, segundo Nunes, limitações a regimes arbitrários, dada a sua base principiológica política e jurídica inerentes a pessoa humana e a conquista de direitos positivados conquistados ao longo da história.[155] Ao que se pode

---

[153] GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Convenção n. 98 da organização internacional do Trabalho**: Proteção da Liberdade e atividade sindical. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 394.

[154] NUNES, Péricles Stehmann; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Transconstitucionalismo entre ordens jurídicas:** forma de alteridade no sistema jurídico mundial de níveis múltiplos [recurso eletrônico] / Péricles Stehmann Nunes; José Francisco Dias da Costa Lyra -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 47.

[155] NUNES, Péricles Stehmann; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Transconstitucionalismo entre ordens jurídicas**: forma de alteridade no sistema jurídico mundial de níveis múltiplos [recurso eletrônico] / Péricles Stehmann Nunes; José Francisco Dias da Costa Lyra -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 47.

perceber na menção do autor, a Constituição se insere na semântica moderna como um filtro limitador a atuação do sistema político, cuja proteção ao ser humano é a centralidade. Não obstante, aqui ocorre a questão envolvida nesta pesquisa, sobre quando a Constituição, o instrumento de maior defesa, em tese, da pessoa humana, apresenta isoladamente ao seu arcabouço principiológico, uma disposição que contrariamente ao seu feixe protetivo, aniquila direitos e garantias fundamentais e humanas. Como é o caso do artigo 8º., II da CRFB, que limita e aniquila o exercício da liberdade sindical no Brasil.

Por outra perspectiva, atua a Constituição como uma base estrutural ao desenvolvimento de direitos e garantias que propiciem ao ser humano maior proteção e dignidade. Quando o assunto é o exercício da liberdade sindical, a Constituição dentro de suas estruturas possui um arcabouço jurídico democrático, plural, solidário e, cuja liberdade e igualdade são premissas maiores, abrindo inclusive espaço para desenvolvimento do direito para além do texto estatal.

Ademais, a própria Constituição de 1988 reconhece este poder normativo sindical tanto no artigo 7º., inciso XXVI, ao reconhecer o poder normativo das normas coletivas, assim como no artigo 8º., inciso I, ao reconhecer a autonomia privada individual para fundação de sindicatos e mais, a autonomia privada coletiva, para organizar e realizar a gestão sindical. Aqui, claramente se pode visualizar a organização sindical como um espaço autônomo, não estatal, de produção jurídica normativa, qual seja, de produção da liberdade objetiva, assim como reconhece a liberdade subjetiva, qual seja, individual de cada pessoa, de cada cidadão em se filiar ou não a determinada entidade sindical e uma vez filiada, passa a integrar o espaço autônomo coletivo, com direitos e garantias.

Assim, o texto do artigo 8º., inciso II, da CF/1988 destoa da própria Constituição e seus preceitos estruturantes, assim como de todo o aparato interno e externo no que tange a liberdade sindical. Assim, quando a Convenção nº. 87 da OIT apresenta e garante este espaço objetivo e espaço subjetivo de produção de norma jurídica, sua aplicação e/ou internalização no plano interno só fortalece a Constituição plural, democrática, cuja liberdade é um dos pilares estruturantes do Estado Democrático, assim como a liberdade de associação um dos pilares estruturantes do direito social ao trabalho no país. A internalização desta norma fortalece e concretiza tais pilares, propiciando maior segurança e autonomia ao exercício e desenvolvimento deste espaço tão necessário, no Brasil.

O texto de determinado dispositivo não pode atuar como limitador de toda a classe trabalhadora do país, em contradição ao aporte estrutural da carga magna. Ademais, “o direito deve ser analisado como uma estrutura cujas formas de seleção e limites são definidas pelo sistema social”[156]. Ademais, se faz necessário um esforço hermenêutico para compreender a Constituição de 1988 como um balizador estrutural e tal como uma instituição e “a instituição é um ordenamento jurídico, uma esfera em si mesma, mais ou menos completa, de direito objetivo.”[157]

A Constituição deve em sua abertura interna e externa comportar e assim comporta a ideia de que não se limita a imposição de um direito objetivo estatal, mas sim, possui um caráter dialogal com si próprio e mais, com a legislação interna e externa que a rodeia. Tal diálogo inclusive comporta a visualização de um sistema de criação de direito objetivo e subjetivo, que permite a atuação das entidades sindicais (produção objetiva) e atuação humana individual (produção subjetiva) pautada nos preceitos estruturais democráticos que regem a Constituição de 1988.

Importante compreender que com o surgimento do Estado moderno passam a existir as limitações à criação autônoma do Direito, o que se iniciou no século XVI sob o manto da soberania, territorialidade e poder legislativo. Neste momento havia a monopolização do direito pelo Estado, havendo cada vez menos espaço para a criação autônoma do direito. Neste momento ainda, se fortalecia a ideia de submissão do exercício da autonomia ao crivo e controle de validade estatal[158].

Esta ideia de descentralização da criação autônoma do direito e da compreensão de que não tem sentido ser o Estado o único detentor do espaço legislativo, ainda que por representação popular avança cada vez mais na modernidade. No direito do trabalho no Brasil, este sistema de reconhecimento das normas coletivas de trabalho e das negociações coletivas poderiam avançar ainda mais, se houvesse o reconhecimento da liberdade sindical e da internalização da Convenção nº. 87 da OIT. Que na realidade já deveria produzir efeitos no plano

---

[156] NUNES, Péricles Stehmann; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Transconstitucionalismo entre ordens jurídicas:** forma de alteridade no sistema jurídico mundial de níveis múltiplos [recurso eletrônico] / Péricles Stehmann Nunes; José Francisco Dias da Costa Lyra -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 27.

[157] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico**. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 89.

[158] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 23.

interno, independentemente de ratificação, por força da Declaração de Princípios e Garantias de 1998.

Quando o Brasil isoladamente opta, no artigo 8º., II, da CRFB pela unicidade sindical, tolhe o direito de liberdade de escolha por entidades sindicais, uma vez que inexistirão entidades disponíveis para sua adesão. Ademais, haverá efetivamente uma única entidade sindical dentro de determinada base territorial. Sob a dogmática da liberdade como um valor no trabalho, sem a liberdade de escolha sindical, não se pode conceber o trabalho como um ambiente democrático em sua essência. Pois, se sequer o direito coletivo de associação o trabalhador em sua autonomia individual pode escolher, a democracia não está presente na base estruturante do trabalho no país.

Um sistema concreto de unicidade sindical, como se estabelece no Brasil, em cumprimento ao artigo 8º., II, da CF/1988 aniquila o próprio artigo 8º., I, da CF, assim como contraria os preceitos democráticos e plurais contidos logo em seu preâmbulo, assim como nos artigos estruturais da Constituição de 1988. O próprio espaço autônomo objetivo e subjetivo criado pelo artigo 8º., I da CF é aniquilado pelo sistema de sindicato único por categoria. A internalização da Convenção nº 87 da OIT aniquilaria o artigo 8º., II, da CF e abriria um espaço amplo, fértil propício ao desenvolvimento desta normativa internacional. Esse fato estabeleceria novo rumos, fortalecendo os princípios laborais e sindicais, assim como ampliaria e fortaleceria a luta de classes no Brasil. Importante aqui mencionar que se entende que a liberdade sindical deve ser estabelecida com critérios, e um deles é o do sindicato por representação. Eis que adotar um sistema pleno e irrestrito de liberdade sindical em um país em desenvolvimento e, com tantas disparidades, pode trazer mais problemas. A liberdade sindical por representação é um modo de estruturar a liberdade sindical, porém, que de acordo com a OIT não viola o princípio da liberdade sindical em seu sentido amplo. Segundo o verbete 287 do Comitê de Liberdade Sindical da OIT, a unidade sindical não deve ser imposta pelo Estado, pois pode configurar busca por manutenção de monopólio sindical, mencionando que é preferível que “o governo procure estimular os sindicatos a se associarem livremente e formarem associações fortes e unidas a impor, por via legislativa, uma

unificação obrigatória" que prive os trabalhadores do livre exercício da liberdade sindical[159].

O Comitê de Liberdade Sindical por meio dos verbetes nº. 309 a nº. 315 analisam a possibilidade de adesão ao sindicato por representação, reconhecendo que se não houver restrição legal de direitos aos sindicatos não escolhidos como mais representativos, a própria Convenção da OIT os reconhece, assim como reconhece que tal disposição não viola o princípio da liberdade sindical[160].

A liberdade sindical individual compreende os direitos dos trabalhadores para criar, se filiar ou não as organizações sindicais sem prévia autorização ou intervenção do Estado ou da sociedade. Esta liberdade de constituição é um direito e uma liberdade subjetiva contida no artigo 2º. da Convenção nº. 87 da OIT. De titularidade bilateral, qual seja, para trabalhadores e empregadores, incluindo aqui a amplitude dos trabalhadores autônomos, privados e públicos, cuja restrição acontece para integrantes de forças armadas e policiais, mediante limitações fundamentadas na carta magna interna[161].

Assim, a liberdade sindical subjetiva está relacionada a liberdade para constituição, extinção, alteração, filiação organização e demais componentes da instituição sindical, sem a interferência, gerência, seja do Estado, empresas, instituições públicas ou privadas, internas ou externas.

Nesse sentido, Santos esclarece que a Constituição de 1988 manteve

> a unicidade sindical, um dos ranços do sindicalismo nascido por força do Estado Novo, excluindo, assim, a possibilidades de pluralidade e impondo, pela via legal, a unicidade de representação, o que contraria o Verbete n. 224 do Comitê de Liberdade Sindical da OIT que, esclarecendo os objetivos da Convenção n. 87. multipliquem as organizações sindicais, a unidade do movimento sindical não deve ser imposta, mediante intervenção do Estado, por via legislativa, pois essa intervenção é contrária ao princípio incorporado nos arts. 2° e 11 da Convenção n. 87´. Contrariou, ainda, a Carta Magna, o Verbete n. 225, que explica que a Convenção n. 87 não quis fazer da pluralidade sindical uma obrigação, mas exige que essa seja possível em todos os casos, de maneira que toda atividade de um governo que se

[159] OIT. **Princípios Gerais**. *In* A liberdade sindical: Recopilação das Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade sindical e do Conselho de Administração da OIT. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/union_freedom/ pub/liberdade_sindical_286.pdf, acesso em 19 de julho de 2023.

[160] OIT. **Princípios Gerais**. *In* A liberdade sindical: Recopilação das Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade sindical e do Conselho de Administração da OIT. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/union_freedom/ pub/liberdade_sindical_286.pdf, acesso em 19 de julho de 2023.

[161] RÍOS, Alfredo Villavicencio. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT**. Tradução Jorge Alberto Araújo. São Paulo: LTr, 2011, p. 27-29.

> traduza em imposição de uma organização sindical única está em contradição com as disposições do art. 2° da Convenção n. 87[162].

Ainda, para Garcia a liberdade de filiação sindical pode ser individual, aquela que o trabalhador e o empregador têm o direito de ingressar como filiado de um determinado sindicato, assim como a liberdade coletiva que diz respeito as entidades sindicais, quando decidem se filiar outro ente sindical superior, seja de base territorial nacional ou internacional[163].

O exercício da liberdade pode ser de forma individual, quando o cidadão individualmente age para aderir ou não a determinada instituição. Assim como, para coletivamente deliberar e decidir sobre o exercício de liberdades coletivas, nos seus mais diversos segmentos, inclusive a sindical. Esta liberdade pressagia a escolha da entidade, os rumos da entidade, atuações ou não da mesma e até mesmo sua fusão ou extinção. Eis o espaço autônomo e totalmente desvinculado do ordenamento jurídico estatal, espaço este trazido pela Convenção nº. 87 da OIT como garantias universais a todos os trabalhadores, empregadores e entidades sindicais.

Em uma faceta mais ampla do conceito de liberdade sindical, é possível compreender que “a liberdade de associação é a menos individualista de todas as liberdades, e a Revolução francesa, que sancionou a liberdade do trabalho pela interdição dos agrupamentos profissionais, bem o viu.”[164]

A liberdade de associação, sob o entendimento do autor, é a liberdade de menor cunho individualista e tal não é diferente quando o assunto é a associação para fins sindicais. O indivíduo em sua autonomia individual adere a associação coletiva determinada, ou ainda, deixa de pertencer aos quadros associativos, por livre e espontânea vontade.

Para Ríos, a liberdade sindical, não obstante possua sua titularidade individual ou coletiva é um direito fundamentalmente coletivo[165]. A liberdade sindical pode ser exercida individual ou coletivamente, não obstante seja uma liberdade, por sua natureza, coletiva.

---

[162] SANTOS, Enoque Ribeiro dos. SILVA, Otávio Pinto e. **Temas controvertidos do direito coletivo do trabalho no cenário nacional e internacional**. São Paulo: LTr. 2006. p. 165.
[163] GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Convenção n. 98 da organização internacional do Trabalho**: Proteção da Liberdade e atividade sindical. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 394.
[164] CRUET, Juan. **A Vida do Direito e a inutilidade das leis**. Bibliotheca de Philosophia scientifica – Livraria Editora, Lisboa, 1908, p. 150.
[165] RÍOS, Alfredo Villavicencio. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT**. Tradução Jorge Alberto Araújo. São Paulo: LTr, 2011, p. 26.

A Convenção nº. 87 da OIT em seu artigo 2º. assegura a liberdade sindical subjetiva para trabalhadores e empregadores sem distinção de qualquer espécie, ou seja, não limita a natureza do trabalho, assim como a natureza da atividade exercida, de forma ampla para constituir e se filiar a organizações sindicais sem qualquer intervenção seja do Estado ou de particulares, devendo unicamente haver a adesão ao estatuto da entidade representativa[166].

A Convenção nº. 87 da OIT apresenta dois elementos importantes quando o assunto é o exercício da liberdade sindical subjetiva, qual seja, o direito ao exercício da liberdade de forma ampla para constituição de entidades, sem qualquer gerência ou intervenção estatal, assegurando em seu artigo 8, inciso II, que as entidades, pessoas e coletividades devem respeitar a lei. Este respeito à lei está relacionado a ideia de que a liberdade é ampla, mas dentro dos princípios, da lei, da ética e dos bons costumes, não havendo a permissiva para se utilizar de tais liberdades e autonomia para o exercício de ilegalidades.

A liberdade objetiva das organizações para estabelecer seus regulamentos sem a intervenção estatal, em um espaço livre das limitações estatais, assim como do controle estatal. Ainda, tal liberdade como um espaço sindical, pautado em seus próprios regulamentos, um espaço saudável para a criação de normas coletivas que tragam melhorias nas condições de trabalho de toda uma categoria.

Da mesma forma, a Convenção nº. 87 da OIT assegura a liberdade sindical objetiva, qual seja, aos membros da OIT está o dever do compromisso de tornar efetiva as disposições desta convenção no plano interno. Ainda, o artigo 8º., inciso II da Convenção assegura que “A legislação nacional não deverá prejudicar nem ser aplicada de modo a prejudicar as garantias previstas pela presente Convenção”, logo os Estados devem promover uma legislação convergente com as disposições da referida Convenção, assim como das disposições do artigo nº. 11 asseguram a atuação dos Estados-membros no sentido de adequação e da implementação de soluções legislativas convergentes com a norma internacional[167].

A internalização desta Convenção cria um ambiente convergente com os preceitos de liberdade de associação previstos no rol de direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988. Este ambiente convergente culminará em um

---

166 OIT. **Convenção nº. 87**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 06 de novembro de 2022.

167 OIT. **Convenção nº. 87**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 06 de novembro de 2022.

maior fortalecimento dos preceitos constitucionais vigentes. Ademais, a Constituição ao adotar quórum especial no procedimento de internalização da Convenção nº. 87, fará dela sua parte integrante, uma vez que a referida Convenção ingressa no plano interno com *status* de emenda constitucional.

Assim, o direito objetivo ao exercício da liberdade sindical está assegurado e planteia a Convenção nº. 87 da OIT, quando em diversos momentos ela expõe o dever do Estado em promover a adequação legislativa necessária a implementação da liberdade sindical no plano interno. Em tópico próprio no segundo capítulo, abordar-se-á a autonomia da vontade como espaço autônomo de produção normativa sindical e a relação do direito do trabalho com o direito civil no início do século XIX. O que se deixa de fazer aqui por uma questão de organização, equilíbrio entre os capítulos e coerência textual.

1.2.3 Pluralismo Sindical na Convenção nº. 87 da OIT e seus paradoxos no Sistema Laboral Brasileiro

Neste tópico a pesquisa aborda o pluralismo sindical previsto e assegurado na Convenção nº. 87 da OIT e seus principais paradoxos com o sistema sindical brasileiro. A abordagem é construída a partir da perspectiva de um sistema de sindicato único por categoria em total contradição ao aparato constitucional vigente e que estrutura a Constituição brasileira. Esta, uma Constituição democrática, plural e sustentada sob o pilar da liberdade, inclusive liberdade de associação para fins laborais.

Wolkmer conceitua pluralismo jurídico como “a multiplicidade de manifestações e práticas normativas existentes num mesmo espaço sociopolítico, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais” fundadas nas necessidades existenciais, materiais e culturais[168]. A partir desse conceito, é possível dizer que o pluralismo traz consigo a compreensão que a legislação estatal não é única e nem principal fonte de produção jurídica. Mas que as sociedades locais e globais podem produzir, independentemente do Estado, outras formas jurídicas. Deste modo, Wolkmer lança a proposta segundo a qual o pluralismo deve se sintonizar com os planos local e global de coexistência com o Estado e as

[168] WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 257.

ordenações da democracia, que se articulam em torno de hegemonias plurais, democráticas e participativas. Deste modo, o Estado não é a última e exclusiva fonte do direito. sendo possível identificar um “empirismo radical” em convergência com a vida social[169].

Quais são os reflexos do pluralismo jurídico na Constituição? Conceber que a legislação estatal não é a única fonte de produção normativa, pois a sociedade pode produzir normas jurídicas. A Constituição de 1988, ao admitir que os direitos e garantias fundamentais ali elencados pertencem a um rol meramente exemplificativo, admite direitos e garantias que, mesmo ali não contidos, asseguram a dignidade humana. A conclusão que se chega é que uma norma coletiva pode ser considerada uma norma de direito fundamental, se atrelada a dignidade do trabalhador, não obstante sua ausência no texto constitucional.

Considerando-se que espaço do sindicato é autônomo e sociopolítico, um espaço bastante amplo, denso de debates e demandas, que vão desde a luta por melhores salários, melhores condições de trabalho a normas de saúde e segurança no trabalho, torna-se possível afirmar que ele é uma manifestação do pluralismo jurídico. O espaço autônomo sindical para produção de normas jurídicas vai para além de um espaço entre associados. O espaço legislativo sindical alcança inclusive trabalhadores não associados que integram a categoria e deverão se curvar aos instrumentos coletivos produzidos dentro de um espaço de debates democrático, cooperativo e voltado ao desenvolvimento laboral.

Para Maliska, o conceito de “cooperação como elemento fundamental da ordem constitucional” decorre da constatação de que a vida política não é uma exclusividade do Estado, havendo espaço para além dele, assim como internamente a ele, o que implica na produção normativa cooperativa, quanto cooperação material[170]. Esta cooperação material acontece dentro do espaço da liberdade objetiva sindical na criação de normas cuja extensão inclusive ultrapassa as esferas associativas, atinge toda a categoria e mais, por vezes é estendida judicialmente, para outras categorias similares que sequer participaram dessa negociação. Esta atuação com liberdade e autonomia, é um dos pressupostos do Estado Democrático, assim como de um Estado plural e Cooperativo.

---

[169] WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, p. 185-214.

[170] MALISKA, Marcos Augusto. Fundamentos da Constituição. Abertura, Cooperação, Integração. Curitiba, Juruá, 2013, p. 59.

Para Carreiro e Stürmer parte-se do pressuposto hipotético de que a democracia “enquanto valor superior, não pode permanecer limitada aos confins do Estado, mas deve ser expandida a toda e qualquer formação social chamada a contribuir decisivamente com o desenvolvimento do pluralismo”, citando as entidades sindicais[171].

Para Ehrlich uma associação ou organização social é um conjunto de pessoas que mutuamente estabelecem regras de maior importância e determinantes. Com conteúdo do direito, da moral, da religião, do costume, da honra, do bom comportamento e da moda, que se juntam a algumas regras de menor importância, exemplificando estas como a prioridade em uma fila de atendimento, que norteiam seu agir e de fato assim agem. Acrescenta ainda, que a norma jurídica é apenas uma das regras do agir e se assemelha a qualquer outra regra social, assim como nem todas as associações são determinadas por normas jurídicas, mas apenas aquelas cuja ordem repousa em normas jurídicas, não sendo o direito exclusivo. [172].

Aqui é importante mencionar que para além da autorização constitucional, a própria Convenção nº. 87 em seu artigo 2º. e 3º. apresenta a liberdade subjetiva e objetiva, respectivamente com direito e uma garantia dos trabalhadores e mais, das entidades sindicais. A elaboração de normas escritas como instrumento e concretização do direito objetivo sindical, que livremente e sem a intervenção estatal podem regulamentar e estabelecer regras que conduzirão a entidade e os trabalhadores contidos naquela categoria, por determinado lapso temporal.

O documento, a norma escrita, na modernidade da democracia, deve ser compreendida como um instrumento que assegura inclusive o direito das pessoas e instituições, de livremente pactuarem o que melhor atende aos seus anseios e necessidades, sempre pautados em limitadores essenciais ao direito e a um convívio em sociedade, tais como violações a direitos e garantias, medidas restritivas e que coloquem em risco a autonomia, a liberdade e a democracia.

Aqui é necessário empreender a hermenêutica interpretativa para vislumbrar que no direito moderno, é indispensável a percepção de que as lições de Ehrlich

---

[171] CARREIRO, Luciano Dorea Martinez; Stürmer, Gilberto. (2021). **A democracia sindical no Brasil**: reflexões sobre a extensão e os limites dos direitos de participação na vida sindical. *In* Revista de Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v. 26, n. 3, p. 241-265, set./dez., de 2021, p. 244.
[172] Ehrlich, Eugen. Fundamentos da sociologia do direito. Tradução de Renê Ernani Gertz. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1986, C. 1967, p. 37-38.

possuem uma forte expressão com o Estado pluralista e democrático cuja base estruturante é o pluralismo de fontes e cada vez mais a admissão de normas de fontes inclusive originariamente privadas, como é o caso das normas coletivas de trabalho. O reconhecimento pela própria CRFB das normas coletivas é a mais nítida consagração da autonomia coletiva laboral no Brasil e desse espaço autônomo de criação de norma jurídica. Sob tal viés se demonstra a abertura constitucional do ordenamento jurídico brasileiro para a produção normativa privada laboral e sua integração ao ordenamento jurídico estatal, o que se cita como exemplo a sentença normativa em sua extensão, ou mais, o reconhecimento da validade de normas coletivas e sua extensão para outras categorias ou bases territoriais. O sindicato aqui é apresentado pela Constituição de 1988 como um poder concorrente ao Estado, cujo manto da legislação para aquela categoria é reconhecido e chancelado pela própria norma escrita estatal, assim como pela própria sociedade.

Para Martins nesta mesma senda do direito moderno, o Estado Pluralista Democrático se sustenta na pluralidade de soluções políticas e jurídicas, sendo o pluralismo um contrapeso e uma garantia do indivíduo contra o poder incondicionado do Estado, descentralizando o direito e implicando na multiplicidade de sistemas jurídicos. No direito do trabalho, estabelece a negociação coletiva e demais direitos[173].

Assim, “a Constituição como ordem fundamental da comunidade política, vai além da mera organização política do Estado”[174]. Ao texto constitucional cabe para além da mera alusão de determinado direito, criar um solo fértil a própria construção subjetiva do indivíduo que poderá decidir por usufruir ou não de determinado elemento constitucional. A liberdade é um imperativo para o Estado, porém ao indivíduo deve prevalecer o imperativo de autonomia para aderir ou não a determinada liberdade, inclusive para fins sindicais.

Ademais, o sindicato “na condição de sujeito legitimado para expressar o interesse de um conjunto de trabalhadores, deve estar submetido às mesmas exigências democráticas impostas ao Estado, que representa interesses

[173] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 59-61.
[174] MALISKA, M. A.; SCHIER, A. C. R. **Entre o pesado Estado autárquico e o indiferente Estado mínimo.** Reflexões sobre o Estado Constitucional Cooperativo a partir de um caso concreto. *In* Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil), v. 20, p. 159-173, 2016, p. 10.

macrossociais."[175] Mencionando os autores que não existe justificativa para tratamento constitucional diferenciado empenhado às entidades sindicais

> o sindicalismo brasileiro acostumou-se mal com a garantia estatal do monopólio de representação, com o suporte financeiro intermediado por décadas pelo Estado e com a atuação judiciária (poder normativo) que aborta a negociação coletiva. A legislação sindical brasileira, em suma, manteve em favor das entidades sindicais um *status* anacrônico, incompatível com a realidade pluralista que se pretendeu desenhar em 1988, mas, em matéria de democracia sindical interna, não há dúvidas quanto à inexistência de legislação específica.[176]

Quando o assunto é a autonomia da vontade, mas especificamente no direito sindical, importante compreender que se trata de um enunciado do direito privado e se insere no direito das obrigações, quanto aos conceitos, delimitações e alcance. Sob tal perspectiva, importante o esclarecimento de Gomes ao afirmar que o negócio jurídico se funda na liberdade individual e possui sua razão de ser no reconhecimento, limites e regulação da autonomia privada, reconhecendo a ordem jurídica o poder de iniciativa para associação de forças segundo a livre apreciação[177]. Esclarecendo o autor que "quando se destina à criação de regras, participa da autonomia pública, ou da autonomia privada", sendo a autonomia privada reconhecida pela ordem jurídica no campo do direito privado, como atividade destinada a criar, modificar ou extinguir relações jurídicas entre indivíduos, reconhecendo a possibilidade da existência de limites[178]. Este assunto será abordado de forma verticalizada no 2º. capítulo da tese.

No Brasil, os Tratados e instrumentos internacionais são fontes internacionais de produção do direito do Trabalho, devendo-se observar para internalização, a prescrição constitucional. O Tratado de Versalhes de 1919 eleva o trabalho a uma condição para o alcance da paz social, estabelecendo a sua

---

[175] CARREIRO, Luciano Dorea Martinez; Stürmer, Gilberto. (2021). **A democracia sindical no Brasil**: reflexões sobre a extensão e os limites dos direitos de participação na vida sindical. *In* Revista de Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v. 26, n. 3, p. 241-265, set./dez., de 2021, p. 248-249.

[176] CARREIRO, Luciano Dorea Martinez; Stürmer, Gilberto. (2021). **A democracia sindical no Brasil**: reflexões sobre a extensão e os limites dos direitos de participação na vida sindical. *In* Revista de Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v. 26, n. 3, p. 241-265, set./dez., de 2021, p. 254.

[177] GOMES, Orlando, 1919. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª. ed. aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 42-43.

[178] GOMES, Orlando, 1919. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª. ed. aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 44.

desmercantilização, assim como o direito elementar de associação, sendo a Convenção nº. 87 da OIT uma das mais importantes[179].

Quando o trabalho ocupa o patamar de condição para o alcance da paz social, este se torna um imperativo elemento na construção de uma sociedade estruturada e pautada no bem-estar social. Ademais, tal afirmativa consolida a ideia do trabalho como elemento de desenvolvimento das subjetividades e habilidades humanas, pois para Dejours é reconhecer ao trabalho livre o poder de gerar ligações de cooperação, "do viver junto ou da arte de viver", permitindo a manutenção da ligação com o real, devendo o trabalho ser reconhecido como objeto da política e da filosofia[180].

Segundo Arruda e Corseuil, a liberdade sindical contida na CF/1988 não possui a amplitude da liberdade contida na Convenção nº. 87 da OIT, pois o Brasil, legislando sob uma perspectiva de menor alcance, não ratificou a referida Convenção, não obstante considere que tanto a liberdade individual quanto a coletiva devam ser asseguradas. A liberdade individual como o direito à livre sindicalização e desfiliação e a liberdade coletiva quanto a liberdade para criação de um sindicato, cujo critério limitativo é a base territorial mínima[181].

A Constituição de 1988 possui restrições no artigo 8º., inciso II, que contrariam a Convenção nº. 87 da OIT na sua essência, e mais, que contrariam inclusive as disposições ao entorno da própria Constituição e preceitos plurais que a integram. Para Arruda e Corseuil a unicidade sindical prevista na Constituição de 1988 impedem a internalização desta norma, não obstante a simples adesão a OIT já seja suficiente, nos termos da Declaração sobre Princípios e Garantias Fundamentais de 1998 para efetividade da liberdade sindical no Brasil[182].

O pluralismo está presente logo no preâmbulo da Convenção nº. 87 da OIT ao considerar que "o Preâmbulo da Constituição da Organização Internacional do Trabalho enuncia entre os meios suscetíveis de melhorar a condição dos

---

[179] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 69-74.
[180] DEJOURS, Christophe. Trabalho Vivo, trabalho e emancipação. Tradução de Franck Soudant, Brasília: Paralelo 15, 2012, p. 174-175.
[181] ARRUDA, Hélio Mário de; CORSEUIL, Flavia Farias de Arruda. **As convenções nº 87, 98 e 154 da OIT e o princípio da ultratividade das negociações coletivas**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 405.
[182] ARRUDA, Hélio Mário de; CORSEUIL, Flavia Farias de Arruda. **As convenções nº. 87, 98 e 154 da OIT e o princípio da ultratividade das negociações coletivas**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 405.

trabalhadores e de assegurar a paz, ‘a afirmação do princípio da liberdade sindical’”[183]. Logo, se o preâmbulo da própria Constituição da OIT traz a afirmação do princípio da liberdade sindical como um instrumento para melhorar a condição de vida do trabalhador e propiciar e propagar a paz, medida que emergia naquele momento, era a criação da Convenção nº. 87 da OIT para concretizar os anseios e princípios preambulares e constitucionais da OIT. Assim a referida Convenção se concretiza para instrumentalizar a Constituição da própria OIT, para a qual todos os membros devem se curvar.

Ainda, um dos motivos contidos no preâmbulo da Convenção nº. 87 da OIT para justificar a sua elaboração, é a consideração de “que a Declaração de Filadélfia proclamou novamente que ‘a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável a um progresso ininterrupto’”[184]. A Declaração de Filadélfia eleva a liberdade de associação como elemento indispensável ao progresso ininterrupto como um todo, seja ele social, econômico ou laboral. Aqui a liberdade de associação é o gênero, da qual a liberdade de associação para fins sindicais é uma das espécies.

A Declaração de Filadélfia de 10 de maio de 1944 define os fins, objetivos e princípios que norteiam e inspiram a OIT, estabelecendo como princípios fundamentais que:

> a) o trabalho não é uma mercadoria;
> b) a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável para um progresso constante;
> c) a pobreza, onde quer que exista, constitui um perigo para a prosperidade de todos;
> d) a luta contra a necessidade deve ser conduzida com uma energia inesgotável por cada nação e através de um esforço internacional contínuo e organizado pelo qual os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, colaborando em pé de igualdade com os dos Governos, participem em discussões livres e em decisões de carácter democrático tendo em vista promover o bem comum[185].

A Declaração de Filadélfia apresenta os objetivos fundamentais que devem nortear a OIT, assim como a sua própria estrutura constitucional, assegurando para

---

[183] OIT. **Convenção nº. 87.** Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 06 de novembro de 2022.
[184] OIT. **Convenção nº. 87.** Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 06 de novembro de 2022.
[185] DEGERT – **direção geral do emprego e das relações de trabalho**. Declaração de Filadélfia, 1944. Disponível em: https://www.dgert.gov.pt/declaracao-de-filadelfia, acesso em 07 de novembro de 2022.

uma centralidade humana digna. Assim como apresenta que o trabalho não é uma mercadoria e a liberdade de expressão e associação uma condição indissociável dos propósitos de uma vida melhor e minimamente digna para todos os trabalhadores. A declaração de Filadélfia escancara o combate à pobreza por todas as nações, vez que atenta ao desenvolvimento. Ainda, como elemento de combate a miserabilidade, estabelece a participação dos trabalhadores, empregadores e Estado no tripé de discussão por implementação de legislação e melhorias para o labor.

Aqui é importante compreender que o princípio da colaboração, em caráter de igualdade é um dos principais locais de fala dos sindicatos e associações laborais. Ademais, as entidades associativas têm o condão de se fazer a voz daqueles que não a têm, para serem ouvidas e ecoadas nos mais diversos espaços.

Quando se aborda a voz do sindicato ou associação laboral, é necessário compreender que por meio destas instituições se dá voz e força, por vezes, a centenas e milhares de trabalhadores que não possuem condições de fala e muito menos seriam ouvidos. Logo, o exercício da liberdade e a atuação democrática das entidades associativas laborais é necessária para que elas ocupem seus espaços e tenham condições de lutar em defesa das classes ali representadas. Estes são elementos fundamentais e que estruturam a OIT, segundo a Declaração de Filadélfia, declaração esta dotada de universalidade, essencialidade e cooperação. Assim, é preciso fomentar os espaços autônomos de produção normativa sindical, o que com a internalização da Convenção nº. 87 da OIT fortaleceria imediatamente tal espaço, além de gerar um imediato fortalecimento constitucional.

Ainda, o preâmbulo da Convenção nº. 87 da OIT, afirma que “considerando que a Conferência Internacional do Trabalho em sua 30ª Sessão adotou, por unanimidade, os princípios que devem constituir a base da regulamentação internacional”[186]. No rol destes princípios está a liberdade de associação, inclusive para fins sindicais e laborais.

A disposição do artigo 5º., da Convenção nº. 87 da OIT, assegura que as organizações sindicais e associativas laborais possuem o direito de constituir “federações e confederações, bem como o de filiar-se às mesmas, e toda

[186] OIT. **Convenção nº. 87**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 06 de novembro de 2022.

organização, federação ou confederação terá o direito de filiar-se às organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores”[187].

Neste dispositivo, a OIT assegura a ampla e irrestrita possibilidade de filiação, seja do trabalhador em constituir sindicatos, federações e confederações, assim como a liberdade coletiva de se filiar a organizações nacionais e internacionais, podendo inclusive se filiar a mais de uma organização. Da mesma forma, o artigo 10º. da Convenção nº. 87 da OIT apresenta a interpretação ao termo “organização”, conceituando como qualquer organização de empregadores ou trabalhadores com finalidade de promover e defender os interesses de trabalhadores ou empregadores.

A Convenção nº. 87 da OIT com base na pluralidade de fontes que sustentam a liberdade, deixa ampla a possibilidade de criação de instituições de defesa de categorias, nas mais amplas modalidades possíveis, deixando de listar qualquer modelo que julgue adequada para as coletividades laborais. A liberdade para criar uma organização deverá ser decidida pela própria categoria de empregador ou trabalhador. Logo, a limitação de categoria, área mínima de um município, assim como a limitação a sindicato único por categoria conflita diretamente com a Convenção nº. 87 da OIT.

É inegável que a Convenção nº. 87 da OIT apresenta em seu bojo a garantia de “de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas”[188]. Esta disposição apresenta o direito de filiação e constituição de organizações, no plural, limitando apenas a atuação aos ditames dos estatutos internos. Logo, o Estado, a sociedade, o empresariado ou qualquer outra instituição não pode limitar a prática da liberdade sindical, seja ela para constituir, alterar, extinguir entidades sindicais, seja para filiação ou desfiliação em entidades existentes.

Tais disposições contrariam e entram em cheque com a disposição do artigo 8º., inciso II, da Constituição de 1988, que limita o exercício da liberdade sindical no plano interno, com a constituição de um único sindicato para uma base territorial mínima de um município. Aqui é evidente que o artigo constitucional contrasta

[187] OIT. **Convenção nº. 87**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 06 de novembro de 2022.
[188] OIT. **Convenção nº. 87**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 06 de novembro de 2022, artigo 2º.

diretamente com a referida convenção, pois estabelece restrições totalmente contrárias as disposições convencionais. Por isso é importante sua internalização, uma vez que internalizada, esta, ao invés de contrastar com a Constituição, fortalece e produz efeitos imediatos no plano do desenvolvimento do espaço legislativo autônomo que o sindicato possui. Ademais, os trabalhadores em um primeiro momento, no uso da autonomia individual subjetiva podem se reunir para criação de sindicatos e após a sua criação, as entidades dentro do espaço de autonomia objetiva para criação de normas jurídicas, gozam de um espaço imune ao Estado e a intervenções.

Não obstante, o artigo 8º., II da CF/1988 traga a limitação ao sistema de sindicato único por categoria em determinada base territorial, é evidente que o entorno de tal disposição contrasta com outras premissas contidas na própria Constituição, qual seja, no próprio preâmbulo, ao afirmar que

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição Da República Federativa Do Brasil[189].

O Art. 1º. da Constituição de 1988 apresenta os fundamentos da República Federativa do Brasil e entre eles estão: [...]; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho [...]; V - o pluralismo político. A dignidade humana é um dos fundamentos do Estado democrático de direito e nela devem ser estruturadas as demais disposições legislativas nas mais diversas esferas. A dignidade humana é um dos pilares estruturais do Brasil juntamente com o valor social.

Para Araújo, o valor social do trabalho é um princípio conformador da ordem jurídica e na ordem econômica que se assenta na premissa de valorização do trabalho humano, sendo o trabalho instrumento e conteúdo de dignificação e de

[189] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

efetivação da cidadania, se contrapondo a precarização do trabalho[190]. Ressalta o autor que o trabalho está diretamente vinculado ao bem maior que é a vida do ser humano. O trabalho deve lhe garantir subsistência, realização pessoal, inclusão social e interação dos sujeitos a comunidade, sendo o trabalho uma condição de vida do ser humano[191].

Neste tópico a abordagem perpassou pela perspectiva da existência de um paradoxo entre os preceitos contidos na Convenção nº. 87 da OIT e o texto constitucional de 1988. Demonstrou-se que a legislação estatal não é a única e nem a principal fonte de produção jurídica. Aqui foi possível perceber claramente o sindicato como um espaço autônomo e sociopolítico, amplo, denso de debates e demandas, que inclusive ultrapassam a espera dos associados.

Neste momento da tese houve a demonstração de que da mesma forma a vida política não é exclusividade do Estado. Ademais, a cooperação é um elemento fundamental na ordem constitucional brasileira. Assim sendo, há um espaço para além do Estado, que internamente implica em uma produção normativa cooperativa. Esta cooperação material acontece dentro do espaço de liberdade objetiva sindical, dentro de um Estado pluralista e democrático.

Também foi possível perceber que o sindicato com a Constituição de 1988 é apresentado como um poder concorrente ao Estado, por este reconhecido e chancelado no bojo da própria Constituição. Um Estado Constitucional Cooperativo demanda pluralidade de soluções políticas e se encontra em um grande paradoxo quando o assunto é a Convenção nº. 87 da OIT. Esta comparece como um dos instrumentos mais importantes na tutela do direito humano a liberdade sindical e os direitos que decorrem da fundamentalidade da liberdade de associação para fins sindicais. O Brasil em contradição e dentro de um grande paradoxo legisla em uma perspectiva menor, quando o texto constitucional do artigo 8º, II prevê a unicidade sindical, limitada ao território mínimo de um município. Uma constituição pluralista, cooperativa e democrática, mas cujo inciso acima aniquila a liberdade sindical em total disparidade ao texto convencional.

---

[190] ARAÚJO, Jailton Macena de. **Valor social do trabalho na constituição federal de 1988**: Instrumento de promoção de cidadania e de resistência à precarização. *In* Revista de Direito Brasileira | São Paulo, SP | v. 16 | n. 7 | p. 115 - 134 | Jan./Abr. 2017, p. 1-3.

[191] ARAÚJO, Jailton Macena de. **Valor social do trabalho na constituição federal de 1988**: Instrumento de promoção de cidadania e de resistência à precarização. *In* Revista de Direito Brasileira | São Paulo, SP | v. 16 | n. 7 | p. 115 - 134 | Jan./Abr. 2017, p. 3.

A Convenção nº. 87 é uma convenção pluralista, democrática, logo conflitante com o texto do artigo 8º., II da Constituição. A consequência dessa contradição é a não ratificação e não aplicação daquele documento internacional pelo Brasil. Esta ratificação, conforme se conclui, só tem a fortalecer o Estado Constitucional Cooperativo e mais, fortalecer e edificar o espaço autônomo coletivo sindical e toda a sua relevância para a democratização das relações laborais.

1.3 PLURALISMO JURÍDICO E ABERTURA DA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA À PRODUÇÃO NORMATIVA INTERNACIONAL

Neste tópico abordar-se-á a necessidade de ratificação da referida convenção, como medida de efetivação e fortalecimento dos preceitos constitucionais elementares e estruturantes da própria Constituição vigente, assim como para sanar tal restrição, que fere de morte o exercício da liberdade sindical no Brasil. Ao que se percebe, o artigo 8º., II da CF/1988 está em contradição não só com o aparato internacional, mas também com a própria Constituição vigente. Por outro vértice, a Constituição de 1988 interage em diversos momentos com o aparato legislativo internacional e esta interação é que ora será objeto de estudo, vez que a contradição inclusive opõe com o próprio aparato basilar constitucional.

Para Maliska, o pluralismo político deve ser utilizado em sua noção mais abrangente para contemplar aspectos que marcam a diversidade social, cultural e política do país. O tempo político em seu sentido amplo deve dar o tom para designar para além da diversidade político-partidária que não o esgota em seu princípio. No Direito constitucional “a ideia de pluralismo encontra-se na noção de abertura da Constituição para dentro, para sua própria sociedade, pois o conceito de abertura, para além de caracterizar a ordem constitucional no contexto da internacionalização do direito e da existência”, de uma rede comprometida com os direitos humanos, o que identifica as constituições pluralistas e as sociedades plurais.[192] A Constituição de 1988 é uma Constituição pluralista, democrática e aberta ao ordenamento jurídico internacional. Em diversos momentos é possível verificar em seu texto essa abertura. Uma Constituição pluralista possui alguns

[192] MALISKA, Marcos Augusto. **Dignidade humana e pluralismo constitucional**. Limites e possibilidades de dois princípios constitucionais em tempos de profundo dissenso político. *In* Revista da AJURIS – Porto Alegre, v. 45, n. 144, Junho, 201, p. 382.

elementos essenciais, entre eles está a abertura do sistema constitucional as interpretações e os intérpretes. O pluralismo que aqui se aborda significa tanto a pluralidade de fontes do direito, qual seja, as normas internas e externas, estas as próprias normas internacionais, a exemplo das convenções da OIT, que são a própria expressão do pluralismo.

Luño, ao abordar o pluralismo e a teoria de Häberle, conclui que,

> *El pluralismo implica básicamente la "apertura" del sistema constitucional: "sus teorías y doctrinas", "sus interpretaciones e intérpretes" —sobre todo a nivel de derechos fundamentales—, y su inherente dogmática jurídica, junto con su posterior desarrollo y progresos*.[193][194]

Conforme as lições de Luño, o pluralismo possui implicações teóricas, doutrinárias e interpretativas a todo o nível de direitos fundamentais, assim como inerente a toda dogmática jurídica e consequente desenvolvimento e progresso. Ademais, importante compreender que tal sistemática implica em uma mudança de posicionamento, conduta e atuação, principalmente do Estado, especialmente na aplicação e interpretação das leis e normas advindas do corolário estatal, assim como da aceitação, aplicação e interpretação de normas de espaços autônomos e privados, como por exemplo, advindas do exercício de atividade sindical.

O levantamento constitucional aqui apresentado demonstra, formalmente falando, uma Constituição solidária, cooperativa, participativa e fundamentada na dignidade humana e seus alicerces. A Constituição apresenta o trabalho como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano, social e econômico, inibindo a mercantilização do trabalho humano. A Constituição da República Federativa do Brasil ao primar pela liberdade, autonomia da vontade, bem-estar social e justiça social como elementos gerais e norteadores não só do texto constitucional. Mas, acima de tudo, sua aplicação, propõe a liberdade inclusive de associação como norma universal e basilar para o desenvolvimento da democracia no trabalho e como espaço de fala. O artigo 8º., II da CF/1988 se apresenta como uma anomalia em contradição aos pilares estruturantes do ordenamento interno,

---

[193] LUÑO, Antonio-Enrique Pérez. ***Dogmática de los derechos fundamentales y transformaciones del sistema constitucional***. *In* UNED. *Teoría y Realidad Constitucional*, núm. 20, 2007, pp. 495-511, p. 503.

[194] O pluralismo implica basicamente a "abertura" do sistema constitucional: "suas teorias e doutrinas", "suas interpretações e intérpretes" — especialmente no nível dos direitos fundamentais— e sua inerente dogmática jurídica, junto com seu posterior desenvolvimento e progresso (tradução livre da autora).

assim como em total divergência aos preceitos internacionais, inclusive ao texto da Convenção nº. 87 da OIT.

Para Martins, uma Constituição é duradoura quando corresponde à realidade a que está inserida, sob o risco de sofrer constantes alterações[195]. Sob tal perspectiva, entende-se que a Constituição de um país deve ser o espelho dos anseios daquela sociedade. Ademais, importante compreender que a vontade do povo e os seus anseios é o grande trunfo da democracia e a sua abrangência. A liberdade, a autonomia, o exercício da vontade como elementos de uma sociedade democrática, cuja Constituição demonstra efetivamente ou da maneira mais aproximada possível, a soberania do povo que nela habita. Lembrando aqui que inclusive a soberania em seu conceito nato, sofre relativização em um Estado Constitucional Cooperativo.

Nessa perspectiva, Lassale, na chamada concepção sociológica de constituição, em apertada síntese esclarece que uma Constituição não se limita a matéria, volume, pacto juramentado entre Estado e povo, muito menos em um emaranhado de princípios ou ainda, em uma lei fundamental. Para o autor a Constituição é o instrumento mais sagrado, firme e imóvel em comparação com a lei comum. Para Lassale, a lei fundamental de uma nação irradia-se nas leis comuns à sua força ativa (fator real de poder), eficaz e determinante, sendo o povo em situações extremas integrante da própria Constituição, quando protesta contra determinadas ações do Estado ou terceiro, invocando uma aplicação adequada da norma fundamental. Quando o texto escrito corresponde a Constituição real, que emana da vontade do povo, evidencia-se a força vital de um país. A Constituição escrita deve se justificar pelos fatos reais e efetivos do poder e este é o povo[196].

Assim, percebe-se que o intérprete da Constituição de 1988 ao atribuir interpretação restritiva ao exercício da liberdade sindical, aplicando o artigo 8º., II, inclusive em contrariedade ao próprio texto constitucional como um todo e em sua amplitude, contraria as disposições contidas na Convenção nº. 87 da OIT. Eis que esta propõe a liberdade sindical como elemento essencial ao desenvolvimento do trabalho e como instrumento de construção da paz social.

---

[195] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 82.
[196] LASSALE, Ferdinand, 1825-1864. A essência da Constituição. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1988, p. 1-49.

A Convenção nº. 87 da OIT consagra o direito de organização, criação e elaboração de direito atinentes a organização sindical, aprovação dos seus estatutos, assim como a regulamentação coletiva de trabalho, que goza de integral proteção internacional, como espaço autônomo de elaboração de norma jurídica, com efeitos para toda a categoria, ou parte dela. A elaboração de normas coletivas como instrumento de pacificação social nas relações de trabalho, aliás o maior instrumento de pacificação laboral.

A construção da paz social perpassa pelo campo do trabalho, este como instrumento de inclusão humana na sociedade de consumo, bem-estar e até mesmo na sociedade da dignidade. O trabalho possui o condão de incluir o ser humano na sociedade, assim como propiciar o desenvolvimento humano para além do aprendizado de uma profissão, mas como catalisador de subjetividades que modificam a vida humana. Logo, dada a relevância do trabalho na existência humana, importante que ele seja digno, decente e construa a paz social, pois sem liberdade não existe paz social.

1.3.1 O pluralismo jurídico e o diálogo com o Direito do Trabalho

A pesquisa nesta temática aborda o pluralismo jurídico, seus principais elementos estruturantes. Ainda, transcorre sobre o pluralismo jurídico brasileiro sob a ótica da abertura da ordem constitucional brasileira, apresentando seus principais elementos. O tópico transpassa ao elemento complexidade e entrelaçamento temático com demonstrações de artigos, dispositivos e até mesmo julgados que enfrentam e reconhecem a Constituição de 1988 como uma constituição pluralista e aberta ao ordenamento interno e externo. Finalmente, tópico apresenta o diálogo do pluralismo jurídico com o direito do trabalho.

Quando o assunto é a convergência e entrelaçamento de estruturas legislativas o conceito de transconstitucionalismo é necessário, pois seu conceito é justamente no sentido de harmonia e abertura, seja de dentro para fora e de fora para dentro das ordens constitucionais normativas, pois

> o transconstitucionalismo contribui para a capacidade do sistema jurídico de responder aos problemas complexos da sociedade hodierna, oferecendo modelos normativos para a resolução dos conflitos entre diversos sistemas sociais. Os fragmentos internos e externos ao sistema jurídico encontram na teoria transconstitucional, os elementos constitucionais adequados a

> contribuir para a sua conexão estrutural, promovendo uma diferenciada ordem de comunicações.[197]

A necessária conexão estrutural trazida pelo autor promove uma melhor ou mais adequada comunicação entre os ordenamentos, assim como a resposta para problemas complexos, como é o caso do pluralismo sindical no Brasil e sua limitação constitucional isolada. A abertura constitucional propicia tal mudança de perspectiva, qual seja, para uma adequação interpretativa, assim como produção normativa condizente com o modelo constitucional adotado.

Para a problemática da unicidade sindical no Brasil cuja previsão constitucional contraria todo o aparato normativo para além dela, há que se pensar na harmonização deste contexto, de modo a implementar efetivamente um pluralismo jurídico no direito do trabalho, que por natureza é plural. Ademais, as normas jurídicas decorrem de construções sociais, cujas nuances sociais são responsáveis por conceder ao direito do trabalho o vértice de elaboração da normatização adequada ao instituto, no tempo e no espaço.

Soares, ao estudar o direito como realidade social menciona que a norma jurídica, de forma suscinta, regula a realidade social, criando uma consciência coletiva, pautada em valores que vão desde costumes, a morais, éticos e religiosos, entre outros. A influência da sociedade na produção jurídica possui força vinculativa e isso acontece de forma extremamente marcante no ramo do direito do trabalho. Tal influência é comprovada pelas fontes do direito do trabalho, pautadas em um pluralismo jurídico, que admite por exemplo, o costume, seja ele empresarial, das categorias econômicas e profissionais, como fonte do direito do trabalho.[198]

Visivelmente, o direito do trabalho no Brasil se assenta em uma pluralidade de fontes reconhecida pelo direito como um todo. Ademais, as próprias normas coletivas são fonte de direito, juntamente com os regulamentos da empresa, por exemplo. O direito do trabalho também tem como fonte normativa os costumes, que não raras as vezes direcionam a formalização da legislação, após longos períodos de práticas reiteradamente costumeiras. As normas coletivas são a materialização do pluralismo jurídico interno decorrente da autonomia das organizações sindicais.

---

[197] NUNES, Péricles Stehmann; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Transconstitucionalismo entre ordens jurídicas:** forma de alteridade no sistema jurídico mundial de níveis múltiplos [recurso eletrônico] / Péricles Stehmann Nunes; José Francisco Dias da Costa Lyra -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 118.

[198] SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O Pluralismo Jurídico no Direito do Trabalho**. *In* Brasília a. 32. N. 125 jan./mar. 1995, p. 135-139, p. 135-136.

No Brasil a Convenção coletiva é uma forma de autocomposição enquanto resultado do ajuste negocial entre patrões e empregados, com força de norma jurídica. “A convenção coletiva é uma faceta do pluralismo jurídico no direito do trabalho”, pois a partir desta, as normas jurídicas são produzidas por categorias econômicas e profissionais, em manifestação da autonomia privada. Assim, “as normas produzidas pelas convenções coletivas vinculam as partes envolvidas nas negociações”, qual seja, as categorias profissionais e econômicas. Tal constatação se estende aos acordos coletivos de trabalho, que da mesma forma, a produção de norma jurídica não provém do Estado, mas sim da vontade direta de grupos sociais, “como manifestação do pluralismo jurídico no direito do trabalho”.[199]

Assim, importante compreender que o pluralismo jurídico se faz presente no direito do trabalho justamente no espaço de autonomia coletiva privada instrumento desta pesquisa. Qual seja, o espaço normativo coletivo sindical é espaço também de realização do pluralismo jurídico no direito sindical brasileiro. Ademais, os instrumentos coletivos aqui elaborados são fontes inspiradoras de legislações de natureza estatal. E não raras as vezes, instrumentos convencionais, são transformados em normas estatais que se aplicam, não mais a determinadas categorias, mas para todos os trabalhadores do país em iguais condições.

Prossegue Soares ao mencionar que os regulamentos de empresa são fontes de normas jurídicas não estatais, que submetem grupos sociais interessados, cuja produção parte de um grupo econômico-profissional privado. Menciona ainda o costume, de ampla utilização no direito do trabalho, tendo muitas das vezes origem e consciência individual ou coletiva e são absorvidos pelo Estado, ou pela norma estatal. A ordem jurídica trabalhista é pluralista pois possui fontes normativas estatais e fontes jurídicas não estatais, tais como pela empresa, sindicatos e associações laborais, sempre estando a constituição no topo da pirâmide normativa [200]. A ordem jurídica laboral brasileira é a expressão do conceito de pluralismo jurídico de fontes normativas no plano interno, ao legitimar e dar força normativa as normas coletivas, por exemplo. Tais normas decorrem da efetivação do espaço de autonomia sindical, sujo procedimento normativo interno está previsto no estatuto do

[199] SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O Pluralismo Jurídico no Direito do Trabalho**. *In* Brasília a. 32. N. 125 jan./mar. 1995, p. 135-139, p. 136-137.
[200] SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O Pluralismo Jurídico no Direito do Trabalho**. *In* Brasília a. 32. N. 125 jan./mar. 1995, p. 135-139, p. 137.

sindicato. Logo, o pluralismo jurídico dialoga diretamente com o direito do trabalho em sua essência.

Nesta mesma senda, importante compreender que “o direito do trabalho se insere no contexto do pluralismo jurídico: enquanto ordenamento jurídico compõe-se de uma pluralidade de normas e também de uma pluralidade de fontes normativas.” Admitindo-se que tanto o Estado quanto particulares elaborem normas jurídicas[201]. O direito do trabalho, na realidade, é a expressão de pluralismo jurídico, tendo certamente nos sindicatos a maior quantidade de elaboração de normas jurídicas por particulares, no país. Ademais, o Brasil é um país com número expressivo de sindicatos e estes habitualmente elaboram suas normas coletivas de trabalho. Nesse sentido

> Reconhecida pelo ordenamento estatal em diferentes países, a partir do final do século passado, a atividade negocial das organizações de trabalhadores e de empregadores deu lugar a contratos coletivos de trabalho - entendidos em sentido genérico - que apresentam características contrárias ao dogma da vontade pregado pelo Iluminismo: destinam-se a regular as relações de trabalho em curso e as que venham a se constituir durante a sua vigência, abrangendo em alguns modelos jurídicos sócios e não sócios das entidades pactuantes.[202]

A autonomia negocial das organizações de trabalhadores se relaciona à capacidade das organizações representativas dos trabalhadores, para negociar coletivamente em nome dos seus membros para solução dos conflitos laborais em geral. Esta autonomia é essencial para garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores e é reconhecida em diversos instrumentos internacionais, tais como a Convenção nº. 98 e Convenção nº. 87 da OIT, que regulamentam a Liberdade Sindical e o Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva, ratificadas por vários países em todo o planeta. As convenções da OIT são a expressão do pluralismo jurídico, tratando-se de norma externa, produzida pela comunidade internacional, que interage com a ordem jurídica interna. A Constituição de 1988 apresenta abertura às normas internacionais.

---

[201] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da. **Autonomia privada coletiva e o direito do trabalho**. *In* Revista de Direito do Trabalho | vol. 97/2000 | p. 27 - 39 | Jan - Mar / 2000, Doutrinas Essenciais de Direito do Trabalho e da Seguridade Social | vol. 3 | p. 349 - 364 | Set / 2012
DTR\2000\83, p. 1.

[202] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da. **Autonomia privada coletiva e o direito do trabalho**. *In* Revista de Direito do Trabalho | vol. 97/2000 | p. 27 - 39 | Jan - Mar / 2000, Doutrinas Essenciais de Direito do Trabalho e da Seguridade Social | vol. 3 | p. 349 - 364 | Set / 2012
DTR\2000\83, p. 1.

Esta autonomia negocial permite que as organizações de trabalhadores participem de forma efetiva nos processos de negociação com os empregadores e, assim, contribuam para a melhoria das condições de trabalho de seus membros, assim como para a melhoria social como um todo. Lembrando que essa autonomia não é absoluta se condiciona a legislação trabalhista de cada país, bem como pelas decisões dos tribunais em relação aos limites das negociações coletivas. O reconhecimento da autonomia negocial é instrumento fundamental para assegurar a proteção dos trabalhadores e garantir uma sociedade mais justa, democrática e cooperativa.

Sob tal vértice, a internalização da Convenção nº. 87 da OIT possui esse condão no plano interno do Brasil, qual seja, de conduzir a normativa interna, em especial ao texto constitucional para uma interpretação condizente com sua estrutura principiológica. A internalização e o reconhecimento de referida norma no plano interno fortalecem os preceitos constitucionais de 1988, especialmente que tange ao tema liberdade sindical no plano interno, assim como do ponto de vista da Constituição Cooperativa de 1988.

Ainda, sob tal perspectiva, o artigo 3º. da Constituição de 1988 constitui os objetivos fundamentais da Constituição, entre eles e elementares para o presente estudo, a saber: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária. Ainda, o artigo 4º. da Constituição de 1988, que rege as relações internacionais para o país, assegura, entre outros preceitos: [...]; II - prevalência dos direitos humanos; [...]; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Estes são elementos que demonstram a abertura da Constituição do ponto de vista interno e externo.

O artigo 5º. da carta magna brasileira, cujo rol é de direitos e garantias fundamentais apresenta já em seu *caput* a garantia da inviolabilidade da liberdade, assegurando entre outros preceitos: [...]; XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado. O Artigo 193 da CF/1988 assegura no *caput* que a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. O parágrafo único deste artigo impõe ao Estado o dever de planejar políticas sociais e assegurar a participação da sociedade

na concretização delas. Estes são apenas alguns pontos exemplificativos de abertura constitucional no Brasil.

Maliska, ao citar o direito constitucional brasileiro e exemplos de abertura constitucional, esclarece que este possui dois exemplos de produção normativa cooperativa "(ou compartilhada) no plano externo que se afastam das diretrizes normativas internas: (i) a hipótese de prisão civil por dívida e (ii) a hipótese de prisão perpétua", conforme previsão no Tratado de Roma que instituiu o Tribunal Penal Internacional [203].

O afastamento da aplicação da prisão civil por dívidas é um exemplo de abertura constitucional cooperativa e aplicação da legislação internacional da qual o Brasil é signatário. A prisão civil por dívidas é um exemplo de preceito deslocado das bases estruturantes constitucionais e legais no Brasil, que por anos foi aplicada de forma equivocada no plano interno. A proibição de prisão por dívida no plano interno é um grande exemplo de aplicação de Tratado de Direitos Humanos, qual seja do Pacto de *San* José da Costa Rica, que o Brasil é signatário, de modo a reestabelecer os preceitos estruturantes da Constituição da República e implementar a dignidade humana em conformidade com a estrutura Constitucional interna e legislação externa.

Ainda, a respeito de exemplos de abertura constitucional cooperativa, o Tribunal Penal Internacional é resultado de um acordo entre países e não admitiu a pena de morte, ao reverso da prisão perpétua. Segundo Maliska, o Brasil ao participar da criação deste tribunal não teve condições de impor sua ordem constitucional interna. Ao fim das negociações concluiu-se razoável a prisão perpétua, considerando a natureza dos crimes julgados. Logo, se a prisão perpétua é incompatível com os direitos humanos, é indiscutível que o Tribunal Penal Internacional se revela no plano internacional em importante instrumento garantidor dos direitos humanos no plano internacional. O Brasil por sua vez não pode deixar de participar e cooperar com tão relevante instituição, mesmo que tal documento não esteja em sintonia com a Constituição Nacional[204].

---

[203] MALISKA, Marcos Augusto. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional**. Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo. *In* XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007, p. 12.

[204] MALISKA, Marcos Augusto. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional**. Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo. *In*

Para Maliska, a resposta para este dilema interno deve acontecer por meio da distinção entre competência legislativa exclusiva que acontece no plano interno e a competência legislativa compartilhada (ou cooperativa, que se dá no plano internacional)[205]. Na temática, será necessário que o país acima de tudo, proteja a dignidade humana contida nos preceitos estruturantes, para, posteriormente colaborar do ponto de vista externo.

Maliska esclarece que

> O Tratado de Roma foi o resultado de várias vontades soberanas e, portanto, merece ser analisado de forma diferenciada. A não compatibilização com a Constituição Federal (art. 5˚, inciso XLVII, alínea "b") deve ser ponderada tendo em vista o art. 4˚ inciso II, que trata da prevalência dos direitos humanos. A ponderação tendente à ratificação do Tratado é razoável tendo em vista os seguintes argumentos: (i) o Tratado é resultado de várias vontades soberanas e o Brasil, ao mesmo tempo que não pode impor a sua vontade, não pode se furtar de cooperar para a criação do Tribunal Internacional, que visa se constituir em importante instrumento de garantia dos direitos humanos no plano internacional; (ii) a natureza dos crimes que serão julgados pelo Tribunal (crimes de lesa humanidade, incluindo o genocídio e os crimes de guerra) indica como razoável a previsão da possibilidade de aplicação da pena de prisão perpétua (isso não significa que todos que serão julgados pelo Tribunal receberão tal pena), sendo que tal previsão não se revela violadora do Princípio da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos; (iii) o Tribunal atua em caráter subsidiário em relação as jurisdições penais nacionais; (iv) uma vez a Constituição demonstrar a sua opção pela noção de Estado Constitucional Cooperativo, as normas internacionais produzidas de forma cooperativa pelo país precisam ser analisadas, quando da sua compatibilização com a Constituição, segundo um juízo de razoabilidade que leve em conta os princípios que norteiam a abertura do país à cooperação e integração internacional[206].

Assim, a atuação do país, considerando o caso concreto acima, deve se pautar em uma razoabilidade e uma ponderação dos princípios basilares e que norteiam a cooperação na Constituição Brasileira, devendo a doutrina e a jurisprudência renovar a velha dogmática que mantém o país como Estado

---

XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007, p. 12.

[205] MALISKA, Marcos Augusto. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional**. Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo. *In* XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007, p. 12-13.

[206] MALISKA, Marcos Augusto. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional**. Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo. *In* XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007, p. 13.

Constitucional Nacional, uma vez que a Constituição de 1988 demonstra sua opção pelo conceito de Estado Constitucional cooperativo, o que inclusive o próprio STF vem sinalizando, a exemplo do voto do Ministro Gilmar Mendes no RE 466.343-1[207].

Assim se manifesta o Ministro Gilmar Mendes no RE 466.343-1, ao abordar a problemática da hierarquia dos tratados no plano interno brasileiro:

> Essa tese entende o § 2o do art. 5o da Constituição como uma cláusula aberta de recepção de outros direitos enunciados em tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil. Ao possibilitar a incorporação de novos direitos por meio de tratados, a Constituição estaria a atribuir a esses diplomas internacionais a hierarquia de norma constitucional. E o § 1 o do art. 5o asseguraria a tais normas a aplicabilidade imediata nos planos nacional e internacional, a partir do ato de ratificação, dispensando qualquer intermediação legislativa.[208]

O Ministro Gilmar Ferreira Mendes esclarece, que, em seu entendimento, o artigo 5º., § 2º., da CRFB é uma cláusula de abertura do texto constitucional brasileiro, ao possibilitar a incorporação de novos direitos por meio de tratados com aplicabilidade imediata no plano interno, a partir da ratificação.

O voto do Ministro Gilmar Ferreira Mendes demonstrou o reconhecimento do STF do Estado Constitucional Cooperativo, assim como o reconhecimento da Constituição de 1988 como uma Constituição aberta interna e externamente, pois menciona o Ministro que:

> É preciso ponderar, no entanto, se, no contexto atual, em que se pode observar a abertura cada vez maior do Estado constitucional a ordens jurídicas supranacionais de proteção de direitos humanos, essa jurisprudência não teria se tornado completamente defasada. Não se pode perder de vista que, hoje, vivemos em um "Estado Constitucional Cooperativo", identificado pelo Professor Peter Häberle como aquele que não mais se apresenta como um Estado Constitucional voltado para si mesmo, mas que se disponibiliza como referência para os outros Estados Constitucionais membros de uma comunidade, e no qual ganha relevo o papel dos direitos humanos e fundamentais.[209]

---

[207] MALISKA, Marcos Augusto. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional**. Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo. *In* XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007, p. 12-13.

[208] STF. RE 466.343-1, SP. **Demanda sobre a possibilidade de prisão civil do devedor**. Voto Ministro Gilmar Mendes. Disponível em: https://www.stf.jus.br/imprensa/ pdf/re466343.pdf, acesso em 21 de janeiro de 2023, p. 8.

[209] STF. RE 466.343-1, SP. **Demanda sobre a possibilidade de prisão civil do devedor**. Voto Ministro Gilmar Mendes. Disponível em: https://www.stf.jus.br/imprensa/ pdf/re466343.pdf, acesso em 21 de janeiro de 2023, p. 14-15.

Ao mencionar a teoria de Häberle, o Ministro Gilmar Mendes reconhece que um Estado Constitucional não pode se limitar a se voltar para si próprio, mas que se disponibiliza como referência para outros Estados, ganhando relevo o papel de proteção aos direitos e garantias fundamentais.

O citado Ministro, ao prosseguir no reconhecimento da teoria de Häberle, reconhece não só a abertura constitucional da carta magna de 1988, assim como a presença da teoria de Häberle no plano interno brasileiro[210]. Ainda, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes enumera exemplos de cláusulas de abertura constitucional no texto da Constituição de 1988, cujos quatro exemplos mencionados são enumerados em nota de rodapé, para melhor visualização[211].

No bojo da decisão no RE 466.343-1, o STF reconheceu a tese de que os Tratados de Direitos Humanos, ao citar o Pacto de *San* José da Costa Rica, internalizados sem o quórum especializado do artigo 5º., §3º., da CRFB, possuem hierarquia de supralegalidade (hierarquicamente acima das leis ordinárias e abaixo da constituição) no plano interno e com relação a Constituição. Menciona ainda a Corte Constitucional brasileira que o legislador constitucional não está impedido de

---

[210] "Para Häberle, ainda que, numa perspectiva internacional, muitas vezes a cooperação entre os Estados ocupe o lugar de mera coordenação e de simples ordenamento para a coexistência pacífica (ou seja, de mera delimitação dos âmbitos das soberanias nacionais), no campo do direito constitucional nacional, tal fenômeno, por si só, pode induzir ao menos a tendências que apontem para um enfraquecimento dos limites entre o interno e o externo, gerando uma concepção que faz prevalecer o direito comunitário sobre o direito interno. Nesse contexto, mesmo conscientes de que os motivos que conduzem à concepção de um Estado Constitucional Cooperativo são complexos, é preciso reconhecer os aspectos sociológico-econômico e ideal moral como os mais evidentes. E no que se refere ao aspecto ideal-moral, não se pode deixar de considerar a proteção aos direitos humanos como a fórmula mais concreta de que dispõe o sistema constitucional, a exigir dos atores da vida sócio-política do Estado uma contribuição positiva para a máxima eficácia das normas das Constituições modernas que protegem a cooperação internacional amistosa como princípio vetor das relações entre os Estados Nacionais e a proteção dos direitos humanos como corolário da própria garantia da dignidade da pessoa humana. Na realidade europeia, é importante mencionar a abertura institucional a ordens supranacionais consagrada em diversos textos constitucionais (cf. v.g. Preâmbulo da Lei Fundamental de Bonn e art. 24, (I); o art. 11 da Constituição italiana29; os arts. 8°30 e 1631 da Constituição portuguesa; e, por fim, os arts. 9° (2) e 96 (1) da Constituição espanhola32; dentre outros)", p.14-16.

[211] A primeira cláusula consta do parágrafo único do art. 4º, que estabelece que a "República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". "A segunda cláusula é aquela constante do § 2º do art. 5º, ao estabelecer que os direitos e garantias expressos na Constituição brasileira "não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". A terceira e quarta cláusulas foram acrescentadas pela Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, constantes dos §§ 3º e 4º do art. 5º, que rezam, respectivamente, que "os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais", e "o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.", p. 17.

submeter tal tratado a aprovação com quórum especializado, o que lhe conferiria de plano *status* de norma constitucional[212].

A solução, nada fácil, mas possível ao grande e complexo problema da liberdade sindical no Brasil, talvez perpasse pela ideia de submissão do Pacto de *San* José da Costa Rica ao quórum especializado legislativo. Assim ao internalizar este tratado com *status* de emenda Constitucional, as disposições internacionais se sobreporão ao texto constitucional do artigo 8º., II, da CF/1988. Esta sobreposição acontecerá com base em toda a estrutura que circunda o referido pacto, assim como o seu posicionamento temporal, qual seja, seu reconhecimento interno com hierarquia de emenda constitucional será o ato legislativo mais recente, do ponto de vista de alteração ou modificação. Em se tratando de norma mais benéfica para o trabalhador, assim como para as entidades sindicais em geral, deverá prevalecer sobre o conteúdo constitucional.

Outra possibilidade mais acertada ainda, seria a internalização da Convenção nº. 87 da OIT sob a égide do artigo 5º., § 3º., da CF/1988, qual seja, com aprovação em quórum especializado. Esta internalização, segundo o entendimento do STF, faria com que a referida Convenção fosse equiparada a emenda Constitucional. Com tal força, o texto da Convenção nº. 87 da OIT, até em razão de temporalidade e espaço, se sobreporia ao texto do artigo 8º., II da CF/1988. Esta seria uma forma de solucionar tal impasse, porém, obviamente, dependendo da atuação do legislativo do país.

Ainda, o Ministro Gilmar Mendes prossegue criticando o próprio posicionamento da Corte Constitucional brasileira e ressalta a necessidade de um posicionamento cuja centralidade esteja no ser humano, ao afirmar que

> Assim, a premente necessidade de se dar efetividade à proteção dos direitos humanos nos planos interno e internacional torna imperiosa uma mudança de posição quanto ao papel dos tratados internacionais sobre direitos na ordem jurídica nacional. É necessário assumir uma postura jurisdicional mais adequada às realidades emergentes em âmbitos supranacionais, voltadas primordialmente à proteção do ser humano.[213]

---

[212] STF. RE 466.343-1, SP. **Demanda sobre a possibilidade de prisão civil do devedor**. Voto Ministro Gilmar Mendes. Disponível em: https://www.stf.jus.br/imprensa/ pdf/re466343.pdf, acesso em 21 de maio de 2023, p. 25-27.

[213] STF. RE 466.343-1, SP. **Demanda sobre a possibilidade de prisão civil do devedor**. Voto Ministro Gilmar Mendes. Disponível em: https://www.stf.jus.br/imprensa/ pdf/re466343.pdf, acesso em 21 de janeiro de 2023, p. 27.

O voto em comento se constitui em elemento importante para a presente pesquisa, ao passo que demonstra o entendimento da suprema corte no sentido de superação da letra formal do texto legal e constitucional, com a recepção da centralidade humana para além do texto escrito. A abertura constitucional cooperativa de um Estado democrático de direito implica no acolhimento da função maior da Constituição, qual seja, a proteção maior e centralizada do ser humano. Este como o maior destinatário de todo o aparato jurídico, seja ele interno ou externo. Quando o assunto é o impasse da liberdade sindical brasileira e do pluralismo sindical contido na Constituição sob a perspectiva de pluralidade de fontes, assim como sob o manto do ordenamento internacional internalizado pelo Brasil, premente a análise pelo STF, sob tal vértice. Esta pesquisa busca demonstrar justamente a existência de um direito sindical objetivo e subjetivo do direito constitucional cooperativo, sob a perspectiva do sujeito e sua autonomia.

Sarlet, em outro exemplo de cooperação constitucional cita a decisão do STF na ADI – Ação direta de inconstitucionalidade nº. 939-7, do ano de 1994, cujo relator foi o Ministro Sydney Sanches que discutiu a constitucionalidade da Emenda Constitucional 3-93 e da lei complementar 77-93 sobre a criação do IPMF – imposto provisório sobre movimentação financeira, cuja decisão reconheceu o princípio da anterioridade contido no artigo 150, inc. III, alínea “b” da CF, que por força do artigo 5º, § 2º, constitui direito fundamental do cidadão-contribuinte, consagrando o princípio da abertura material do catálogo de direitos fundamentais da CF1988.[214]

Hespanha, da mesma forma, ao citar exemplos de cooperação constitucional na Constituição de 1988, cita o artigo 231 da CRFB que reconhece direito cuja definição não pertence ao direito brasileiro, citando usos e costumes indígenas a respeito de transmissão de terras de comunidades tradicionais, assim como reconhece a competência dos juízes federais para conhecimento de demandas sobre direitos indígenas, nos termos do artigo 109 da CRFB. Ressalta o autor a vastidão da legislação, para além do Estado e seu direito, como característica de um Estado democrático representativo, que se supera e atua de forma mais vasta, tal movimento ligado a primeira geração pluralista[215].

---

[214] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, 13ª. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p.81.

[215] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 57-61.

Hespanha menciona que uma segunda geração pluralista tem sentido político e de tornar o direito "nacional" permeável as ordens jurídicas globais, nos mais diversos planos. "Estas ordens normativas globalizadas pressionariam no sentido da abertura dos direitos nacionais de Estados autoritários ou autocráticos", combinando autoritarismo interno com liberalismo econômico[216]. Ainda, Hespanha cita uma terceira geração de pluralismo que corresponde ao reconhecimento no contexto nacional de ordens normativas internacionais com valores universais, como os direitos humanos, entre outros. Ponderando o autor a possibilidade de conflitos entre o direito interno e a ordem normativa internacional, devendo esta servir como fator de correção do direito interno "num sentido libertador e democrático" [...] "dando origem a relações complexas entre o global, o nacional e o local", podendo negar validade a ordens jurídicas que atentem contra a dignidade humana[217].

Na perspectiva de conflitos entre legislações, deve se ter em mente sempre a norma que melhor assegure a dignidade humana, devendo a legislação internacional, conforme menciona Hespanha, serve de baliza e de norte para a solução do impasse e reestabelecimento da democracia e dignidade humana. No tema da presente pesquisa, os tratados internacionais, inclusive em sua maioria ratificados pelo Brasil, possuem um aparato legislativo estruturante e inclusive normas universais sobre a pluralidade sindical, pluralismo jurídico e a ideia de liberdade na sua forma plena, nos mais diversos segmentos.

A constatação de que os anseios de modernização da legislação trabalhista têm-na conduzido para uma valorização da autonomia privada coletiva, alterando inclusive as fontes do direito do trabalho, acabando com a premissa de que somente o Estado é fonte formal do direito, pois coloca a autonomia privada coletiva ao nível de produção normativa estatal[218].

Segundo Silva, esta modernização da legislação trabalhista no Brasil demanda necessariamente a eliminação da contribuição compulsória (eliminada com a reforma trabalhista em 2017) e a unicidade sindical. Ademais, tais características comprometem a representatividade sindical, a negociação coletiva e "a concertação

---

[216] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 62.
[217] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 63.
[218] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da. **Autonomia privada coletiva**. *In* Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo v. 102, p. 135 – 159, jan./dez. 2007, p. 139.

social por eles desenvolvidas, que constituem instrumentos fundamentais para a pretendida reestruturação da sociedade."[219]

Nessa perspectiva, importante compreender que o direito sindical brasileiro demanda uma modernização que perpassa necessariamente pela compreensão de que o pluralismo jurídico laboral permeia o direito do trabalho, ademais, concebê-lo como fonte autônoma privada coletiva e a necessidade de internalização da Convenção nº. 87 da OIT com *status* de emenda Constitucional, levarão à alteração no sistema que o país demanda. Trata-se de importante avanço na proteção aos direitos sindicais elementares a todos os trabalhadores, qual seja, o implemento da liberdade.

Um exemplo de abertura e cooperação da ordem constitucional brasileira, cujo compromisso internacional modificou a norma constitucional e fundamental interna é a Convenção nº. 189/2011[220], ratificada pelo Brasil em 31/01/2018, com entrada em vigor no plano interno em 2019. Esta Convenção trata sobre o trabalho decente para os trabalhadores domésticos, cuja internacionalização alterou o parágrafo único do artigo 7º. da Constituição, por força da aprovação da Emenda Constitucional nº. 72/2013. Esta adequação interna produzida pela força da Convenção nº. 189, assim como pela Recomendação nº. 201/2011[221] da OIT é um exemplo de ajuste constitucional cooperativo e em consonância aos ditames estruturais do pluralismo. Tal alteração, não viola os preceitos do artigo 64 da Constituição, qual seja, cláusulas pétreas, pois incluiu direitos e não os aboliu.

Neste tópico a pesquisa apresentou, sem pretender esgotar, apenas alguns exemplos de aplicação e reconhecimento do Direito Constitucional Cooperativo no plano interno brasileiro quando o assunto é o direito do trabalho. Tal interpretação é a solução que se busca nesta pesquisa, para a emblemática unicidade sindical no Brasil, sem contribuição e com sindicato único por categoria, com limitações de base territorial. A pesquisa perpassou pela demonstração do diálogo direto do pluralismo jurídico com o direito do trabalho, assim como com a emblemática necessidade de

---

[219] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da. **Autonomia privada coletiva**. *In* Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo v. 102 , p. 135 – 159, jan./dez. 2007, p. 145.

[220] OIT. **Convenção nº. 189/2011**. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_169517.pdf, acesso em 08 de agosto de 2023.

[221] OIT. **Convenção nº. 189/2011**. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_169517.pdf, acesso em 08 de agosto de 2023.

compreensão da recepção de tratados no país e suas principais consequências. Tratados esses que integram o conceito de pluralismo jurídico no Brasil, uma vez que a Constituição é Cooperativa e aberta, existe uma interação direta da Constituição de 1988 com o ordenamento jurídico externo, produzido pela comunidade internacional.

1.3.2 Contributo da Convenção nº. 87 da OIT para Abertura da Ordem Constitucional

Neste subitem a análise temática aborda o contributo da Convenção nº. 87 da OIT para a assunção pelo Brasil de um sistema sindical plural e em que o trabalhador, especialmente, tenha condições de escolher qual instituição sindical o representará e se tem interesse efetivamente em se vincular a alguma instituição sindical. A Convenção nº. 87 OIT possui um contributo expressivo e elementar para a abertura da Ordem Constitucional brasileira ao instituto da Liberdade Sindical, pois a base para tal fato está justamente no texto da referida Convenção.

Neste tema a abordagem se situa na importância da Convenção nº. 87 da OIT como instrumento internacional elementar para assegurar a liberdade sindical. A pesquisa se volta a compreender a importância da referida Convenção no plano interno e no plano externo. Ademais, o Brasil é o único país da América Latina que não a ratificou, não obstante a sua essencialidade, universalidade e robustez no fortalecimento do Estado Constitucional brasileiro.

Hespanha, ao responder à questão sobre como será um direito pós-estadualista esclarece que ao Estado contrapõe-se uma sociedade que parece produzir diretamente normas sem intervenção, dispersando-se do poder normativo e ultrapassando fronteiras estatais. A tendência é o Estado deixar de ser fonte de última legitimação, inclusive nas democracias representativas, havendo uma relativização da soberania[222]. Nesta perspectiva, surgem os Estados abertos interna e externamente à legislação internacional, assim como cooperativos de modo que a sociedade passe a produzir normas que melhor lhe interessem, dispersando as fronteiras estatais e fortalecendo a cada dia mais a cooperação entre povos, sociedades e inclusive entre países.

---

[222] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 23-24.

Para Hespanha, é necessário compreender que “o direito é um fenómeno mutável nas suas fronteiras, plural nas suas fontes de criação ou de revelação, complexo na sua lógica interna”, sem consistência e harmonia em seus conteúdos, prescindindo assumir que ele é de “local”, de plural, em convivência com outras ordens normativas, com reconhecimento de acordos entre sujeitos de direito, de interesse geral em determinada comunidade[223].

O direito, sob tal aspecto é um fenômeno mutável e de pluralidade de fontes, demandando frequentes alterações para se ajustar ao contexto de sua sociedade, assim como para moldar e alicerçar a convivência com outras ordens jurídicas e entre sujeitos de direito diversos dos convencionais, ao bem, ao interesse e a soberana vontade da comunidade afetada e impactada por determinada norma, seja ela estatal ou não.

A liberdade sindical, como atualmente é concebida, percorreu um longo caminho, desde a sua negação, proibição até o seu reconhecimento, aceitação, tolerância e finalmente sua promoção, como um direito humano e fundamental, dotado de universalidade, dada a sua essência estritamente ligada a dignidade humana no trabalho. Ademais, trabalho sem liberdade e autonomia da vontade é elemento que contraria as constituições democráticas e dotadas de bases mais fortes e rígidas, assim como direitos fundamentais titulados de fundamentais.

Quando o assunto é o direito humano e fundamental ao exercício da liberdade sindical, a convenção nº. 87 da OIT é fruto desse movimento e da necessidade de uma norma universal e específica sobre o tema. A Convenção nº. 87 da OIT foi aprovada na 31ª Sessão da Conferência internacional do Trabalho, em 17 de junho de 1948, realizada em São Francisco, EUA. Esta Convenção possui 4 partes, sendo liberdade sindical (artigos 1º. ao 10), proteção do direito sindical (art. 11), medidas diversas (art. 12 e 13) e disposições finais (art. 14 ao 21), cujo debruçar nesta pesquisa permanecerá nas duas primeiras partes, vez que a liberdade sindical deve universalmente ser exercida sem a intervenção e/ou interferência do Estado[224].

A problemática que se busca resolver nesta pesquisa é a efetiva apresentação de solução para o impasse da aplicação da unicidade sindical no

---

[223] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 25-27.
[224] SILVA, Claudio Santos da. **Liberdade sindical no Direito Internacional do Trabalho**: Reflexões orientadas pela Convenção n. 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011, p. 142-143.

Brasil, sendo que este não ratificou a Convenção nº. 87 da OIT, sob o argumento de inconsistência legislativa interna. A unicidade sindical, prevista no inciso II, do artigo 8º. da CRFB, nitidamente se encontra em total disparidade aos preceitos basilares e estruturais da Constituição de 1988, entre os quais, a liberdade, liberdade de associação, pluralismo jurídico, multiplicidade de fontes e mais, Estado Democrático de Direito, assim como o trabalho como um direito humano e fundamental. A existência de um Estado Constitucional Cooperativo no plano da Constituição de 1988 abre caminhos para a discussão do tema sob a perspectiva da abertura constitucional interna e externa. Importante mencionar que a Convenção nº 87 da OIT é um importante instrumento de fortalecimento e uma vez internalizada no Brasil irradiaria efeitos em todo o sistema sindical.

A constatação de um inciso, que em total divergência ao conteúdo constitucional dita a condução da liberdade sindical no país, serve como justificativa, de certa forma conveniente, para a não ratificação da Convenção nº. 87 da OIT, que atenta contra o princípio da liberdade sindical. Em um país com extensões intercontinentais, com uma grande população ativa e em idade para o trabalho, aquele princípio é aniquilado pela conveniência estatal e até mesmo de alguns sindicatos que possuem incertezas e inseguranças quanto à existência de mais de uma entidade por base territorial, mesmo após a retirada da contribuição obrigatória, pela Lei nº. 13.467/2017, denominada reforma trabalhista.

Adoção da Convenção nº. 87 da OIT no plano interno do Brasil é uma medida que para além de mudar as estruturas sindicais brasileiras, possui o condão de dar vida a autonomia da vontade tanto do cidadão no exercício da autonomia subjetiva, assim como das entidades sindicais para criação de normas jurídicas, sejam de organização ou coletivas de trabalho para toda a categoria.

Nesse sentido a Convenção nº. 87 da OIT fortalece ainda mais os preceitos constitucionais atinentes a liberdade e trabalho decente. Ademais, uma norma internacional dotada de universalidade cujos preceitos elementares estão em consonância com o texto constitucional, possuem o condão de fortalecer e de fundamentar ainda mais tais preceitos no plano interno.

Nicoladeli menciona que a OIT ao incluir a liberdade sindical no rol da Declaração relativa aos princípios e direitos fundamentais do trabalho de 1998, como um dos princípios laborais nucleares à sua existência, é um dos direitos humanos do trabalho de maior fundamentalidade, vez que o trabalho e seu conjunto

de demandas se resumem a uma luta constante pela liberdade e igualdade[225]. Tal inclusão da liberdade sindical como norma nuclear e estrutural da OIT a alavanca a um patamar de fundamentalidade universal. O seu acesso deve ser propiciado a todos os seres humanos que exerçam alguma atividade laboral, cuja luta como um todo, é por liberdade e igualdade, assim como por inclusão social, econômica, cultural, entre outros preceitos mínimos.

Assim sendo, a internalização da Convenção nº. 87 da OIT só vem a fortalecer os preceitos de ordem constitucional, impondo-lhes um valor de universalidade. Tais preceitos no plano interno devem ser seguidos de uma regulamentação verticalizada da liberdade sindical no plano interno, cuja consequência será o fortalecimento imediato da Constituição, assim como propiciará a concretização da liberdade sindical no plano interno. A problemática de possível incompatibilidade com o artigo 8º., II d CF/1988 cairia por terra imediatamente, pois uma norma universal agora produz efeitos no plano interno.

A internalização e aplicação da Convenção nº. 87 da OIT no plano interno, se internalizada com quórum especial se equivaleria a emenda Constitucional, o que automaticamente e até por um deslocamento constitucional, retiraria do artigo 8º., II a sua força. No plano interno, em havendo a internalização com quórum especial, bastaria uma alteração legislativa ordinária, nos moldes da mencionada reforma trabalhista, aprovada na Lei nº. 13.467/2017.

Segundo Santos, um sistema de liberdade sindical não se limita a mera permissão da pluralidade sindical, mas deve se consagrar na autonomia de auto-organização sindical, possibilitando a liberdade inclusive para escolher o melhor critério de agregação de trabalhadores, cabendo sequer o conceito de categoria, em seu interior, conforme prevê a Convenção nº. 87[226]. A liberdade sindical, não comporta uma interpretação restritiva, mas, ao contrário, sua amplitude demanda uma visão voltada a efetivação da atuação laboral com liberdade e autonomia para estruturar, organizar, administrar, alterar e até mesmo extinguir sindicatos. Desde que tais ações sejam por livre e espontânea vontade das partes integrantes e associadas a determinada entidade.

---

[225] NICOLADELI, Sandro Lunard. **Elementos de Direito Sindical brasileiro e internacional**. Diálogos, (in)conclusões e estratégias possíveis. São Paulo: LTr, 2017, p. 29-30.

[226] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p.182.

Não obstante entende-se que uma estrutura com organização clara e sistemas de escolha da organização possuem sim o condão de proporcionar a mais ampla e irrestrita liberdade sindical. Ademais, um sistema de liberdade sindical por representação seria um importante passo para o fortalecimento das relações laborais no Brasil.

Segundo Sarlet a doutrina nacional já pacificou entendimento no sentido de que os artigos 6º (direitos sociais) e artigo 7º (direitos sociais dos trabalhadores), são exemplos de abertura do artigo 5º., § 2º., da CRFB. Tais artigos podem ser qualificados perfeitamente como cláusulas especiais de abertura, pois o Brasil é um Estado Social e Democrático de Direito, definidos pelo próprio preâmbulo e artigos do 1º. ao 4º. da CRFB, logo tais disposições são direitos sociais materialmente fundamentais. Para Sarlet, partindo da premissa de que os direitos fundamentais são variáveis no "tempo" e no "espaço", existe a necessidade de abertura do catálogo de direitos fundamentais, vez que sequer se pode coadunar a existência de um elenco exaustivo de tutelas, assim como não existe um rol fixo de riscos para o ser humano[227].

Entre os principais aspectos da Convenção nº. 87 da OIT, se destacam as garantias aos trabalhadores e empregadores para constituir organizações sindicais sem prévia autorização do Estado, assim como a vedação de intervenção na atividade sindical, por qualquer autoridade pública, com cunho de limitar o exercício ou atividades sindicais. A Convenção nº. 87 ainda veda a dissolução ou suspensão via administrativa de qualquer espécie de organização sindical[228].

Esta liberdade subjetiva concedida pela Convenção nº. 87 da OIT aos trabalhadores e empregadores para fundar e organizar sindicatos é a sedimentação e o reconhecimento pela OIT de um espaço autônomo coletivo a que o sindicato possui, qual seja, um espaço que lhe é reservado para normas de organização e normatização coletiva. Este espaço, uma vez reconhecido no plano interno do Brasil fortalece ainda mais a Constituição de 1988 e suas proposições cooperativas, pluralistas e pautadas no bem-estar humano.

---

[227] SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, 13ª ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 83-85.

[228] BOSKOVIC, Alessandra Barichello. **Negociação coletiva de trabalho e greve pela perspectiva da análise econômica do direito**. Leme-SP: Mizuno, 2022, p. 130.

A Convenção nº. 87/1948, logo em seu artigo primeiro apresenta o dever de efetivação pelos países membros cuja Convenção esteja em vigor. A preocupação da OIT é a concretização dos preceitos da presente Convenção, no modo diário de vida dos trabalhadores e empregadores, já que não é somente o trabalhador que possui tal direito dotado de universalidade[229].

Esta preocupação pela efetivação da Convenção nº. 87 da OIT no plano interno é de todo positiva e necessária ao Brasil. Uma vez internalizada tal norma, ela fortalece os preceitos constitucionais e cria um ambiente favorável e mais, que se sobrepõe ao conteúdo do artigo 8º., II da CF/1988, por ser esta uma Constituição Democrática e Cooperativa, qual seja, com abertura interna e externa a normas que estejam em maior sintonia com sua base estrutural.

A abertura da ordem constitucional para fora, traz a Convenção nº. 87 da OIT para o plano interno e a liberdade sindical poderia ser implementada em todo o território nacional, vez que tal disposição é deslocada das demais normativas. Ademais, com a Reforma trabalhista, eventuais inconsistências, cuja mais conhecida era a contribuição obrigatória e universal para todos os trabalhadores, independente de associação ou não a determinada entidade sindical, deixa de ser um empecilho para a internalização da Convenção nº. 87 da OIT. Assim, alheio aos interesses privados, políticos entre outros que permeiam a manutenção do sistema de sindicato único por categoria, fato é que a aplicação desta convenção no plano interno, traria uma série de benefícios ao direito sindical. Entre os principais avanços estaria a preservação, manutenção e proteção do espaço autônomo de criação de norma jurídica, que assiste com exclusividade o sindicato, por força da própria Convenção e mais, da Constituição de 1988. Ainda o afloramento das lutas de classe, o fortalecimento das entidades sindicais comprometidas com a luta social laboral, entre outros.

Para Silva, uma das possibilidades para o Brasil resolver o problema da violação ao princípio da liberdade sindical é a incorporação da Convenção nº. 87 da OIT nos moldes do artigo 5º., § 3º., da CRFB, qual seja, com quórum de 3/5, logo ingressaria no plano interno com hierarquia de norma de direitos humanos, com

---

[229] OIT. **Convenção nº. 87/1948**. Disponível em: https://www.ilo.org /brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 23 de outubro de 2022.

status de norma constitucional, o que consequentemente revogaria todos os dispositivos contrários a esta normativa.[230]

Para Martins, no pluralismo jurídico existem vários grupos que representam interesses sociais diversos e o Estado deve funcionar como mero árbitro na harmonização dos conflitos, vez que o pluralismo tem feição democrática[231]. Segundo o autor, ao citar Léon Duguit tem o Estado apenas a função de constatar e formular o direito objetivo, sem nenhuma exclusividade. Para Martins, o Estado não cria o direito, mas apenas o reconhece, sendo esta uma função inerente e espontânea da própria sociedade[232].

A problemática está na inércia do Estado brasileiro em recepcionar a referida Convenção, independentemente da forma no plano interno. Ante a tal inércia, à medida que se propõe é a aplicação da metodologia do Estado Constitucional Cooperativo, como elemento para concretização da liberdade sindical no Brasil. Esta abertura interpretativa demonstra que o artigo 8º., II, da CF/1988 está em total divergência a todo o aparato democrático da Constituição. A abertura externa internalizaria a Convenção nº. 87 da OIT, o que por si só resolveria tal impasse. Ademais a internalização com quórum especial a recepciona com hierarquia de emenda Constitucional. Logo, ao ingressar no plano interno como uma emenda Constitucional a Convenção nº. 87 integraria a própria Constituição. Tal fato produziria um fortalecimento do Estado Constitucional de modo a demonstrar quão aberta é a Constituição de 1988.

Segundo Silva, a incorporação das Convenções da OIT é procedimento necessário para harmonizar com a legislação do país e do Mercosul, que também adota instrumentos para assegurar no bloco econômico o exercício da liberdade sindical. Para Silva, pode haver harmonização legislativa pela Convenção nº. 87 da OIT, para se buscar o objetivo da justiça social previsto no Tratado de Assunção[233].

Esta harmonização, evidentemente poderia ser realizada por meio da abertura constitucional cooperativa com relação a legislação interna e o consequente acolhimento e aplicação da Convenção nº. 87 da OIT no plano interno, inclusive por força da Declaração de Princípios e garantias de 1998. Obviamente

---

[230] SILVA, Claudio Santos da. **Liberdade sindical no Direito Internacional do Trabalho**: Reflexões orientadas pela Convenção n. 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011, p. 215.
[231] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 25-26.
[232] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 46-47.
[233] SILVA, Claudio Santos da. **Liberdade sindical no Direito Internacional do Trabalho**: Reflexões orientadas pela Convenção n. 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011, p. 221.

que o Estado brasileiro demandaria algum ajuste legislativo, para por exemplo, combater a criação em massa de sindicatos minúsculos e sem representatividade, gerando maior enfraquecimento da luta da classe laboral. A sugestão é a adequação legislativa para a opção pelo sindicato mais representativo, por agremiação, ou seja, os trabalhadores de tempos em tempo escolhem qual sindicato lhes representará por determinado lapso temporal.

Para Luño,

> *En lo que respecta a la tensión entre plenitud y apertura jurisdiccional, los enfoques actuales de las libertades deben inclinarse a una postura mediadora. Cabe demandar a los actuales empeños teóricos y prácticos sobre la significación de los derechos fundamentales un esfuerzo de mediación entre las exigencias, hoy prácticamente inalcanzables, de la absoluta plenitud del orden jurídico y un procedimentalismo entendido como respeto a las garantías procesales y apertura a la jurisdicción que son rasgos informadores de las estructuras jurídicas de las instituciones democráticas*.[234][235]

Comenta Luño, que os esforços atuais para o enfoque das liberdades devem se inclinar para uma postura mediadora, vez que em sua absoluta plenitude, os direitos fundamentais são praticamente inalcançáveis. O procedimento de abertura da legislação contempla características de estruturas jurídicas democráticas. Eis que a Democracia é um super valor quando o assunto é a liberdade, já que, sem democracia não existe a liberdade em qualquer das suas espécies. Quando o assunto é o desenvolvimento da liberdade laboral, não se pode falar em liberdade no trabalho, sem o exercício pleno da liberdade sindical. Um indivíduo, seja ele pessoa física ou ainda representando uma pessoa jurídica, que não tenha condições ou que o Estado não autorize a livre estruturação, participação e desenvolvimento livre da liberdade sindical, não tem qualquer condição de desenvolver se no trabalho ou ainda, de lutar por melhores condições de forma plena.

Segundo Luño:

---

[234] LUÑO, Antonio-Enrique Pérez. ***Dogmática de los derechos fundamentales y transformaciones del sistema constitucional.*** *In* UNED. *Teoría y Realidad Constitucional*, núm. 20, 2007, pp. 495-511. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2520506.pdf, acesso em 08 de janeiro de 2023, p. 504.

[235] Sobre a tensão entre plenitude e abertura jurisdicional, as abordagens atuais às liberdades devem se inclinar para uma postura mediadora. Cabe aos atuais esforços teóricos e práticos sobre o significado dos direitos fundamentais um esforço de mediação entre as exigências, hoje praticamente inatingíveis, da plenitude absoluta do ordenamento jurídico e um procedimentalismo entendido como respeito às garantias, procedimentos e abertura à jurisdição que são características informativas das estruturas jurídicas das instituições democráticas. (tradução livre da autora).

> *Impone sustituir la imagen piramidal, es decir, jerarquizada del orden normativo, por un horizonte en el que la totalidad del sistema se obtendrá por la intersección de una pluralidad de estructuras normativas, de procedencia heterogénea y que hacinadas formarán un panorama del ordenamiento jurídico bastante parecido a una bóveda.*[236][237]

Uma democracia consolidada e forte, é obtida pela intersecção de um sistema de pluralidade de estruturas normativas de origem heterogênea que caminharão, para além de um sistema forte e resistente, mas para um sistema cada vez mais maduro e suficientemente em condições de proteger a democracia e seus principais elementos, quais sejam, a liberdade e a dignidade humana, especialmente.

Um sistema plural, com estruturas normativas pautadas na proteção do trabalho e seus atores não permitirá restrições à liberdade, mas não poupará esforços para que o indivíduo se desenvolva, inclusive e principalmente no ambiente laboral. A estruturação de um sistema forte, maduro e com possibilidade de compreender, respeitar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhadores e empregadores, gerará um efeito positivo na geração de trabalho, trabalho decente, mais vagas, melhores condições e mais, trará à baila a discussão sobre a preservação do trabalho, de forma a efetivamente produzir efeitos no Brasil. Enquanto o país não possui sequer condições de assegurar liberdades básicas laborais, não se pode pensar um sistema de proteção ao trabalho eficiente e com condições para fortalecer suas estruturas econômicas, sociais e principalmente de geração de trabalho, renda e dignidade. O trabalho é a grande mola geradora de dignidade humana na maioria dos lugares do planeta, porém este precisa ser digno e decente, sob o risco de afetar negativamente e inclusive violar a dignidade.

Importante visualizar a interação entre a Constituição e seus preceitos basilares, assim como o próprio artigo 8º., I, e a Convenção nº. 87 da OIT. Na realidade conforme amplamente exposto até aqui, a Constituição de 1988 é uma Constituição democrática, plural e cooperativa, qual seja aberta a legislação

---

[236] LUÑO, antonio-Enrique Pérez. ***Dogmática de los derechos fundamentales y transformaciones del sistema constitucional.*** *In* UNED. *Teoría y Realidad Constitucional*, núm. 20, 2007, pp. 495-511. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2520506.pdf, acesso em 08 de janeiro de 2023, p. 510-511.

[237] Exige a substituição da imagem piramidal, ou seja, a imagem hierárquica da ordem normativa, por um horizonte em que todo o sistema será obtido pela interseção de uma pluralidade de estruturas normativas, de origem heterogênea e que, amontoadas, formarão um panorama do ordenamento jurídico bastante semelhante a um cofre (tradução livre da autora).

internacional. Logo, a internalização da referida Convenção poderia revolucionar o direito sindical brasileiro, assim como fortaleceria os princípios da liberdade e autonomia sindical previstos no texto constitucional.

1.3.3 Limites e possibilidades da Convenção nº. 87 Da OIT em face da Declaração de Princípios e Garantias Fundamentais da OIT de 1998

Neste tópico a pesquisa se dedicará a análise dos limites e possibilidades da Convenção nº. 87 da OIT por força do conteúdo da Declaração de Princípios e Garantias de 1998, da OIT. Importante compreender a força normativa desta declaração, assim como os seus impactos aos países signatários da OIT.

Inicialmente, "o direito internacional atua numa sociedade sem a presença de poder central, convive com o instituto da imunidade de soberania, depende da cooperação dos Estados e impõe sanções coletivas."[238] O direito internacional público como um todo é um direito de cooperação e que transita em ambientes plurais, diversificados e inclusive que depende da cooperação de Estados para o seu acontecimento, em regra.

Quando o assunto é a internalização de tratados pelos países, Mazzuoli esclarece que segundo o artigo 34 da Convenção de Viena, um tratado não pode criar obrigações para um Estado, sem o seu consentimento. Outra lição importante, segundo o autor é que a partir da entrada em vigor é que os Estados e organizações aderentes passam ao patamar de parte, assim como assumem o compromisso internacional[239].

Para Mazzuoli, os tratados que entram em vigor devem ser observados pelas partes, não se tratando de faculdade, mas uma obrigação imposta pela ordem jurídica internacional, vez que segundo o artigo 26 da Convenção de Viena que expressamente obriga as partes ao cumprimento dos tratados de boa-fé, vez que se trata de *pacta sunt servanda.* Ainda, segundo o autor, este é um princípio do direito internacional público na Convenção de Viena[240].

---

[238] FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **As normas imperativas de direito internacional público *jus cogens***. Belo Horizonte: Fórum, 2004, p. 69.
[239] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 209.
[240] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 219-221.

Prossegue Mazzuoli esclarecendo que os Estados no livre exercício da sua soberania contraem obrigações internacionais de livre espontânea vontade e que de boa-fé devem cumprir, após o referendo do Poder Legislativo, que representa o povo. Lembra o autor, que a Convenção de Viena consagrou a supremacia do Direito Internacional frente ao direito interno. Ademais a Constituição brasileira acata esta construção, ainda que sob fundamento diferente quando o assunto são os tratados de direitos humanos, por força do artigo 5º., § 2º. e 3º., da CF. Quanto aos demais tratados, por força do artigo 102, III, "b" da CRFB por falta de normatização específica, lhes são atribuídos valor infraconstitucional, ainda que supra legal[241].

Não obstante, no conceito de abertura, cooperação e integração da ordem constitucional não se pode falar propriamente em supremacia do direito internacional sobre o direito constitucional. Sob o ponto de vista, do direito interno, sempre irá prevalecer o poder soberano do Estado, ainda que, haja conflito com os compromissos internacionais assumidos pelo país, isso possa trazer consequências sob o ponto de vista da responsabilidade internacional do país.

Nesse sentido, Maliska esclarece que

> A República Federativa do Brasil, enquanto pessoa jurídica de direito público internacional tem responsabilidades próprias perante a comunidade internacional e perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. A decisão da Corte não tem o condão de promover eficácia jurídica interna no país quando a sua decisão confronta com o entendimento dado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da interpretação da Constituição. Entendimento contrário implicaria na submissão da Constituição a uma decisão jurisdicional externa ao país com clara violação aos Princípios da Supremacia da Constituição, da Independência Nacional, da Autodeterminação dos Povos e da Não Intervenção.[242]

Logo, o Supremo Tribunal Federal, enquanto guardião da Constituição, tem o dever de promover a interpretação adequada ao texto constitucional. Nesta perspectiva, importante apresentar as condições e delimitações da abertura, assim como as responsabilidades próprias perante a comunidade internacional.

Importante lembrar que a manutenção da paz universal e minimalização dos riscos sociais decorrentes de conflitos armados estruturam o arcabouço político para

---

[241] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 225-226.

[242] MALISKA, Marcos Augusto. **A proteção dos direitos humanos no âmbito de jurisdições concorrentes:** o caso da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal do Brasil. *In* MAZZUOLI, Valério de Oliveira e GOMES, Eduardo Biacchi. Direito da Integração Regional. Diálogo entre jurisdições na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 465-481, p. 17.

criação da OIT, além dos argumentos humanitários e econômicos. A OIT, com estrutura tripartite, se tornou um espaço internacional de diálogo democrático entre Estados-membros, trabalhadores e empregadores acerca do labor humano e da proteção ao ser humano[243].

O Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, em 2008, declarou que

> A liberdade sindical e o direito de negociação colectiva são direitos fundamentais, consagrados na Constituição da OIT e na Declaração de Filadélfia anexa àquela constituição. Os valores fundamentais que lhes subjazem foram reiterados pela comunidade internacional, nomeadamente na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga, em 1995, e na Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998.[244]

Logo, a liberdade sindical para a OIT é um valor fundamental estruturante que constitui um dos pilares da própria instituição. O simples fato do país se declarar membro da instituição internacional, de acordo com a Declaração de 1998, tem o dever de, independentemente de ratificação dos instrumentos relacionados a temática, implementar tais garantias no plano interno. A liberdade sindical é uma das linhas estruturantes reconhecidas como temática de valor universal e essencial, elevada a norma de direitos humanos, logo, dotada de universalidade.

Constatou o Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, em 2008 que

> Cerca de metade da população ativa total dos Estados Membros da OIT vive em cinco países que ainda não ratificaram a Convenção (n.º 87) (Brasil, China, Índia, República Islâmica do Irão e Estados Unidos). Nos últimos quatro anos, estes países não tomaram quaisquer medidas significativas no sentido da ratificação.[245]

---

[243] BOMFIM, Brena Késsia Simplício do. **Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 32-34.

[244] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 23 de outubro de 2022, p. 5.

[245] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 23 de outubro de 2022, p. 6.

A inércia dos países que não ratificaram a Convenção nº. 87 da OIT é o que de fato preocupa a instituição. Conforme dados do próprio relatório, o Brasil é um desses cinco países, logo, também dotado de inércia quando o assunto é a implementação da liberdade sindical no plano interno. O Brasil é o clássico caso de "um tipo recorrente de negação do direito de organização é a obrigação imposta pelos governos aos trabalhadores de se filiarem numa única organização, através da proibição ou da eliminação de todas as outras".[246] No caso do Brasil, é evidente que sob o argumento de conteúdo constitucional, os poderes limitam e controlam o fornecimento da carta sindical para uma única instituição por categoria, com base mínima de um município.

No Brasil, ainda falta uma consciência da necessidade de ampliação dos horizontes laborais, como perspectiva para a manutenção, proteção e geração de emprego, trabalho e renda. Um país no qual não se tem o livre exercício da liberdade, seja ela para fundar, organizar, fundir, modificar, trocar de instituição sindical laboral não está comprometido com os preceitos mínimos do Estado Democrático de Direito. É necessário para tal, compreender que

> para garantir uma verdadeira liberdade sindical, após a abolição dos modelos de sindicato único, é essencial criar mecanismos que permitam total liberdade de registo das organizações de empregadores e de trabalhadores. Tais problemas poderão subsistir nomeadamente nos países em transição de um sistema estatal de monopólio sindical[247].

Aqui não se está a defender um modelo de disseminação de sindicatos de modo a gerar um enfraquecimento sistêmico no sistema sindical brasileiro, não obstante com a retirada da contribuição obrigatória e a manutenção do sistema de sindicato único, entende-se que que tal desmantelamento já vem acontecendo diuturnamente. Ao Estado cabe a criação de mecanismos que permitam e facilitem o exercício da liberdade sindical. Aqui é possível se pensar, a partir da conclusão do relatório, acima exposto, que para o Brasil, é necessário primeiro que os

---

[246] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 23 de outubro de 2022, p.11.

[247] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 23 de outubro de 2022, p.11.

governantes e representantes do povo compreendam a real necessidade e se dissipem da velha roupagem dos interesses privados e de parcelas da sociedade que renegam e não pretendem ver em solo nacional a implementação da pluralidade sindical, por motivos e interesses particulares.

Oliva, ao mencionar que a Convenção nº. 87 da OIT foi incluída no rol de direitos e garantias fundamentais pela Declaração de junho de 1998, na 86ª Sessão em Genebra, conclui que no âmbito do Direito Internacional a liberdade sindical é um direito fundamental. Para Oliva, o Brasil, como um país membro da OIT, deve respeitar, promover e realizar a Convenção nº. 87 no plano interno[248].

Assim, considerando que o Brasil é signatário da OIT desde a sua fundação e mais, que a Constituição de 1988 é uma Constituição Democrática, plural Cooperativa do ponto de vista interno e externo, qual seja, possui abertura a legislação internacional. Sob tal perspectiva, bastaria a aplicabilidade seja, ela pela internalização da referida convenção, ou ainda, pelo próprio Poder Judiciário ao reconhecer a compulsoriedade da referida Convenção. Vez que se trata de norma de direito humano e ligada a própria constituição da OIT, tem o país o dever de aplicá-la no plano interno.

Ademais, a Declaração de Direitos e Garantias Fundamentais de 1998 é clara no sentido de que todos os países membros devem implementar as convenções de Direitos Humanos no plano interno. As convenções relativas ao exercício da liberdade sindical e estruturação e negociação coletiva pertencem ao primeiro grupo eleito como norma dotada de universalidade, dada a sua essência e valor na construção da dignidade no trabalho.

Nesta perspectiva

> uma vez que a Declaração de Direitos e Garantias Fundamentais da OIT de 1998 integra a estrutura constituinte da OIT, assim como para a Carta das Nações Unidas, elaborada naquele momento pós-guerra, ao se tornar país membro de tais instituições, já é suficiente para a compreensão da necessidade e impositividade de cumprimento de tais instrumentos.[249]

---

[248] OLIVA, Cláudio César Grizi. **Pluralidade como corolário da liberdade sindical**. São Paulo: LTr, 2011, p. 77.

[249] VAZ, Andréa Arruda; SILVA, Andressa Ignácio da; MORBINI, Franciele Korkievicz; BERBERI, Marco Antonio Lima; LIUTKUS, Rayane Herzog; MARTINS, Tais. **A Força Impositiva da Declaração de Direitos e Garantias Fundamentais de 1998 da OIT e a Unicidade Sindical no Brasi**l: O País-Membro tem dever de Implementar as Diretrizes da Convenção nº 87 da Oit? *In* Direito: da precedência à revolução / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021, p. 178-187, p.183.

Os países-membros devem cumprir com as disposições da Constituição da OIT e a Declaração de Princípios e Garantias de 1998, logo, em seu preâmbulo enuncia que referida declaração integra o texto constitucional da OIT, logo, os países, independentemente de ratificação, devem cumprir com a convenções de direitos humanos, entre elas está a nº. 87, não ratificada pelo Brasil.

A estruturação da OIT, pautada "à dignificação do ser humano com a Declaração sobre princípios e direitos fundamentais do trabalho, aprovada em 1998", eleva no cenário internacional os direitos humanos dos trabalhadores a uma posição de centralidade, assim como reafirma a obrigatoriedade das convenções da OIT realizarem os valores éticos e da dignidade humana. Dentre tais direitos, se destacam a liberdade de associação e negociação coletiva, previstas nas Convenções nº. 87 e nº. 98 da OIT[250].

Bonfim destaca que tais Convenções, juntamente com as Convenções nº. 29,105,138, 182, 100 e 111 da OIT, são consideradas Convenções fundantes ou fundamentais da OIT, estando inclusive em campanhas de ratificação universal, pois consideradas "*standards*" mínimos laborais[251]. A respeito destes "standards" mínimos, a autora esclarece que eles passam a ser fixados por meio da aprovação de tratados, pactos e convenções que primam a tripla dimensão ética, de forma universal, qual seja, a dignidade, a cidadania e a justiça social, eis que estes podem e devem figurar nos mais variados sistemas jurídicos, não implicando necessariamente em maior efetivação de direitos, mas em mais mecanismos de coação e fiscalização de seus cumprimentos. Por fim, a autora ressalta que a CRFB seguiu esta tendência[252], ou seja, se comprometeu com tais pilares, assim como se estruturou no pluralismo político, ainda que do ponto de vista formal.

Para Oliva, a resistência do Brasil em adotar a pluralidade sindical, essencial e consequência da liberdade sindical, lhe expõe como nação em desarmonia a boa-fé internacional, assim como com as recomendações e pactos das Nações Unidas no que diz respeito a concretização de direitos humanos[253].

---

[250] BOMFIM, Brena Késsia Simplício do. **Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 35.
[251] BOMFIM, Brena Késsia Simplício do. **Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 36.
[252] BOMFIM, Brena Késsia Simplício do. **Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 43-44.
[253] OLIVA, Cláudio César Grizi. **Pluralidade como corolário da liberdade sindical**. São Paulo: LTr, 2011, p. 77-78.

A disposição do artigo 8º., inciso II da CRFB, juntamente com a inércia do Estado brasileiro em buscar implementar a liberdade sindical no plano interno o coloca em coalizão com os tratados que internalizou e mais, com todo o aparato democrático que sustentam a própria Constituição vigente, assim como o titula como um país no mínimo contraditório, antidemocrático e que não age com boa-fé no plano internacional.

A Declaração de 1998, segundo Silva, teve o condão de reclassificar as normas da OIT em Convenções fundamentais, tidas como prioritárias e temas de maior relevância e Convenções ordinárias, nas quais estão todas as demais Convenções. Para o autor, a Declaração apresenta uma nova perspectiva para a *Soft Law*, na medida que uma norma programática adquire contornos obrigatórios no que tange a sua exigibilidade, mencionando os relatórios globais que o Brasil apresenta para a OIT, tendo esta se preocupado com a falta de condições para que trabalhadores usufruam do direito de liberdade de associação e liberdade sindical, citando que a referida Declaração não logrou êxito em reduzir ataques à liberdade sindical[254].

A lacuna existente pela não ratificação da Convenção nº. 87 da OIT pelo Brasil poderia ser resolvida pela utilização da Declaração de direitos pelo país, pois "a utilização de uma declaração e não de uma convenção de princípios e direitos fundamentais do trabalho desvincula os Estados-membros do processo de ratificação do tratado e obriga-os indistintamente e independentemente de aceitação" a observar os princípios e direitos contidos na Declaração de 1998. A promoção deste modelo aumenta a possibilidade de ação da OIT, principalmente em face dos Estados que não ratificaram Convenções Fundamentais elencados na Declaração de 1998, em conformidade com a interpretação aplicada pelo próprio Comitê de Liberdade Sindical[255].

Diante das premissas acima expostas, facilmente tem-se que o Brasil viola normas de direitos humanos, ademais tem o dever de implementar a Convenção nº. 87 da OIT no plano interno e não o faz. A saga do sistema de sindicato único no Brasil segue estagnado e sem perspectivas seja pelo legislativo, seja pelo judiciário. A busca a partir desta pesquisa é a demonstração da necessidade do Estado

[254] SILVA, Claudio Santos da. **Liberdade sindical no Direito Internacional do Trabalho**: Reflexões orientadas pela Convenção n. 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011, p. 219.
[255] BOMFIM, Brena Késsia Simplício do. **Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 36.

brasileiro a partir das premissas do direito constitucional cooperativo, se abrir à legislação externa e recepcionar a Convenção em comento no plano interno e mais, envidar esforços para concretizar suas disposições no plano interno.

Quando o Brasil, para além de não implementar a Convenção nº. 87 da OIT, ainda ignora as disposições contidas na Declaração de 1998, viola diretamente a constituição da OIT em suas bases estruturais. A problemática está justamente na falta de um poder coercitivo para a OIT, pois certamente o Brasil seria submetido e sofreria as consequências, caso não se ajustasse.

No próximo capítulo a abordagem terá como principal foco a liberdade sindical objetiva e a exploração do espaço sindical como um espaço autônomo. Tal abordagem perpassará pela necessidade de autonomia sindical para organização e negociação sem intervenção do Estado e de particulares. Assim como abordará a garantia constitucional de não dissolução administrativa das entidades. Tal é uma garantia para evitar justamente intervenções com cunho de perseguição e desvirtuamento das atividades sindicais.

2 LIBERDADE SINDICAL OBJETIVA: A ORGANIZAÇÃO SINDICAL COMO ESPAÇO AUTÔNOMO

2.1 Do Direito das Organizações Sindicais de se organizarem sem Prévia Autorização Estatal, não Sofrerem Intervenção do Estado, e não Serem Dissolvidas ou Suspensas por Medidas Administrativas

Neste tópico a abordagem perpassará o contexto da autonomia da vontade das organizações para atuação sem a intervenção ou gerência estatal. Para tal é importante o delineamento dos principais elementos que configuram o sindicato como pessoa jurídica de direito privado que é, assim como as suas especificidades e os limites da sua atuação. Trabalhar-se-á ainda a perspectiva da autonomia sindical e seu alcance na atuação sindical, a partir da perspectiva do Estado Constitucional Cooperativo.

Para Salem Neto "sindicato é forma organizada pela qual as pessoas físicas ou jurídicas realizam as relações coletivas de trabalho.[256]" O sindicato, sob tal perspectiva, é o espaço jurídico no qual pessoas físicas e jurídicas efetivam e concretizam as relações coletivas. Tais relações são negócios jurídicos e fazem leis entre as partes, estabelecendo direitos e deveres, pelo prazo estabelecido pelas partes. O sindicato como espaço autônomo de realizações coletivas e mais, espaço autônomo de produção normativa e de realização da própria autonomia coletiva. Este espaço de produção normativa e realização da autonomia sindical é intrínseco ao Estado Constitucional Cooperativo.

Segundo Arouca, "o sindicato como instituição permanente dos trabalhadores tem como função institucional a defesa de direitos e interesses individuais e coletivos da categoria para a qual foi constituído."[257] O sindicato é uma instituição juridicamente privada, porém dotada da capacidade jurídica sindical. Esta capacidade jurídica sindical decorre das suas especificidades quanto ao objeto social do sindicato. Ademais, o sindicato é pessoa jurídica cujo objeto é a defesa dos interesses individuais e coletivos de determinada categoria ou coletividade estatutariamente definida.

---

[256] SALEM NETO, José. **Direito coletivo do trabalho após a CF/1988**. Teoria-jurisprudência-legislação-precedentes normativos do TST. São Paulo: Editora de Direito, 1998, p. 19.

[257] AROUCA, José Carlos. **Contribuição para se pensar uma lei sindical democrática**. *In* Revista síntese trabalhista e previdenciária. São Paulo: Síntese,2010-. Mensal. Continuação de Revista IOB trabalhista e previdenciária. Índice acumulado. ISSN 2179-1643. 9-29, p. 15.

Inicialmente é importante compreender o sindicato como instituição e seu correto enquadramento jurídico no sistema brasileiro. Ademais,

> a pessoa jurídica sempre teve como base um ordenamento de direito objetivo que se concretiza e se conclui nesta e por esta, ou seja, uma instituição, no sentido acima desenvolvido. Nem as pessoas que dela fazem parte, mesmo quando são corporações, nem o seu patrimônio, nem os seus órgãos ou repartições, nem o seu objetivo, nenhum destes é o substrato da personalidade. Este é, sempre e somente, o ordenamento jurídico que se encontra naquelas pessoas, que destina o patrimônio, especifica os seus órgãos, sendo tudo coordenado a um fim específico."[258]

O sindicato para além de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, possui personalidade jurídica, possui patrimônio, possui direitos e deveres inerentes ao seu enquadramento como empresa e mais, como sindicato e suas finalidades específicas. Inclusive, o sindicato nesta pesquisa é analisado a partir da sua legitimação enquanto a liberdade de associação é uma norma de direitos humanos fundamentais. A própria disposição da liberdade sindical no texto constitucional já a enquadra como um direito fundamental.

Para Pereira, "a complexidade da vida civil e a necessidade da conjugação de esforços de vários indivíduos para a consecução de objetivos comuns ou de interesse social [...]sugerem ao direito equiparar à própria pessoa humana", certos agrupamentos de pessoas e destinações patrimoniais, com atribuição de capacidade e personalidade. Surgindo então, as pessoas jurídicas que compõe, ora um conjunto de pessoas, ora uma destinação patrimonial aptas a exercer direitos e contrair obrigações [259]. Para Pereira "as pessoas jurídicas existem no mundo do direito, e existem como seres dotados de vida própria, de uma vida real"[260]. Quando o assunto é a pessoa jurídica de direito privado que constitui o sindicato, esta é permeada ainda pela existência, além da personalidade jurídica, com a personalidade sindical. Ademais, o sindicato possui uma finalidade maior, mais ampla e com um cunho social e público indiscutível.

A essencialidade da atividade desenvolvida pelo sindicato, assim como pela natureza e importância da atuação sindical e formação do ambiente de luta laboral,

---

[258] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico**. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 114.

[259] PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito civil**. Volume I. 19ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000, p. 184.

[260] PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito civil**. Volume I. 19ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000, p. 195.

não se pode limitar a compreender a pessoa jurídica sindical com os mesmos valores empresariais. Valores de empresas comuns, qual seja relacionada a atividades mercantis em geral. O sindicato não exerce atividade mercantil, exerce atividade cuja finalidade é social, cooperativa, solidária, dentro de um espaço de autonomia coletiva sindical. Este espaço é cooperativo, vez que por meio da sua efetiva concretização, com liberdade, autonomia, se evitam violações graves ao direito laboral. Este espaço de autonomia coletiva, que decorre de um Estado Constitucional Cooperativo emana uma atuação pautada na luta de classes, que diretamente concretiza a dignidade humana por meio do trabalho. A luta de classes por meio do sindicato é uma das faces de concretização da dignidade humana dentro do Estado Constitucional Cooperativo.

Para Pereira, as pessoas jurídicas de direito privado são entidades originárias do poder criador da vontade individual, de acordo com o direito positivo, com objetivos de natureza particular, para benefício dos instituidores ou projetadas ao interesse de determinada ou indeterminada coletividade[261]. Ainda, na mesma senda, o autor define a pessoa jurídica de direito privado como fruto da vontade individual, objetivos particulares que podem ser projetadas ao interesse de uma coletividade. A coletividade destinatária da pessoa jurídica de direito privado sindical é a categoria afetada e seus associados, que receberão imediatamente os impactos da atuação do ente sindical. A atuação estatal que desenvolve em benefício da categoria representada, cuja participação em ambientes de negociação e luta em determinados momentos é obrigatória.

Segundo Arouca, “no Estado democrático de direito o sindicato é uma associação de direito privado, livre”, sendo sua atuação, como qualquer outra organização, limitada apenas pela lei[262]. Não obstante, a doutrina entende que o sindicato, para além da personalidade jurídica de direito privado, deve adquirir também a personalidade jurídica sindical, que é justamente o que a diferencia das demais pessoas jurídicas de direito privado. A atividade sindical é reconhecida como um dos pilares democráticos no campo laboral, com impactos nas condições de trabalho, na cultura, economia e sociedade como um todo.

---

[261] PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito civil**. Volume I. 19ª. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000, p. 200.
[262] AROUCA, José Carlos. **Curso básico de direito sindical**. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2014, p. 24.

Quanto à personalidade jurídica sindical, após a Constituição de 1988, pressupõe, por força do artigo 8º., I da CRFB autorização prévia do Estado para fundação de sindicato, com o registro no órgão competente. Em tal assunto, existem duas correntes, a primeira que afirma que a autorização pelo Ministério do Trabalho serve para controle da unicidade sindical, vez que para que o sindicato adquira personalidade jurídica, basta o simples registro dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. A segunda corrente afirma que somente após a o registro no Ministério do Trabalho e o depósito do estatuto é que o sindicato adquire personalidade jurídica sindical, pois o registro dos atos constitutivos no cartório somente confere personalidade jurídica e não personalidade jurídica sindical. A segunda corrente é majoritária no país[263].

Na realidade, é importante distinguir a personalidade jurídica da personalidade sindical. A personalidade jurídica se adquire com o registro no cartório extrajudicial competente, enquanto a personalidade jurídica sindical, que a nosso ver, deveria ser adquirida junto com a personalidade jurídica, por força do dispositivo acima, acontece com o controle do Ministério do Trabalho e Emprego.

O enunciado nº. 677 do STF, publicado em 2003, afirma que "Até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade."[264] A súmula em comento serve para suprir a lacuna da lei quanto ao órgão competente para fiscalizar e fazer cumprir o preceito contido no artigo 8º., II da CRFB, qual seja, da unicidade sindical. Tal controle, quando no Brasil se admitir a interpretação coerente ao Estado Constitucional Cooperativo para o direito sindical, mais especificamente quanto a liberdade sindical, não haverá este tipo de intervenção estatal. A intervenção estatal no sindicato é contrária aos preceitos de edificação da dignidade humana e à proteção aos direitos humanos contidas na estrutura de um Estado Constitucional Cooperativo, como o Brasil.

Importante mencionar e situar que com a Medida Provisória nº. 870/2019, convertida na Lei nº. 13.844/2019, cuja competência para tal controle passou ao Ministério da Justiça, com a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, lei esta

---

[263] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 51.

[264] STF. **Enunciado nº. 677**. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp? base=30&sumula=2316, acesso em 23 de janeiro de 2023.

que foi revogada recentemente pela MP nº. 1154/2023, logo a competência retorna ao novamente criado Ministério do Trabalho e Emprego.

A Portaria nº. 186/2008 do Ministério do Trabalho e Emprego regulamenta o registro das entidades sindicais no Brasil, sob fundamento do artigo nº. 87, inciso II, da CRFB, que autoriza este órgão a regulamentar a execução de leis, decretos ou regulamentos. Tal portaria exige que o sindicato apresente entre outros documentos, o estatuto social, ata de assembleia, cartão do CNPJ e requerimento para reconhecimento como único sindicato daquela categoria, em determinada base territorial. Devendo a entidade sindical protocolar e comunicar qualquer alteração estatutária, fusão, extinção ou incorporação, nos termos do artigo 3º. da Portaria nº. 186/2008. [265] A concessão ou negativa da carta/registro sindical é que confere ou não a personalidade jurídica sindical ao sindicato requerente, logo a autorização para realização de atos sindicais. Tal é de todo ampla, complexa e comporta uma extensão que será ao longo desta pesquisa abordada com a amplitude necessária.

Segundo Santos, "a aquisição de personalidade sindical confere aos sindicatos, entre outras," as prerrogativas constitucionais e infraconstitucionais, entre elas representar e defender judicial e administrativamente interesses individuais e coletivos da categoria. Participar das negociações coletivas de trabalho, celebrar acordos e convenções coletivas, eleger e designar representantes da categoria perante órgãos da administração pública, receber as contribuições de direito. Além de propor dissídio coletivo, convocar assembleia, deflagar greve, assegurar a garantia de emprego aos candidatos e representantes sindicais[266].

Quando o assunto é a autonomia para fundar instituições sindicais, o artigo 7º. da Convenção nº. 87/1948 da OIT (não ratificada pelo Brasil), cujo dever de cumprimento de suas disposições existe por força da Declaração de Princípios e garantias de 1988 versa que:

> A aquisição de personalidade jurídica por parte das organizações de trabalhadores e de empregadores, suas federações e confederações, não poderá estar sujeita a condições de natureza a restringir a aplicação das disposições dos arts. 2, 3 e 4 acima.[267]

[265] MTE. **Portaria nº. 186/2008**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=207308, acesso em 23 de janeiro de 2023.
[266] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 53.
[267] OIT. **Convenção nº. 87/1948**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/normas/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

A aquisição da personalidade jurídica pelas organizações sindicais, seja base, federações ou confederações não podem sofrer restrições no direito de constituir sem autorização prévia organizações sindicais e nelas se filiar, elaborar seus estatutos e eleger representantes livremente, assim como não podem ser dissolvidas ou suspensas administrativamente.

Segundo Arouca, o sindicato é instituição que integra a sociedade pluralista como um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Possuindo assim ampla representação e poder, sendo obrigatória inclusive, sua participação nas negociações coletivas de trabalho[268]. Neste pensamento, o sindicato como instituição estrutural do Estado Democrático de Direito, possui em si um poder, qual seja, o poder de representação e participação nas negociações coletivas. Tais poderes vão para além da sua própria extensão interpretativa, pois representar aqui importa atuar em diversas frentes como pedra angular na construção da democracia no trabalho. Ainda, a participação, obrigatória na negociação coletiva de trabalho a coloca em uma posição de protagonismo quando o assunto é o desenvolvimento coletivo no trabalho. Tal protagonismo no Brasil sobre a limitação imposta pelo sistema de sindicato único, que é a temática central da pesquisa, em total divergência a estrutura do Estado Constitucional Cooperativo, aberto interna e externamente.

As funções dos sindicatos entre as classicamente conhecidas estão as funções de representação, regulamentação, assistência, parafiscal ou arrecadadora e função política.[269] Na função de representação cumpre ao sindicato defender e representar os interesses coletivos e individuais de toda a categoria, cuja amplitude está relacionada a própria essência do sindicato e seu papel na construção da democracia. A construção da Democracia sob o manto de um Estado Constitucional Cooperativo, com pluralismo de fontes normativas, inclusive com o reconhecimento do pluralismo sindical que se concretiza na normatização coletiva de trabalho e seu espaço de autonomia sindical.

Entre as funções do sindicato, segundo Magano, estão a eventual cooperação com a sociedade global, representação dos grupos profissionais e dos

---

[268] AROUCA, José Carlos. **Curso básico de direito sindical**. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2014, p. 26-27.
[269] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 54.

indivíduos que a compõem, regulamentação, inclusive as normas coletivas, econômica, para fins de fonte de custeio e gestão financeira do sindicato, função política, que corresponde a possibilidade de mediação entre a coletividade e o poder, assim como a função assistencial aos associados e não associados. E por fim, a função ética, que se concretiza nos padrões de conduta de observação obrigatória na relação entre os filiados e para com outras entidades[270].

Segundo Arouca "a negociação coletiva supõe necessariamente a posição de igualdade dos dois atores em confronto." A negociação coletiva "deve comportar o dever de boa-fé e lealdade, não em seu sentido literal, mas na consequência natural que exige do lado mais forte o dever de justificar a recusa em atender determinada reivindicação e de oferecer contrapropostas razoáveis."[271] A negociação coletiva é o instrumento que coloca as partes em conflito, qual seja, trabalhador e empresário, em igualdade de condições para negociar e celebrar pactos que produzirão efeitos por um futuro pré-determinado temporalmente. A negociação coletiva é a mais nítida concretização do princípio fundamental da igualdade, quando se coloca os desiguais em condições de igualdade, considerando suas especificidades e diferenças. A presença do sindicato nas relações coletivas de trabalho é o pêndulo capaz de encontrar o ponto de equilíbrio posicional entre as partes em conflito.

Na função regulamentadora, os sindicatos participam da criação de normas por meio da elaboração de acordos e convenções coletivas de trabalho[272]. Em complemento a menção do autor, não se pode esquecer da função regulamentadora para edição, alteração e exclusão dos próprios regulamentos e estatutos internos dos sindicatos, cuja autonomia pertence ao sindicato para elaboração. Ademais, para balizar tais conceitos, importante compreender que "O costume é o produto natural dos egoísmos rivais, que encontram a paz em um compromisso: a lei deve a cada um assegurar a liberdade, mesmo pela coação."[273]

---

[270] MAGANO, OCTÁVIO BUENO. **Organização sindical brasileira**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981, p. 141.
[271] AROUCA, José Carlos. **Contribuição para se pensar uma lei sindical democrática**. *In* Revista síntese trabalhista e previdenciária. São Paulo: Síntese, 2010-. Mensal. Continuação de Revista IOB trabalhista e previdenciária. Índice acumulado. ISSN 2179-1643. 9-29, p. 21.
[272] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 54.
[273] CRUET, Juan. **A Vida do Direito e a inutilidade das leis**. Bibliotheca de Philosophia scientifica – Livraria Editora, Lisboa, 1908, p. 176.

Ao Estado, sob tal abordagem, caberia tão somente coagir para impor o acesso ao livre exercício da liberdade sindical, jamais o reverso. Ademais, o exercício da autonomia coletiva e da própria autonomia sindical deveria ser prioridade no Estado Democrático de Direito. Ao Estado caberia perfeitamente na roupagem da democracia, envidar esforços para que o princípio humano e fundamental da liberdade sindical passe a ser as balizas de condução do trabalho no país. Sem liberdade, não se pode falar em autonomia. Um Estado Constitucional Cooperativo se estrutura na liberdade, sem a qual sequer se pode falar em Estado Democrático de Direito. A liberdade sindical estruturada sob o instituto do sindicato único por categoria, por si só não encontra harmonia com os preceitos do pluralismo, da igualdade, da liberdade, da solidariedade, como elementos de proteção aos direitos humanos e para concretização de direitos e garantias fundamentais. Quando o princípio elementar e estruturante é limitado, há que se pensar em uma interpretação aberta e condizente com toda a estrutura constitucional brasileira. O argumento de manutenção da unidade sindical já não subsiste, pois em tempos de retirada da contribuição obrigatória e manutenção da unicidade, o desmantelamento sindical acontece diariamente, em violação direta aos princípios do Estado Constitucional Cooperativo. Esta intepretação aberta da Constituição pode alterar todo o sistema sindical brasileiro.

A temática autonomia para elaboração, alteração e participação da edição de regulamentações será a temática para o próximo tópico. Ademais, tal comporta inúmeros enlaces que demandam uma análise que perpassa pelo conceito de autonomia, liberdade e mais limites para atuação da pessoa jurídica que é o sindicato.

2.1.1. Autonomia Sindical no Contexto Interno e no Ordenamento Internacional e a Criação de Normas Jurídicas Laborais e Sindicais

A temática autonomia remete a ideia de que somente tem autonomia quem tem a liberdade de escolher pelo exercício da autonomia da vontade. Neste tópico a abordagem se volta a previsão da autonomia da vontade sindical no ordenamento constitucional e espaço interno, assim como a autonomia para criação de normas no contexto sindical internacional.

Importante compreender que notadamente as relações coletivas no Brasil são marcadas pelo intervencionismo estatal ao longo da história, entre os exemplos se tem a unicidade sindical, a categorização profissional e econômica, sistema de enquadramento sindical, contribuição sindical obrigatória. Ainda, o reconhecimento sindical mediante preenchimento de critérios, limitação ao exercício de greve, não valorização da negociação coletiva, o que vem a mudar um pouco, com a Constituição de 1988[274]. O *caput* do artigo 8º. da CRFB declara que a associação profissional ou sindical é livre, desde que observados os princípios contidos em seus incisos. O inciso I, deste artigo, versa que "a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical"[275]. A lei brasileira não pode, por força da Constituição exigir autorização do Estado para fundação de sindicato, ressalvando o registro no órgão competente. O órgão competente para a formalização de uma pessoa jurídica de direito privado é o cartório de registro civil de pessoas jurídicas. A Constituição veda qualquer intervenção na organização sindical em um inciso e, em outro, ela própria constitui uma intervenção.

A interpretação que se pode empreender quanto ao registro em órgão competente, sob o viés da presente pesquisa, para que não se configure restrição ou violação de direito, deveria ser tão somente para fins de apresentação de requisitos mínimos e condições a abertura empresarial. Não obstante quando o registro serve para restringir a abertura de mais de um sindicato por base territorial, entende-se que não se trata de um controle estatal saudável e protetivo, mas ao contrário, um controle restritivo, invasivo e violador, pois limita o desenvolvimento da atividade sindical no país.

A discussão pertinente para esta pesquisa paira sobre o conceito de intervenção, e mais, confronta com a disposição sequencial, qual seja, o inciso II, que estabelece que

---

[274] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil**. *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 63-64.

[275] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

> é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.[276]

Tal vedação limita a abertura de sindicatos, assim como afronta a autonomia da vontade, pois não se pode falar em autonomia da vontade limitada a fundação de uma única entidade sindical por base territorial mínima, cujo único modelo possível é o contido no texto constitucional. Logo, a maioria das pessoas serão imediatamente impedidas de constituir um sindicato, se na mesma base algum grupo já assim procedeu.

Outra reflexão importante é que a limitação é dupla, qual seja, a existência de uma única entidade sindical por base territorial mínima do município, sem que os trabalhadores ou empregadores possam se vincular a entidade sindical de outra localidade. A imposição sindical no Brasil é duplamente exercida, qual seja, limitação a criação de entidade sindical e a obrigatoriedade de adesão, no exercício da liberdade positiva, pela única entidade existente na base territorial que o empregado ou empregador está. Ademais, não é dada a liberdade de escolha por entidade de base territorial diversa, embora não se tenha também discussão efetiva sobre a temática, no atual quadro normativo. A análise a partir da perspectiva do Estado Constitucional Cooperativo autoriza a interpretação da Constituição de forma a melhor contemplar a pessoa e sua dignidade. A promoção da liberdade é um dos elementos essenciais de uma democracia. Assim sendo, se poderia pensar em não haver restrições nesse sentido na Constituição, podendo a categoria optar por sindicato situado fora da sua base territorial. Ademais, a Constituição não vincula, mas ao contrário, afirma ser livre a associação sindical. Tal interpretação se dá em consonância com o ordenamento nacional em sintonia com as normativas internacionais.

Para Teixeira Filho e Carvalho, a Constituição de 1988 tentou estabelecer uma nova dimensão aos direitos coletivos tentando equilibrar o modelo intervencionista anterior com a concessão de autonomia para criação, gestão e atuação sindical. Não obstante mantida a velha estrutura sindical, inclusive a unicidade sindical obrigatória, bastando que o empregado ou empregador pertençam a categoria profissional ou econômica respectivamente para que o sindicato lhe

---

[276] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

represente automaticamente. O trabalhador não possui a faculdade de escolher o sindicato para se filiar, estando vinculado a todos os atos praticados, restringindo assim inclusive o exercício da liberdade negativa [277].

A reflexão necessária aqui é justamente a respeito da literalidade da Constituição, que não impõe que o trabalhador ou empregador se vincule a sindicato em sua base territorial. A constituição não afirma literalmente tal delimitação. A prática sindical do país é fruto de uma interpretação histórica da Constituição e que assim conduziu o direito sindical. Em uma análise mais detida, nem a CLT assim restringe, logo, a limitação a adesão ao sindicato único dentro da base territorial é uma intepretação fornecida ao texto constitucional, não uma expressão constitucional literal. Uma interpretação aberta ao ordenamento interno, a própria CLT, aos princípios constitucionais e às normativas internacionais, demonstra que ainda que se mantenha o sistema de sindicato único por categoria para cada base territorial, é possível que a categoria se filie a entidade da mesma categoria, em outra base territorial. Se no exercício da autonomia privada coletiva a categoria assim decidir.

Segundo Perlingieri, a autonomia privada integra-se com outros poderes e se conflui, ora como parte atuante e conformada, ora criativa constitutiva no ordenamento global, "como conjunto de princípios e de regras predispostas e realizadas com a função de ditar ordem na sociedade."[278] A autonomia privada do trabalhador, assim como a autonomia coletiva devem se integrar ao ordenamento e de forma harmoniosa realizar suas funções e ditar a ordem na sociedade. Não obstante tais autonomias somente podem ser exercidas, se as partes envolvidas podem e não sofrem intervenção para agir. O modo criativo do indivíduo em determinada coletividade, assim como o modo criativo da própria coletividade, não pode sofrer limitações tão letais ao movimento e desenvolvimento sindical no país.

Segundo Perlingieri, autonomia privada é o poder reconhecido ou concedido pelo ordenamento jurídico estatal a um indivíduo ou grupo, "de determinar "vicissitudes jurídicas" como consequência de comportamentos" livremente adotados. É a "liberdade de regular por si só as próprias ações ou, mais

[277] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil**. *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 65-67.
[278] PERLINGIERI, Pietro. **O direito na legalidade constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de janeiro: Renovar, 2008, p. 309.

precisamente, permitir a todos os indivíduos envolvidos em um comportamento comum de determinar as regras mediante um pacto consensual".[279]

Essa liberdade de atuação, mencionada pelo autor, para regular por si só as próprias ações é que no Brasil fora aniquilada. Ademais, o inciso II do artigo 8º., da CRFB estrangulou a uma única entidade por base territorial, limitada ao mínimo de território municipal. Quando o Estado, portador de uma Constituição social, democrática e pautada no pluralismo de fontes, na cooperação interna e externa, isoladamente cria uma limitação, que pode ter cunho inclusive político, este dispositivo precisa de atenção e mais, de estudos sobre a sua continuidade no ordenamento constitucional. Seria essa disposição antidemocrática e atentatória contra a própria Constituição e ao próprio princípio da autonomia e liberdade nela contido? A *priori*, não se trata de compreender que tal disposição constitucional é inconstitucional, não é esse o ponto. A questão que aqui se discute é a adequação de um dispositivo de direito fundamental, que de forma cada vez mais aparente, se desloca do aparato estrutural da Constituição, assim como da conformação da Constituição Cooperativa, com abertura interna e externa, já reconhecida inclusive pelo STF, conforme mencionado anteriormente. Uma interpretação cooperativa do instituto, aponta para a interpretação aberta de todo o aparato constitucional e a partir da concepção de que o Brasil tem uma Constituição Cooperativa, com abertura interna e externa. Uma Constituição, cuja prevalência dos direitos humanos é um dos pilares estruturais, não pode ser interpretada restritivamente, por motivos que já não subsistem, se é que em algum momento da história do sindicalismo brasileira, eles subsistiram.

Para Perlingieri, a autonomia se apresenta "no seu mínimo e constante denominador, como ato de iniciativa de ao menos uma das partes interessadas na negociação". Logo não se trata de realização apenas de direitos subjetivos, mas também deveres de solidariedade econômica, familiar, social e até mesmo de obrigações contratuais[280]. A autonomia não comporta interpretação restritiva, mas ao contrário, necessita de uma hermenêutica aberta, cooperativa e pautada na melhor e mais protetiva escolha para o ser humano. Ademais, o ser humano é o elemento

[279] PERLINGIERI, Pietro. **O direito na legalidade constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de janeiro: Renovar, 2008, p. 335.
[280] PERLINGIERI, Pietro. **O direito na legalidade constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de janeiro: Renovar, 2008, p. 345-346.

essencialmente necessário para a existência do próprio direito na contemporaneidade.

Perlingieri assegura que não é sustentável que a autonomia negocial não tenha relevância constitucional, seja em questões patrimoniais e para questões envolvendo direitos subjetivos extrapatrimoniais, pessoais e existenciais. Os atos de autonomias possuem naturezas e fundamentos diversificados em função dos valores e interesses envolvidos, sempre voltados a proteção da dignidade humana, que constitui a estrutura central da Constituição[281]. Se não existe a possibilidade de escolha quanto a entidade sindical e vige um sistema de representação obrigatória e inclusive sem a opção do trabalhador, não se pode conceber a existência concreta da autonomia da vontade, mas mero conteúdo, letra morta ou formalizada no texto constitucional, em total dissonância aos demais elementos constituintes da Constituição democrática. Ademais, não se pode falar em Constituição democrática, sem o elemento democracia, logo, ainda que para fins de exercício da liberdade sindical, grande tema desta pesquisa, não há presente o elemento democracia, ceifado pela unicidade sindical. Eminentemente, que um Estado Constitucional Cooperativo sem a liberdade não se pode conformar democrático, logo, medida necessária é a adequação constitucional a partir da aplicação da Convenção nº. 87 no plano interno, se utilizando a abertura ao ordenamento internacional, cuja força impositiva está justamente na Declaração de 1998, independentemente de ratificação.

Segundo Teixeira Filho e Carvalho a autonomia sindical é trazida na Constituição de 1988, com o artigo 8º., I que em conformidade com a nova ordem constitucional assegura a completa autonomia e consequente aquisição da personalidade jurídica do sindicato, extinguindo a figura do MTPS[282], porém mantendo a ingerência que é o registro do sindicato em órgão competente, fruto da tradição e influência do fascismo italiano (*Carta del lavoro*), inadmitindo a pluralidade sindical[283]. Procedimento que até os dias atuais, por força do já mencionado

---

[281] PERLINGIERI, Pietro. **O direito na legalidade constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de janeiro: Renovar, 2008, p. 347-348.

[282] Informação contida na página 143 desta pesquisa: "a Medida Provisória 870/2019, convertida na lei 13.844/2019, cuja competência para tal controle passou ao Ministério da Justiça, com a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego, lei esta que foi revogada recentemente pela MP nº. 1154/2023, logo a competência retorna ao novamente criado Ministério do Trabalho e Emprego".

[283] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil.** *In Intervencion y autonomia en las relaciones*

enunciado nº. 677 do STF, é realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para controle da unicidade sindical no país, restringindo e limitando o exercício da autonomia sindical em sua estrutural central.

Assim o sistema sindical brasileiro persegue a sistemática restritiva e intervencionista, que neste caso, consta do próprio texto constitucional. Tal restrição impacta negativamente no agir do sindicato e mais, na subjetividade do trabalhador e empregador que não encontram apoio para sequer discutir e praticar o ato coletivo de fundar a entidade sindical de seu interesse. Esta problemática do sindicato único por categoria, em uma democracia "é o mesmo que abrir as grades da prisão no meio do oceano para um prisioneiro que não sabe nadar e instiga-lo a sair, sob o argumento de que está livre."[284]

A questão que se ascende aqui é o conceito de liberdade que o Estado e o poder legislativo possuem e se este conceito está em consonância aos preceitos da sociedade em geral. Ainda, outro fator importante e a convergência entre a sociedade e os interesses políticos de quem está à frente do Estado. Ademais, por vezes, os interesses dos representantes do povo não condizem com os interesses do povo, mas com seus próprios interesses ou interesses de aliados, amigos e alas de influência na sociedade. Não se pode esquecer que o Brasil é um país com cunho clientelista e se estruturou em muitos segmentos, em escoras de corrupção e interesses escusos. Se o trabalhador ou o empregador não possui a faculdade de escolher sua entidade de representação, e mais, se em determinados atos, como por exemplo, as negociações coletivas, os empregados de toda a categoria, pelo simples fato de pertencer a categoria sofre os efeitos da negociação coletiva, da única entidade sindical existente e permitida naquela base territorial, não se pode falar em autonomia. A interpretação constitucional até então perpetrada é restritiva e reducionista do instituto da liberdade sindical no Brasil, sob o argumento de manutenção da unidade sindical. Tal argumento não subsiste, pois após a reforma trabalhista o país atravessa um dos maiores desmantelamentos sindicais que já se presenciou. Ademais, sem custeio, os sindicatos restam comprometidos estruturalmente, afetando diretamente a representação sindical.

Para Salem Neto autonomia da vontade

---

colectivas de trabajo. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. *Fundación de cultura universitária*. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 68-70.

[284] VAZ, Andréa Arruda; GODOI, Maritsa Evelyn. **A estrutura sindical no Brasil e o dilema do sindicato único.** Novas Edições Acadêmicas, *Republic of* Moldova, 2019, p. 42.

> é a faculdade poder exercer a sua vontade no interesse visado e admitido em lei. Por autonomia o Sindicato pode exercer as suas funções sociais com independência desde que respeite a ordem jurídica. Ele pratica tutela de direitos e interesses da profissão e da atividade. É titular de autocomando. [...] Por meio da autonomia privada o sindicato cria Convenções que tem efeito *erga omnes* para a categoria favorecendo todos os membros da mesma.[285]

A autonomia aqui abordada perpassa os dois vieses, qual seja, para o indivíduo de se associar e para a entidade sindical se organizar e exercer atos sindicais livremente. Tal atuação permitirá que a entidade sindical possua amplo aspecto e delineia um ambiente laboral em consonância com uma sociedade mais justa, equilibrada, e pautada na solidariedade e cooperação, inclusive entre instituições. A Constituição da República é uma Constituição cooperativa, não havendo motivos para o direito sindical sofrer tratamento diferenciado.

Segundo Perlingieri "existe um vasto campo, típico, mas não exclusivo do direito do trabalho, regulados por atos coletivos que não concernem à relação de trabalho, mas dizem respeito ao 'ambiente', a problemas de reformas, à atuação de direitos fundamentais"[286]. O modelo de sindicato único por categoria impacta diretamente no agir diário das categorias laborais, assim como na formatação do ambiente sindical e consequentemente na proteção aos direitos e garantias fundamentais no trabalho. Neste campo típico, mas não exclusivo do direito do trabalho, existe a regulação por atos coletivos não diretamente relacionados ao trabalho, mas que dizem respeito ao ambiente a problemas relacionados e à atuação dos direitos fundamentais.

Na legislação especial "recorre-se cada vez mais as formas de condicionamento e controle da autonomia privada voltadas a atribuir às associações profissionais e sindicais um papel legitimador ou de convalidação de atos" praticados por sujeitos pertencentes ou não a tais associações[287]. A atuação coletiva e a atuação individual perpassam pelo crivo da legitimação estatal, ao submeter seus estatutos e documentos ao Ministério do Trabalho e Emprego, que pode, após procedimentos gerais, fornecer ou negar a carta sindical. Em havendo a negativa, a

---

[285] SALEM NETO, José. **Direito coletivo do trabalho após a CF/1988.** Teoria-jurisprudência-legislação-precedentes normativos do TST. São Paulo: Editora de Direito, 1998, p. 21.
[286] PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**. Introdução ao Direito Civil Constitucional. Tradução de Maria Cristina de Cicco. 3ª. Ed. rev. E ampl. Rio de janeiro: Renovar, 2002, p. 281.
[287] PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**. Introdução ao Direito Civil Constitucional. Tradução de Maria Cristina de Cicco. 3ª. Ed. rev. E ampl. Rio de janeiro: Renovar, 2002, p. 281-282.

entidade possui personalidade jurídica, porém não pode praticar atos sindicais, pois carece da personalidade jurídica sindical que legitimaria a agir em nome daquela categoria.

Para Perlingieri, quando se dá espaço para a pluralidade de entidades descentralizadas e autônomas que não exaurem o Estado, produz-se um pluralismo de fontes[288]. Em tempos de crise da soberania, logo da lei, a autonomia privada (negocial) desenvolve um papel de organizador de subsistemas sociais, também denominado fenômeno da autodisciplina. Tal sistema contribui para uma nova teoria das fontes que considera a auto-regulamentação categorial um instrumento de produção eficaz de regras[289]. A auto-regulamentação sindical, dentro do espaço de autonomia sindical, no seio de um Estado Constitucional Cooperativo, de forma legitimada, fortalecida e incentivada pelo Estado propõe o protagonismo das normas coletivas. Igualmente, propõe avanços no fortalecimento do trabalho, assim como na construção de sistemas de proteção laborais capazes de combater efetivamente a degradação do trabalho humano e a violação de sua dignidade no trabalho ou por meio dele.

A autonomia sindical no Brasil precisa ser repensada sob a perspectiva da roupagem constitucional vigente, assim como, sob a perspectiva da centralidade humana e dos reais interesses, principalmente da classe trabalhadora. Ademais, possível é afirmar que a classe empresária no Brasil pode não ter interesse em implementar a pluralidade sindical no Brasil. Ademais, quanto menos entidades sindicais atuantes, mais vulnerável é o trabalhador, seja aos desmandos do Estado ou do empresariado. Havendo uma mudança de entendimento constitucional a CLT terá que imediatamente se ajustar, pois sofrerá as consequências imediatas em seu texto.

Ao se analisar a autonomia privada e o poder normativo dos particulares no direito do Trabalho, importante a menção da Itália como berço da concepção da autonomia privada coletiva, cuja doutrina juslaboralista defende a natureza de poder originário. [290] Esta natureza jurídica do poder originário para a autonomia privada

---

[288] PERLINGIERI, Pietro. **O direito na legalidade constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de janeiro: Renovar, 2008, p. 310.
[289] PERLINGIERI, Pietro. **O direito na legalidade constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de janeiro: Renovar, 2008, p. 314-315.
[290] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da. **Autonomia privada coletiva e o direito do trabalho**. *In* Revista de Direito do Trabalho | vol. 97/2000 | p. 27 - 39 | Jan - Mar / 2000, Doutrinas Essenciais de Direito do Trabalho e da Seguridade Social | vol. 3 | p. 349 - 364 | Set / 2012, p. 2-3.

coletiva é o poder exercido trabalhadores ou empregadores ao estabelecer normas e que orientam e regulamentam suas próprias relações. Em outras palavras, o poder originário é exercido por trabalhadores ou empregadores como criadores originários das normas sindicais organizativas, inclusive. Esse poder originário justifica a autonomia privada coletiva, qual seja, a liberdade de auto-organização em grupos laborais para negociar e estabelecer suas próprias normas e regras, inclusive sobre a própria organização ou mais, sobre o procedimento para com as normas e negociações coletivas de trabalho. As organizações de trabalhadores e de empregadores são criadas pelos próprios trabalhadores, que se reúnem para defender seus interesses. Por meio da autonomia privada coletiva, as organizações têm o poder de negociar e estabelecer acordos e convenções coletivas de trabalho com as empresas empregadoras, criando regras e normas que orientam as relações de trabalho.

A natureza jurídica do poder originário é importante para garantir a legitimidade e a efetividade das normas e regras que regem as relações humanas, inclusive as relações de trabalho. É por meio deste poder que se reconhece a soberania dos indivíduos na criação das normas e regras que regem suas próprias vidas. Por fim, o pluralismo sindical é de extrema relevância para a construção de melhores condições laborais e sociais. Ademais, o Estado não tem condições e nem a minúcia legislativa necessária para regular as relações de trabalho adequadamente.

Segundo Baylos, a exaltação da autonomia coletiva é o reconhecimento das organizações sindicais livres e independentes e para além, da negociação coletiva como processo normativo originário e portador de faculdades de autotutela, a exemplo da greve. Isso é fruto da difusão do pluralismo social determinante de um comportamento de não intervenção do Estado na livre elaboração de regras de atuação nas relações de trabalho pelos próprios integrantes sociais do meio laboral[291]. Tal processo de não intervenção, ou de intervenção mínima e um reflexo da difusão e do acatamento do pluralismo de fontes na democracia constitucional. Ademais, o Estado Constitucional Cooperativo acontece mediante a cooperação de fontes internas e externas, estatais e privadas. Não se trata de concorrência entre

---

[291] BAYLOS, Antonio. Direito do Trabalho: **Modelo para armar**. Tradução Flávio Benites e Cristina Schultz. São Paulo: LTr, 1999, p. 128-129.

fontes, mas de harmonia e conexão sempre ao melhor interesse da proteção a dignidade humana.

Ademais, a norma coletiva em tese deve apresentar melhores condições ao conteúdo mínimo legislativo, salvo as exceções e períodos que demandam austeridade, como foi o caso da pandemia pela covid-19, que forçou negociações restritivas de direitos e inclusive com retrocessos, almejando bens maiores, tais como a manutenção da renda mínima e de inalteração de postos de trabalho. Não obstante, a própria Constituição da OIT pauta-se na centralidade do trabalhador como destinatários das normativas nacionais e internacionais.

2.1.2. Princípio da não Intervenção Sindical e a Capacidade das Organizações Sindicais Produzirem Direitos e Regulamentações

A pesquisa, neste tópico, abordará a extensão do princípio da não intervenção sindical, um direito e uma garantia fundamental no Estado Democrático de direito. Igualmente, a pesquisa perpassará pela análise das organizações sindicais na produção normativa e a existência desse espaço normativo sindical, elemento essencial ao desenvolvimento sindical no Brasil, aniquilado pelo sistema de sindicato único por categoria.

Importante compreensão é a de que “a dignidade do ser humano associa-se à ideia de liberdade: enquanto ser racional, o homem tem a capacidade de agir livremente.”[292] Este conceito é elementar na construção de um instituto da liberdade sindical no Brasil, democrático e pautado na autonomia e liberdade do indivíduo para inclusive se organizar de forma livre em organizações sindicais. Ao Estado, neste contexto, lhe é dado o dever de assegurar tal autonomia para que o indivíduo se reúna, se organize e se estrutura sindicalmente, de forma livre, independente e de modo a concretizar a democracia.

Nesse sentido, o Relatório Global de Acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, elaborado em 2008, dez anos após a adoção da Declaração de Princípios e Direitos fundamentais de 1998, reforçou a mobilização internacional “no apoio à liberdade sindical e ao

[292] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 48.

reconhecimento efectivo do direito de negociação colectiva, que têm estado no centro das preocupações de inúmeros Estados-Membros da OIT graças aos programas de cooperação técnica."[293] A OIT, como instituição mais importante do planeta na promoção do trabalho, da dignidade e da liberdade laboral se preocupa e promove o fortalecimento da negociação coletiva de trabalho, como elemento essencial ao desenvolvimento laboral minimamente digno, assim como a concretização da própria democracia, inclusive no âmbito interno das instituições sindicais. Aos Estados internamente incumbe o dever de implementar medidas que assegurem o exercício de forma livre das liberdades individuais e coletivas inerentes as democracias e mais, aos preceitos de liberdade instituídos inclusive em instrumentos internacionais.

A globalização transformou o mundo do trabalho com alterações estruturais e tecnológicas, na concorrência entre outros fatores e os sistemas de negociação coletiva sofrem tais reflexos e necessitam de ajustes, para alcançar eficiência e produtividade. Ademais a negociação coletiva é "a ferramenta indicada para responder a tais preocupações porque pode ser aplicada em diferentes situações e em conjunturas económicas variáveis."[294] A negociação coletiva como instrumento de intermediação das relações de trabalho, assim como elemento dotado de essencialidade na construção da paz social laboral tem o condão de produzir impactos para além do contexto laboral, mas social e econômico, inclusive.

O relatório global possui uma preocupação com o fortalecimento e a expansão da negociação coletiva de trabalho como elemento essencial para o desenvolvimento do trabalho ante as alterações sistêmicas que acontecem diariamente nos últimos tempos. O Relatório de 2008 afirma que

> A liberdade sindical e o direito de negociação colectiva podem ser classificados como "direitos cívicos", por serem parte integrante das liberdades civis e da democracia. [...] Negar estes direitos é negar os direitos democráticos. Se é essencial defender a liberdade sindical e o

[293] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 19 de janeiro de 2023, p. 1.

[294] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 19 de janeiro de 2023, p. 21.

> direito de negociação colectiva com base em princípios éticos, é igualmente importante reflectir sobre as causas e as consequências do respeito desses direitos.[295]

A liberdade sindical e a negociação coletiva como integrante das liberdades civis e democráticas, logo a negativa de tais direitos é o mesmo que negar a democracia e seu feixe principiológico. A negociação coletiva é elemento de pacificação social entre capital e trabalho. Arrisca-se dizer, um dos mais importantes instrumentos, dada a sua importância e alcance. Uma negociação coletiva é capaz de produzir e estabelecer a paz laboral entre seus atores sociais, com o afastamento do judiciário, na maioria das vezes. Assim, a percepção possível e necessária é que a negociação coletiva é um valor fundamental do trabalho, cujo papel está muito para além de estabelecer e regulamentar verbas laborais. Este instrumento possui força normativa para além dos associados em entidades sindicais e mais, produz efeitos, por vezes, que são estendidos a categorias inteiras. Logo, a liberdade e autonomia individual e coletiva para celebrar as negociações coletivas de trabalho, pertencem ao feixe principiológico elementar ao desenvolvimento da democracia e da dignidade no trabalho. A Liberdade e a negociação coletiva como pedra angular para o estabelecimento da paz social laboral, cuja amplitude e autonomia possibilitam a concretização da própria democracia.

Quando a OIT eleva a liberdade sindical a integrante das liberdades civis e da democracia, demonstra que “o reforço da democracia, da liberdade sindical e do direito de negociação coletiva pode contribuir para uma maior estabilidade económica e social, propícia à melhoria da competitividade global e do desempenho económico.”[296]

Tais impactos, em plena demonstração da possibilidade essencial proposta nesta pesquisa, qual seja, a análise da liberdade sindical sob a perspectiva do Estado Constitucional Cooperativo, são a efetiva concretização do que se propõe, qual seja, os impactos das negociações laborais internas aos Estados, produzem

---

[295] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 19 de janeiro de 2023, p. 21.

[296] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 19 de janeiro de 2023, p. 22.

efeitos no plano global inclusive, em maior ou menor medida. Ademais, impactos locais somados a impactos regionais, quando se juntam aos impactos para além das fronteiras nacionais, demonstram a cooperação e abertura constitucional para fora, no plano prático do direito do trabalho.

Sob tal dinâmica, necessária a compreensão à despeito da natureza jurídica das normas coletivas, Gomes esclarece que a diversidade de conceituação da norma jurídica e do contrato, assim como a variedade de configuração do fato, dificultam tal conceituação.[297] Não obstante, a divergência temática e a dificuldade para conceituação e classificação das normas coletivas, buscar-se-á uma resposta a dúvida quanto ao correto enquadramento jurídico da norma coletiva de trabalho. Para se chegar a tal conceito, é importante compreender que "o contrato é negócio jurídico que se destina a constituir, modificar ou extinguir relações jurídicas, recorre-se a figura mais desenvolta do ato normativo." Ponderando que, para se reconhecer natureza jurídica para atos que não são legislativos é preciso alargar a noção de norma jurídica e superar a ideia do ordenamento jurídico como uma configuração estatal, considerando normativo todos os atos jurídicos, reconhecendo o autor, minoritária esta corrente[298].

Gomes discorre sobre a possibilidade de reconhecimento de natureza negocial para as convenções coletivas de trabalho dada a natureza dos princípios que lhe são aplicáveis como ato jurídico que se desenvolve na esfera da autonomia privada[299]. Se as normas coletivas são reconhecidas como um negócio jurídico, e assim se entende, produzem efeitos para as partes envolvidas, sendo direitos e deveres. Não obstante, necessário compreender que não é um negócio jurídico comum, mas repleto de particularidades e especificidades.

Para Teixeira Filho e Carvalho, o processo negocial pressupõe que além de regras com tais características, haja a participação insubstituível e mediadora dos corpos intermediários, com base no princípio da subsidiariedade. Este princípio entende que o Estado tem ação apenas supletiva e só deve centralizar e desempenhar papeis que não possam ser desempenhados pelos cidadãos ou seus

---

[297] GOMES, Orlando, 1919. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª. ed. aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 186.
[298] GOMES, Orlando, 1919. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª. ed. aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 190-191.
[299] GOMES, Orlando, 1919. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª. ed. aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 192.

intermediários: empresas, sindicatos e outras instituições que permeiam a relação cidadão e Estado[300].

Esta descentralização da função normativa estatal demonstra uma evolução e um crescimento da sociedade e do próprio Estado. Ademais, o Estado não possui condições de alcançar todos os meandros da relação laboral e suas demandas normativas e específicas de cada atividade, função, categoria ou regionalidade. A função negocial sindical, dado o seu conhecimento da categoria, a sua proximidade ao ambiente de desenvolvimento do trabalho e outros elementos tais como a condição para ouvir as demandas específicas lhe proporcionam uma atividade regulamentar de maior adequação e verticalidade para os atores sociais envolvidos.

Segundo Teixeira Filho e Carvalho, “a negociação coletiva constitui o processo mais adequado para se estruturar uma verdadeira rede de regras privadas, revistas e aprimoradas a cada exercício da autonomia coletiva”, objetivando reduzir o espaço que existe entre capital e trabalho, vez que tal espaço sequer a intervenção legislativa foi capaz de corrigir. Isso significa reconhecer a vertente autônoma, cada vez mais ostensiva na realização da justiça social[301]. A negociação coletiva como espaço autônomo, adequado e necessário para promover uma verdadeira rede de regras privadas, como uma vertente autônoma na realização da justiça social.

O aprimoramento e o encaixe necessário normativo às reais necessidades de determinado segmento profissional e econômico geram negociações coletivas de maior ajuste e pertinência. Uma negociação coletiva que se adequa às condições locais, sociais, econômicas e culturais de determinada categoria proporcionam um impacto social e uma adequação entre capital e trabalho com consequências incalculáveis, no plano local, estadual, nacional e inclusive internacional. Ademais, quanto mais o espaço normativo sindical é fortalecido, mais ele gerará impactos na construção de uma democracia forte, sedimentada e que efetivamente retrate os interesses da sociedade.

---

[300] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil**. *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 80-81.

[301] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil**. *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 81.

Da análise detida das convenções coletivas percebe-se que o próprio ordenamento não as trata como norma jurídica. Os sindicatos celebrantes de uma convenção coletiva contraem obrigações recíprocas, sujeitando-se a indenização por perdas e danos e multas decorrentes, no caso de inadimplemento, ressaltando a sua natureza contratual[302]. Assim, ambas as partes contraem direitos, garantias e obrigações, podendo sofrer as consequências pelo descumprimento da obrigação contraída por determinado espaço de tempo.

Tal compreensão clássica merece uma atualização, ademais, a autonomia coletiva sindical do século XIX já não é a mesma do atual momento. Explica Gomes que o reconhecimento da natureza jurídica contratual para as convenções coletivas de trabalho não implica em reconhecer que a convenção é um contrato no sentido clássico da palavra. Ademais, a "tendência para valorizar a ação dos sindicatos na composição dos conflitos de trabalho não pode levar o jurista ao ponto de admitir que, por um negócio jurídico privado, elaboram uma lei".[303] Não se pode levar ao entendimento de que uma negociação é uma lei, do ponto de vista da sua origem, ademais não respeitou os procedimentos legais para elaboração e tramitação da referida lei. Não obstante uma norma coletiva possui sim um caráter de regramento e normativo entre as partes celebrantes e o procedimento para a sua elaboração estão nos estatutos sindicais da categoria. Logo, não se está a confundir norma coletiva com a lei estatal, até porque possuem fontes diferentes, mas a norma coletiva é um negócio jurídico com natureza contratual que possui força normativa entre os atores laborais envolvidos.

As normas coletivas não possuem força normativa estatal, mas devem de toda sorte estar em consonância com elas, assim como devem se curvar a todo o aparato principiológico do direito do trabalho, direito sindical, normas gerais e afetas ao direito pátrio. Para Silva, os princípios jurídicos são as traves mestras do ordenamento jurídico de um país ou de um "ramo dogmático"[304]. Tais traves mestras também devem ser consideradas quando o assunto é a elaboração de normas coletivas de trabalho. A base principiológica do direito do Trabalho e mais, do próprio

---

[302] GOMES, Orlando, 1919. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª. ed. aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 194-195.
[303] GOMES, Orlando, 1919. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª. ed. aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 201.
[304] SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **Principiologia do direito do trabalho**. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 1999, p. 11.

direito coletivo do trabalho, proporcionam uma maior teia de proteção, principalmente ao trabalhador, parte mais fragilizada da relação laboral.

Ao discorrer a respeito do princípio da proteção ao trabalhador, arremata Silva, que a negociação coletiva é uma espécie de proteção ao trabalhador. A negociação coletiva, para o autor, "é o procedimento destinado à realização da autonomia privada coletiva, ou seja, à auto regulação de seus[305] interesses pelos grupos profissionais contrastantes." A proteção ao trabalhador no espaço de fala da negociação coletiva acontece quando este, por meio de seu sindicato, se apresenta em caráter de igualdade para negociar com o empregador ou com a classe empresária.

No espaço de autonomia coletiva "são instrumentos utilizados para auto regulação a convenção coletiva de trabalho e o acordo coletivo de trabalho", sendo esta a mais moderna forma de regulação dos interesses dos trabalhadores, cujo funcionamento só acontece se estiverem fortemente organizados em sindicatos e, consequentemente, possuam poder de barganha. Os instrumentos de autonomia da vontade se sobrepõem ao contrato individual de trabalho, salvo quando estes são mais favoráveis ao trabalhador[306].

Segundo Hespanha, "o direito é plural, não apenas no sentido de que é declarado por múltiplas instâncias jurisdicionais, mas ainda porque as suas normas têm âmbitos de vigência não coincidentes e frequentemente, sobrepostos."[307] O direito é plural e o direito do trabalho exige um ambiente plural e com multiplicidade de fontes normativas. A negociação coletiva é um dos maiores instrumentos de autorregulação, senão o principal. Além de necessário, ele desempenha o papel de concretização da democracia laboral e mais, como espaço de manifestação do trabalhador.

Ainda, importante reconhecer que antes havia critérios de preferências a serem aderidos, atualmente os consensos se voltam aos melhores interesses da comunidade em geral, considerando a ordem jurídica "mais estabilizadora e menos irritante para o todo da comunidade". Existe, portanto, a necessidade de o direito legitimar o consenso comunitário sem desconsiderar o paradigma democrático de

[305] SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **Principiologia do direito do trabalho**. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 1999, p. 30-31.
[306] SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **Principiologia do direito do trabalho**. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 1999, p. 31.
[307] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 95.

legitimação. A ideia é que se possa legitimar os direitos do ponto de vista da democraticidade do direito, observando a pluralidade de direitos vigentes em determinada comunidade e se estes decorrem da vontade generalizada dos destinatários[308].

A legitimação democrática pautada pelo autor é de extrema relevância para a pesquisa em tela. Ademais, sob o vértice do pluralismo sindical e o exercício da autonomia e liberdade sindical dos trabalhadores e empregadores, o cerne da questão é justamente se o artigo 8º., II da CRFB decorre da vontade generalizada dos destinatários, qual seja, trabalhadores e empregadores. Aqui, principalmente os trabalhadores, pois é possível que a classe econômica não tenha interesse na implementação de um sistema sindical livre e empoderado pela autonomia plena.

Ao Estado não cabe o papel de escolher em quais segmentos se aceitará e reconhecerá a democracia. A democracia é o principal instrumento de regulação do ambiente laboral, logo, um ambiente laboral sem democracia é o grande portal para a escravidão e exploração humana no trabalho. Ademais

> os direitos fundamentais produzem naturalmente uma eficácia irradiante, produzindo, por isso, efeitos que extrapolam os lindes de um comando dirigido ao Estado para fazê-los operar também entre os particulares. Não há como negar, afinal, que a sociedade tem a expectativa de que a democracia, enquanto valor, não seja exigida unicamente do Estado, mas também dos particulares, notadamente daqueles que agem em nome de significativas coletividades, a exemplo do que ocorre com os sindicatos[309]

A democracia como valor deve ser exercida e praticada universalmente, seja pelo Estado, por particulares, cidadãos ou não. A democracia é um valor universal, inegociável, cuja negativa deve ser reconhecida como um atentado direto contra a dignidade humana. O autor, nesse sentido cita a importância dos que agem em nome das coletividades, a exemplo dos sindicatos. Um sistema plural, democrático e cooperativo não comporta a unicidade sindical.

Com o advento da Constituição de 1988 se consagrou a autonomia sindical, sendo toda a rede de interferências legislativas derrogada por incompatibilidade ao seu artigo 8º., inciso I. O sindicato, não obstante esteja sujeito aos princípios gerais do sistema jurídico vigente, deve agir em convergência com os preceitos

---

[308] HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019, p. 95-97.

[309] CARREIRO, Luciano Dorea Martinez; Stürmer, Gilberto. (2021). **A democracia sindical no brasil**: reflexões sobre a extensão e os limites dos direitos de participação na vida sindical. *In* Revista de Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v. 26, n. 3, p. 241-265, set./dez., de 2021, p. 258.

democráticos, com respeito à vontade soberana da maioria, publicidade e transparência de atos[310]. Assim, o que se tem é um sistema democrático, plural e cooperativo, que não combina com o sistema de sindicato único no Brasil. O grande desafio da pesquisa é demonstrar que a solução está na interpretação e aplicação do sistema de abertura constitucional brasileiro no direito sindical.

Se houve a consagração da autonomia sindical, talvez pensar em uma interpretação ampla e voltada à compreensão de que a limitação constitucional de base territorial seria uma delimitação mínima para instituir sindicatos, não para a sua atuação, estaria em conformidade com a interpretação aberta a partir de parâmetros e princípios essenciais de um Estado Constitucional Cooperativo. Logo, estar-se-ia a compreender que a impossibilidade de existência de mais de um sindicato por base territorial, não impediria a sua atuação em outras bases territoriais, pois a Constituição não definiu especificamente tal condição. Tal pensamento demanda ainda mais interpretações pareadas com os anseios dos intérpretes da Constituição da atualidade. Ademais, a autonomia sindical para escolher uma única entidade, ainda assim estaria preservado, porém se comportariam adesões a outras entidades, fora da base, mantendo o sistema de sindicato único por categoria em cada base territorial, permitida a mudança de entidade, por deliberação no espaço de autonomia sindical.

Este tópico perpassou a importância do fortalecimento da negociação coletiva e mais da autonomia sindical na instituição de entidades sindicais, seja no contexto da autonomia sindical individual ou no exercício da autonomia sindical coletiva. O desenvolvimento de um espaço de autonomia sindical livre, sem intervenções, concretiza o principal elemento desta pesquisa, qual seja, a concretização de um Estado Constitucional Cooperativo aberto interna e externamente no Brasil. Ademais, conforme demonstrado a negociação coletiva consolida normativas que vão para além da produção de impactos internos aos atores sociais envolvidos, mas produzem impactos locais, regionais, nacionais e inclusive internacionais. Ademais, a multiplicação de impactos positivos proporciona uma sociedade global com menor desigualdade social, a redução dos embates entre capital e trabalho, entre outros.

---

[310] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil**. *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 73-74.

2.1.3. Direito Fundamental a não Dissolução ou Suspensão Sindical por Medidas Administrativas como Garantia Constitucional

Inicialmente, importante pensar na raiz estruturante do direito fundamental de não dissolução sindical via administrativa, qual seja, é a concretização do princípio da autonomia sindical na sua mais nítida expressão. A liberdade sindical como um princípio nuclear e estruturante do direito coletivo do trabalho, assim como, em uma democracia é o fio condutor dessa garantia. A Constituição de 1988 assegura o direito fundamental a não intervenção na entidade sindical, sendo esta, livre para fundar, organizar e estruturar entidades sindicais. Neste momento, a abordagem será direcionada ao direito fundamental a não dissolução ou suspensão sindical de modo administrativo. Tal garantia tem como objetivo assegurar o exercício das atividades e o funcionamento sindical de forma livre e independente. Não obstante, o sistema de sindicato único por categoria é um freio a tais princípios.

Importante entender que "os direitos sociais fundamentais se incluem entre os direitos a ações positivas do Estado e situam-se no centro do debate sobre a eficácia e aplicabilidade das normas sobre direitos fundamentais."[311] Neste sentido, o direito social ao trabalho demanda ações positivas estatais e medidas que assegurem a aplicabilidade e concretização dos direitos e garantias fundamentais. O Direito ao exercício de atividades sindicais como direito e garantia fundamental no Brasil, demanda ações positivas do Estado para sua concretização e mais, para assegurar o funcionamento independente das entidades sindicais. As ações positivas inclusive incluem a não intervenção, qual seja, assegurar a não intervenção estatal e privada, inclusive com a vedação de dissolução administrativa.

A ideia de organização laboral prognostica interesses voltados a busca por melhorias na condição de trabalho e fomento, no sentido amplo, laboral e social. A atividade sindical extrapola o campo laboral, mas perpassa por campos como a economia, solidariedade, e social como um todo. O atuar sindical possui em sua essência a colaboração social, com o Estado, com o fomento e desenvolvimento do trabalho decente. Assim, as instituições sindicais são atores sociais importantes na

---

[311] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 59.

construção da paz social, de uma sociedade mais justa e empenhada no direito a que todo ser humano tenha uma vida minimamente digna.

Assim, por tal perspectiva, importante compreender que o Estado tem o dever de incentivar e mais, de envidar esforços para propiciar um ambiente saudável e próspero de colaboração social, vez que

> O Estado, então, passa a agir de modo sistemático sobre o processo econômico e a assunção pelos poderes públicos de novos programas de ação. E assim, os direitos estão institucionalizados na linha dos direitos fundamentais inseridos aos setores sociais e econômicos da sociedade. O México é a primeira sociedade política a dar garantias constitucionais para a proteção do ser humano no que tange à coletividade, e a primeira a garantir os direitos sociais dos trabalhadores na Constituição promulgada em 1917. O pioneirismo do México é resultado dos sofrimentos suportados pela sociedade no início do século XX.[312]

Compreender que o sindicato da modernidade, ainda que no Brasil necessite de endêmicos avanços, é fruto de luta e sofrimento de uma sociedade trabalhadora do século XX. Ademais, o México como grande precursor, sua sociedade percebeu a necessidade de assegurar garantias constitucionais para a proteção humana no trabalho. Quando o assunto é a organização coletiva, é necessário entender que há toda uma formalidade necessária, qual seja, não existem, ou melhor, não são reconhecidos sindicatos de fato, como já abordado em tópico próprio. A pessoa jurídica sindicato possui procedimentos para sua criação e estruturação e uma vez cumpridos ela passa a poder agir nos termos e limites estabelecidos em lei, em prol da coletividade de determinada categoria profissional ou econômica.

O Art. 4º. da Convenção nº. 87/1948 da OIT assegura que “as organizações de trabalhadores e de empregadores não estarão sujeitas à dissolução ou à suspensão por via administrativa.”[313] Não obstante a não ratificação desta Convenção, por força da Declaração de Princípios e Garantias Fundamentais de 1998, entende-se que ela deve ser aplicada e produzir efeitos no plano interno do país, vez que este signatário da OIT, logo tem o dever de se curvar a estrutura constitucional da OIT.

---

[312] NUNES, Péricles Stehmann; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Transconstitucionalismo entre ordens jurídicas:** forma de alteridade no sistema jurídico mundial de níveis múltiplos [recurso eletrônico] / Péricles Stehmann Nunes; José Francisco Dias da Costa Lyra -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 47.

[313] OIT. Convenção nº 87. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 02 de fevereiro de 2023.

Tal disposição visa prezar pela autonomia e mais, pela concretização da autonomia privada coletiva do sindicato e mais, livrar a entidade sindical de decisões políticas, arbitrárias, unilaterais e pautadas em atos antissindicais. A dissolução de uma entidade sindical somente pode acontecer por decisão judicial, após assegurados os princípios fundamentais da ampla defesa, contraditório e devido processo legal.

A teoria da autonomia coletiva dos particulares funda-se na ideia de liberdade política, sem ou com a mínima interferência do Estado, devendo o Estado manter uma visão distante sobre a organização e ação dos sindicatos[314]. A ideia de uma mínima intervenção é justamente para assegurar uma atuação livre das gerências ou ingerências do Estado. Ainda, quando o assunto é a não intervenção do Estado, importa esclarecer que a distância estatal serve para assegurar a liberdade e não constranger as entidades sindicais de algum modo. Não obstante, tal não implica em total liberdade da entidade, vez que esta tem o dever de atuar dentro dos limites do ordenamento, inclusive podendo ser submetida a responsabilidade civil e penal, por exemplo. A Convenção nº. 98/1949 da OIT, reafirma a importância e essencialidade da preservação do princípio da autonomia coletiva no ambiente sindical. A liberdade sindical não é sinônimo de banalização e ingerência total das entidades, ao contrário, se submetem como qualquer outra empresa ou pessoa jurídica, aos limites legislativos. A grande questão da pesquisa, não é a falta de limites e o excesso de liberdade das entidades sindicais, mas ao contrário, a intervenção demasiada e violadora do Estado.

Segundo Perlingieri, as situações subjetivas sofrem limitações pelo conteúdo das cláusulas gerais, especialmente as de ordem pública, de lealdade, de diligência e de boa-fé, como expressões gerais do princípio da solidariedade[315]. Assim, quando se aborda a temática da autonomia, se está a falar da necessidade de se agir dentro dos princípios gerais do direito, assim como dentro do arcabouço estrutural do direito. Ademais, uma atuação para além disso poderia se configurar em atuação abusiva e violadora do direito em suas estruturas. A ideia é a intervenção mínima do Estado, voltada a garantir a atuação livre e enquadrada

[314] NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 136-137.
[315] PERLINGIERI, Pietro. **O direito na legalidade constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de janeiro: Renovar, 2008, p. 681-682.

dentro de preceitos estruturadores do direito. Tal para se evitar a violação da dignidade da pessoa humana.

A interferência do Estado na atividade sindical é certamente o mais duro e cruel golpe contra a democracia sindical e laboral, não obstante, tal independência não seja absoluta. Ademais, vale frisar que as entidades sindicais têm o dever de agir com boa-fé, dentro das finalidades institucionais estatutárias. Quando a entidade desvia destas finalidades, pode sim sofrer a intervenção judicial, jamais pode ser dissolvida administrativamente.

A gestão, organização e administração sindical deve ser exercida com autonomia, liberdade e sempre pautada nos princípios estruturantes do direito coletivo do trabalho. Entre eles, o maior corolário que é a liberdade sindical. O artigo 2º., inciso I da Convenção nº. 98 da OIT assegura que as organizações laborais profissionais e econômicas "deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos de ingerência de umas e outras, quer diretamente quer por meio de seus agentes ou membros, em sua formação, funcionamento e administração."[316]

Sobre a temática dissolução de entidades sindicais, o artigo 555 da CLT garante a pena de cassação da carta de reconhecimento para entidade sindical que:

> a) que deixar de satisfazer as condições de constituição e funcionamento estabelecidas nesta Lei;
> b) que se recusar ao cumprimento de ato do Presidente da República, no uso da faculdade conferida pelo art. 536; (Vide Decreto nº 229, de 1967)
> c) que criar obstáculos à execução da política econômica adotada pelo Governo.[317]

As entidades sindicais que deixarem de satisfazer as condições de constituição e funcionamento estabelecidas em lei podem ter as suas cartas sindicais cassadas, nos termos do artigo 555 da CLT. A discussão que aqui se instaura diz respeito imediatamente a dissolução, vez que embora tal fato não dissolva a entidade, nos termos do artigo 556 da CLT, esta deixa de poder atuar com prerrogativa sindical.

A personalidade jurídica empresarial do sindicato como pessoa jurídica de direito privado continua a existir. Assim, entende-se que tal cassação deveria acontecer somente via judicial para evitar qualquer intervenção indevida na entidade

---

316 OIT. **Convenção nº. 98/1949**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235188/lang--pt/index.htm, acesso em 02 de fevereiro de 2023.

317

sindical. Ademais, sem a carta de reconhecimento sindical a entidade perde a sua personalidade jurídica sindical.

Ainda, outra possibilidade de cassação do reconhecimento acontece quando a entidade sindical se recusa a cumprir determinações da presidência da República. E da mesma forma, quando o sindicato cria obstáculos ao desenvolvimento e execução de política econômica governamental. Tais obstáculos demonstram, primeiro, que a entidade sindical está submetida a legislação em geral, qual seja, não se pode falar em ausência do Estado, mas intervenção mínima, de modo a garantir a livre criação, estruturação, organização e extinção.

Ainda, as entidades sindicais como pessoas jurídicas agraciadas com o manto da finalidade social e coletiva, cujo dever legal é a luta laboral e social por melhorias para suas categorias de trabalhadores não pode contrariar as políticas de desenvolvimento estatal. Ademais, ao contrário, deve a entidade sindical participar e ajudar no desenvolvimento social e econômico do país.

As entidades sindicais devem atuar dentro dos propósitos e com objetivos de fomentar o desenvolvimento social e econômico dentro da sua competência, categoria e dentro da realidade social a que está inserida. O *caput* do artigo 556 da CLT discorre que “a cassação da carta de reconhecimento da entidade sindical não importará no cancelamento de seu registo, nem, consequentemente, a sua dissolução, que se processará de acordo com as disposições da lei que regulam a dissolução das associações civis.”[318]

No código Civil de 2002[319], a partir do artigo 40 estão as disposições sobre a constituição, organização e dissolução de pessoas jurídicas no plano brasileiro e, especificamente, a partir do artigo 53, o tratamento das associações, cuja definição de associação “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.” Logo, o sindicato é uma pessoa jurídica de direito privado, com definição de associação, pois não comporta em sua essência o lucro, mas sim as lutas sociais e laborais previstas em seu estatuto sindical.

O artigo 54 do Código Civil brasileiro estabelece em seu inciso VI, que os estatutos das associações conterão, entre outras disposições “as condições para a

[318] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943** - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.

[319] BRASIL. **Código Civil brasileiro de 2002**, Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm, acesso em 05 de fevereiro de 2022.

alteração das disposições estatutárias e para a dissolução."[320] O Regramento civil brasileiro é muito claro quanto à forma de dissolução, que deve ser democraticamente estabelecida nos estatutos das associações. A dissolução de uma entidade sindical acompanha tal disposição por força do artigo 556 da CLT. Logo, a assembleia geral deve definir a forma, o percurso para a dissolução de uma entidade sindical.

A atividade sindical é ampla, logo pode sofrer excessos e abusos por parte das suas diretorias ou ataques externos, inclusive pelo Estado. Internamente, à exemplo, podem acontecer os chamados sindicatos de cartório, sem representatividade, restrições a associação, enfraquecimento da negociação coletiva, excessos no exercício do direito de greve e recusa em negociação coletiva, entre tantos outros. Tais excessos devem ser analisados e por vezes até chegar à esfera da responsabilidade.[321]

Os sindicatos, como pessoas jurídicas de direito privado, com atribuições de representação e defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria merecem o mesmo tratamento das associações civis com ou sem fins lucrativos, pois no campo das obrigações importa apurar responsabilidade, culpa, danos causados, desvios de finalidades socais morais e econômicas. Ademais, reitera-se, a noção de liberdade sindical não é absoluta e irrestrita, vez que se submetem ao conjunto normativo e regulamento pátrio[322]. Existe sim o direito constitucional à autonomia, porém autonomia não implica em atuação sem limites, com finalidades diversas da sua constituição e fundação. Os excessos podem sim ser submetidos ao crivo da lei e o poder judiciário, que inclusive se deparando com desvios de finalidade e atos graves de desvirtuação das finalidades sindicais, que configurem atos ilícitos e imorais, pode pedir a dissolução judicial da entidade sindical.

Atualmente o entendimento nos tribunais brasileiros é que a dissolução compulsória deve acontecer somente quando houver a prática de atos ilícitos e atos imorais com objetivo de desvirtuar a essencialidade da atividade sindical. Em detida análise dos autos nº. 0010032-77.2018.5.15.0006RTOrd, que tramitou na primeira Vara do Trabalho de Araraquara/SP, houve a suspensão liminar das atividades do

---

[320] BRASIL. **Código Civil brasileiro de 2002**, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm, acesso em 05 de fevereiro de 2022.
[321] COSTA, Carlos Eduardo Dantas. **Abuso do direito sindical**. São Paulo: LTr, 2016, p. 185-186.
[322] COSTA, Carlos Eduardo Dantas. **Abuso do direito sindical**. São Paulo: LTr, 2016, p. 186-187.

sindicato, assim como quebra de sigilo bancário, telefônico e telemático do sindicato réu, afastamento imediato da suposta diretoria atuante e nomeação de administrador judicial. Ainda, tal liminar foi mantida em sede de sentença de primeira instância, assim como no Tribunal Regional da 15ª Região, pela seção de Dissídios Coletivos e não havendo recurso para o C. TST, a decisão transitou em julgado em 28 de outubro de 2019[323].

Na demanda em discussão movida pelo Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho da 15ª. região - PTM Araraquara/SP, ajuizou Ação Civil Pública em face do Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de Araraquara e região e de seu controlador, pleiteando em síntese a dissolução do sindicato réu, em decorrência do resultado da instauração do inquérito Civil n. 000588.2016.15.003, em função de irregularidades detectadas, entre elas o controle familiar, que inclusive integravam e controlavam o sindicato durante toda a sua trajetória. Tal grupo inclusive controlava outras entidades sindicais na região, cuja destituição também aconteceu em virtude de outras denúncias e outros autos. As investigações contataram que na realidade a família controladora tinha como único objetivo arrecadar as contribuições sindicais, não possuindo qualquer benefício aos associados, nem sede própria, funcionando em endereço de outro sindicato. Ainda, irregularidades na realização de supostas assembleias, controle e destinação das contribuições, concluindo o Ministério Público do Trabalho se tratar de entidade sindical fantasma, pois existia apenas no papel para que seus controladores se apossassem das contribuições sindicais. Tais provas foram aceitas pelo Poder Judiciário e reforçadas pelo escorço probatório produzido, inclusive oitiva de testemunhas, que respaldaram a sentença procedente e sua manutenção em sede recursal[324].

Ao que se percebe da detida análise dos autos nº. 0010032-77.2018.5.15.0006RTOrd, não havia qualquer prestação efetiva aos trabalhadores, não existia sede, nem prestação de assistência de qualquer ordem, nem negociação coletiva e sequer assistência jurídica. Assim, após a constatação das alegações do Ministério Público do Trabalho, o poder judiciário intervém, em regime excepcional,

---

[323] TRT15. **ROT 0010032-77.2018.5.15.0006**. Disponível em: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região: Consulta Documentos do Processo [legado-1grau-deploy-7cc455cdc9-wkcnr] (trt15.jus.br), acesso em 19 de fevereiro de 2023.

[324] TRT15. **RT 0010032-77.2018.5.15.0006**. Disponível em: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região: Consulta Documentos do Processo [legado-1grau-deploy-7cc455cdc9-wkcnr] (trt15.jus.br), acesso em 19 de fevereiro de 2023.

pois claramente houve o desvirtuamento da entidade e suas finalidades constitucionais, sendo reconhecida a imoralidade e ilegalidade praticada pelos controladores. Este processo demonstra que a autonomia é um valor supremo para o desenvolvimento das atividades sindicais, porém não é a porta de acesso a prática de irregularidades, ilegalidades e desvirtuamento dos princípios que regem o exercício da atividade sindical.

Outro exemplo de dissolução judicial aconteceu no processo judicial nº. 0010385-59.2014.5.15.0006, movido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de material elétrico de Araraquara e outro, em face do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Construção de Aeronaves, equipamentos gerais aeroespaciais, aero peças, montagem e reparação de aeronaves e de instrumentos aeroespaciais de Gavião Peixoto. A alegação nuclear é de sindicato sem funcionamento, sem instalações, sem prestar qualquer assistência, sem assistência jurídica constituída, qualquer proteção ou defesa da categoria, além de sequer diretoria regularmente constituída e quadro associativo organizado[325].

Esta demanda não solicitou a cassação da carta sindical, nem a intervenção direta na entidade sindical, mas a oitiva dos trabalhadores para eventual fusão com o Sindicato Sindimetal de Araraquara/SP e caso assim não fosse o entendimento, a dissolução da entidade com a cassação do registro sindical. Após comprovadas as irregularidades e principalmente a violação aos artigos 8º., da CRFB e artigos 514 e seguintes da CLT e a negativa de fusão, foi julgada procedente a demanda em 23 de fevereiro de 2017, para determinar a dissolução judicial do sindicato e cassação do registro sindical. Desta decisão houve a interposição de recurso ordinário na data de 17/03/2017, cujo julgamento aconteceu na Seção Especializada em Dissídios coletivos do TRT15, negando provimento ao recurso. Desta decisão o sindicato reclamado interpôs recurso de Revista, pendente de decisão no C. TST[326][327].

---

[325] TRT15. **Autos nº. 0010385-59.2014.5.15.0006**. Disponível em: https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=14070319452687500000004648098, acesso em 19 de fevereiro de 2023.

[326] TRT15. **Autos nº. 0010385-59.2014.5.15.0006**. Disponível em: https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=14070319452687500000004648098, acesso em 19 de fevereiro de 2023.

[327] "É de se notar, portanto, que há influência da direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica e de Construção de Aeronaves, Equipamentos Gerais Aeroespacial, Aeropeças, Montagem, Reparação de Aeronaves e Instrumentos Aeroespaciais do Estado de São Paulo no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica e de Construção de Aeronaves, Equipamentos Gerais Aeroespacial, Aeropeças, Montagem, Reparação de Aeronaves e Instrumentos Aeroespaciais

As decisões aqui carreadas demonstram que a entidade sindical é titular da autonomia da vontade e tem seu exercício pleno, desde que para as finalidades legais e constitucionais. Assim sendo, não se pode afirmar que existe a ingerência do Estado, mas ao contrário, neste quesito, a intervenção judicial acontece quando desvirtuados os princípios sustentadores do direito sindical. Tal autonomia também se concretiza no artigo 170 da Constituição de 1988[328], cuja autonomia da vontade é funcionalizada aos valores da existência digna e da justiça social, além dos princípios que integram o citado artigo. A livre iniciativa é a tradução da autonomia da vontade, assim como a autonomia sindical também é funcionalizada, inclusive, aos valores e princípios do direito do trabalho, como o direito fundamental ao trabalho. O artigo 170 da CRFB estabelece que a ordem econômica se funda na

---

de Gavião Peixoto, sendo que este último, ora réu, sequer possui sede física, fato que se mostra totalmente incompatível com os atos que o réu sustenta ter praticado, tais como prestação de contas, assistência jurídica aos representados, e todos os atos que deve um sindicato realizar, conforme previsão da própria CLT, pois a ausência de espaço físico impede a procura do empregado que busca assistência, bem como revela a inexistência de qualquer tipo de arquivo, seja de movimentação financeira, seja de publicação de editais ou de qualquer tipo de documento necessário à administração de uma entidade que está obrigada a prestar contas de suas finanças e de seus atos, tanto ao Poder Público, quando requisitado, quanto aos seus associados e representados. Não há nos autos qualquer comprovação de que o réu tenha, de fato, prestado qualquer assistência aos representados, de qualquer tipo. Os TRCTs apresentados não são hábeis a comprovar a prestação de assistência jurídica; ademais, são em quantidade insignificante frente ao número de empregados representados pelo réu. O réu não comprovou qualquer ato destinado à defesa dos interesses da categoria; não comprovou qualquer tipo de assistência; não comprovou a elaboração de uma prestação de contas tempestiva e sua respectiva aprovação em Assembléia; não comprovou a destinação, ou sequer existência, do montante que sustenta possuir em superávit. O réu, portanto, não atende às determinações básicas previstas na legislação trabalhista para manter suas atividades de representação dos empregados da categoria na base territorial de Gavião Peixoto. Nesse passo, pelo exposto, e levando-se em consideração que os atos praticados, bem como aqueles que deixaram de ser praticados pelo réu importam em ilicitude, pois em contrariedade com as disposições legais, declaro a nulidade dos atos constitutivos do sindicato réu, bem como sua dissolução, e determino a cassação de seu registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Assim sendo, e levando-se em consideração que o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica e de Construção de Aeronaves, Equipamentos Gerais Aeroespacial, Aeropeças, Montagem, Reparação de Aeronaves e Instrumentos Aeroespaciais do Estado de São Paulo teve seu registro cassado em decisão proferida nos autos do processo nº 0142900-49.2006.5.15.0132, e, pelo princípio da unicidade sindical, previsto no art. 8º, II, da Constituição Federal, declaro que o sindicato apto a representar os interesses dos empregados da Embraer situada em Gavião Peixoto é o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Araraquara e Américo Brasiliense. Determino, ainda, desde a publicação da presente decisão até o seu trânsito em julgado, a suspensão das atividades do reclamado, bem como a continuidade de recolhimento das contribuições sindicais da categoria em juízo. Intime-se o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Araraquara e Américo Brasiliense da presente decisão. Expeça-se ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego acerca da presente decisão para os procedimentos pertinentes. Expeça-se ofício, ainda, ao Ministério Público Federal, para os termos do artigo 552 da CLT.” Parte da fundamentação nos autos, p. 623-624.

[328] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicao.htm, acesso em 17 de março de 2023.

valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, cuja finalidade é a existência digna e a justiça social.

A realização da dignidade humana e da justiça social são preceitos contidos e inerentes ao Estado Constitucional Cooperativo em sua essência. A premissa de uma Constituição Cooperativa é a sua abertura interna e externa ao ordenamento jurídico de forma a concretizar a dignidade humana em sua forma mais ampla e adequada possível. A realização da dignidade humana é a mais evidente concretização da justiça social, no sentido amplo do termo.

Neste tópico a pesquisa apresentou o direito e a garantia fundamental a não destituição sindical por medida administrativa, como uma garantia ao exercício das atividades sindicais com autonomia e liberdade. A abordagem perpassa pela análise de alguns julgados que apresentam o pensamento dos tribunais quando o assunto é o exercício da atividade sindical pelos sindicatos. Estes devem se atentar e zelar pelo exercício efetivo das suas premissas essenciais e decorrentes da aquisição da personalidade jurídica sindical.

2.2. DA AUTONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS PARA ESTABELECER DIREITO OBJETIVO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Neste tópico a abordagem será em torno da autonomia da vontade das entidades sindicais para estabelecer o direito objetivo dentro das organizações. A pesquisa perpassará pelo exercício da democracia sindical e o uso da autonomia para organizar e estabelecer seus regramentos e estatutos, que produzirão efeitos para todos os pertencentes a mesma categoria profissional, independentemente de filiação.

Assim, importante compreender a Democracia sindical interna e externa

> nas respectivas órbitas de dois diferentes ordenamentos jurídicos. Um é aquele do Estado, e por isso a figura do contrato é, ao menos em regra, a única que pode ter relevância: tudo o que não consegue se compor nela permanece não tutelado por tal ordenamento e risca também ser declarado ilegítimo. O outro é o ordenamento particular que se concretiza em uma instituição ou mais instituições constituídas por grupos de empresários e operários, e o que para o direito do Estado é um contrato, para tal ordenamento vale como um sistema em si, mais ou menos autônomo, de direito objetivo, que se faz valer através dos meios que a organização dispõe no interior desta: meios que para o Estado podem ser também

> extrajurídicos ou antijurídicos, mas que são legítimos para o regime especial ao qual se referem.[329]

A autonomia coletiva é proposta em duas órbitas, quais sejam, uma sob a perspectiva do aparato regulamentar estatal, no qual nem tudo é possível a legislação contemplar. E o outro é o ordenamento particular que se concretiza e se desenha por meio das instituições constituídas por grupos de empresários e trabalhadores, cujo direito reconhece como um contrato. Tal vale como um sistema autônomo de direito objetivo, podendo ser chancelado pelo Estado, se não contrariar a legislação estatal e nem aos princípios estruturantes do direito.

Para Miaille, o direito objetivo com sua imagem ligada a ideia de coação, é conceituado como "o conjunto das regras gerais, abstractas, que acarretam aplicação da força, se necessário; em suma, toda a imagem da sociedade personificada aqui por um Estado no seu «aparelho» mais repressivo."[330] Ademais, segundo a ideia desenhada para o direito objetivo este é "o direito que se impõe."[331]

O direito objetivo, qual seja advindo do Estado e como fruto da atividade legislativa, seja ela típica ou atípica tem o condão de gerar obrigações, direitos e deveres aos indivíduos e instituições, sejam elas públicas ou privadas. Para e nas lições do autor acima, o direito objetivo está revestido do caráter de coação, qual seja, de um poder emanado pelo Estado, que pode impor o cumprimento, sob o risco de consequências, tais como coações efetivas para cumprimento e/ou multas, pelo descumprimento.

A inquietação que aqui paira é no sentido de que as normas coletivas criam direitos e deveres recíprocos aos seus contraentes, podendo inclusive haver a imposição ao cumprimento, com inclusive a aplicação de eventuais penalidades, seja para a empresa e até mesmo aos empregadores e trabalhadores que deixem de cumprir com as disposições ali contidas. Logo, o caráter de coação as normas coletivas possuem, inclusive, por força e disposição de lei.

Ao contrário "os direitos subjectivos são, com efeito, o conjunto dos poderes que os indivíduos têm em relação a outras pessoas (direitos pessoais) ou a coisas

---

[329] ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico**. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 154.

[330] MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. Tradução Ana Prata, 3ª. ed. Lisboa, Editorial Estampa, 2005, p. 142.

[331] MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. Tradução Ana Prata, 3ª. ed. Lisboa, Editorial Estampa, 2005, p. 143.

(direitos reais)."[332] Este poder não emana do Estado, mas decorre do exercício da liberdade e da autonomia individual. O direito subjetivo é o conjunto de poderes, segundo o autor, que o indivíduo possui com relação a outras pessoas ou coisas. Aproximando da pesquisa em tela, o direito subjetivo do trabalhador ou do empregador em se associar ou deixar de se associar, assim como decidir a condução, estruturação e organização coletiva é um poder que em tese, no Brasil existe, pois é limitado pelo texto constitucional. Este espaço de autonomia sindical decorre da conformação do Estado Constitucional Cooperativo e sua abertura interna, qual seja, para a relativização da soberania para permitir que o sindicato e instituições privadas legislem e regulamentem suas relações jurídicas.

Ao esclarecer a temática, Miaille afirma que

> Dissociando direito objectivo e direitos subjectivos, tratando-os como dois sistemas separados, esconde-se, pura e simplesmente, que eles não eram mais do que as duas faces da mesma realidade e que, em consequência, as fontes de um tinham de ser necessariamente as fontes dos outros. A partir desta consideração de unidade do sistema jurídico, já não podemos olhar o direito objectivo como um direito coactivo e perigoso em última análise - e os direitos subjectivos como «liberdades» que exprimem a natureza do homem ou a sua vontade.[333]

A partir das lições do autor é possível extrair que o direito objetivo e subjetivo podem ser vistos como sistemas diferentes, porém nada mais são efetivamente que duas faces da mesma realidade e com as mesmas fontes. Logo, para o autor, é necessário deixar de ver o direito objetivo com a perspectiva coativa, assim como o direito subjetivo pela perspectiva puramente da liberdade em seu estado natural.

O direito objetivo, sob tal perspectiva visa, por vezes assegurar o exercício do direito subjetivo sem excessos ou abusos que possam colimar todo o sistema ou todo o processo em si. Assim como o direito subjetivo não pode ser visto mediante o vértice do absolutismo, mas em equilíbrio e mediante a validação de todo um feixe principiológico e legal. No vértice da pesquisa, importa entender se a imposição de sindicato único por categoria é um abuso na imposição do direito objetivo, na forma mais ampla possível, ou se tal nada impacta no agir dos trabalhadores e empregadores que podem, no exercício do seu direito subjetivo, agir com autonomia

---

[332] MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. Tradução Ana Prata, 3ª. ed. Lisboa, Editorial Estampa, 2005, p. 143.
[333] MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. Tradução Ana Prata, 3ª. ed. Lisboa, Editorial Estampa, 2005, p. 144.

e dentro dos princípios angulares internos e externos que sustentam o direito laboral e sindical, a se organizar coletivamente.

O direito vivo, citado por Ehrlich, se apresenta como mecanismo de identificação para o real sentido conceitual da expressão da liberdade como autodeterminação para a criação de normas, em uma sociedade cada vez mais complexa e plural, de modo a não monopolizar o próprio significado do direito[334].

Para Ehrlich "o direito vivo é aquele que, apesar de não fixado em prescrições jurídicas, domina a vida". Ademais, sociologicamente, é necessário que os resultados obtidos a partir de órgãos estatais, seja complementada pela observação direta da vida. É preciso encarar o documento como parte do direito vivo e nele buscar o próprio direito vivo, desde que ele reflita efetivamente a vontade dos integrantes de determinada comunidade ou associação. A análise sociológica do direito deve comparar a realidade das prescrições jurídicas com documentos. A relação documental com a efetiva análise da realidade e vontade social deve prevalecer quando da análise do direito[335].

Neste capítulo a abordagem perpassará pelos limites e possibilidades para o exercício da autonomia privada sindical. Qual seja, o exercício do direito objetivo para criação e estruturação dos regulamentos e instrumentos normativos organizativos sindicais, mediante o crivo do Estado Constitucional Cooperativo.

2.2.1. Regulamentação do Direito à Criação, Alteração, Ampliação e Extinção de Entidades Sindicais no Brasil

Neste tópico a pesquisa aborda a importância da regulamentação do direito à criação, alteração, ampliação e extinção de entidades sindicais, a partir da roupagem da autonomia sindical no Brasil. A abordagem perpassa pela previsão normativa interna e seus principais elementos sob a perspectiva da liberdade sindical como norma universal e fundamental. Aqui também se faz necessária uma definição e conceituação de autonomia e suas principais classificações extensões e definições.

---

[334] MALISKA, M. A.; BRAZZALE, F. B. **Direito Vivo no Direito Privado**: Traços do Pluralismo Jurídico de Eugen Ehrlich na Jurisprudência brasileira. *In* Salete Casali Rocha; Roseli Teresinha Michaloski Alves; Daniela E. Urio Mujahed. (Org.). Direitos Humanos em Direito Comparado. 1ª. ed. Francisco Beltrão: Grafibem, 2016, v. 1, p. 163-184, p. 1-3.

[335] EHRLICH, Eugen. **Fundamentos da sociologia do direito**. Tradução de Renê Ernani Gertz. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1986, C. 1967, p. 378-381.

A autonomia sindical diz respeito à autonomia do sindicato para criação, elaboração de estatutos, registro sindical e atos de auto-organização sem a intervenção ou interferência estatal, podendo ser a autonomia pública ou privada, individual ou coletiva. Para o autor, autonomia pública deriva do Estado e autonomia privada é assegurada aos particulares para regulações mútuas entre particulares interessados, dentro dos limites do negócio jurídico[336].

Esclarece Martins, que difere a autonomia pública da privada, pois esta visa satisfazer a interesses públicos e se expressa geralmente por atos unilaterais da Administração Pública e ao contrário, a autonomia privada se concretiza por negócios jurídicos bilaterais. Ainda, segundo o autor, a autonomia coletiva é diferente da autonomia individual, pois na autonomia privada individual as pessoas de incidência da norma são predeterminadas, como por exemplo o empregado e o empregador. Já a autonomia privada coletiva as pessoas afetadas são indeterminadas, considerando a possibilidade de integrar uma categoria profissional ou econômica, sendo o interesse coletivo o do grupo[337].

Segundo Martins, o interesse coletivo é o fundamento da autonomia privada coletiva, pois o sindicato defende interesses comuns de um grupo de pessoas e não de toda a coletividade, criando normas de sua autonomia, geralmente não previstas em lei, mas em complemento a estas, relacionadas a melhores condições de trabalho e questões laborais em geral, assim como o funcionamento da organização e conduta dos seus associados[338]. Fator importante quando o assunto é a autonomia sindical, é a criação de normas internas sindicais, sendo o próprio estatuto, a própria ata de assembleia para criação da entidade sindical, assim como o registro do estatuto da instituição, bem como os regulamentos para alteração, ampliação, redução ou extinção de entidade sindical.

Ainda, Martins conceitua os dois aspectos da autonomia privada coletiva, qual seja, o aspecto objetivo e o aspecto subjetivo. Da perspectiva subjetiva, a autonomia privada coletiva diz respeito a uma coletividade de pessoas com interesses comuns. O aspecto objetivo da autonomia privada coletiva é o próprio

---

[336] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 116-118.
[337] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 118-119.
[338] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 119-121.

ordenamento específico sindical, qual seja, que o aparato legal e específico criado por cada entidade para inclusive normas para a vida associativa[339].

Diante de tal perspectiva, importa compreender que

> Do direito de liberdade, no entanto, é lícito fazer um direito em si, enquanto seja configurado como direito que tem por objeto a independência de um sujeito em relação aos outros, superiores ou iguais, que, ao contrário, possuem obrigações de não invadir a sua esfera jurídica: direito negativo, a uma simples omissão, enquanto a atividade positiva que pode ser respectivamente exercida a esta omissão, ou constitui o objeto em si de um outro direito público ou privado, ou é irrelevante.[340]

A liberdade, segundo os ensinamentos do autor, possui uma perspectiva ou faceta positiva, limitada a esfera do outro e a face negativa que se configura pela falta de ação ou pela omissão do sujeito. A autonomia para agir é a chave angular da liberdade sindical seja ela sob o viés coletivo, atuação das entidades ou sob o vértice da autonomia coletiva privada do trabalhador como indivíduo e suas escolhas.

Assim, é possível compreender que a democracia como valor superior não pode se limitar ao Estado "ela deve, para além dele, ser expandida a toda e qualquer formação social chamada a contribuir decisivamente com o desenvolvimento do pluralismo entre as quais se destacam, com elevada proeminência, as entidades sindicais."[341] Neste aspecto, a aplicação de uma interpretação aberta, cuja essencialidade esteja na efetivação da liberdade como instrumento de maior valor na sedimentação de uma democracia, guardam coerência com o Estado Constitucional Cooperativo em que o Brasil se assenta. Compreender que a unicidade sindical proposta pela Constituição pode sofrer novas e atuais interpretações, assim como comportar novas conformações hermenêuticas, a partir de uma releitura aberta à efetivação de direitos e garantias fundamentais no plano interno, em consonância ao aparato normativo externo.

As entidades sindicais de categoria profissional integram o tripé do espaço democrático de discussões das relações de trabalho e sua luta por dignidade,

---

339 MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 121.
340 ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico.** Tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito), p. 214.
341 CARREIRO, Luciano Dorea Martinez; Stürmer, Gilberto. (2021). **A democracia sindical no brasil**: reflexões sobre a extensão e os limites dos direitos de participação na vida sindical. *In* Revista de Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v. 26, n. 3, p. 241-265, set./dez., de 2021, p. 262.

juntamente com o Estado e empregador. Lembrando que os sindicatos e entidades representativas do empresariado também integram tal tripé, porém a participação destes não é obrigatória em determinadas negociações. A liberdade como corolário do Estado Constitucional Cooperativo, não pode faltar como elemento de construção e consolidação da autonomia privada negocial, sob o risco de inexistência da própria Democracia.

O Artigo 8º. da CF/1988 autoriza a fundação de sindicato sem a interferência e intervenção estatal, exigindo apenas o registro no Ministério do Trabalho, por força do enunciado nº. 677 do STF. Para criação de um sindicato basta a reunião dos interessados de uma categoria profissional ou econômica, deliberação em assembleia dos sócios e depositar o estatuto social perante o Cartório de Títulos e Documentos e estará criada a organização sindical[342]. Não se pode esquecer da limitação de um sindicato para cada base territorial mínima de um município, contida no artigo 8º., II da CF/1988. Fator constitucional que demanda uma interpretação aberta, voltada aos elementos ali contidos, sendo possível concluir que a base limitativa se dá para a constituição da pessoa jurídica, não limitando esta a eventualmente representar uma categoria que esteja fora da sua base territorial. A territorialidade pode ser vista como instrumento para sustentar o sistema insustentável de sindicato único por categoria. A interpretação comporta modificações na forma de enxergar o instituto, assim como uma nova conjuntura sobre a literalidade do texto do artigo 8º. da Constituição. Ao intérprete da Constituição, não se pode opor limites, mas ao contrário, permitir reflexões até então impensadas, sem dispensar ajustes funcionais para funcionamento do instituto.

Segundo Nascimento, são cinco hipóteses de criação de sindicatos no ordenamento jurídico brasileiro, qual seja, fundação originária, quando não existe sindicato de determinada categoria e o pretendente é o precursor na criação; fundação por transformação, quando uma associação é transformada em sindicato; fundação por desmembramento de categoria, quando acontece uma espécie de cisão em sindicato que representa mais de uma atividade ou profissão; fundação por divisão de base territorial, quando existe um sindicato com base ampla, nacional, estadual ou intermunicipal e um novo sindicato representa em determinada base territorial menor e fundação por fusão de sindicatos, quando surge um novo

[342] SALEM NETO, José. **Direito coletivo do trabalho após a CF/1988**. Teoria-jurisprudência-legislação-precedentes normativos do TST. São Paulo: Editora de Direito, 1998, p. 23.

sindicato no lugar de dois ou mais sindicatos pré-existentes, com ampliação da base territorial e categoria, ao inverso do desmembramento[343].

Segundo Nascimento, não obstante situações distintas, todos possuem o mesmo procedimento para fundação, sofrendo apenas as limitações do sindicato único por categoria e base territorial, nos termos do artigo 8º., inciso II, da CF/1988. A existência legal do sindicato possui procedimentos como todo ato jurídico, devendo respeitar a forma prescrita em lei (art. 104, III, do CC) e se divide em duas etapas, a interna, que acontece no interior do sindicato e a externa, que acontece perante outros órgãos, externos ao sindicato[344].

Aqueles que queiram fundar um sindicato devem convocar por edital a assembleia para fundação e nesta aprovar o estatuto e a diretoria provisória. Na sequência registra-se o estatuto em Cartório Civil de Pessoas Jurídicas e o Registro no Ministério do Trabalho e Emprego. Tais atos em conjunto constituem a fundação do sindicato, nada obstando que as partes interessadas promovam reuniões informais pré-constitutivas para afinar as questões e objetivos de fundação e representação de determinada categoria[345].

Quando o assunto é o número de interessados necessários para a fundação de um sindicato, Nascimento esclarece que deve haver um número suficiente para haver condições expressivas de representatividade, sob o risco de insucesso. Ressaltando o autor, que o sindicato se diferencia das associações, pois a associação não é órgão sindical e não tem legitimidade para representar a categoria, mas apenas os seus associados. As associações podem colaborar com o Estado, jamais ser porta voz oficial da categoria, nem impor contribuições pois estas são funções do sindicato[346].

O artigo 570 da CLT determina que

> Os sindicatos constituir-se-ão, normalmente, por categorias econômicas ou profissionais, específicas, na conformidade da discriminação do quadro das atividades e profissões a que se refere o art. 577 ou segundo as subdivisões que, sob proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, de que trata o art. 576, forem criadas pelo ministro do Trabalho, Indústria e

[343] NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 224-225.
[344] NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 225.
[345] NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 229.
[346] NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2005, p. 232.

> Comércio. Parágrafo único - Quando os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se constituírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afinidades existentes entre elas, em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias similares ou conexas, entendendo-se como tais as que se acham compreendidas nos limites de cada grupo constante do Quadro de Atividades e Profissões.[347]

O modelo sindical brasileiro se estrutura por categoria profissional e econômica, podendo haver subdivisões devendo haver uma mínima possibilidade de representação, sob pena de sindicalização de forma eficiente com o critério de categorias similares. Tal acontece para evitar sindicatos fracos e sem representação. Não obstante, quanto a problemática da representatividade, se entende que cabe aos associados tal visualização e busca por medidas que inibam tal enfraquecimento da representação. Inclusive, aqui se pondera o argumento de manutenção da unicidade sindical como medida para evitar o enfraquecimento do movimento sindical com a criação indiscriminada de sindicatos. A justificativa não é um argumento válido, ademais, não se pode matar a liberdade e autonomia sindical em nome de suposta preocupação com o enfraquecimento sindical e baixa representatividade.

A defesa da pluralidade sindical sob o modelo de sindicato mais representativo é uma das soluções para evitar tal enfraquecimento dos sindicatos. Outras possibilidades abrangem uma gama de atuações e iniciativas do Estado, que ao se despir dos interesses privados e políticos que não raras as vezes permeiam o agir estatal, promove políticas públicas e conscientização e de proteção ao exercício da atividade sindical, o que perpassa inclusive pela disseminação do conhecimento sobre a importância da atividade sindical no meio laboral.

Ainda sobre a estruturação sindical, o artigo 571 da CLT assegura que

> Qualquer das atividades ou profissões concentradas na forma do parágrafo único do artigo anterior poderá dissociar-se do sindicato principal, formando um sindicato específico, desde que o novo sindicato, a juízo da Comissão do Enquadramento Sindical, ofereça possibilidade de vida associativa regular e de ação sindical eficiente.[348]

---

[347] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452**, de 1º. de maio de 1943 - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 07 de fevereiro de 2023.

[348] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452**, DE 1º. de maio de 1943 - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 07 de fevereiro de 2023.

Este artigo se preocupa com a força do sindicato e o poder de atuação. Não obstante o limita ao sindicalismo único por categoria. A sindicalização eficiente citada no artigo celetário vai para muito além das violações ao princípio da liberdade sindical pelo sistema de sindicato único. A sindicalização encampada pelo artigo em discussão comporta um Estado consciente e voltado aos reais deveres do Estado quando o assunto é o exercício da liberdade sindical. Não basta ao Estado chancelar a atividade sindical, mas é necessário tomar medidas que assegurem a livre, eficiente e consciente prática sindical. Tal prática tem que ser suficiente para concretizar melhorias para a categoria, melhores condições e ambientes favoráveis ao desenvolvimento humano pelo trabalho. A luta sindical deve ser pela busca do trabalho como agente transformador da vida do ser humano, com seus efeitos financeiros, sociais, culturais e inclusive para a saúde física e mental.

A autonomia para elaborar seus próprios estatutos e neles conter os procedimentos para alteração do próprio estatuto, da estrutura sindical, assim como normas de organização e extinção da entidade sindical, é assegurada constitucionalmente e chancelada pela CLT.

Para Magano, uma das consequências da autonomia sindical é o reconhecimento do direito de sem interferências externas, a entidade sindical se organizar. A primeira e mais importante função interna do sindicato é redigir os próprios estatutos, "pois estes vão servir de diretriz a toda a vida da entidade." Prossegue o autor, que não tem cabimento submeter o estatuto a aprovação de qualquer autoridade, podendo obviamente o país prever a não violação de determinadas diretrizes e princípios pelos Estatutos[349].

Assim, não é incompatível com a liberdade sindical o preceito de lei que atribui a assembleia geral sindical o poder de decidir fusão com outro sindicato ou ainda a fixação de quórum para tratar determinados assuntos de maior importância. Outra função interna do sindicato é a eleição de representantes, vez que a garantia outorgada constitucionalmente ao sindicato para organizar a própria administração deverá estar contida nos estatutos, assim como os atos de gestão, inclusive financeira[350].

---

[349]MAGANO, Octávio Bueno. **Organização sindical brasileira**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981, p. 70-71.

[350] MAGANO, Octávio Bueno. **Organização sindical brasileira**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981, p. 71.

A autonomia de autogestão e auto-organização sindical é direcionada e contida no estatuto sindical, devendo este ser elaborado apenas com curvatura as normas gerais do direito e princípios constitucionais atinentes. No Brasil, quanto a elaboração dos regramentos, de certa maneira os sindicatos possuem autonomia para se autogerir, o problema está justamente na unicidade sindical e consequente impedimento a livre criação de sindicatos. Tal limitação é um verdadeiro genocídio laboral. Ademais, liberdade que não se pode exercer é o mesmo que viver na escravidão. O sindicalismo brasileiro precisa mudar as roupagens, repensar sua estrutura e se levantar fortemente contra a unicidade sindical. Os argumentos para a sua manutenção não subsistem há muito tempo. É preciso deixar de lado os medos, as incertezas e o cunho político, para reescrever a história do sindicalismo no Brasil.

2.2.2. Limites e Possibilidades de Exercício da Autonomia Sindical na Criação De Normas Jurídicas e o alcance destas

Aqui é premente entender que quando se fala em autonomia e liberdade, não se está a defender a completa ingerência do Estado, que abre espaço aos excessos, abusos e violações a preceitos e garantias maiores, ou ainda a princípios do direito em geral. A análise deve se pautar na intervenção mínima e assecuratória, jamais na intervenção estatal restritiva e que viola direitos e garantias estruturais, tais como a liberdade.

Quando se fala em autonomia sindical não se está pregando "o afastamento total do Estado, numa atitude omissiva, também não é a posição correta, já que a Constituição brasileira reconhece as desigualdades sociais e regionais (art. 3º. III, e 170, VII) e imputa ao Estado", o dever de reduzi-las[351]. A ideia de autonomia pressupõe liberdade, porém dentro do arcabouço jurídico mínimo necessário a preservação do feixe principiológico mínimo, assim como com a manutenção dos elementos voltados a proteção da dignidade humana.

Ainda, prossegue Teixeira Filho e Carvalho mencionando que cumpre ao Estado, sem prejuízo da necessidade do intervencionismo básico, adotar uma posição de estímulo e sustento para que os sindicatos deixem o papel de

[351] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil**. *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo.* Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 81.

coadjuvantes, espectadores e assumam o papel de protagonista na regulação do trabalho e combate às desigualdades. Cabe ao Estado, portanto, editar normas de ordem pública em resguardo ao interesse coletivo. Ademais, a intervenção excessiva do Estado reduz desejavelmente a autonomia individual e ocupa indesejavelmente espaços que deveriam ser ocupados e desenvolvidos pela negociação coletiva[352].

O exercício da liberdade sindical que é o tema central da pesquisa, não autoriza os destinatários a agir com excessos, tais como utilização de sindicatos para fins ilícitos, por exemplo. Para tal, importante neste momento é a compreensão de que

> A teoria do abuso de direito vem, com efeito, relativizar os direitos subjectivos no sentido de estes não serem poderes absolutos em proveito do seu titular, mas terem os seus limites nos direitos de outrem e mais precisamente no fim social que lhes foi implícitamente conferido. Esta concepção do abuso de direito permite então atribuir aos diferentes direitos subjectivos uma função social que constituirá o fim e o limite do seu exercício. Assim acontece designadamente para o direito de propriedade, que já não conferiria ao seu titular um direito absoluto, mas que veria o seu exercício limitado pela utilidade social![353]

Nas lições do autor, o abuso de direito é estruturado justamente para empreender a ideia de que no ordenamento jurídico nada é absoluto, mas comporta um fim social, um fim coletivo, humano, enfim, cuja finalidade seja válida. O direito subjetivo comporta limites e relatividade a partir de toda a estrutura legal existente para determinado exercício. No que concerne à liberdade sindical, esta, ao contrário é sucumbida pelo artigo 8º., II da CRFB, que limita a atuação do indivíduo ao sistema de sindicato único por categoria em base mínima do município.

A autonomia privada, quando o indivíduo, individual ou coletivamente tem o poder de agir está relacionada diretamente ao direito subjetivo, que é esse poder, essa liberdade de agir e "o conceito de autonomia privada, em sentido contrário, surge como criação do direito subjetivo."[354] Ainda, primordial compreender que "a

---

[352] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil**. *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. *Fundación de cultura universitária*. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 81.

[353] MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito.** Tradução Ana Prata, 3ª. ed. Lisboa, Editorial Estampa, 2005, p. 145-146.

[354] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 23.

eficácia horizontal dos direitos fundamentais, ao pressupor um campo da autonomia que está fora da lei estatal, acaba também por trabalhar com o conceito de autonomia, e não apenas com o conceito de autonomia privada."[355]

Na pesquisa, importa compreender não só a autonomia privada individual, mas também o exercício da autonomia no campo da atividade sindical, seja pelo indivíduo em si, seja pela entidade sindical nos seus deveres de atuação e representação coletiva. Ademais, não se pode furtar a existência da autonomia pessoal e da autonomia institucional sindical privada para agir.

A autonomia vista sob a perspectiva e o pano de fundo da centralização e monopolização do direito deixaram cada vez menos espaço para a criação autônoma do direito, fortalecendo a ideia de controle e validação estatal, que se tornou dependente e inclusive passível de sanções pelos detentores do poder legislativo. O conceito de autonomia privada, surge como consequência da criação do direito subjetivo pautado na capacidade de sujeitos privados que em suas relações privadas expressam o direito subjetivo em si[356].

No direito brasileiro, alguns exemplos são evidentes, entre eles o autor cita os contratos coletivos de trabalho, as peculiaridades das sociedades cooperativas que formam sistemas independentes e próprios, como organizações autônomas, com controle democrático, de ajuda mútuas e controle por seus próprios membros, asseguram e fixam a própria autonomia[357].

Ainda, no direito brasileiro, importante a menção autoral quanto a convenção estabelecida pelas associações representativas de empregados e empregadores que elaboram suas normas internas, obrigando toda a categoria no que concerne a contratos individuais de trabalho, Gusmão, citado pelo autor menciona que se trata de direito positivo ao estabelecer normas gerais (direito objetivo), cujos contratos individuais se curvarão (direito subjetivo), de todos aqueles que integrarem aquela determinada categoria[358].

Neste momento, em breve aporte, insta mencionar que na sua maioria se aborda a importância dos sindicatos de categorias profissionais. No Brasil existe

---

[355] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 26.
[356] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 22-25.
[357] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 22-25.
[358] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 25.

uma parcela importante de sindicatos de categorias econômicas, segundo Campos, citando dados de 2016 do IPEA, situa que

> Atualmente, há 16.491 organizações de representação de interesses econômicos e profissionais no Brasil, reconhecidas pelas autoridades do MTE. Seguindo os níveis hierárquicos da estrutura oficial, de baixo para cima, há 15.892 sindicatos, 549 federações, 43 confederações e 7 centrais sindicais,14 totalizando 16.491 organizações que representam empregadores (5.251) e trabalhadores (11.240).

Da análise dos dados, em 2016 existiam 5251 sindicatos de empregadores no Brasil, o que comparado com os mesmos dados referentes ao sindicato de categoria profissional, representam mais de um terço da totalidade. O sindicato de empregadores é uma instituição sindical formada por empregadores ou seus representantes, para representação e defesa dos interesses da categoria empregadora. Os sindicatos de empregadores normalmente possuem influência política e assim buscam atuar, para alterar a legislação e garantir ambientes empresariais favoráveis. Podem participar das negociações coletivas de trabalho, assim como oferecer suporte empresarial aos seus associados, tais como consultorias, capacitações, suporte, entre outros. A atuação do sindicato dos empregadores é de igual importância para a manutenção do diálogo e o estabelecimento de um equilíbrio dialogal entre empregados e empregadores.

No âmbito do sindicato dos empregadores, da mesma forma, existe o espaço de autonomia sindical, no qual os empregadores ou seus representantes podem atuar, dialogar e manifestar, na defesa dos interesses econômicos da categoria.

Ampla é a conceituação da autonomia no âmbito sindical, assim, importante compreender que “a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, ao pressupor um campo da autonomia que está fora da lei estatal, acaba também por trabalhar com o conceito de autonomia, e não apenas com o conceito de autonomia privada”[359].

Para Martins, a autonomia privada coletiva se divide em auto-organização, autonomia negocial, autotutela e representação de interesses. A auto-organização “decorre da liberdade sindical, de as pessoas constituírem quantos sindicatos desejarem, podendo neles ingressar, permanecer ou deles sair livremente”, deve o

[359] MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022, p. 26.

sindicato seguir as disposições estatutárias[360]. Esta liberdade e autonomia é parte integrante e intrínseca ao Estado Constitucional Cooperativo. Sem a liberdade sequer se pode falar em democracia e muito menos pluralismo. Negar elementos estruturantes em função de uma interpretação deslocada e desconectada da realidade sindical, assim como da estrutura normativa interna e externa, em função de um inciso constitucional e interesses alheios a estrutura constitucional é negar a própria constituição. A autonomia negocial atualmente é limitada pela ausência de escolha, pela ausência de liberdade efetiva.

Martins explica que a autonomia negocial é o direito da entidade sindical participar das negociações coletivas, sendo o acordo e a convenção coletiva, instrumentos da autonomia negocial. A autotutela é a autossuficiência, sem afastar a legislação estatal, para solução dos conflitos entre as partes, inclusive aplicando sanções e medidas coercitivas, como por exemplo, o exercício da greve, sem esquecer da representação dos interesses da categoria judicial e administrativamente[361]. Um Estado Constitucional Cooperativo demanda providências estatais cooperativas para concretização de elementos estruturais. Permitir uma nova interpretação constitucional que se aproxime cada dia mais dos instrumentos normativos internacionais é colocar a nação em situação de conforto perante a comunidade internacional. O Brasil é um país com muitos questionamentos acerca da sua postura com relação aos tratados, inclusive de diretos humanos, que internaliza e não concretiza.

Segundo Martins, “a autonomia privada coletiva é a expressão do pluralismo jurídico no Direito do Trabalho”, pois coexistem normas estatais e não estatais. Para o autor, “a democracia não nasce do Estado, mas dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade, sendo a autonomia originária do grupo e não delegação do Estado[362]. Um sistema democrático, pluralista demanda uma coexistência harmônica entre normas estatais e não estatais. Ademais, a democracia não é fruto de criação do Estado, mas ao contrário, dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade. A vontade do povo, da sociedade e seus anseios levam o Estado a formalizar ditames democráticos. Ao Estado cumpre o papel de adequar a legislação à vontade concreta e efetiva do povo.

---

[360] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 121-122.
[361] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 122.
[362] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 125.

Conclui Martins que é fundamental para o desenvolvimento da autonomia privada coletiva a existência de liberdade sindical, tal como preconizada na Convenção nº. 87 da OIT, havendo a possibilidade de constituição e organização de tantos quantos sindicatos as partes desejem. A autonomia privada coletiva é a expressão do artigo 3º., I da Constituição, qual seja, uma forma de construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária, cujo primado é o trabalho digno, nos termos do artigo 193 da CRFB, devendo as partes regular e resolver suas questões, sem intervenção estatal[363].

Os avanços da democracia sindical e laboral demandam um sistema plural, um sistema democrático em que as partes envolvidas na relação laboral, por meio de seus interlocutores sociais, qual seja, seus sindicatos e instituições sindicais exerçam de forma ampla e plena seu local de fala, porto seguro de negociações e busca por melhorias nas condições de trabalho. Para além do Estado incentivar o desenvolvimento sindical, deveria incentivar a construção de entidades fortes e capazes de auxiliar o Estado nas políticas de criação, ampliação e manutenção de emprego e renda dignos.

Frisa Martins, que a OIT incentiva a prática da negociação coletiva, tanto que existem duas convenções fundamentais que revelam a plena adesão ao pluralismo jurídico. A Convenção nº. 98 da OIT assegura o direito fundamental a sindicalização e negociação coletiva, assim como a Convenção nº. 154 versa sobre o fomento da negociação coletiva, devendo esta ser possibilitada a todos os empregadores e todas as categorias de trabalhadores. A Constituição de 1988 recepcionou a sindicalização por categoria, podendo haver ampliação da eficácia geral das cláusulas[364]. Existe ainda um longo caminho para o Brasil percorrer quando o assunto é a implementação de normas internacionais. A interpretação aberta, compatível com a estrutura constitucional cooperativa demanda providências internas no sentido de adequação normativa, social e até mesmo cultural.

No que tange a função regulamentar do sindicato e sua prerrogativa regulamentar, é importante citar o efeito *erga omnes* das convenções coletivas de trabalho. Citando o autor o artigo 611 da CLT, que afirma o caráter normativo da norma coletiva, na qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias

[363] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 125.
[364] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 135-136.

econômicas e profissionais, negociam condições de trabalho para toda a categoria representada, ou seja, representação de toda a categoria[365].

A problemática já aventada nesta pesquisa, quanto ao risco da liberdade sindical enfraquecer o sindicalismo brasileiro poderia ser em parte resolvido pelo sistema de sindicato mais representativo, somado ao sistema de representação sindical apenas aos associados e mais, as normas coletivas com extensão apenas aos associados. Tal faria que com que o trabalhador pudesse escolher não se filiar a nenhuma entidade ou ainda se filiar. A autonomia e liberdade sindical devem ser repensados a partir da perspectiva do agir livre, inclusive pela própria entidade sindical. Ademais, impor quem será por ela representado também é uma intervenção estatal que merece reflexão. Ademais, em um Estado democrático, cuja autonomia sindical é plena ou pelo menos ampla, sindicatos deveriam ter a liberdade de escolher representar somente os trabalhadores a si filiados ou associados.

Tal modelo preservaria a autonomia negativa do trabalhador, que pode não querer se filiar a nenhum sindicado, assim como fortaleceria as entidades sindicais, por trabalhadores que antes eram representados sem verter nenhuma contribuição, agora podem vir a aderir e contribuir para a entidade que a representa. Tal problema impõe inúmeros questionamentos, entre eles sobre os impactos das normas coletivas sobre quem quer ser representado por determinada instituição. Ainda, outra questão é a realização e o dever de representação pelo sindicato para um trabalhador, por exemplo, que sequer é associado ao sindicato. Este tema merece abordagem para além desta pesquisa, dada cronologia desta e a extensão da temática.

O modelo de sindicato único por categoria, sem contribuição obrigatória (revogada com a reforma trabalhista em 2017, pela Lei nº. 13.467/2017), limitado a uma base mínima municipal e a previsão legal de extensão da representação para toda a categoria enfraquece o sindicato, viola sua autonomia de decidir quem representará e mais, produz a desvalorização endêmica dos sindicatos.

---

[365] MAGANO, OCTÁVIO BUENO. **Organização sindical brasileira**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981, p. 181.

2.2.3. Impasses e Limitações Impostos à Autonomia Sindical pelo Sistema de Sindicato Único no Brasil

Quando o assunto é o exercício da autonomia sindical em um Estado constitucional, democrático e pluralista, mas que limita a atividade sindical ao sistema de sindicato único por categoria em base mínima de um município, a temática demanda maior compreensão e análise para se sustentar. Aqui a abordagem necessita de uma análise da autonomia sindical em contraponto ao sistema de sindicato único por categoria no Brasil.

Inicialmente existe uma problemática que envolve a organização sindical brasileira cujos traços corporativistas persistem, qual seja, o ajuste do conceito de categoria, frente ao princípio da liberdade sindical. Sendo a categoria o critério estruturante da organização sindical brasileira. Na Itália, o conceito de categoria é ligado à plena liberdade sindical e ao pluralismo sindical. No Brasil ao contrário, o conceito de categoria está ligado ao de obrigação de unicidade e ao conceito de enquadramento sindical[366]. O sindicato organizado por categoria representará os trabalhadores de um mesmo setor de atividade ou prestação de serviços, enquanto a categoria econômica é formada por empresas do mesmo setor[367].

Segundo Columbu, "uma concepção realmente democrática de categoria, hoje, no Brasil, para fins de criação de sindicatos, ou mesmo para fins de reconhecimento judicial de legitimidade de sindicatos" deveria se pautar no conceito de representatividade sindical, pois este é dinâmico e não se confunde com o conceito de representação sindical, ainda que a distinção seja sutil[368]. A Categoria é efetivamente o grupo de trabalhadores com interesses comuns, enquanto a representação é papel desempenhado pelos sindicatos na defesa e representatividade da categoria.

---

[366] COLUMBU, Francesca; MASSONI, Túlio de Oliveira. **Por uma concepção democrática de categoria sindical no ordenamento jurídico brasileiro**. *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 131-151, p. 139.

[367] COLUMBU, Francesca; MASSONI, Túlio de Oliveira. **Por uma concepção democrática de categoria sindical no ordenamento jurídico brasileiro.** *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 131-151, p. 141.

[368] COLUMBU, Francesca; MASSONI, Túlio de Oliveira. **Por uma concepção democrática de categoria sindical no ordenamento jurídico brasileiro.** *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 131-151, p. 143.

Para Teixeira Filho e Carvalho, “o artigo 8º., inciso II, da Constituição agoniza e choca-se com a realidade atual. Em seu lugar há de restar consagrada a liberdade sindical.”[369] Tal inciso está em total contrariedade a todo o aparato Constitucional vigente e para além, aniquila as atividades sindicais no país.

Segundo Martins, a Constituição de 1988, é uma Constituição democrática, pluralista e que reconhece como valor intrínseco o pluralismo de ideias e opiniões no plano político, admitindo-se a diversidade de concepções, logo uma Constituição aberta, pronta ao diálogo, à discussão a um pluralismo harmônico. Para o autor, o pluralismo político envolve a ideia de pluralismo sindical, devendo-se entender para além do pluralismo partidário, mas dos sindicatos, das igrejas, escolas, universidades, empresas, das organizações culturais, entre tantas outras, concluindo pela pluralidade de processos, para o pleno exercício da democracia[370].

Para Oliva, a unicidade sindical não se coaduna com o Estado Democrático de Direito, devendo a liberdade sindical ser tratada como um todo a abolir toda e qualquer interferência na organização dos trabalhadores na consecução da busca pela “felicidade e realização de uma vida plena, apanágio da dignidade humana”[371]. Ao que se percebe da menção do autor, é possível concluir que a imposição e limitação de um sistema de sindicato único por categoria, viola diretamente o princípio da liberdade sindical, pois no plano brasileiro somente haverá um sindicato por base territorial. Ademais, uma vez que o trabalhador ou empregador não quiser se filiar àquele sindicato, não terá alternativa, pois inexiste outro sindicato naquela base territorial que represente a categoria, o que força um exercício negativo da atividade sindical.

Oliva, ao abordar os princípios da solidariedade e da pluralidade ressalta a necessidade de promoção da solidariedade, pois esta perpassa todo o “tecido social e jurídico”, assim como não há Estado Democrático de Direito sem solidariedade e esta é consagrada logo no preâmbulo da Constituição de 1988. Princípio este que, da mesma forma, também reafirma a solidariedade no artigo 3º., inciso I e está

---

[369] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil.** *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 73.

[370] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 24-25.

[371] OLIVA, Cláudio César Grizi. **Pluralidade como corolário da liberdade sindical**. São Paulo: LTr, 2011, 78-80.

contido no artigo 514, alínea "*a*" da CLT como um dever dos sindicatos, assim como um fundamento da organização, nos termos do artigo nº 511, §3º da CLT[372].

Para Oliva, o sindicato não é um microcosmo da sociedade, mas uma das formas mais básicas do tecido social, cunhada pelo fator de afirmação da sociedade como elemento emancipador, se constituindo a liberdade sindical em um direito humano, que no caso do Brasil ao se manter a unicidade, o constituinte mutilou o direito fundamental em afronta ao preâmbulo da Constituição, que eleva a liberdade como valor supremo da sociedade. A afronta se estende aos princípios fundamentais da cidadania, da dignidade humana e do pluralismo político, frustrando a realização do seu objetivo fundamental de se construir uma sociedade livre, justa, solidária e com prevalência dos direitos humanos[373].

Para Martins, "o pluralismo sindical, porém, não existe no Brasil, pois o inciso II do art. 8º. da lei maior veda a existência de mais de um sindicato na mesma base territorial, que não poderá ser inferior à área de um município." Existe, portanto, a unicidade sindical e não a pluralidade sindical no Brasil, ficando mitigado o pluralismo político, em função da unicidade sindical[374]

Ademais, ao mencionar a concepção de Lassale, Hesse comenta que a Constituição deve ser analisada sob "a condição de eficácia da Constituição Jurídica, isto é, a coincidência de realidade e norma", vez que segundo o autor, um efeito determinante exclusivo da Constituição real, implica a própria negação da Constituição Jurídica, parafraseando Rudolf Sohm, menciona "que o direito constitucional está em contradição com a própria essência da Constituição". Concluindo que o conceito de constituição jurídica e a própria definição da ciência do direito constitucional como ciência normativa, que dependem de tais indagações.[375] O autor se contrapõe a ideia de submissão da constituição jurídica aos fatores reais de poder, afirmando que "a norma constitucional não tem existência autônoma em face da realidade", pois adquire força normativa ao tentar realizar essa pretensão com eficácia[376].

---

[372] OLIVA, Cláudio César Grizi. **Pluralidade como corolário da liberdade sindical**. São Paulo: LTr, 2011, p. 103.
[373] OLIVA, Cláudio César Grizi. **Pluralidade como corolário da liberdade sindical**. São Paulo: LTr, 2011, 104.
[374] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 25.
[375] HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Edição de Sérgio Antonio Fabris. Porto Alegre, 1991, p. 10-11.
[376] HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Edição de Sérgio Antonio Fabris. Porto Alegre, 1991, p. 13-16.

Se o texto do artigo 8º., II da Constituição de 1988 está em total divergência a base estruturante da Constituição Jurídica de 1988, se impõe a aplicação da teoria do autor, ademais, o texto constitucional está em total contradição a essência principiológica da Carta Magna. As limitações ao exercício da autonomia sindical contidos neste dispositivo não possuem convergência com os preceitos de liberdade de associação, autonomia da vontade, pluralismo de fonte, prevalência dos direitos humanos, abertura constitucional interna e externa, cuja centralidade se estrutura na dignidade humana. A reflexão necessária é justamente sobre tal inconformidade, que diariamente causa danos graves a toda a classe trabalhadora, principalmente.

Existe a premente necessidade de um novo olhar ao exercício da atividade sindical no país, não se comporta mais a velha dogmática da unidade sindical como desculpa política e enxarcada de interesses particulares e de minorias dominantes, para a manutenção da unidade e representatividade sindical. Se este era o argumento que por muito foi discurso político e justificador da manutenção do sistema de sindicato único, tal já agoniza o fracasso. Ademais, atualmente se convive com a aniquilação sindical que sem contribuições obrigatórias e manutenção do sistema de unicidade sindical, causou o enfraquecimento sindical endêmico e mais a evasão de associados que assistem seus sindicatos cada vez mais enfraquecidos. É preciso repensar a estrutura sindical brasileira e esse repensar necessariamente demanda enfrentar o sistema de sindicato único por categoria.

A pluralidade é repudiada com argumentos sem plausibilidade e mais, como se o Brasil fosse o único país com extensões territoriais tão amplas a pretender a implantação da pluralidade sindical. Um país com extensões como o Brasil demanda um sistema sindical plural, democrático e com prevalência da autonomia da vontade.

Segundo Teixeira Filho e Carvalho, a partir de então haverá um verdadeiro enxugamento das entidades de base, pois a contribuição sindical compulsória (já extinta atualmente) darão lugar as entidades que efetivamente desempenham de forma efetiva a representação de trabalhadores, se oxigenando e harmonizando com sua própria importância e dimensão[377]. O discurso da disseminação indiscriminada de sindicatos pelo território nacional é uma grande falácia, ademais, atualmente o país já possui um número expressivo de entidades sindicais. Com o advento da

[377] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil.** *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. *Fundación* de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 73.

pluralidade sindical, naturalmente haverá um imediato aumento da quantidade de entidades, mas num processo absolutamente natural, haverá a redução com fusões e aglutinações saudáveis ao sistema sindical brasileiro. Tal ajuste social se constituirá em uma redução da quantidade de sindicatos e mais, a constituição de sindicatos mais fortes e realmente imbuídos na luta de classes.

Segundo Horn, com o advento da Constituição de 1988 houve o aumento na quantidade de sindicatos, mas a sua redução em tamanho e número de filiados, o que atingiu a maioria das categorias. Segundo ele, houve uma mudança na estrutura sindical brasileira, com crescimento numérico de sindicato e redução de filiados, e redução das estruturas sindicais. Mais sindicatos, porém, menores[378].

Em detida análise de dados apresentados por Horn, cuja síntese acima demonstra exatamente o inconformismo da pesquisa com o sistema de sindicato único no Brasil. Ademais, com o sistema de sindicato único por categoria, não houve a manutenção e nem o fortalecimento da unidade e representatividade sindical. Tal sistema de sindicato único gerou a disseminação da quantidade de sindicatos e mais a sua redução estrutural e em números de associados em cada entidade. Ao contrário, uma interpretação harmonizada com os preceitos do Estado Constitucional Cooperativo promoverá fortalecimento e melhores conformações do sindicalismo no Brasil. A lei tem que ser utilizada para estabelecer parâmetros de proteção, filtros válidos de proteção ao enfraquecimento sindical. Até porque, o atual modelo já se mostrou insuficiente e desconectado do Estado Constitucional Cooperativo. Um Estado Constitucional Cooperativo possui elementos capazes de superar discrepâncias internas, ao promover a adequada interpretação do dispositivo.

Para Horn, tal crescimento é positivo e se justifica na ampliação dos sindicatos rurais e sindicatos de servidores públicos, principalmente, justificando que tal crescimento não foi suficiente para “fazer crescer a densidade sindical”. Continua o autor afirmando que o crescimento numérico dos sindicatos e consequentemente de associados proporcionalmente, com a manutenção da magnitude da densidade sindical no Brasil caminham em paralelo à perda de poder do movimento sindical no

[378] HORN, Carlos Henrique. **A Crescente Atomização sindical no Brasil**: Continuidade e singularidades. *In* Ensaios sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil. Organizadores: Carlos Henrique Horn e Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva. São Paulo: LTr, 2009, p. 72-73.

Brasil e no mundo[379]. Importante é a compreensão de que a densidade sindical diz respeito ao aumento efetivo do número de associados e filiados e isso não aconteceu nas entidades já existentes e em funcionamento. O declínio do movimento sindical no planeta demanda mecanismos pelo próprio movimento sindical e principalmente Estado e entidades sindicais, seja na valorização e fortalecimento do movimento, assim como quanto a criação de instrumentos que proporcionem maior empenho, credibilidade e confiança no sindicalismo.

Segundo Pichler, “a densidade sindical é definida como a afiliação em relação ao seu número potencial de membros.” O poder de barganha dos sindicatos está diretamente ligado a densidade sindical[380]. Sindicatos únicos, que nem sempre refletem o ideário do trabalhador quanto a representação e até mesmo posicionamentos comportamentais, políticos, atuações de diretorias, estatutos sociais vigentes, são elementos que afastam o trabalhador do sindicato. Obviamente que o caule estrutural desses problemas é o sindicato único, pois se assim não fosse, a chance de migração de sindicato seria uma realidade presente nos locais de trabalho. O sistema de pluralidade sindical se mostra em formato adequado ao pluralismo Constitucional estruturante da Constituição, assim como, em convergência ao princípio humano e fundamental da liberdade de associação.

Para Magano, “o pluralismo se apresenta como ideal de superação do individualismo, visando a que os vários grupos integrantes da sociedade moderna, o religioso, o político e o profissional, busquem livremente a realização de seus interesses”, sem qualquer prejuízo para a sociedade, cuja preservação dos interesses acontece por meio do equilíbrio de forças em contraste[381].

A estruturação sindical a partir da abertura constitucional cooperativa de modo a aplicar a legislação externa, por mais adequada e democrática, com a implementação de um sistema de pluralismo sindical, na modalidade de sindicatos por representação, representatividade dos associados e filiados a entidade, preservando o direito ao exercício da autonomia individual negativa, qual seja, que o trabalhador possa optar por não se filiar a nenhuma entidade sindical.

---

[379] HORN, Carlos Henrique. **A Crescente Atomização sindical no Brasil**: Continuidade e singularidades. *In* Ensaios sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil. Organizadores: Carlos Henrique Horn e Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva. São Paulo: LTr, 2009, p. 77-78.

[380] PICHLER, Walter Arno. **Revitalização do associativismo sindical no Brasil nos anos 2000**. *In* Ensaios sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil. Organizadores: Carlos Henrique Horn e Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva. São Paulo: LTr, 2009, p. 83-84.

[381] MAGANO, OCTÁVIO BUENO. **Organização sindical brasileira**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981, p. 136.

Sob o vértice pluralista, os grupos profissionais não são criados pelos Estado, mas ao contrário, ao Estado cabe apenas o reconhecimento. O sindicato deve participar da sociedade como portador dos interesses das classes profissionais, não podendo o Brasil ficar à margem do pluralismo[382]. O Brasil já não comporta mais a aniquilação laboral por meio do sistema de sindicato único por categoria, mas necessita um repensar constitucional para o tema. O artigo 8º., II, não pode destoar de todo o aparato que estrutura e sustenta a Constituição de 1988.

A situação sindical do Brasil é tão caótica que até mesmo os espaços de diálogos nos últimos anos vêm sendo cada vez mais reduzidos, aniquilados por discursos de interesse políticos. Na verdade, a classe trabalhadora ainda não percebeu a importância da construção e da "utilização de diversas estruturas de diálogo e de iniciativas inovadoras abre muitas possibilidades". Para tal é imprescindível a existência de direitos de liberdade e de livre negociação coletiva. A liberdade sindical é uma condição elementar a qualquer tipo de representação coletiva "e para que possa existir um verdadeiro empenhamento no diálogo social bipartido ou tripartido".[383]

Este modelo gerará o que se chama na lei de mercado, de concorrência. A concorrência na atividade sindical, saudável, leal e criteriosa gerará maiores lutas e comprometimentos com a classe laboral, assim como tirará as entidades sindicais de suas zonas de conforto e até mesmo de aquietação. Ademais, se aquela determinada entidade não se mantiver dentro de um nível de contentamento e até mesmo de profissionalização para com os seus associados, estes podem mudar a entidade representativa, o que pode gerar a aniquilação de entidades menos representativas e menos empenhadas com as lutas laborais.

Segundo Magano, "a unidade sindical não tem, de modo algum, contribuído para tornar o trabalhador mais associativo", e mais, este sistema implantado durante o Estado Novo, está preso ao corporativismo, controle e participação do Estado e autoridades na direção e organização sindical, nada compatível com a ordem

---

[382] MAGANO, OCTÁVIO BUENO. **Organização sindical brasileira**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981, p. 136.

[383] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 19 de janeiro de 2023, p. 29.

atual[384]. Por outro lado, este sistema, da mesma forma, não tem contribuído para que as entidades sindicais se empenhem na conquista de novos filiados. Não defendendo, mas é uma luta insana, considerando que o trabalhador não associado se beneficia do resultado das negociações coletivas, por imposição legal. Dificilmente este trabalhador não associado sentirá a necessidade de se afiliar. Tal sistema, na realidade, é injusto e oneroso para os trabalhadores associados, afinal, quem mantém a entidade ativa economicamente, são eles. O sistema brasileiro de sindicato único por categoria, aliado à representação de toda a categoria pelo sindicato profissional, ao contrário, promove a desvalorização, o enfraquecimento e a cada dia, sindicatos mais fracos sem condições de fortalecimento.

Ao contrário, o atual sistema não incentiva e nem motiva o trabalhador a se manter associado ao sindicato, já que eventuais direitos e garantias conquistados pelos associados serão estendidos aos não associados, ou seja, a toda a categoria. Este sistema promove a desvalorização sindical, o descrédito e mais, não incentiva a associação e consequentemente não promove o fortalecimento sindical. Ao Estado, até por força das normas internacionais aqui já trabalhadas, cabe promover medidas para fortalecimento e favorecimento da atividade sindical no país.

Ainda, na implantação do regime de pluralidade sindical, os sindicatos terão que enfrentar a rivalidade e competições, sem poder se quedar letárgicos. A luta forja organismos fortes e oposições no afã de se sobressair e buscar mais adesão dos trabalhadores, o que tornará os sindicatos mais combativos e independentes[385]. Os sindicatos passarão a ter que planejar, se estruturar e propor melhorias para as categorias. Os sindicatos se depararão com concorrência, o que tem o condão de melhorar as condições e oferecer e propor mais, e assim haverá a evolução do sindicalismo brasileiro para uma nova e inédita fase, qual seja, a da efetivação das lutas e da liberdade.

---

[384] MAGANO, Octávio Bueno. **Convenção Coletiva de Trabalho.** São Paulo, LTr, 1972, p. 70-71.
[385] MAGANO, Octávio Bueno. **Convenção Coletiva de Trabalho**. São Paulo, LTr, 1972, p. 73-74.

2.3. DO DIREITO DOS SINDICATOS DE SE CONSTITUÍREM EM FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES (COOPERAÇÃO NACIONAL), BEM COMO DE SE FILIAREM ÀS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (COOPERAÇÃO INTERNACIONAL)

Neste tópico a abordagem se volta à análise do direito objetivo e subjetivo de organização e fundação de sindicatos e organizações sindicais dentro de um sistema de cooperação nacional e internacional. A cooperação dentro do país é necessária para assegurar a unidade sindical e mais a atuação coletiva sindical para a produção de efeitos e impactos no ambiente laboral. A conexão internacional é a concretização da cooperação internacional entre instituições sindicais internas e instituições externas, para a promoção de melhorias das condições de trabalho tanto para trabalhadores internos ao país, assim como para trabalhadores externos ao país, qual seja, nacionais que estejam laborando em território estrangeiro. Ainda, outra perspectiva é a cooperação internacional com instituições internas e externas para a luta na promoção e concretização das normas internacionais, seja para um ou vários países.

A Constituição de 1988 assegura a liberdade sindical em duas dimensões, qual seja, a individual e a coletiva. Não somente os trabalhadores, mas também as organizações são sujeitos de um complexo de direitos e deveres no qual apresentam reivindicações e participam das proposições sobre condições laborais[386]. A participação das proposições laborais nas mais diversas instâncias é assegurada pela Constituição como um direito e uma garantia fundamental, ainda que sob a limitação do sindicato único por categoria.

Segundo Delgado, Sindicatos “são entidades associativas permanentes, que representam, respectivamente, trabalhadores, lato sensu, e empregadores, visando à defesa de seus correspondentes interesses coletivos.”[387] A defesa dos interesses coletivos está presente nas esferas locais e bases territoriais de determinado sindicato, porém não se limita a isso. A defesa dos interesses coletivos demanda atuação sindical no legislativo, no executivo e no judiciário. A defesa dos interesses de categorias laborais perpassa por discussões sociais, políticas, judiciais, legislativas, entre outras.

---

[386] PEREIRA, Ricardo José Macedo de Britto. **Constituição e Liberdade Sindical**. São Paulo: LTr, 2007, p. 113-114.
[387] DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito coletivo do trabalho**. 6ª. ed. São Paulo, LTr, 2015, p. 77.

Ainda, segundo Delgado, no Brasil a definição de sindicato envolve a incorporação da ideia de categoria, inerente ao sistema jurídico vigente no país desde a década de 1930 e mantido pela Constituição de 1988. A noção de categorização no Brasil inclusive está prevista na CLT, leva em conta a existência de categoria profissional, diferenciada, trabalhadores autônomos e categoria econômica. A CLT define sindicato como uma associação para fins de estudo, defesa ou coordenação de interesses econômicos ou profissionais, que exerçam atividade ou profissões similares ou conexas, nos termos do artigo 511, da CLT[388].

A representação federativa, confederativa e internacional proporciona à categoria uma atuação efetiva junto aos poderes e mais, em espaços de diálogo que pela relevância e amplitude da atuação do sindicato de base, certamente restaria prejudicada a participação. Ademais, importa entender que a atuação do sindicato de base já demanda uma série de questões internas e locais que por si só comprometem o tempo e espaço sindical. Assim, a existência de entidades em graus superiores tem o condão de proporcionar a representação da categoria em instâncias e discussões diferentes e mais amplas.

Quando o assunto é a estrutura do sistema sindical brasileiro, importante compreender que ela se manteve com a Constituição de 1988, em um sistema piramidal composto pelo sindical de base, a federação como entidade intermediária e a confederação como instituição de cúpula. Quanto as centrais sindicais, estas somente foram reconhecidas legalmente com a Lei 11.648/2008, como forma de superação dos nódulos corporativistas do sistema sindical brasileiro, não obstante sem poder de negociação coletiva trabalhista, fato que a jurisprudência inclusive tem chancelado, qual seja, centrais sindicais sem poderes inerentes à negociação coletiva de trabalho[389].

A representação em instâncias e momentos diferentes e amplos só tem a corroborar com a necessidade de estabelecimento de bases de representação fortes e suficientes para propiciar ambientes laborais saudáveis, democráticos e que propiciem o desenvolvimento do trabalho com a mínima proteção e desenvolvimento.

Importante compreender que na base do sistema sindical brasileiro tem um sindicato único, organizado por categoria na classe trabalhadora profissional ou

[388] DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito coletivo do trabalho**. 6ª. ed. São Paulo, LTr, 2015, p. 78.
[389] DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito coletivo do trabalho**. 6ª. ed. São Paulo, LTr, 2015, p. 93.

diferenciada ou por categoria econômica para sindicatos de empregadores, cuja base territorial mínima é um município[390]. Logo, tal limitação constitucional por si só já fragiliza o movimento sindical como um todo, demandando ainda mais entidades federativas, confederativas e centrais sindicais fortes e atuantes.

2.3.1. Estruturação do Sistema de Cooperação Nacional no Sistema Sindical Brasileiro: Federações e Confederações

Neste tópico a abordagem será sob a perspectiva de cooperação do sistema nacional sindical brasileiro, através das Federações e Confederações. A Abordagem se volta a importância destas instituições para o fortalecimento do sistema sindical brasileiro, assim como para o modelo de Estado Constitucional Cooperativo, que o Brasil possui. Tal sistema será analisado sob o viés do sindicalismo brasileiro e suas demandas prementes.

As federações e confederações representam os interesses dos trabalhadores e de empresas de uma determinada categoria laboral no Brasil. As federações representam as empresas ou os trabalhadores de um determinado Estado específico e as confederações representam as empresas ou os trabalhadores de todo o país, cuja sede por força de lei, será a capital do país.

A configuração estrutural das federações “resultam da conjugação de, pelo menos, cinco sindicatos da mesma categoria profissional, diferenciada ou econômica”, nos termos do artigo nº. 534 da CLT[391]. As confederações, resultam da conjugação de no mínimo três federações respeitado o critério de categoria[392]. Tal agrupamento tem como finalidade o exercício da unidade e da cooperação sindical cujo objetivo é propiciar a representação sindical em sua forma mais ampla, protetiva e fortalecida. O agrupamento sindical em Federações e Confederações tem como fundamental elemento a representação de categorias ante a questões políticas e econômicas perante o Estado e outras instituições.

O artigo nº. 533 da CLT admite a criação de instituições de grau superior ao sindicato, assim como o artigo 534 institui parâmetros mínimos para fundação de

---

[390] DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito coletivo do trabalho**. 6ª. ed. São Paulo, LTr, 2015, p. 94.
[391] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452,** de 1º. de maio de 1943 - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 08 de junho de 2023.
[392] DELGADO, Mauricio Godinho. Direito coletivo do trabalho. 6ª. ed. São Paulo, LTr, 2015, p. 94.

uma federação, qual seja, a união de no mínimo 5 sindicatos “desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas.”[393]. Ainda, segundo o parágrafo 2º. do mesmo artigo, a limitação territorial da federação é estadual e a competência para autorização é do Ministro do Trabalho.[394] Tais entidades, de forma ampla e em um segmento de reunião de forças têm como objetivo principal o exercício de forma cooperativa e sincronizada, entre entidades de base e entidades de grau superior, o exercício da atividade sindical de forma fortalecida, reunida e sincronizada.

As confederações por sua vez, segundo previsão do artigo 535 da CLT, possuem área de atuação nacional, cuja sede será em Brasília e são constituídas a partir da união de no mínimo três federações. O artigo 537 da CLT prevê a competência para autorização pelo Ministro do Trabalho, mediante apresentação dos estatutos das instituições agrupadas em grau inferior, assim como as atas de suas assembleias, autorizando a fundação da referida confederação. Segundo o parágrafo 2º. do mesmo artigo, a carta de reconhecimento das federações será expedida pelo Ministro do Trabalho, enquanto o reconhecimento das confederações acontecerá por meio de decreto do presidente da República[395].

A legislação brasileira, no que concerne à estrutura formativa das instituições sindicais superiores, tem uma preocupação com a manifestação da autonomia da vontade das entidades sindicais que integram o corpo estrutural para constituição das federações e confederações. A exigência de estatutos e atas de assembleia, cuja demonstração da autonomia da vontade institucional está evidente de comprovação é elemento essencial para que sejam autorizadas a funcionar.

No que concerne à configuração jurídica das federações e confederações, estas possuem a mesma natureza jurídica dos sindicatos, qual seja, são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes do gênero associação com personalidade jurídica sindical. O objetivo das federações é a coordenação dos interesses dos sindicatos a ela filiados, sem representação direta, mas supletiva para fins de

---

[393] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452,** de 1º. de maio de 1943 - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 08 de junho de 2023.

[394] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452,** de 1º. de maio de 1943 - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 08 de junho de 2023.

[395] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452,** de 1º. de maio de 1943 - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 08 de junho de 2023.

negociação e até mesmo ajuizamento de dissídios coletivos, na ausência do sindicato de base, para categorias inorganizadas em sindicatos. A federação é a entidade de coordenação dos interesses regionais[396].

As confederações, por sua vez podem atuar supletivamente na defesa dos interesses de trabalhadores e empregadores, da mesma forma, inorganizados em sindicatos e federações. As confederações podem agir livremente na organização e estruturação das entidades confederativas, assim como, também na coordenação dos interesses das federações, promovendo o agrupamento nacional das atividades e profissões, qual seja, coordenando os interesses nacionais da categoria[397].

O artigo nº. 611 da CLT assegura que a "Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo", celebrado entre "dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais" para estipulação de condições de trabalho "no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho." O parágrafo § 2º. do mesmo artigo autoriza as federações e na falta desta as confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais a celebrar "convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações."[398]

A competência negocial na base laboral somente é autorizada quando não houver o sindicato da categoria, aí sim, para aquela determinada categoria a lei autoriza o exercício da negociação coletiva de trabalho pelas federações e confederações. Assim "excepcionalmente, tratando-se de categoria profissional, não organizada em sindicato, será então, representada pela Federação, na falta desta, pela Confederação". Ressalte-se que não obstante por força do artigo 611, § 2º. da CLT, em havendo sindicato as entidades de grau superior não podem fazer parte da negociação coletiva, podem apenas participar para auxiliar, coordenar as atividades.[399]

---

[396] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Direito Sindical. **Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT** – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 106-107.

[397] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Direito Sindical. **Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT** – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 107.

[398] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943** - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.

[399] MAGANO, Octávio Bueno. **Convenção Coletiva de Trabalho**. São Paulo, LTr, 1972, p. 61.

Quando existe o sindicato da base, as entidades de grau superior podem ser interlocutoras das partes em suas negociações, ajudando, coordenando, mediando buscando a pacificação social entre os envolvidos em determinada relação de conflito laboral. Assim “existem no ordenamento jurídico do direito sindical as de grau superior” chamadas de federações e confederações. Para criação de uma federação é necessário no mínimo cinco sindicatos da categoria que represente maioria absoluta das atividades idênticas, similares ou conexas na base estadual. Para criação de uma confederação a lei exige no mínimo três federações e sede em Brasília, sendo a base da federação o Estado e da confederação nacional[400].

Não obstante, em suas competências, as federações e confederações negociam os planos de trabalho para regulamentar as relações entre empresas e empregados do setor, em harmonia com os sindicatos e federações que representam. As negociações coletivas no âmbito das federações e/ou das confederações possuem uma abrangência maior, qual seja, alcança todos os sindicatos de base, assim como todos os trabalhadores representados por eles.

As federações e confederações compartilham informações importantes e vitais sobre o setor a fim de manter constante atualização de seus representados. Ainda, outro elemento importante é a capacitação profissional. Ademais, as entidades sindicais por lei devem ter a preocupação com a capacitação profissional e medidas para desenvolvimento do trabalho, da economia de um modo geral. Capacitar os representados é um instrumento de cooperação social, pois os impactos serão sentidos diretamente na sociedade como um todo. As federações e confederações têm o condão de promover programas de capacitação e treinamento para os profissionais do setor em que atuam.

Em síntese, as federações e confederações brasileiras possuem uma estrutura de cooperação muito importante para o desenvolvimento do setor econômico e social. Através de diversas atividades, as entidades representam e defendem os interesses das empresas do setor perante os outros setores e o governo. Ainda, as federações e confederações têm como prerrogativa defender os interesses jurídicos do setor perante os tribunais de justiça, inclusive com competências constitucionais, como é o caso da Confederação para propor ADI perante o STF.

---

[400] SALEM NETO, José. **Direito coletivo do trabalho após a CF/1988**. Teoria-jurisprudência-legislação-precedentes normativos do TST. São Paulo: Editora de Direito, 1998, p. 45.

No contexto de competências das federações e confederações, estas possuem papel essencial no estabelecimento do diálogo entre os atores sociais envolvidos na relação laboral em comento. Tal diálogo é o elemento essencial e estruturante para a existência das entidades de grau superior. Ademais as federações e confederações influenciam as políticas públicas e privadas de forma a garantir o desenvolvimento saudável e sustentável. Tal diálogo perpassa a esfera negocial laboral interna das entidades e propõe a participação política das entidades, no contexto social em geral.

A atuação das entidades de classe em grau superior no Brasil possui papel importante na promoção da unidade sindical, assim como na construção de diálogos das categoriais laborais, sejam elas econômicas ou profissionais, com os poderes públicos em geral, nos termos do artigo 5º. da Convenção nº. 87 da OIT, que versa que as organizações laborais econômicas e profissionais "terão o direito de constituir federações e confederações, bem como o de filiar-se às mesmas, e toda organização, federação ou confederação terá o direito de filiar-se às organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores."[401]

A cooperação em níveis nacionais e internacionais prescinde a pretensão de cooperação e de avanços por meio da unidade sindical as categorias envolvidas. A autorização legal para formação de federações, confederações e, de filiação internacional é um exemplo clássico, grandioso e importante de cooperação interna e externa no direito do trabalho. O entrosamento sindical interno e externo só tem a contribuir para o desenvolvimento laboral local e internacional. Ademais, é preciso entender que os problemas laborais locais, no mundo globalizado, produzem efeitos no plano externo, qual seja, na esfera internacional e a recíproca também é verdadeira.

O processo negocial pressupõe, além da previsão e chancela legislativa necessária, uma "participação insubstituível e mediadora dos corpos intermediários, baseada no princípio da subsidiariedade". Tais corpos intermediários são os sindicatos, as empresas e instituições que falam em nome de determinada comunidade[402]. As entidades sindicais como entes intermediários atuam de forma a

[401] OIT. **Convenção nº 87**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 02 de fevereiro de 2023.

[402] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil.** *In Intervencion y autonomia en las relaciones*

estabelecer o diálogo, estreitar distâncias e quando de forma sincronizada, podem impactar e muito, positivamente no direito do trabalho em todo o planeta. Ademais, para além de se pensar em problemas locais, é necessário visualizar os problemas laborais, as crises, o desemprego, a degradação, entre outros furtivos que atentam contra a dignidade do trabalhador, de uma maneira globalizada.

A negociação coletiva é o instrumento adequado para a verdadeira estruturação "da rede de regras privadas, revistas e aprimoradas a cada exercício da autonomia coletiva", cujo objetivo é reduzir a distância entre capital e trabalho, que até mesmo a intervenção legislativa estatal foi incapaz de reduzir. O reconhecimento de uma vontade autônoma é essencial para construção da justiça social. Logo, a importância dos corpos intermediários entre o cidadão e o Estado sempre buscando a edição de normas coletivas, assim como a sua ampliação e desenvolvimento[403].

A proximidade das entidades sindicais, entre entes inclusive, pode aprofundar o diálogo de modo a proporcionar avanços no contexto laboral local e para além de suas fronteiras internas. Ademais, segundo Teixeira Filho, a amplitude das negociações coletivas demanda compreender que a convenção coletiva de trabalho possui eficácia ampla e se aplica a todos os integrantes da categoria econômica e da categoria profissional dos sindicatos subscritores, podendo inclusive envolver duas ou mais categorias. O acordo coletivo possui eficácia restrita a determinada empresa e seus empregados, estes representados por sua entidade sindical. O efeito normativo sindical é revestido de instrumentos de autocomposição, com efeitos inclusive para filiados e não filiados que integram a categoria, alcançados pela convergência de vontades entre os envolvidos, em uma convergência de obrigação de paz[404].

Importante compreender que o sistema confederativo brasileiro de representação sindical é apresentado de forma piramidal, na base composta pelos

---

colectivas de trabajo. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 80-81.

[403] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil**. *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 81.

[404] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil.** *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. *Fundación de cultura universitária*. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 86.

sindicatos, no centro as federações e no ápice as confederações. Segundo Brito Filho, a integração entre tais entes é um processo natural e deve acontecer livremente e se aplica tanto para o setor público quanto para o setor privado[405].

Assim, a constituição de federação e confederação, em um sistema horizontalizado de sindicalismo no Brasil, tem um condão de intermediar, coordenar e, consolidar ainda mais a atuação do sindicato de base. Não se trata de concorrência entre entes, mas de atuação cooperativa, solidária e voltada a edificação do espaço normativo sindical de forma harmônica e voltada a construção da paz social.

2.3.2. Sistema de Cooperação Nacional sob a Perspectiva das Associações e Centrais Sindicais

Neste tópico a abordagem se volta ao estudo das centrais sindicais no Brasil e sua colaboração no sistema de Estado Constitucional Cooperativo. As centrais sindicais e sua colaboração com a cooperação sindical e para tanto, importa compreender sua formação, constituição, abrangência e competência.

Segundo Grillo, a partir de 2003, diversos segmentos sociais e empresariais voltaram a refletir a respeito da estrutura sindical brasileira, suas funções e organismos sindicais, modalidades, conflitos e demais aspectos do sistema nacional de relações laborais. Em 2008, houve a promulgação da lei que reconheceu as centrais sindicais[406]. A estrutura sindical brasileira prevista na Constituição de 1988 não comporta as centrais sindicais no sistema piramidal sindical vigente no Brasil. Não obstante, as centrais sindicais antes mesmo de sua chancela pela promulgação da Lei nº. 11.648/2008 já existiam e surtiam seus efeitos de fato no plano laboral brasileiro.

Segundo Delgado, as centrais sindicais, que não integram o modelo corporativista, mas ao contrário, até a ele se contrapõem, constituem do ponto de vista social, político e ideológico, entidades líderes do movimento sindical com influência em toda a pirâmide sindical brasileira. A importância das centrais sindicais

---

[405] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Direito Sindical. **Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT** – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 96-99.

[406] SILVA, Sayonara Grillo Leonardo da. **O reconhecimento das centrais sindicais e a criação de sindicatos no Brasil:** Antes e depois da Constituição de 1988. *In* Ensaios sobre sindicatos e reforma no Brasil. São Paulo: LTr, 2009, p. 15.

enquanto componente decisivo da democracia contemporânea, não se limitam a atuações mais amplas em contextos geográficos e sociais, mas podem erigir instrumentos culturais e logísticos expressivos para as bases envolvidas. E no plano externo elementar sua participação no diálogo com as grandes forças institucionais do país, seja de natureza pública ou privada[407]. As centrais sindicais surgem como uma instituição de diálogo para o ambiente sindical e laboral.

A percepção das centrais sindicais sob as nuances de um modelo sindical cooperativo e fruto de um Estado Constitucional Cooperativo, aberto interna e externamente demanda perceber que o espaço de autonomia coletiva sindical das centrais sindicais possui uma amplitude e uma permeabilidade que ultrapassa a limitação constitucional territorial. Ademais, as centrais sindicais não estão alcançadas pela limitação a bases territoriais, pois sua competência de atuação é no âmbito nacional, com influência em toda a pirâmide sindical brasileira.

As centrais sindicais podem ser entendidas como entidades formadas pela união de organizações sindicais, cujo objetivo é a representação e defesa dos interesses de uma das classes que compõem a relação entre capital e trabalho. As centrais sindicais são instituições que estão hierarquicamente acima das demais entidades sindicais e "desenvolvem a ampla defesa dos interesses classistas de trabalhadores ou empregadores". Este objetivo a diferencia das demais organizações sindicais, não obstante a sua finalidade também seja a defesa dos interesses profissionais ou econômicos[408]. A central sindical não comporta uma composição pautada na hierarquia sindical, ao contrário se forma como instrumento de cooperação e por sindicatos e entidades de hierarquia inferior inclusive.

A amplitude de representação é um elemento essencial quando o assunto é a abrangência das entidades sindicais, pois são entidades de extensão nacional para representação e defesa dos interesses laborais de entidades a si ligadas. A representatividade nacional, cuja exigência de composição possui meandros de regionalidade, de multiplicidade nos termos do artigo 2º. da Lei nº. 11.648/2008[409] demonstram que os objetivos das centrais sindicais é sedimentar a unidade e o

[407] DELGADO, Mauricio Godinho. Direito coletivo do trabalho. 6ª. ed. São Paulo, LTr, 2015, p. 94.
[408] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito Sindical.** Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 108.
[409] BRASIL. **Lei nº. 11.648/2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11648.htm, acesso em 11 de junho de 2023.

fortalecimento sindical por meio de elementos que permitam uma Inter regionalidade, uma diversidade de categorias e base mínima associadas. As centrais sindicais possuem o condão de concretizar a unidade sindical entre diferentes categorias. Aliás, na central sindical houve a desconsideração da divisão por categoria e similaridade e conexidade entre atividades. As centrais sindicais, assim, não integram a estrutura limitada e corporativista prevista na Constituição de 1988 ao permitir a unidade de categorias e de atividades distintas e sem nenhuma conexão. A base fundamentadora da constituição de uma central sindical está na necessidade de diálogo entre entidades e o tripé Estado, Empresário e trabalhador.

Segundo Delgado, a central sindical é a entidade de representação dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, como ente associativo privado, composto por organizações sindicais de trabalhadores, cumpridos os requisitos mínimos de filiação[410]. As centrais sindicais são entidades dialogais, cuja importância está justamente na integração entre entidades, pois inclusive compartilha da reflexão sobre atuação e base territorial. Ademais, as centrais sindicais inclusive não possuem divisões por categorias, e seu entrelaçamento em todo o território nacional gera fortalecimento das entidades, busca por soluções aos problemas das mais diversas categorias. A própria Lei nº. 11.648/2008 é um exemplo de uma norma elaborada sob a roupagem do Estado Constitucional Cooperativo, ainda que seja portadora de eventuais anomalias, de um modo geral. Os propósitos dialogais são claros e permitem que entidades dos mais diversos segmentos construam pontes de soluções para seus problemas, dentro de um mesmo espaço de autonomia sindical, qual seja, a central sindical.

Segundo o parágrafo único do artigo 1º. da Lei nº. 11.648/2008 “considera-se central sindical, para os efeitos do disposto nesta Lei, a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores.” Logo, existem discussões sobre a central sindical possuir personalidade jurídica sindical, cujo objeto desta pesquisa não é sua verticalização, não obstante, a lei seja clara no sentido de que é uma pessoa jurídica de direito privado, composta por organizações sindicais de trabalhadores. Importante compreender que a central sindical possui o dever de representação das suas entidades representadas e ainda, se limita a representar entidades sindicais de trabalhadores.

---

[410] DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito coletivo do trabalho.** 6ª. ed. São Paulo, LTr, 2015, p. 95.

Centrais sindicais não estão adstritas a categoria no seu critério de estruturação e nem estão presas a organização sindical por ramos de atividade ou profissão, pois sua finalidade é defender os interesses classistas de maneira geral. Logo, não é coerente a constituição de central sindical limitada a setores. Ainda, outro elemento importante é a constituição das centrais sindicais, pois como se destina integrar a vontade de entidades menores, é fruto da vontade de entidades sindicais e seus integrantes. Aqui em regra, na criação de centrais sindicais são considerados componentes como a ideologia dos grupos, objetivos imediatos e visão sindical, entre outros[411].

Se se prender de forma verticalizada a conformação jurídica das entidades sindicais, não obstante não integrem o sistema confederativo, possuem representatividade, ainda que limitada em determinados segmentos, como por exemplo a representação jurídica, nos termos da Lei nº. 11.348/2008. Grande discussão se trava acerca da atribuição de personalidade jurídica à central sindical.

A Lei nº. 11.348/2008 em seu artigo 1º. concede às centrais sindicais as atribuições e prerrogativas de coordenação e representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais e a ela filiadas. Atribui a participação de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social de composição tripartite, cujo tema seja de interesse dos trabalhadores. Ainda, a lei define a central sindical como “entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais”[412]. Aqui é possível perceber a conformação do espaço de autonomia sindical, pois é um espaço de autonomia formado por espaços de autonomias coletivas individuais e coletivas. A legitimidade para participar do espaço e autonomia coletiva sindical dentro das centrais sindicais abre espaço para a reflexão sobre a autonomia coletiva sindical da pessoa jurídica, que é o sindicato, que atua por meio dos seus representantes, dentro do espaço das centrais sindicais. Tal fato apenas se menciona, porém não integra o núcleo estrutural e nem o recorte da pesquisa.

Logo, as centrais sindicais são dotadas de autonomia negocial coletiva e poder de representação das entidades a si vinculadas, o que permite a

---

411 BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito Sindical.** Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 109.

412 BRASIL. **Lei nº. 11.648/2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11648.htm, acesso em 11 de junho de 2023.

compreensão de que as centrais possuem personalidade jurídica sindical. Entre as atribuições legais das centrais sindicais estão “coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas”[413]. A coordenação de representação pode ser entendida como uma participação sem intervenção, participação cooperativa da central sindical nas entidades a si filiadas. Esta atuação sincronizada e cooperativa concretiza os preceitos de atuação sindical forte e pautada no fortalecimento do movimento, de modo a produzir melhorias efetivas nas condições de trabalho.

Ainda nas atribuições e prerrogativas o artigo 1º. da Lei nº. 11.648/2008 assegura a central sindical a atribuição e prerrogativa de “participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.”[414] A participação ativa e efetiva das centrais sindicais em fóruns, colegiados e órgãos públicos e espaços de diálogo social de composição tripartite que possuam interesse a classe laboral é um instrumento de concretização da democratização dos espaços, assim como democratização do trabalho e da perspectiva da autonomia coletiva sindical como instrumento de efetivação dos pilares democráticos.

As centrais sindicais conquistaram seus legítimos espaços como interlocutores sociais perante a sociedade, os poderes constituídos e a própria estrutura formal, sendo que este fato e a implementação da pluralidade sindical demonstram que o momento é de transição para uma nova organização sindical, mais ventilada e representativa[415].

O modelo sindical corporativista brasileiro, cujo avanço é nítido com a Constituição de 1988, com a consagração da não intervenção sindical e princípio da autonomia sindical, ainda demanda avanços para se consagrar uma instituição democrática e cooperativa concretamente. A diversidade de modelo sindical, com inclusive sistemas diferenciados como é o caso das centrais sindicais, possuem o condão de fortalecer e democratizar o sindicalismo no país. É um momento que

---

[413] BRASIL. **Lei nº. 11.648/2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11648.htm, acesso em 17 de junho de 2023.

[414] BRASIL. **Lei nº. 11.648/2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11648.htm, acesso em 17 de junho de 2023.

[415] TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil.** *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 79.

demanda uma quebra de barreiras da corporativa ideia de unicidade sindical, para um modelo efetivamente de liberdade, autonomia, unidade e representatividade sindical.

O Brasil demanda um modelo de sindicalismo amplo, organizado, estruturado e efetivo. As centrais sindicais possuem uma importante atuação no cenário nacional, que ainda precisa ser desenvolvido e explorado, que é o espaço dialogal sindical em extensões amplas. Pensar o movimento sindical para além das cancelas do sindicato de base, propicia ao movimento sindical a participação em diferentes níveis de participação sindical, seja sob a perspectiva laboral, política, social e mais, de integração em um sistema globalizado laboral. A regulamentação das centrais sindicais no Brasil demonstra a concretização do Espaço de autonomia coletiva dentro do Estado Constitucional Cooperativo. Ademais, a admissão de tal espaço sem a delimitação de categoria, cuja conformação se dá pela adesão de entidades de grau inferior sem qualquer exigência de conexão entre profissões demonstra que o Brasil aos poucos vai superando os entraves culturais e normativos que o impedem de efetivar a liberdade sindical no país, em sua amplitude.

2.3.3. Direito à Filiação Internacional: Limites e Possibilidades para a Implementação da Cooperação Sindical Internacional e Fortalecimento do Sindicalismo

Neste tópico a abordagem está em torno da possiblidade e das nuances da sindicalização internacional. Ademais, é necessário pensar para além dos Estados nacionais e para além das dificuldades locais. O mundo globalizado demanda modelos de proteção universais e pautados em proteções para além das fronteiras internas de cada país.

Quando o assunto é a universalização da proteção aos direitos humanos, uma das preocupações é a sua proteção sob a perspectiva laboral, inclusive mediante a transnacionalização de empresas e a sedimentação de cadeias produtivas globais em um planeta corporativo globalizado. A ideia de universalização dos direitos humanos é uma resposta as tragédias humanitárias decorrentes de guerras[416]. Pensar em universalizações de preceitos ou garantias mínimas dotadas de universalidade decorre de processos dolorosos, excessos, violências e violações

[416] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Negociação coletiva transnacional**. Acordos marcos globais, sindicatos e globalização. Belo Horizonte: RTM: Instituto Edésio Passos, 2020, p. 83-84.

humanitárias que dissiparam milhares e milhares, senão milhões de vítimas. Pensar em patamares mínimos perquiridos por instituições de proteção aos direitos humanos é pensar em filtros de proteção que assegurem, ainda que em situações atípicas, dignidade mínima ao ser humano.

Quando se fala em universalização de patamares mínimos no trabalho, é necessário compreender a perspectiva da venda da força de trabalho e seus filtros mínimos a assegurar a dignidade do trabalhador. Patamares mínimos demandam atuações do Estado, da Sociedade e do próprio trabalhador em determinados momentos. Ao Estado compete assegurar que a sociedade como um todo e suas instituições tenham condições mínimas de realizar e concretizar direitos e garantias fundamentais e filtros mínimos de preservação da dignidade no trabalho.

A existência de instituições sindicais fortes, livres e atuantes demandam que o Estado assegure minimamente a legitimação deste atuar. E mais, ao Estado compete enveredar esforços para que a Democracia se concretize, para que a dignidade seja respeitada. Não obstante, o Estado, por vezes não está verdadeira e minimamente engajado em defender e permitir que tais preceitos sejam assegurados minimamente. Sob tal cenário, elementar é a existência de sindicatos e entidades sindicais que lutem em seus espaços autônomos coletivos, para que o Estado e o próprio empresariado, cumpra com a proteção de patamares mínimos de dignidade no trabalho, inclusive para além das fronteiras de cada país.

Diante da crise do Estado Nacional, que decorre da globalização, da privatização entre outros elementos que contribuem para o enfraquecimento de instituições constitucionais nacionais, se faz necessário pensar em um novo constitucionalismo democrático e pautado em um direito internacional público constitucionalizado. Trata-se de se pensar em uma nova esfera deliberativa, em um sistema transnacional de negociações entre atores coletivos globais que poderão abrir perspectivas promissoras na concretização de novas formas e instituições sob o primado da democracia e do Estado Constitucional de Direito. O Direito é um espaço de lutas aberto, logo, se impõe reconhecer a possibilidade de novas práticas, inclusive no que tange aos direitos sociais internacionais, que devem atuar em conjunto com o direito local, com impactos sobre a globalização econômica. [417].

[417] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Negociação coletiva transnacional**. Acordos marcos globais, sindicatos e globalização. Belo Horizonte: RTM: Instituto Edésio Passos, 2020, p. 101-103.

O direito é um espaço de luta aberto e moldável ao tempo, espaço e contexto social. Pensar o direito sindical para além das fronteiras, demanda pensar em sistemas e filtros de proteção adequados a globalização e aos sistemas internacionais de proteção ao Trabalho, sendo o principal, mais amplo e universal de todos, a OIT. A OIT como instituição Internacional norteadora das nações membros, assim como instituidora de normativas universais laborais, reconhecidas como normas de Direitos Humanos.

A percepção de um espaço de autonomia coletiva sindical interna que propicie as partes discutir coletivamente os problemas laborais daquela categoria, dentro das competências territoriais dos sindicatos, federações e associações é de extrema importância para a construção de um ambiente laboral com a roupagem da dignidade. Pensar no fortalecimento de espaços cooperativos, a partir de uma Constituição Cooperativa, com abertura Constitucional interna e externamente, impõe o reconhecimento de um espaço de autonomia sindical internacional.

O pluralismo jurídico contemporâneo demanda mudança na teoria e na dogmática jurídica, inclusive a admissão de inexistência de monopólio jurídico estatal[418]. O Estado Constitucional Cooperativo demanda mudanças de posição no que tange a ideia de legitimidade legislativa, que até então era vista como uma exclusividade do Estado. O monopólio jurídico estatal passa a dar espaço a um momento de compartilhamento da atividade legislativa, entre o público e o privado. A constatação de que as instituições privadas também podem se organizar e legislar de forma inclusive mais eficiente e verticalizada as suas relações é uma consequência dos avanços do pluralismo jurídico. Este como consequência do constitucionalismo, das democracias e seus avanços para um Estado Constitucional Cooperativo, aberto interna e externamente.

O ambiente laboral é altamente impactado pelas cadeias globais, pelo transnacionalismo, seja com o trânsito de trabalhadores, seja pela circulação de bens e serviços, seja pela legislação que se esmera para atender aos anseios empresariais, laborais, comerciais, entre outros, para tais institutos. A globalização possibilita o acesso a bens, serviços, ocupações e o trânsito laboral para os mais diversos, senão concomitantes lugares do planeta. A necessidade de pensar o

---

[418] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Negociação coletiva transnacional**. Acordos marcos globais, sindicatos e globalização. Belo Horizonte: RTM: Instituto Edésio Passos, 2020, p. 103.

trabalho para além das fronteiras nacionais, impõe pensar em entidades sindicais para além das fronteiras internas de cada país.

Dados importantes produzidos recentemente, acerca da quantidade de sindicatos e sua distribuição no planeta demonstram que

> Os sindicatos ainda figuram entre as maiores organizações voluntárias do mundo. De acordo com as estatísticas apresentadas no presente estudo, que abrangem 150 países, existem 519 milhões de pessoas sindicalizadas, 214 milhões se excluirmos a China e outros países onde a liberdade de filiação no sindicato da sua escolha é questionada. A Confederação Sindical Internacional (CSI) alega que as 331 principais federações afiliadas espalhadas por 163 países e territórios contam com 207,5 milhões de sócios.[419]

Os sindicatos como uma das maiores organizações voluntárias do planeta, com estatísticas de abrangência a 150 países demonstram a importância do sindicalismo para o mundo do trabalho. Os dados acima deixam evidente que muitas tragédias laborais certamente foram evitadas pelas lutas coletivas. O espaço de luta sindical proporcionou e proporciona ao longo da história lastros de dignidade e melhoria nas condições de trabalho. Ademais, só a quantidade de associados citada pela pesquisa em 207,5 milhões de pessoas impactadas, demonstram que o número de representados é infinita e incalculavelmente maior.

As cadeias produtivas globais demandam um repensar da entidade sindical. É necessário pensar em entidades sindicais com abrangência internacional, a partir da ideia de universalidade dos direitos humanos, assim como a ideia de universalização da dignidade e patamares mínimos de proteção humana em escala global. Pensar em entidades sindicais globais, regionais e para além das fronteiras de cada Estado- Nação propõe a atuação dos sindicatos e instituições sindicais em múltiplas nações, com legislações diferentes e sistemas de proteção, por vezes diferenciados.

As negociações coletivas transnacionais são importantes instrumentos de tutela dos trabalhadores que integram cadeias produtivas globais, inclusive para evitar violações de direitos humanos, tais como liberdade de associação, direito a

---

[419] VISSER, Jelle. **Sindicatos.** Um equilíbrio em tempos de mudança. Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020, p. 10. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

greve, entre outros, em perspectiva global[420]. Assim, os sindicatos são os intermediadores responsáveis pelas mediações necessárias a consolidação do capitalismo, atuando no processo de legitimação da venda da força de trabalho[421].

Os sindicatos são importantes intermediadores no processo global de desenvolvimento do trabalho, dada a sua importância e relevância planetária. Os sindicatos como enquanto intermediários no processo de consolidação do capitalismo e legitimação da venda da força de trabalho, possuem uma vital importância como filtros contra a exploração humana no trabalho. A consolidação de espaços para além das fronteiras dos países é a consolidação do espaço de autonomia sindical em sua essência, Cooperativo. Ademais, é a concretização da abertura material e formal do Estado Constitucional Cooperativo sindical. Quando o Estado admite em sua amplitude, em sua extensão as mais diversas e amplas formas de cooperação entre instituições, efetivamente se está comprometido com uma Constituição Cooperativa e aberta aos intérpretes constitucionais.

Atualmente, as novas formas de contratação, a informalidade que tomam os mais diversos países do planeta intensifica a necessidade de os sindicatos pensarem em estratégias de sobrevivência e novas formas de organização para além das fronteiras Nacionais[422]. Nesse sentido, as negociações coletivas de trabalho já não podem se limitar as fronteiras do Estado-Nação e devem abranger as novas formas de contratação, novas tecnologias e modificações do sistema, modelo e forma de trabalho. A negociação coletiva precisa atuar como instrumento de antecipação frente às mudanças com repercussão na vida dos trabalhadores[423].

Estas novas formas de realização do trabalho, formas distintas, inovadoras, o que não implica em sinônimo de degradação e vice-versa, demandam instituições sindicais fortes e que não se limitem ao contexto interno de cada país. Ademais, a globalização impõe instituições de proteção e lutas coletivas para além das fronteiras, pois, por vezes, o trabalhador não está limitado ao trabalho dentro do próprio país, mas transita em dois ou mais países.

Assim, segundo

---

[420] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Negociação coletiva transnacional**. Acordos marcos globais, sindicatos e globalização. Belo Horizonte: RTM: Instituto Edésio Passos, 2020, p. 109.
[421] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Negociação coletiva transnacional**. Acordos marcos globais, sindicatos e globalização. Belo Horizonte: RTM: Instituto Edésio Passos, 2020, p. 115.
[422] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Negociação coletiva transnacional**. Acordos marcos globais, sindicatos e globalização. Belo Horizonte: RTM: Instituto Edésio Passos, 2020, p. 131.
[423] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Negociação coletiva transnacional**. Acordos marcos globais, sindicatos e globalização. Belo Horizonte: RTM: Instituto Edésio Passos, 2020, p. 133.

> A Organização Internacional para as Migrações (IOM) estima que, em 2015, o número de migrantes ascendia a quase 1 000 milhões em todo o mundo o que corresponde a uma em sete pessoas a nível global (IOM, 2016). A grande maioria (740 milhões) são migrantes internos (principalmente rurais-urbanos), perfazendo 150 milhões apenas na China. Os migrantes internacionais totalizavam 244 milhões, um aumento de 41 por cento desde 2000. A migração internacional no Sul Global, que ascende a 90 milhões de migrantes (35 por cento da totalidade de migrantes internacionais), é ligeiramente superior à migração do Sul para o Norte (33 por cento), ao passo que a migração entre países no Norte é apenas de 23 por cento e do Norte para o Sul de 5 por cento. Os dados da OIT para 2013 sugerem que a maior parte da migração internacional, 130 milhões, são migrantes laborais, a grande maioria (75 por cento) dos quais em países de rendimento elevado (OIT, 2015b). A proporção de migrantes laborais internacionais como proporção de todos os trabalhadores varia entre menos de 3 por cento em grande parte da África, América Latina e Sul da Ásia e Ásia Oriental e 9-10 por cento na Europa Oriental e Ásia Central e Ocidental, 16 por cento no Norte da Europa, no Sul da Europa e na Europa Ocidental, 20 por cento na América do Norte e 35 por cento nos Estados Árabes. Entre 2003 e 2013, os migrantes internacionais contribuíram para 70 por cento do aumento da mão-de-obra na Europa e 47 por cento nos Estados Unidos da América.[424]

A Organização Internacional de Migrações demonstra que o trânsito de pessoas com finalidades laborais possui um grande lastro de movimentação humana entre países, continentes e Estados. A exemplo, dos dados acima mencionados, os migrantes internacionais aumentaram em 70% a mão-de-obra na Europa e 47% nos EUA. Tal Trata-se de um número extremamente expressivo e que deve ser considerado para o entrelaçamento sindical internacional.

A necessidade de fortalecimento de sistemas sindicais internacionais é premente e necessária. O mundo globalizado demanda maiores deslocamentos, as crises humanitárias deslocam pessoas em todo o planeta e o primeiro passo para se estabelecer em outro país, é pelo trabalho. Importante compreender, ao chegar em outro país, o primeiro passo do indivíduo é estabelecer um local para residir e imediatamente a busca por trabalho e sustento de si ou da família. Assim, eminente é a necessidade de se pensar no fortalecimento dos sindicatos e suas instituições na abrangência internacional. Ademais, as demandas laborais decorrentes do trânsito de pessoas, independentemente dos motivos, demanda medidas laborais conjuntas entre países e uma proteção reforçada que contemplem nacionais e estrangeiros.

---

[424] VISSER, Jelle. **Sindicatos**. Um equilíbrio em tempos de mudança. Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020, p. 35. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

As transformações do trabalho, suas novas e atípicas formas, logo, há que se considerar

> O declínio dos empregos na indústria transformadora, o aumento do trabalho atípico e flexível e a persistência e crescimento da economia informal a par das mudanças na regulamentação e nos comportamentos no domínio do emprego e a limitação e violação dos direitos dos sindicatos, levaram a uma diminuição das taxas de sindicalização na maioria dos países por todo o mundo.[425]

A mudança do sistema de trabalho em suas formas, estrutura, remuneração e procedimentos, inclusive com o reconhecimento de novas modalidades laborais e contratuais demandam um repensar no sistema sindical, de modo a atender a tais demandas, sempre pautando-se na melhor proteção ao trabalhador. Um sistema de cooperação sindical demanda o entrosamento entre entidades, na busca por soluções as demandas laborais do século XXI. Nesse sentido, é necessário repensar o modo de funcionamento e atuação dos sindicatos, assim como repensar a negociação coletiva, para alcance de seus objetivos dentro da realidade laboral e seu entorno, inclusive no plano internacional.

Importante compreender que a negociação coletiva internacional não possui regulação específica e possui natureza voluntária e demanda adesão, participação dos atores sociais envolvidos[426]. A necessidade de uma regulação, talvez pela própria OIT pode propiciar mais segurança jurídica para os envolvidos e consequentemente uma ampliação de tais instrumentos.

Tais instrumentos coletivos estão em consonância

> Um número cada vez maior de acordos comerciais bilaterais e multilaterais, assim como de acordos de integração económica regional contêm disposições sociais e laborais, muitas das quais se referem expressamente às normas internacionais do trabalho, nomeadamente as normas relativas à liberdade sindical e ao direito de negociação coletiva[427].

---

[425] VISSER, Jelle. **Sindicatos.** Um equilíbrio em tempos de mudança Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020, p. 8. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

[426] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Negociação coletiva transnacional.** Acordos marcos globais, sindicatos e globalização. Belo Horizonte: RTM: Instituto Edésio Passos, 2020, p. 159.

[427] OIT. **Liberdade sindical na prática:** lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 11 de junho de 2023, p. 41.

Acordos comerciais bilaterais e multilaterais, assim como os instrumentos de integração econômica regionais demandam para sua concretização medidas laborais mais amplas e pautadas na extensão de tais instrumentos. A OIT possui instrumentos de proteção ao labor neste contexto, porém se faz necessária a ampliação da proteção para alcançar instrumentos negociais coletivos de trabalho para atender a comunidade laboral que será afetada por tais transações.

Um exemplo de cooperação laboral está

> Na América Latina, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assumiram vários compromissos laborais no âmbito da Declaração Sociolaboral do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), assinada em 1998. A República da Venezuela aderiu ao MERCOSUL como Membro associado, em 2006. A Declaração relembra nomeadamente que os Estados Partes são membros da OIT e que ratificaram as principais Convenções desta Organização que garantem os direitos fundamentais dos trabalhadores; e que os signatários que adoptaram a Declaração da OIT de 1998 reafirmam o seu empenho em respeitar, promover e implementar os direitos e as obrigações expressos nas Convenções reconhecidas como fundamentais, dentro e fora da Organização. [428]

A Declaração Sociolaboral do Mercosul, assinada por países integrantes do Mercado Comum do Sul, entre eles o Brasil, reafirma o respeito e o empenho na implementação de medidas para proteger os trabalhadores e lhes assegurar melhores condições. A Declaração Sociolaboral em seus artigos 8º., 9º., 10º. e 11º asseguram a liberdade de associação, liberdade sindical, direito de greve e a negociação como garantias fundamentais a todos os trabalhadores integrantes do bloco do Mercosul. Ainda em seus artigos 12º. e 13º. a Declaração enfatiza o dever estatal de promoção as negociações coletivas e autocomposição de conflitos, assim como a incentivar e propiciar o diálogo social entre trabalhadores, empregadores e o Estado, seja no plano interno, externo e/ou regionalizado[429].

Não é diferente a necessidade de desenvolvimento de entidades sindicais de extensão regional e internacional global. Ademais

---

[428] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 11 de junho de 2023, p. 42.

[429] STF. **Declaração Sociolaboral do Mercosul**. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorteSupremaNorma_AP_75320.pdf, acesso em 08 de julho de 2023.

> A globalização tornou possível aos sindicatos e às organizações de empregadores fazerem ouvir a sua voz para além das fronteiras nacionais, nas cadeias de produção, nos mercados internacionais e por um público mais vasto. Constata-se também uma tendência para uma maior cooperação entre os sindicatos, bem como algumas fusões entre sindicatos a nível nacional e internacional, para ganharem força e canalizarem as suas energias para enfrentar os desafios da globalização. A mesma tendência tem-se verificado relativamente as muitas organizações de empregadores[430].

A necessidade de se repensar o sindicato a partir da concretização do Estado Constitucional Cooperativo demanda pensar as entidades sindicais para além das suas fronteiras locais e nacionais. A propagação do trânsito de pessoas em decorrência da globalização desloca a necessidade de uma visão mais ampla sobre entidades de classe. A visão globalizada das entidades sindicais que se entrelaçam na proteção ao trabalhador é forte instrumento para proteção do trabalho em seus diferentes níveis e competências. A cooperação entre sindicatos locais, com sindicatos regionais e internacionais é um instrumento importante no repensar do direito do trabalho e direito ao trabalho da modernidade. As novas formas de trabalho, remuneração e liberdade laboral demandam novos instrumentos de proteção, que alcancem os trabalhadores e consequentemente os empregadores, para além das fronteiras, nacionais. A cooperação na discussão e na solução de problemas locais, regionais, nacionais e internacionais relacionados ao trabalho, coloca o espaço de autonomia coletiva sindical como um dos pilares estruturais da democracia e da construção desta por meio do trabalho. Trabalho como instrumento de promoção da dignidade humana e da sua inserção em sociedades de consumo e de acesso a bens e serviços, assim como a direitos e garantias fundamentais e sociais.

Visser menciona que sindicatos ou organizações com finalidades sindicais já iniciaram incursões nas economias informais da África, Ásia e América Latina para "criar formas inteligentes de usar a internet como ferramenta para organizar os trabalhadores das plataformas e comunicar com eles, e recrutar trabalhadores por conta própria na economia tradicional e digital."[431]

---

[430] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 11 de junho de 2023, p. 43.

[431] VISSER, Jelle. **Sindicatos**. Um equilíbrio em tempos de mudança Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020, p. 76. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---

O futuro do sindicalismo é otimista, o que se justifica pela maior diversidade dos sindicalizados, aumento das mulheres no sistema sindical, aumento do nível de escolaridade dos associados, campanhas pela renovação e reinvenção sindical desde os anos 2000. As lideranças sindicais estão compreendendo a necessidade de renovação dadas as novas formas de trabalho, a globalização, o avanço das atividades intelectuais e científicas, inclusão do público jovem nos sindicatos, inclusive o autor sugere campanhas de recrutamento desses novos trabalhadores, ainda nas escolas profissionais e universidades, entre outras estratégias[432].

Sobre a necessidade de reinvenção do movimento sindical no planeta, Visser comenta que

> A Confederação Geral Italiana de Sindicatos (CGIL) deu um primeiro passo neste sentido, tendo estabelecido que pelo menos 20 por cento dos dirigentes sindicais eleitos deverão ser trabalhadores com menos de 30 anos. A fixação de quotas semelhantes, mas muito mais altas, no caso das mulheres resultou num aumento do número de mulheres em cargos de liderança sindical e é plausível que, juntamente com uma mudança nas políticas, isto tenha tornado os sindicatos mais atrativos para as mulheres.[433]

A estruturação do sindicato futuro demanda inclusão, cooperação e mais, participação do público jovem e pertencente as mais diversas categorias laborais do planeta. Ademais, a revitalização do sistema sindical perpassa pela ideia de buscar instrumentos capazes de despertar, principalmente aos jovens a visão do espaço sindical de debates e normatização. Incentivar a participação de jovens e de mulheres nas diretorias sindicais tem contribuído para melhoria nas taxas de sindicalização na Itália.

Para Caldas e Tomaz, com a abertura das Constituições para acolher normas do direito internacional, como princípios e tratados, há uma projeção da soberania constitucional cooperativa, rumo a um direito geral de cooperação Haberlesiano entre Estados no seio de uma comunidade global comprometida com

---

europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

[432] VISSER, Jelle. **Sindicatos**. Um equilíbrio em tempos de mudança Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020, p. 76-77. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

[433] VISSER, Jelle. **Sindicatos**. Um equilíbrio em tempos de mudança Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020, p. 76-77. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

os direitos humanos/fundamentais[434]. A promoção da abertura constitucional às normas internacionais sindicais demanda o acolhimento de instituições sindicais com abrangência sindical no território nacional. Tais instituições devem atuar de maneira sincronizada com as entidades sindicais internas, em acordos e negociações coletivas com amplitude para além das fronteiras.

A conformação estatal, a conformação do trabalho no mundo globalizado, aliados as novas necessidades laborais decorrentes do surgimento de novas atividades, novas frentes de trabalho, novas formas de remuneração e pactuação laboral demandam que os sindicatos também se adequem as novas realidades. Nesse sentido,

> Os novos vínculos estatais identitários considerados a partir do sistema jurídico ao longo do processo de globalização (protoglobalização), a sua vez, somente terão êxito para uma efetiva inclusão social, mediante um planejamento estratégico, por parte dos Estados, que leve em consideração, de um lado, uma governança resiliente concertada (global e regulatória) que se mostre adaptativa/transformadora das estruturas organizacionais e procedimentais dos distintos atores, afastando aqueles considerados nocivos em um processo dialógico definidor dos conteúdos e dos procedimentos a serem discutidos, e, de outro, o exercício da soberania constitucional devidamente conformado para um Direito global, sob uma nova forma de multilateralismo, ou seja, complementado por um multi-stakeholderism heterárquico e cooperativo para ampla efetivação dos direitos humanos/fundamentais.[435]

A cooperação entre Estados, povos e instituições públicas e privadas propiciam o desenvolvimento de ambientes sadios, democráticos, dentro e fora ou ainda com amplitude mista, qual seja, com aplicação para trabalhadores que estão dentro de determinado Estado nacional, assim como para trabalhadores nacionais que exercem atividade laboral externamente às fronteiras do seu país. Um direito global demanda instituições públicas e privadas imbuídas de um espírito de cooperação internacional em prol da realização dos direitos humanos e fundamentais.

Assim,

---

[434] CALDAS, Roberto Correia da Silva Gomes; TOMAZ, Carlos Alberto Simões de. **Efetividade dos direitos humanos e democracia:** A soberania constitucional cooperativa entre a ordem Estatal e a ordem internacional na sociedade do risco e da informação. *In* Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, v. 18, n, 29, p. 49-76, set./dez. 2020, p. 70.

[435] CALDAS, Roberto Correia da Silva Gomes; TOMAZ, Carlos Alberto Simões de. **Efetividade dos direitos humanos e democracia:** A soberania constitucional cooperativa entre a ordem Estatal e a ordem internacional na sociedade do risco e da informação. *In* Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, v. 18, n, 29, p. 49-76, set./dez. 2020. Disponível em: https://faculdadechristus.academia.edu/Opini%C3%A3oJur%C3%ADdica, acesso em 08 de janeiro de 2023, p. 70.

> A dificuldade para a concretização dos direitos sociolaborais não só reflete um problema global, especialmente após a intitulada globalização e os atuais avanços tecnológicos, que em certa medida remodelaram a dicotomia capital/trabalho humano, mas também se apresenta como um de grande monta dentro do âmbito interno.[436]

Pensar os problemas globais demanda pensar o trabalho e consequentemente o sindicalismo de modo global, com instituições de alcance internacional trabalhando de forma harmônica com instituições sindicais internas as nações. Ademais, essa troca pode inclusive ajudar na solução de problemas que por vezes já foram superados em determinados países, porém em outros ainda não. Assim, uma das grandes vantagens do sindicalismo global ou internacional é a melhoria de condições em lugares com condições precárias, se utilizando de exemplos avançados.

Dessa forma, "a revitalização envolve cooperação e alianças com outras organizações sociais e forças sociais."[437] A revitalização do sistema sindical demanda evolução para novas conjunturas sindicais pautadas em demandas da atualidade, com instrumentos de democracia e de inclusão dos trabalhadores nos seus mais diversos segmentos e modelos laborais no planeta. Pensar o sindicato em uma forma atuante, forte e eficiente no século XXI demanda inclusive pensá-lo para além das fronteiras e para além das formas convencionais. Nesse sentido, Visser apresenta o exemplo dos trabalhadores da limpeza da Coreia do Sul, que evitaram as formas tradicionais de sindicalização, criando novas coligações ou organizações híbridas nas quais foi possível uma transição do sistema informal para o formal e vice-versa. A flexibilidade organizacional juntamente com um entendimento de solidariedade e do conceito de trabalhador propiciou que os sindicatos e trabalhadores abordassem acordos informais e buscassem de forma inovadora a colaboração e representação de interesses da categoria[438].

---

[436] MALISKA, Marcos Augusto; DUTRA, Lincoln Zub. **A fundamentalidade do ativismo judicial para o combate ao *dumping* social e a eficácia plena dos direitos humanos sociolaborais**. Revista Jurídica Unicuritiba. Curitiba. V.5, n.67 pp. 624 – 660, p. 23.

[437] VISSER, Jelle. **Sindicatos**. Um equilíbrio em tempos de mudança Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020, p. 78. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

[438] VISSER, Jelle. **Sindicatos.** Um equilíbrio em tempos de mudança Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020, p. 78. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---

Assim, a cooperação entre instituições sindicais, entre si, entre Estados e entre sindicatos, Estados, trabalhadores e empregadores demanda compreensão da necessidade de mudança e principalmente, da manutenção dos principais elementos estruturadores do sindicalismo, qual seja, "organizar e expressar a solidariedade entre os trabalhadores"[439]. Ainda, o próprio ideário existencial do sindicalismo se funda na cooperação entre trabalhadores e empregadores na busca pelo equilíbrio entre capital e trabalho. O trabalho deve ser promovido como instrumento de desenvolvimento humano, jamais como responsável pela degradação humana. Pensar o exercício da autonomia coletiva é essencial para a promoção e manutenção do exercício da liberdade sindical como instrumento de melhoria das condições de trabalho no planeta. Trata-se de idealizar o sindicato como instrumento de promoção e proteção da dignidade no trabalho.

Nesse sentido, é necessário e urgente repensar a organização sindical e seus limites internos a cada país. Ademais, o trabalho é uma prática mundial, não há uma só nação em que as pessoas não vivam majoritariamente do fruto do seu trabalho. Logo, o trabalho ocupa uma centralidade na existência da humanidade e sob tal perspectiva, demanda entidades sindicais internacionais que promovam a dignidade laboral em diferentes territórios e em proporções e alcances flexibilizados de acordo com a demanda para além das fronteiras.

Este tópico apresentou a necessidade e a importância do desenvolvimento de um sistema sindical internacional e voltado a repensar a proteção do trabalho para além das fronteiras nacionais. Ainda, o próximo capítulo aborda a liberdade sindical subjetiva individual e o direito à liberdade de escolha do indivíduo, assim como as escolhas da própria organização sindical.

---

europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

[439] VISSER, Jelle. **Sindicatos.** Um equilíbrio em tempos de mudança Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020, p. 79. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

3. LIBERDADE SINDICAL SUBJETIVA INDIVIDUAL. O DIREITO À LIBERDADE DE ESCOLHA E AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

3.1. LIBERDADE SINDICAL SUBJETIVA INDIVIDUAL E A (I)LEGITIMIDADE DO SINDICATO DE REPRESENTAR A CATEGORIA: ABRANGÊNCIA DOS EFEITOS DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Neste tópico abordar-se-á a liberdade sindical subjetiva individual e a (i)legitimidade do sindicato para representação da categoria. A pesquisa perpassa pelo conceito de categoria e seus principais elementos, assim como a abrangência e os principais efeitos das normas coletivas de trabalho.

Segundo Baylos, existe uma relação estreita entre liberdade sindical e negociação coletiva. A liberdade sindical constitui um elemento básico da civilização cultural dos direitos sociais, integrando as chamadas normas fundamentais de validade universal, conforme citadas pela Declaração da OIT de 1998. A liberdade sindical possui uma linguagem e um caráter universal, inclusive com reconhecimento por todos os Pactos Internacionais de direitos humanos em todo o planeta. A liberdade sindical está inscrita na genérica liberdade de associação, que se constitui na voluntária e permanente defesa dos trabalhadores. Esta liberdade possui um viés individual, que se relaciona fundamentalmente à adesão dos trabalhadores considerados individualmente pelas organizações, aceitando seus estatutos e participando individualmente das atividades sindicais. Ainda, para o autor, existe a vertente coletiva, organizativa que se trata do conjunto de faculdades que correspondem ao sindicato como sujeito coletivo que representa os trabalhadores e defende seus interesses econômicos e sociais que lhe são próprios[440].

Para Baylos, o reconhecimento da liberdade sindical leva consigo a aceitação do pluralismo coletivo e o reconhecimento de uma normativa autônoma que estabelece regras de organização entre trabalhadores e empregadores a partir de um sistema de produção de bens e serviços. Tais normas são delineadas por sujeitos, de forma autônoma, que representam estes grupos sociais, porém não sem o reconhecimento normativo estatal. A norma coletiva, portanto, goza de um

[440] BAYLOS, Antonio. ***Derecho a la organización sindical libre y democrática***. Liberdad sindical y representación de los trabajadores. *In* Derecho del trabajo. Hacia una Carta Sociolaboral Latinoamericana. Coordinador Luis Enrique Ramirez. Editorial de IB de F. Montevideo Buenos Aires, 2011, 145-148, p. 145-146.

princípio político e democrático que não está somente relacionada ao pluralismo social, mas sim com o conceito de liberdade sindical coletiva, qual seja relacionada diretamente ao conceito de representação. Esta, por sua vez, como um mecanismo intermediador da atuação coletiva[441].

A liberdade sindical individual consiste na liberdade de filiação, na liberdade de não filiação e a liberdade de desfiliação. A liberdade sindical individual não considera o grupo, mas sim a pessoa na sua individualidade. Esta classificação também é conhecida como liberdade positiva (de filiação) e liberdade negativa, subdividindo-se em passiva (não filiação) e ativa (desfiliação). Para que exista liberdade sindical individual necessariamente se demanda que trabalhadores e empregadores, sem restrição possam agir positiva, negativa, ativa e passivamente sem qualquer obstáculo[442]. A liberdade sindical no Brasil, atualmente encontra limitações no sistema de sindicato único, que restringe a escolha do trabalhador ou do empregador a representação por uma única entidade sindical dentro de determinada base territorial.

O próximo tópico aborda os principais elementos da liberdade individual positiva e negativa no sistema jurídico brasileiro. Ademais, para além de propiciar a liberdade, se faz necessária que ela seja plena, qual seja, quanto ao direito de filiar, desfiliar e até mesmo de nunca se filiar.

3.1.1. Liberdade Individual Subjetiva Positiva e a Liberdade Individual Negativa

Este tópico aborda o direito à liberdade sindical no Brasil a partir de uma perspectiva da liberdade individual subjetiva positiva e da liberdade individual negativa. Ademais, é importante compreender que os interesses individuais, com titulares determinados, constituem a tradicional base conceitual do direito subjetivo, como resultado da fusão entre o interesse individual e a proteção estatal. O

---

[441] BAYLOS, Antonio. ***Derecho a la organización sindical libre y democrática****. Liberdad sindical y representación de los trabajadores*. *In Derecho del trabajo. Hacia una Carta Sociolaboral* Latinoamericana. Coordinador Luis Enrique Ramirez. Editorial de IB de F. Montevideo Buenos Aires, 2011, 145-148, p. 146-147.

[442] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito Sindical**. Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 94-95.

interesse individual é aquele que se exaure com a fruição na esfera de atuação do destinatário e exclusivamente dele[443].

Esta fusão entre o interesse individual e a proteção estatal devem estar em harmonia e em plena consonância. Aqui é importante compreender a importância da liberdade individual subjetiva positiva, do ponto de vista da ação do indivíduo, assim como também compreender a necessidade de uma dualidade de proteções, qual seja, o direito à liberdade individual negativa e o seu direito ao exercício em sua plenitude. A plenitude da liberdade laboral no Estado Constitucional Cooperativo é justamente a ideia de propiciar ao indivíduo a possibilidade de se filiar, de fundar e organizar sindicatos, bem como de se quedar inerte e não se filiar a nenhuma entidade sindical e, até mesmo, de se desfiliar e se filiar novamente ao seu interesse.

O interesse individual de um ou de determinado grupo de pessoas pode se revestir de caráter social, ao se relacionar com valores da sociedade. Tais valores, quando transcendem a esfera individual de cada indivíduo se situam nos chamados interesses transindividuais ou "coletivos *lato sensu*", quando utilizados para designar direitos e interesses para determinado grupo, classe ou categoria social[444].

Esta ideia de transcendência de valores que perpassam pelo individual e pelo coletivo, no plano dos interesses transindividuais está em perfeita consonância com os preceitos estruturantes do Estado Constitucional Cooperativo, que demanda uma atuação para além dos muros normativos estatais e para além dos muros normativos nacionais. A atuação perpassa a ideia de uma proteção sistemática da dignidade humana, inclusive, no trabalho, que se assenta na liberdade, seja ela individual, ou principalmente, coletiva como espaço de fala e construção normativa privada.

A origem etimológica do termo liberdade é "a ausência de limitações à ação humana". O termo inclusive comporta díades, tais como a liberdade positiva e a liberdade negativa. A liberdade negativa "consiste na ausência de impedimento e ausência de constrição, ou seja, a possibilidade de agir, porque não há norma que proíba a ação, e a possibilidade de não agir, porque não há norma que imponha a

[443] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 64.
[444] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 69-71.

ação".[445] A liberdade positiva comporta a ideia de ação do indivíduo, tal como a ideia de liberdade negativa comporta a perspectiva de inércia do indivíduo, o que deve ser chancelado pelo ordenamento jurídico estatal e mais, em um Estado Constitucional Cooperativo, chancelado pela própria normativa sindical vigente e aplicável a categoria.

A ideia, a respeito desse tipo de liberdade, consiste na visão de não impedimento, pois relacionadas às liberdades civis, cuja implicação está no afastamento de impedimentos anteriormente existentes, qual seja, a ausência de constrição.[446] Esta ausência de constrição é elemento essencial e constante no sistema de Estado Constitucional Cooperativo, em que as instituições são livres e, ainda, amparadas pela legislação estatal no que tange a direitos e garantias fundamentais. No espaço de liberdade sindical esta liberdade negativa também tem espaço, qual seja, se preserva o direito a inércia, ou a livre iniciativa para filiação ou não filiação do indivíduo no exercício da sua liberdade individual no seio do exercício da autonomia individual no ambiente de autonomia coletiva.

Sob essa perspectiva, a ausência de impedimento ou constrição se que encontra na raiz, "da concepção de liberdade negativa elaborada pelos liberais modernos, desconsidera que os seres humanos são interdependentes e desiguais no plano fático, de modo que a atividade de cada um interage com a dos demais, podendo prejudicá-los"[447]. Logo, o ambiente de liberdade sindical, quando estruturado dentro de bases principiológicas em um Estado Constitucional Cooperativo, não produz efeitos a coletividade. Eis que a ação ou a inércia do indivíduo produz efeitos no contexto da autonomia coletiva individual, mas não produz impactos devastadores no ambiente de autonomia coletiva.

A liberdade positiva significa liberdade para o exercício da vontade, uma vontade autônoma.[448] A liberdade é a chancela estatal para que o indivíduo possa

---

[445] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 62.

[446] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 62.

[447] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 63.

[448] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 62.

exercer livremente suas vontades de forma autônoma e pautado em uma segurança jurídica estatal. A liberdade sindical nada mais é do que a autonomia individual e autonomia coletiva exercida pelo indivíduo sem as repressões estatais e sociais. Assim como a liberdade sindical negativa, em sua essência, é a autorização estatal que assegura ao indivíduo permanecer na inércia, é importante compreender que

> o indivíduo é o portador da liberdade negativa e a coletividade é a portadora da liberdade positiva. Porém, não se deve confundir uma distinção histórica com uma distinção conceitual, uma vez que o não impedimento (e não constrição) e a autodeterminação configuram situações que podem ser relacionadas tanto a indivíduos como a entes coletivos.[449]

Ao indivíduo é assegurada a liberdade negativa, não a entidades sindicais friamente falando, pois quando o assunto é a filiação a entidades de grau superior, os sindicatos possuem sim o direito ao exercício da liberdade negativa, qual seja, de não se vincular a federações e confederações. Logo, a liberdade negativa é assegurada para o indivíduo no bojo do exercício da sua autonomia individual coletiva, mas também a entidade sindical, que quando se trata de exercer a cooperação verticalizada do sindicalismo, pode optar ou não por se vincular a determinada federação ou confederação.

Neste aspecto

> A liberdade sindical pressupõe não impedimento e não constrição (liberdade negativa) e também a autodeterminação (liberdade positiva), de modo que combina as características dos dois tipos de liberdade. Isso se evidencia no âmbito das organizações sindicais, na proibição de ingerência ou intervenção de terceiros na esfera de liberdade que lhes é reconhecida e na auto-regulação dos interesses coletivos, e, no âmbito dos trabalhadores e empregadores individualmente considerados, no gozo da liberdade de constituir sindicatos de sua escolha, bem como se filiar, não se filiar ou se desfiliar deles, e na participação nas assembleias sindicais que deliberam sobre seus interesses.[450]

O exercício da liberdade sindical no seio de um Estado Constitucional Cooperativo perpassa pela ideia de um Estado que chancela a autonomia individual e a autonomia coletiva tanto dos indivíduos como a autonomia coletiva das

---

[449] SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 64.

[450] SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 64.

entidades sindicais de filiação ou não filiação. Sobretudo, garante-se esta liberdade da não interferência externa na gestão e auto regulação sindical.

A liberdade sindical em um Estado Constitucional Cooperativo demanda

> A promoção de direitos e garantias fundamentais é indivisível a promoção dos direitos humanos e a liberdade sindical encontra sua justificação essencial na defesa dos interesses econômicos e sociais das partes. As liberdades civis constituem a base necessária da liberdade sindical, vez que esta não se realiza sem o respeito à generalidade dos direitos humanos. A liberdade sindical é indispensável a concretização da Democracia. O sindicato possui uma função de aperfeiçoamento da democracia formal, fato constitutivo da democracia material e instrumento de democratização do próprio direito do trabalho. Para a OIT, a liberdade sindical é um meio de promoção dos direitos e liberdades fundamentais. [451]

A liberdade como instrumento de concretização e efetivação dos direitos e garantias fundamentais demanda no direito sindical uma interpretação para além de amarras corporativistas, para além dos muros limitativos ao sistema de sindicato único por categoria. A interpretação da liberdade sindical sob o manto do Estado Constitucional Cooperativo demanda repensar o sistema de liberdade sindical no Brasil, para além do texto constitucional e por conseguinte, sob a perspectiva da força normativa constitucional.

Sob tal reflexão se conclui que

> a liberdade sindical não configura um fim em si mesmo, mas constitui um instrumento valioso para assegurar, por meio de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho, condições de vida e de trabalho compatíveis com a dignidade humana, indispensáveis a todo regime democrático autêntico.[452]

Ademais, a liberdade sindical não se configura um fim em si mesmo, mas se constitui em instrumento pelo qual a negociação coletiva se materializa, proporcionando melhorias nas condições de trabalho. A liberdade sindical quando enxergada pela lente do Estado Constitucional Cooperativo ultrapassa as barreiras e limitações da liberdade positiva ou negativa, mas assegura a liberdade e autonomia de forma a efetivar concretamente, seja com base no ordenamento interno ou

---

[451] SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 65-66.

[452] SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, p. 66.

externo, o livre exercício da liberdade sindical. Esta, como instrumento de concretização da democracia, dos direitos fundamentais e de direitos humanos no meio laboral. Um ambiente laboral com restrição inclusive de escolha da entidade sindical, ou além de limitação a criação de entidades sindicais em sistema de unicidade, não está em consonância com os preceitos que regem um Estado Constitucional Cooperativo e suas nuances de cooperação, solidariedade e busca pela proteção e efetivação de direitos humanos e fundamentais.

Para Berlin, é necessário discutir o sentido da liberdade, citando que significado é ambíguo e possui mais de duzentas definições, porém se debruça a analisar duas de suas perspectivas, a liberdade no sentido político, a liberdade negativa e a liberdade no sentido positivo [453]. A liberdade positiva, refere-se à ação do indivíduo para se filiar e desfiliar a qualquer tempo, de forma livre e sem qualquer interferência externa. É aquele momento em que o trabalhador livremente decide sobre a filiação ou desfiliação por suas próprias convicções.

A estruturação da liberdade como um instituto inerente ao indivíduo na sua esfera individual deve admitir que cada um é livre

> na medida em que ninguém ou nenhum grupo de indivíduos interfere com as minhas atividades. A liberdade política, nesse sentido, é simplesmente a área em que posso agir sem sofrer limitações de terceiros. Ao contrário, coerção significa a interferência deliberada de outros seres humanos na área em que eu poderia, de outra forma, agir. Não se possui liberdade política quando se está sendo impedido por outros de alcançar um objetivo.[454]

A liberdade política demanda o agir humano sem interferências, cuja atuação é livre, sem impedimentos e totalmente voltada à satisfação de interesses individuais, cuja limitação é a lei ou a violação de liberdades de outrem. Obviamente que o agir é livre, porém as limitações impostas pela legislação e pautadas em um patamar civilizatório mínimo, devem ser respeitadas. A limitação da liberdade de forma legítima e em função de liberdades maiores jamais pode acontecer. Nesta perspectiva, é que deve ser analisada a liberdade sindical no Brasil, uma vez que a manutenção constitucional do sistema de sindicato único por categoria se estrutura

---

[453] BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Trad. Getúlio Oliveira1969, p. 11. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/237157709/BERLIN-Isaiah-Quatro-Ensaios-Sobre-a-Liberdade-1969#, acesso em 12 de julho de 2023.

[454] BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Trad. Getúlio Oliveira. 1969, p. 12. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/237157709/BERLIN-Isaiah-Quatro-Ensaios-Sobre-a-Liberdade-1969#, acesso em 12 de julho de 2023.

na já ultrapassada ideia de unidade sindical. Ademais, este sistema já demonstrou que não possui o condão de assegurar a unidade sindical, mas ao contrário, com a retirada da contribuição obrigatória, gerou-se o enfraquecimento estrutural dos sindicatos no Brasil, violando preceitos maiores, tais como a liberdade e autonomia sindical.

Para Berlin, "ser livre" significa não sofrer interferência de terceiros. Quanto maior a área sobre a qual não há interferência, mais ampla a minha liberdade."[455] A liberdade positiva nesse sentido implica em uma atuação livre, espontânea e sem qualquer entrave restritivo. Para o autor

> A conexão entre democracia e liberdade individual é muito mais tênue do que parece a muitos defensores de ambas. O desejo de ser governado por mim mesmo ou de participar do processo através do qual minha vida é controlada pode ser um desejo tão profundo quanto o de ter uma área livre para agir. Mas não são desejos relativos à mesma coisa. Na realidade, são tão diferentes que levaram ao grande conflito de ideologias que domina nosso mundo. Pois é a concepção "positiva" de liberdade, não a liberdade de, mas a liberdade para (levar uma forma de vida determinada) que os adeptos do conceito de liberdade "negativa" imaginam que seja nada mais do que um ilusório disfarce para a tirania brutal.[456]

O desejo da liberdade e da autonomia individual para agir e ser senhor do seu destino é um sentimento inerente ao ser humano, seja ela no exercício positivo ou no exercício negativo. Berlin esclarece que a concepção de liberdade positiva é a concretização da ideia de liberdade "para" agir da forma que melhor prouver os interesses humanos naquele determinado momento. Enquanto a liberdade negativa diferentemente da imaginação tirana, é a liberdade justamente de não agir, em pleno exercício da liberdade. É a atuação do trabalhador, quando a assunto é a liberdade sindical, de forma livre e sem interferências, optando pela não sindicalização ou não participação da vida sindical. O exercício pleno da liberdade é também o exercício da não liberdade, por escolha e vontade individual. Tal pensamento é um dos pilares do Estado Constitucional Cooperativo, que busca assegurar, de forma ampla a proteção a dignidade humana em sua amplitude e convergência de proteção ao ser humano em sua integralidade.

---

[455] BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Trad. Getúlio Oliveira. 1969, p. 12. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/237157709/BERLIN-Isaiah-Quatro-Ensaios-Sobre-a-Liberdade-1969#, acesso em 12 de julho de 2023.

[456] BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Trad. Getúlio Oliveira. 1969, p. 14. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/237157709/BERLIN-Isaiah-Quatro-Ensaios-Sobre-a-Liberdade-1969#, acesso em 12 de julho de 2023.

A liberdade, para Berlin, ao conceituar

> O sentido “positivo” da palavra “liberdade” tem origem no desejo do indivíduo de ser seu próprio amo e senhor — o desejo de se autogovernar. A liberdade que consiste em ser seu próprio senhor e a liberdade que consiste em não ser impedido de fazer minhas próprias escolhas por terceiros podem parecer conceitos não muito distintos entre si. No entanto, as noções “positiva” e “negativa” de liberdade percorreram historicamente caminhos distintos, até que entraram em conflito.[457]

A liberdade sindical positiva objetiva está justamente na legislação estatal que assegura ao indivíduo o direito subjetivo de fundar e estruturar sindicatos, assim como organizá-lo de forma livre. O direito subjetivo individual está justamente na autonomia individual para criar normas iniciais para organização e administração sindical, assim como no exercício da autonomia coletiva subjetiva organizar e fundar sindicatos, ou na sequência no exercício da autonomia coletiva objetiva dentro do espaço de autonomia sindical, criar normas no exercício da autonomia coletiva subjetiva.

Berlin ao questionar sobre a liberdade para quem não à pode utilizar, menciona que sem condições adequadas para o uso da liberdade, esta não teria valor, citando que liberdade não é a necessidade primária de todos, vez que o ser humano precisa de alimentação, remédios, roupas, por exemplo[458]. Ainda, para Berlin, “liberdade é liberdade, não igualdade ou equidade ou justiça ou cultura, ou felicidade humana ou consciência tranquila”, devendo ser preservada uma área mínima de liberdade pessoal devendo haver um equilíbrio, ainda que isso implique em concessões de uns em prol da liberdade de outrem, importando a proteção da liberdade individual[459].

Nessa perspectiva, existe uma conexão tênue entre democracia e liberdade individual, cuja concepção de liberdade “positiva” não é a liberdade “de”, mas a liberdade “para” liderar determinada forma prescrita de vida, o que os adeptos da liberdade “negativa” apresentam por vezes como um disfarce capciosos de tirania

---

[457] BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Trad. Getúlio Oliveira. 1969, p. 14. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/237157709/BERLIN-Isaiah-Quatro-Ensaios-Sobre-a-Liberdade-1969#, acesso em 12 de julho de 2023.

[458] BERLIN, Isaiah. **Dois Conceitos De Liberdade**. Trad. Aline Mesquita. UFABC, 1981, p.4-5, disponível em: https://pt.scribd.com/doc/219308674/Dois-Conceitos-de-Liberdade-Isaiah-Berlin, acesso em 12 de julho de 2023.

[459] BERLIN, Isaiah. **Dois Conceitos De Liberdade**. Trad. Aline Mesquita. UFABC, 1981, p.5-7, disponível em: https://pt.scribd.com/doc/219308674/Dois-Conceitos-de-Liberdade-Isaiah-Berlin, acesso em 12 de julho de 2023.

brutal. O sentido positivo da palavra liberdade deriva do desejo do indivíduo de ser o próprio mestre e autor das suas próprias decisões, sem interferência de qualquer força externa[460]

Enfim, este tópico buscou apresentar os institutos da liberdade individual subjetiva positiva, assim como o exercício da liberdade e autonomia sindical individual subjetiva negativa. Qual seja, o direito de participação na criação, estruturação e organização sindical, assim como a sua livre participação e associação, e da mesma forma o exercício da liberdade subjetiva negativa, de não participar da vida sindical, deixando de se filiar em qualquer entidade sindical, no pleno exercício da autonomia subjetiva individual. Não obstante, no sistema de unicidade sindical brasileiro, a representação do sindicato único por categoria e base territorial é obrigatória, independente de filiação. Tal obrigatoriedade decorre inclusive, de disposição Constitucional. A importância de um sistema de pluralidade sindical é justamente permitir que o trabalhador livremente escolha ser representado ou até mesmo não ser representado por absolutamente nenhuma instituição.

3.1.2. A (i)legitimidade do Sindicato para representar a Categoria e os Efeitos das Conquistas Sindicais para os Filiados e não filiados

Neste tópico, a abordagem perpassará pela questão da conceituação e delimitação de categoria no Brasil, assim como a problemática da retirada da contribuição obrigatória pela reforma trabalhista implementada pela Lei nº. 13.467/2017. Com a retirada da contribuição obrigatória, o conceito de categoria ainda persiste, e indaga-se acerca da representação para os trabalhadores não filiados, temas que serão contemplados neste momento.

A partir da raiz condutora da presente discussão, primeiramente é necessário compreender que a aplicação das premissas do Estado Constitucional cooperativo no direito sindical demanda uma releitura do instituto. Ademais, a partir de tal perspectiva, uma das principais premissas é a adequação do espaço de autonomia sindical. A autonomia, como um espaço de voz e de construção de direitos laborais pelos integrantes de determinada categoria possui uma extensão

[460] BERLIN, Isaiah. **Dois Conceitos De Liberdade**. Trad. Aline Mesquita. UFABC, 1981, p.7-9, disponível em: https://pt.scribd.com/doc/219308674/Dois-Conceitos-de-Liberdade-Isaiah-Berlin, acesso em 12 de julho de 2023.

que pode alcançar apenas os filiados a determinada entidade, ou também compreender aos representados daquela categoria. A ideia de um espaço solidário, cooperativo, pluralista, coletivo, cujos interesses coletivos laborais e sociais são eivados de uma fundamentalidade, perpassam por conceitos basilares que permeiam o texto constitucional de 1988, para além de interesses individuais.

O interesse coletivo adentra a esfera jurídica para além dos interesses individuais, ao contemplar o ser humano como membro de uma comunidade e não unitariamente. Vale esclarecer que não se trata de interesse propriamente coletivo, mas decorrentes de um feixe de interesses individuais exercidos coletivamente. São interesses coletivos na forma, mas não no conteúdo, nascendo e se sobrepondo aos interesses individuais, pois são expressão do espírito associativo humano, socialmente agrupado com algum grau de organização, na interlocução entre o indivíduo e o Estado. Por serem coletivos, tais interesses são desvinculados de interesses concretos de cada indivíduo da coletividade, para assumir contornos de interesse abstrato e despersonalizado, que diz respeito a coletividade como um todo[461].

No espaço autônomo sindical, os interesses coletivos são moldados a partir de interesses individuais reunidos em uma coletividade. O feixe de interesses daquela coletividade é integrado pela gama da maioria dos interesses individuais dos seus integrantes. Aqui é importante a visualização do exercício da democracia em sua forma mais basilar, quando o próprio indivíduo discute, apresenta suas demandas e o sindicato as condensa em um apanhado global, que por certo e como lógica democrática, exclui direitos com representação minoritária. O voto aqui possui uma importância expressiva.

Os interesses coletivos possuem autonomia em relação aos individuais e no campo laboral os interesses coletivos não se equivalem a uma agregação de interesses individuais, pois pode inclusive implicar em sacrifício de pretensões singulares em prol da coletividade. Ademais, os interesses coletivos são delineados a partir de uma pluralidade de membros, como uma reestruturação das pretensões

[461] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 72-73.

individuais, a partir de consensos majoritários, coincidindo ou não com os interesses individuais dos integrantes da coletividade[462].

Ademais, importante compreender que o indivíduo pode deter liberdades individuais e coletivas, sendo que as individuais são pessoais e exercitáveis por ato singular de cada indivíduo, como por exemplo a liberdade de religião e opinião. As liberdades coletivas como exemplo, a liberdade de reunião e o direito ao exercício da greve somente são exercíveis por meio de uma coletividade[463].

A respeito de categoria, esta possui uma definição clássica de contraposição entre empregados (categoria profissional) a empregador (categoria econômica), com alusão ao sistema produtivo, definição coerente antes da promulgação da Constituição de 1988. Igualmente, a possibilidade de sindicalização dos servidores públicos (37, VI da CF), conferindo tratamento igualitário para trabalhadores do setor público e privado no que tange a sindicalização, torna o artigo 8º. aplicável para ambos, logo, a obrigatoriedade de sindicalização por categoria é geral, no Brasil. [464]

A categoria no período pós Constituição de 1988, deve ser definida como um conjunto de pessoas vinculadas por força do seu trabalho ou de sua atividade, para interesses laborais comuns. Podendo a categoria surgir de forma espontânea, a exemplo da Espanha, onde vige a liberdade sindical, porém prevalece o enquadramento por ramo de atividade, ou de forma obrigatória, como é o caso do Brasil[465]. Nesse sentido, é possível interpretar a Constituição de maneira a perceber que não está vinculada literalmente a categoria a base territorial, podendo se compreender que a base territorial para finalidades de manutenção da unicidade, não necessariamente obriga a categoria a se vincular a este sindicato específico. Obviamente que seria, na prática difícil que os trabalhadores, por exemplo, de determinada categoria se organizassem para buscar a representação de um

---

[462] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 74.

[463] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 79.

[464] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito Sindical**. Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 89.

[465] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito Sindical**. Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 89.

sindicato da mesma categoria, em outra base territorial. Tal dificuldade decorre das disparidades educacionais, culturais e até mesmo de demanda e trabalho no país.

Aos sindicatos é concedida a representação legal de toda a categoria, logo, entidades sindicais são reconhecidas em função das categorias de empregadores, de empregados e categoria diferenciada, distribuídas em todo o território nacional, de acordo com os interesses efetivos da categoria[466]. No Brasil, a Constituição de 1988 assim manteve a estrutura sindical a ser exercida por sistema de sindicato único por categoria.

As categorias formam-se de acordo com a profissão e atividade. A sindicalização por profissão forma o que se reconhece como sindicalização horizontal, independentemente da empresa em que trabalham ou do ramo de atividade que desenvolvem, também conhecida por categoria profissional diferenciada. Neste sistema só é possível a sindicalização de trabalhadores, não se aplicando para a empresa. A sindicalização de acordo com a atividade é a chamada sindicalização vertical, que se divide por indústria (ou atividade) e por empresa[467].

A categorização no setor privado brasileiro é formada com critérios de homogeneidade: identidade (atividades ou idênticas profissões), similaridade das atividades, e conexidade (atividades que se complementam). No setor público a sindicalização por categorias obedecerá ao critério da atividade, qual seja, a condição de ente público do tomador de serviços. Esse é o motivo para sindicalização em separado para os servidores públicos, inclusive separados por unidade da federação[468].

A Constituição de 1988 consagrou a autonomia sindical e recepcionou o sistema de organização sindical por categoria, de herança do fascismo italiano, em um misto de sindicato corporativista e entidade de classe de regime democrático. A categoria, em uma definição jurídica, “é a base legal sobre a qual repousa a representação de determinada entidade sindical”. No Brasil divide-se em categoria profissional e categoria econômica, o que possui certa elasticidade conceitual. Esta elasticidade é percebida quando o legislador possibilita a formação de categorias,

---

[466] ROMITA, Arion Sayão. **O fascismo no direito do trabalho brasileiro**: influência da *carta del lavoro* sobre a legislação trabalhista brasileira. São Paulo, LTr, 2001, p. 59.

[467] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito Sindical**. Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 90.

[468] BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito Sindical**. Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 91.

para além da identidade de profissão ou atividade econômica, mas também pelo critério da similaridade ou conexidade, consagrando inclusive, a categoria profissional diferenciada, por exemplo[469].

Não obstante o sistema sindical brasileiro por categoria possa receber as devidas críticas, se faz necessário ponderar que em um sistema como o atual, com sistema de sindicato único e sindicatos extremamente enfraquecidos, a categoria é necessária. Sindicatos que na sua maioria estão em crise financeira em decorrência da retirada das contribuições obrigatórias, outro sistema vulnerabilizaria ainda mais. O sindicato por empresa, por exemplo, colocaria principalmente os trabalhadores em risco de controles dos sindicatos por empresas e até mesmo pelo Estado. Assim, entende-se que a identificação sindical por categoria no Brasil ainda é um instrumento de manutenção do sistema sindical de certa forma, mais protegido aos desmandos do Estado e do empresariado sobre as entidades de trabalhadores.

O sistema sindical brasileiro é classificado como rígido, ao impor prescrições e proibições tais como a representação por categorias, base territorial mínima, sistema de sindicato único por categoria, não lhe sendo permitida a fixação de suas bases de representação em outros critérios que não o da categoria (profissional e econômica)[470].

A fixação de bases por categoria, especialmente para os sindicatos profissionais, de certa maneira é um instrumento de proteção sindical, ademais quando se tem sindicatos tão verticalizados e diminuídos, sempre haverá maiores riscos de haver o desvirtuamento dos principais elementos estruturantes do sindicato, qual seja, a luta de classe e a busca por melhoria nas condições de trabalho. O dever de representação da categoria toda no Brasil é um direito e uma garantia fundamental estampada no artigo 8º, III da Constituição de 1988. O artigo 8º, inciso III da CRFB de 1988 assegura que “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”. [471]

---

[469] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 191-198.

[470] SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022, p. 206-207.

[471] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 24 de maio de 2023.

A defesa dos direitos e dos interesses individuais e coletivos da categoria, qual seja, independentemente da retirada da contribuição sindical obrigatória, a categoria foi mantida, logo, o sindicato não pode optar por representar somente os trabalhadores associados. Este tema, após a reforma trabalhista de 2017, comportou amplos debates.

Importante compreender que em um sistema de sindicato único, em um país com territorialidades tão extensas, dificuldades e diferenças sociais tão excêntricas de uma região para a outra, permitir ao sindicato a representação apenas dos associados, poderia gerar inúmeras fragilidades aos trabalhadores, assim como atentar para o direito fundamental e humano ao exercício da liberdade negativa sindical. Logo, os sindicatos não podem se negar a representar os empregados da categoria, por força constitucional, no sistema atual, o que de todo é adequado, para evitar práticas ainda mais lesivas à liberdade sindical no país. A possibilidade de escolha pela representação ou não, em um sistema de liberdade e autonomia sindical poderia ser implementado, porém no sistema de sindicato único por categoria, os riscos são evidentes eminentes ao trabalhador, especialmente.

No julgamento do Recurso ordinário na ação anulatória proposta pelo Ministério Público do Trabalho da 8ª. região, nº. TST-RO-772-57.2016.5.08.0000, pedindo a nulidade de cláusulas de acordo coletivo que previa o pagamento de cesta básica apenas para trabalhadores filiados ao sindicato, a Sessão Especializada de Dissídios Coletivos do C. TST decidiu que:

> A maioria dos membros desta Seção Especializada votou no sentido de que a cláusula é nula e extrapola os limites da negociação coletiva, na medida em que, ao restringir o seu alcance aos filiados do sindicato, gera discriminação nas relações de trabalho e representa uma tentativa de obrigar a filiação compulsória dos trabalhadores ao sindicato, também vedada pela ordem jurídica.[...] É certo que a autonomia privada coletiva foi elevada a nível constitucional pela atual Carta Magna (art. 7º, inciso XXIV), e, portanto, merece ser privilegiada. Assim, conforme vem entendendo esta Corte, é imprescindível prestigiar e valorizar a negociação levada a efeito pelas organizações sindicais, interlocutores legítimos de empregados e empregadores, na busca de solução para os conflitos de seus interesses. A Constituição Federal está a sinalizar em seu art. 7º, incisos VI e XXVI. No entanto, no ordenamento jurídico brasileiro, a negociação restrita aos filiados/contribuintes ao sindicato fere o art. 8º, inciso III, que dispõe expressamente que 'ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas'. Além disso, o art. 8º da Constituição Federal, estabelece que 'é livre a associação profissional ou sindicato', fixando, em seu inciso V, o princípio da liberdade sindical, ao dispor que 'ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato'. Observe-se, ainda, que no art. 5º, inciso XX, da Carta Magna consta que 'ninguém poderá ser compelido a

> associar-se ou a permanecer associado'. No âmbito internacional, a Convenção nº 87 da OIT, igualmente, consagra os princípios da liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização. De outra parte, verifica-se que a restrição negocial a filiados gera discriminação nas relações de trabalho, o que ofende o princípio da igualdade (art. 5º, I, Constituição Federal). Na prática, a negociação coletiva restrita aos filiados tem a intenção de obrigá-los a se filiarem.[472]

O entendimento do STF refere-se à perspectiva da promoção de desigualdades no ambiente laboral, além de se transformar em instrumento de coação a sindicalização. Eis que a mais alta corte do país, compreende que o espaço de autonomia coletiva deve ser privilegiado e valorizado, porém, dada a sua importância, não pode gerar disparidades por meio de normas coletivas que prestigiem tão somente os filiados a entidade sindical.

Nesse mesmo sentido,

> é possível verificar que a tentativa de concessão de vantagens exclusivas aos filiados, não contemplando a integralidade dos representados pela entidade sindical, não se coaduna com a interpretação conferida pela Corte trabalhista à ordem jurídica nacional. Os julgadores compreendem que tal conduta implica em afronta à livre sindicalização.[473]

A autonomia coletiva, tão importante e necessária deve ser exaltada, não obstante encontre limites claros, qual seja, não venha a ferir preceitos constitucionais basilares.

Em decisão de embargos de declaração oposto em face da decisão em sede de Recurso Extraordinário nº. 590.415 perante o STF, o entendimento sobre a temática foi que

> No âmbito do direito coletivo do trabalho não se verifica a mesma situação de assimetria de poder presente nas relações individuais de trabalho. Como consequência, a autonomia coletiva da vontade não se encontra sujeita aos mesmos limites que a autonomia individual. 4. A Constituição de 1988, em seu artigo 7º, XXVI, prestigiou a autonomia coletiva da vontade e a autocomposição dos conflitos trabalhistas, acompanhando a tendência mundial ao crescente reconhecimento dos mecanismos de negociação coletiva, retratada na Convenção n. 98/1949 e na Convenção n. 154/1981 da Organização Internacional do Trabalho. O reconhecimento dos acordos e

---

[472] TST. **RO-772-57.2016.5.08.0000**. Seção Especializada em Dissídios Coletivos. Relator: Mauricio Godinho Delgado. Julgamento: 08/04/2019. Publicação: 15/04/2019, disponível em: https://jurisprudencia.tst.jus.br/ #aef6bf7db1dddd5dfa434183f49074f5, acesso em 22 de maio de 2023.

[473] COSTA, Mônica Augusta Barroso da; SILVA, Túlio Macedo Rosa e. **A representação sindical no pós-reforma:** o fim da contribuição compulsória e os reflexos na atuação coletiva. *In* R. Curso Dir. UNIFOR-MG, Formiga, v. 12, n. 2, p. 46-64, jul./dez. 2021, p. 59.

> convenções coletivas permite que os trabalhadores contribuam para a formulação das normas que regerão a sua própria vida.[474]

Os limites impostos à autonomia coletiva são de todo maiores e mais amplos que à autonomia individual. Ademais, a própria constituição de 1988 prestigiou a autonomia coletiva e a autocomposição dos conflitos laborais, em total consonância com a Declaração nº. 98/1949 e Convenção nº. 154/1981 da OIT, ambas internalizadas pelo Brasil.

Segundo Baylos, a construção de um espaço amplo de atuação para os sindicatos em cada Estado Nacional, com garantias legais e judiciais, inclusive com proteção internacional da OIT e outros organismos, deve sofrer intervenção sempre que haja alguma ameaça a tal espaço e seu livre desenvolvimento. Esta atuação deve ser eficiente, a exemplo do que aconteceu com a decisão do Tribunal Internacional de Liberdade Sindical do México que entendeu que a liberdade sindical integra os elementos constitutivos da democracia de qualquer país. Mencionando que a Globalização requer um sistema democrático que pense em um movimento sindical nessa dimensão e que busque efetivamente a emancipação dos trabalhadores em todo o planeta[475].

O reconhecimento constitucional de acordos e convenções coletivas implica no reconhecimento constitucional de um espaço único, privado, de formulação de normas que regerão a vida dos integrantes daquela categoria. Os trabalhadores, com a permissão constitucional constroem o próprio espaço, estatuem as próprias regras administrativas sindicais e estabelecem, em negociações paritárias com seus empregadores, condições e normas laborais que direcionarão a vida de ambos por determinado período. Tamanha é a importância deste reconhecimento, que em havendo descumprimento por qualquer das partes negociantes, a outra pode buscar o amparo judicial para executar e aplicar a norma coletiva devidamente aprovada no espaço autônomo normativo sindical.

---

[474] STF. **Recurso Extraordinário nº. 590.415.** Origem: SC. Relator: Min. Roberto Barroso Publicado acórdão, publicação no DJE 18/03/2016 - ATA Nº 33/2016. DJE nº 51, divulgado em 17/03/2016, disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp? incidente=2629027, acesso em 24 de maio de 2023.

[475] BAYLOS, Antonio. ***Derecho a la organización sindical libre y democrática****. Liberdad sindical y representación de los trabajadores. In Derecho del trabajo. Hacia una Carta Sociolaboral Latinoamericana. Coordinador* Luis Enrique Ramirez. Editorial de IB de F. Montevideo Buenos Aires, 2011, 145-148, p. 148.

O STF, em decisão na ADI 5794, quando julgou constitucional a retirada da contribuição compulsória, entendeu que

> A supressão do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical, previsto no art. 8º, I, da Carta Magna, nem configura retrocesso social e violação aos direitos básicos de proteção ao trabalhador insculpidos nos artigos 1º, III e IV, 5º, XXXV, LV e LXXIV, 6º e 7º da Constituição[476].

No bojo da ADI 5794, em acertado entendimento o STF entendeu que a retirada do caráter compulsório das contribuições sindicais não vulnera o princípio constitucional da autonomia sindical e muito menos se caracterizaria qualquer retrocesso social ou outras violações. Ao nosso ver, na realidade, a retirada da contribuição obrigatória juntamente com a manutenção do sistema de sindicato único por categoria de fato não vulnera a autonomia sindical, não obstante fragiliza a estrutura sindical, pois a vulnera economicamente. Eis que a manutenção do sistema de sindicato único por categoria afasta a luta sindical como instrumento de construção laboral, da forma como deveria ser implementado no país. Eis que o sistema de sindicato único vulnera o trabalhador que, sem opção de escolha pela entidade que melhor se identifica, ou que melhor o representa, acaba por não se filiar a nenhuma instituição e com isso, perde o movimento sindical como um todo. Esta ADI será objeto de maior abordagem no capítulo III, servindo neste momento, apenas para situar a temática, a partir do entendimento do STF.

O Art. 513 da CLT versa que São prerrogativas dos sindicatos: “a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida”[477].

Assim, mais uma vez, a CLT apresenta o dever de representação da categoria e não dos filiados ou associados ao sindicato. Logo, não há dúvidas que o sindicato da categoria representa no bojo das negociações coletivas, não só os interesses dos associados, mas de toda a categoria representada. Talvez, quando houver a implementação de um sistema de pluralismo sindical, aí sim seja possível

---

[476] STF. **ADI nº. 5794.** Origem: DF. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 24 de maio de 2023.

[477] BRASIL. **Decreto-Lei 5452/1943**, Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 24 de maio de 2023.

se pensar em sindicatos aglutinados em algum modelo que não o sindicato por categoria. Talvez, em um modelo de sindicato plural, democrático e pautado da autonomia da vontade, se possa pensar em outros modelos, entre eles o sindicato por empresa, sindicatos por aglutinação de diferentes categorias, sindicatos por filiação voluntária, pautados na vontade da classe trabalhadora ou empregadora. O sindicato único por categoria se contrapõe à ideia de liberdade e à ideia de um Estado Constitucional Cooperativo. O Brasil necessita de um sistema de sindicato, ainda que por representação, qual seja, quando a categoria elege o sindicato que lhe representará, ou ainda, pode se usar a técnica do sindicato mais representativo. Tal para manter a unidade sindical e buscar constituir sindicatos comprometidos com a luta de classes e fortalecido pela vontade dos trabalhadores e empregadores representados. Ademais, o sistema de sindicato único por categoria, além de atentar contra a liberdade sindical, atenta contra a liberdade subjetiva individual, que está na essência da liberdade sindical.

Neste momento, isso ainda não é possível, pois um direito fundamental esculpido na própria Constituição, porém é preciso pensar em superar este obstáculo constitucional e implementar um sindicalismo pluralista e cooperativo, no Brasil. Logo, o conceito de categoria é mantido, inclusive com a reforma trabalhista, pois não está vulnerado exclusivamente pela retirada das contribuições obrigatórias, mas pelo sistema de sindicato único. A legitimidade para representar os trabalhadores e empregadores não associados é constitucional.

3.1.3. Alcance e Abrangência das Negociações Coletivas para o Trabalhador Filiado e para o Trabalhador não Filiado

Neste tópico, a abordagem perpassa pelo aspecto da prevalência da norma coletiva, sob a perspectiva da validade de normas coletivas que reduzem direitos, e o seu devido alcance. Ademais, a tratativa deverá abordar a abrangência dos acordos e convenções coletivas para o trabalhador filiado e sob a perspectiva do trabalhador não filiado à entidade sindical. A pesquisa adentrará aos limites da autonomia coletiva e sua força no plano normativo laboral.

Segundo Martins, “a negociação coletiva é uma forma de ajuste de interesses entre partes, que acertam os diferentes entendimentos existentes, visando encontrar uma solução capaz de compor suas posições.” Este é um

processo que objetiva a realização de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sendo o resultado da conciliação de interesses entre as partes[478]. Referido resultado de interesses entre as partes é a sedimentação do equilíbrio entre capital e trabalho, que no uso da autonomia privada negocia, cede, flexiona e por fim estabelece a paz social laboral.

Segundo Martins, "a convenção coletiva de trabalho é o negócio jurídico entre sindicatos de trabalhadores e de empregadores", enquanto o "acordo coletivo de trabalho é o negócio jurídico entre sindicato e trabalhadores de uma ou mais de uma empresa". Ambas estabelecem regras obrigacionais para ambas as partes envolvidas e emanam de um poder autônomo profissional e econômico[479]. O exercício da autonomia coletiva decorre de um poder autônomo em que ambas as partes envolvidas, dentro do seu espaço de autonomia, negociam livremente, fazem concessões recíprocas e convencionam normas para determinado espaço de tempo. Normas estas elaboradas dentro de um espaço único e autônomo de normatividade privada, cuja intervenção estatal é proibida. As modalidades normativas previstas e chanceladas pela legislação estatal são acordos e convenções coletivas de trabalho.

No Brasil, as negociações coletivas são feitas por categoria, sendo que a resolução 163 da OIT recomenda que as próprias partes interessadas decidam os níveis de atuação para as negociações coletivas[480]. A busca pela melhor norma coletiva, aquela que melhor atenda aos anseios da categoria, dentro da seara econômica e profissional deve ser fruto de uma construção conjunta entre as partes envolvidas. Tal espaço de construção, é um espaço de desenvolvimento da democracia laboral, de desenvolvimento da subjetividade e da preservação de espaços de fala, tanto para concretização da autonomia privada coletiva, quanto para o exercício da autonomia individual, no bojo da autonomia coletiva.

Segundo Martins, o comitê de liberdade sindical considera essencial ao exercício pleno da liberdade sindical o direito de negociar livremente, devendo o Estado democrático pluralista reconhecer a autonomia coletiva em sua plenitude independente de nível ou qualquer limitação[481]. A preservação e a proteção do espaço de autonomia coletiva são fundamentais para assegurar a liberdade sindical. Um espaço deliberativo livre, democrático e pautado na busca por uma pacificação

[478] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 127.
[479] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 128.
[480] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 131.
[481] MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 135.

social é capaz de impactar positivamente na vida da sociedade. Afinal, o trabalho produz efeitos diretos e imediatos na sociedade em que está inserida. O trabalho se relaciona diretamente com o espaço de consumo, de movimentação da economia, de acesso à educação, cultura, segurança, entre outros direitos fundamentais e sociais. Ademais, na falta do trabalho, tais direitos imediatamente passam a ser suprimidos.

O interesse coletivo não é unicamente um interesse plural ou de determinado grupo, pois não tem como titulares sujeitos determinados, mas um interesse geral, referido a uma série abstrata de sujeitos não identificados, embora identificáveis por sua qualidade, atividade e função econômica. O interesse do grupo é um interesse coletivo, assistindo a vários indivíduos, estes identificáveis, pois sujeitos em número certo, podendo tal interesse ser exercido por todos os titulares, reunidos em uma associação que abriga e representa e age em nome de todos. A categoria inclusive compreende sujeitos futuros, que a ela pertencerão ou ao ocupar posições que a integrem e as diferenciem do interesse geral. As categorias profissional e econômica constitui-se em uma série aberta que pode ser integrada por sujeitos diferentes, desde que exerçam a mesma atividade de produção ou explorem a mesma categoria econômica[482].

A respeito da importância da negociação coletiva e seu reconhecimento e enquadramento no plano interno, importante a análise do texto da CLT. Para ajudar a elucidar tal divergência conceitual é importante compreender que o artigo 611 da CLT[483] afirma que a Convenção Coletiva de Trabalho "é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho."

A abrangência das normas coletivas alcança toda a categoria representada e não se limita aos filiados a entidade sindical. Logo, importa compreender que as normas coletivas produzidas no seio do espaço de liberdade e autonomia coletiva sindical produzem efeitos inclusive para os trabalhadores que não estão filiados a entidade sindical, mas por força do sistema de sindicato único por categoria, são

---

[482] ROMITA, Arion Sayão. **O fascismo no direito do trabalho brasileiro**: influência da *Carta Del Lavoro* sobre a legislação trabalhista brasileira. São Paulo, LTr, 2001, p. 59.

[483] BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452**, de 1º. de maio de 1943 - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.

representados por ele. Aqui é a concretização da representatividade, como elemento da democracia nas relações coletivas de trabalho.

A CLT na sua literalidade define a Convenção Coletiva de trabalho como um acordo de caráter normativo realizado entre sindicatos da categoria profissional e econômica. A palavra normativa significa na sua literalidade um instrumento que estabelece normas e dita padrões de comportamento, atuação e até mesmo punições para as partes envolvidas. É um acordo multilateral ou bilateral que estabelece direitos e deveres para ambas as partes e seus representados. Para além, o artigo 611-A da CLT admite para alguns temas, que a norma coletiva prevaleça sobre a própria lei. Admitindo no § 2º., deste artigo, que a norma coletiva é um negócio jurídico, ao afirmar que no "§ 2º. A inexistência de expressa indicação de contrapartidas recíprocas em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho não ensejará sua nulidade por não caracterizar um vício do negócio jurídico."[484]

Segundo Gomes, a convenção coletiva de trabalho, fruto do encontro de duas forças que se equivalem, "permite ao sindicato estipular condições de trabalho mais vantajosas que as que os trabalhadores poderiam obter isoladamente." A convenção coletiva de trabalho extingue o regime unilateral e restaura a bilateralidade do ato, possibilitando ao sindicato pugnar por melhorias nas condições de trabalho, assim como sedimenta determinada segurança jurídica, decorrente do prazo pactuado. Este prazo é vantajoso não só para o empregado, mas também para a empresa, que durante a vigência da norma coletiva, em regra, está livre de greves e paralisações em função do ali pactuado[485].

A negociação coletiva é o espaço democrático plural e favorável a promoção da igualdade ou equilíbrio de partes no direito do trabalho. A negociação coletiva esgota, ou melhor, tem o condão de retirar a desigualdade entre empresa e trabalhador, proporcionando um ambiente democrático e igualitário de discussões sobre trabalho e melhorias na condição de vida do trabalhador. É neste ambiente, o ambiente da negociação coletiva que as partes concretizam individualmente, inclusive, a democracia laboral e sindical. É neste espaço de fala que o trabalhador tem a possibilidade de se manifestar, requerer, arguir, protestar em igualdade de condições ao empresário.

---

[484] BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452**, de 1º. de maio de 1943 - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.

[485] GOMES, Orlando. **A convenção coletiva de trabalho**. São Paulo: LTr, 1995, p. 42-43.

Ainda, segundo Gomes, a importância da Convenção coletiva está na uniformização das condições de trabalho, com reflexos positivos aos contratos individuais. Também, ela reduz a concorrência entre trabalhadores e reduz os defeitos do contrato individual e golpeia a supremacia patronal, produzindo a democratização do trabalho, restaurando a justiça e contribuindo para a paz social. Uniformizar condições de trabalho é atenuar desigualdades, voltando a convenção a ser sujeito na relação de trabalho, como uma reivindicação da própria dignidade do trabalhador[486].

O espaço de autonomia coletiva sindical é espaço de cooperação interna em sua mais nítida expressão, vez que a Constituição de 1988 ao reconhecer a legitimidade das negociações coletivas de trabalho, reconhece que os sindicatos podem e devem cooperar com o Estado na elaboração da legislação laboral em sede de negociação coletiva e na equivalência entre capital e trabalho, ainda que em seu microcosmos.

A negociação coletiva é o espaço para que o trabalhador se iguale ao empregador. É a queda da supremacia patronal. A democracia laboral somente é possível com lugares de fala favoráveis ao desenvolvimento da negociação como instrumento potente e necessário ao desenvolvimento de dignidade humana no trabalho. Ademais, sem este espaço a democracia sai perdendo e enfraquecida, se é que ela continua existindo. Em um sistema de sindicato único, a negociação coletiva ainda é a maior voz que o trabalhador possui, vez que sem condições de escolher seu sindicato, ao menos tem a oportunidade de buscar falar e ser ouvido. No sistema brasileiro, a negociação coletiva ainda é mais importante, considerando a anomalia do sindicato único por categoria, presente no texto constitucional em total divergência a estrutura plural e democrática da Constituição de 1988.

Ainda, Gomes esclarece que “do ponto estritamente jurídico, a convenção coletiva de trabalho substitui a legislação que o Estado teria fatalmente de decretar para subordinar as condições de trabalho a certas regras.” A regulamentação por convenção coletiva atende melhor aos interesses das partes, pois é fruto da discussão categorial. Evita-se assim a edição de legislação excessiva ou superficial, pois sequer o Estado conseguiria alcançar os pormenores do trabalho em determinada empresa, assim como as reais necessidades dos trabalhadores.

---

[486] GOMES, Orlando. **A convenção coletiva de trabalho**. São Paulo: LTr, 1995, p. 43-46.

Ressaltando o papel precursor e substituto da legislação, que a convenção desempenha, pois muitas normas nela contidas integram a legislação estatal em seu tempo futuro[487].

A elaboração de normas coletivas dentro do espaço de autonomia coletiva sindical é a expressão da cooperação da forma como ela deve desenvolver, qual seja, próxima aos afetados pelas normas coletivas e no palco de discussão das normas que lhe são favoráveis e necessárias, porém de forma bilateral, pois o empregador participa e negocia em igualdade de condições. Após discussões, concessões, aparamento de arestas conflituais decorrentes do desenvolvimento do trabalho, as partes podem chegar a um acordo mútuo, um equilíbrio em que a norma ali produzida é a moldura legislativa mais adequada para reger as relações laborais entre os envolvidos. Trata-se de um importante espaço de cooperação em função da possibilidade de as partes elaborarem as normas coletivas considerando os riscos, as especificidades das atividades da categoria, verticalização que o Estado jamais conseguiria atender, dada a ampla e vasta conjuntura de profissões no país.

Assim, o espaço negocial coletivo é essencial para o desenvolvimento do trabalho no país, assim como para propiciar um ambiente solidário, com dignidade, com segurança e autonomia. A democracia laboral demanda a concretização de espaços negociais autônomos e independentes e assim é o espaço da negociação coletiva sindical.

No julgamento do tema nº. 1046, o STF, ao traçar um transcorrer histórico do direito ao exercício da negociação coletiva no país, entendeu que

> é preciso aceitar que a Constituição de 1988 aconteceu; e, com ela, uma nova configuração entre público e privado, entre a esfera estatal e a sociedade. Simplesmente negar a autonomia coletiva para deliberar sobre condições de trabalho próprias a determinada categoria, promovendo anulações seletivas daquilo que foi acordado entre forças econômicas e profissionais autônomas, acaba por representar uma reedição da tutela do Estado sobre os sindicatos.[488]

Assegurar a autonomia coletiva sindical é reafirmar os ditames da Constituição de 1988, que trouxe em seu bojo a autonomia como um pilar estrutural do sistema sindical brasileiro. Assim, o espaço de autonomia coletiva sindical é um

---

[487] GOMES, Orlando. **A convenção coletiva de trabalho**. São Paulo: LTr, 1995, p. 46-48.

[488] STF. ARE 1121633 / GO. Tema 1046. Relator Min. Gilmar Mendes. Publicação em 02/06/2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15357610710&ext=.pdf, p. 8, acesso em 01 de julho de 2023.

espaço constitucional cooperativo em sua forma interna. Espaço no qual a legislação privada é protagonista, produzindo ambientes saudáveis de debate, discussões, concessões e decisões por melhorias para o ambiente laboral como um todo. O trabalho, dada a sua relevância na vida da maioria das pessoas do planeta, tem que estar permeado por um espaço democrático e pautado na dignidade humana. O espaço negocial coletivo é um espaço igualitário e de proliferação da dignidade, jamais um espaço de segregação, discriminação e violações.

Nesse sentido, o entendimento da jurisprudência recente é no sentido de que normas individuais de redução de jornada, salário e suspensão temporária de trabalho, sem a participação do sindicato são inconstitucionais. Tal entendimento foi emitido em sede liminar na ADI 6363 proposta pelo partido Rede Sustentabilidade, requerendo e reconhecimento da inconstitucionalidade de dispositivos da MP 936/2020, com relação aos artigos 7º., VI, XIII e XXVI, e 8º., III e VI, da Constituição, pugnando liminar em sede cautelar, o que foi deferido[489].[490]

Assim,

> É evidente, da leitura desses dispositivos, que o Constituinte estabeleceu uma margem de atuação para a livre negociação entre empregadores e trabalhadores. Definiu os limites negociais de modo a conceder certa

[489] STF. **ADI 6363/2020.** Relator Ministro Ricardo Lewanddowski, emitida dia 06 de abril de 2020. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe. asp?incidente=5886604, acesso em 26 de janeiro de 2023.

[490] Segue parte do entendimento do STF na decisão liminar da ADI 6363: "Segue-se, portanto, que os acordos coletivos, "[quando] dispuserem sobre redução salarial, inclusive como forma de administrar crises, viabilizado a própria garantia de emprego, serão perfeitamente admitidos pela ordem constitucional".7 A contrário sensu, não se permite a exclusão das entidades sindicais dos acordos que reduzam salários pela legislação ordinária. Mas a mera previsão, na MP 936/2020, de que tais acordos "deverão ser comunicados pelos empregadores ao respectivo sindicato representativo da categoria, no prazo de até dez dias corridos" aparentemente não supre a inconstitucionalidade apontada na inicial. Isso porque a simples comunicação ao sindicato, destituída de consequências jurídicas, continua a afrontar o disposto na Constituição sobre a matéria. Por isso, cumpre dar um mínimo de efetividade à comunicação a ser feita ao sindicato laboral na negociação. E a melhor forma de fazê-lo, a meu sentir, consiste em interpretar o texto da Medida Provisória, aqui contestada, no sentido de que os "acordos individuais" somente se convalidarão, ou seja, apenas surtirão efeitos jurídicos plenos, após a manifestação dos sindicatos dos empregados.[...] Isso posto, com fundamento nas razões acima expendidas, defiro em parte a cautelar, ad referendum do Plenário do Supremo Tribunal Federal, para dar interpretação conforme à Constituição ao § 4º do art. 11 da Medida Provisória 936/2020, de maneira a assentar que "[os] acordos individuais de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária de contrato de trabalho [...] deverão ser comunicados pelos empregadores ao respectivo sindicato laboral, no prazo de até dez dias corridos, contado da data de sua celebração", para que este, querendo, deflagre a negociação coletiva, importando sua inércia em anuência com o acordado pelas partes."

> flexibilidade ao acordado e, ao mesmo tempo, garantir direitos que entendeu serem essenciais aos trabalhadores.[491]

Ao discorrer sobre o exercício da autonomia coletiva sindical, não se está a pregar excessos e violações, mas ao contrário, proteção em geral e de um modo integral. Recentemente, o STF decidiu no tema 1046 sobre a temática e definiu que os limites negociais estão em garantir direitos essenciais aos trabalhadores.

A Constituição de 1988 privilegiou a força normativa dos acordos e convenções coletivas de trabalho, reconhecendo-os como instrumentos legítimos de prevenção e autocomposição de conflitos trabalhistas, inclusive para redução de direitos. A jurisprudência já fixou entendimento de que para haver revisão de normas coletivas é necessário a análise de três premissas basilares. A primeira premissa é a equivalência dos negociantes. Para o Ministro Gilmar Mendes, o exercício da autonomia coletiva demanda uma equivalência técnico-jurídica entre trabalhadores e empregadores, logo, não há que se falar em hipossuficiência e desequilíbrio de forças do trabalhador representado por seu sindicato. A segunda premissa é a presença da teoria do conglobamento, que reconhece que as normas coletivas são frutos de concessões mútuas, logo, eventual revisão macula todo o instrumento. Ademais, para o STF, deve ser considerado todo o instrumento, o conjunto negociado, aplicando uma interpretação de equilíbrio da norma como um todo, ressalvando que o reconhecimento da autonomia coletiva não implica em renúncia ao direito de acesso à justiça. A terceira premissa é a disponibilidade ampla dos direitos trabalhistas, preservando um patamar mínimo civilizatório[492]. Segundo o Ministro Luis Edson Fachin ao votar no tema 1046, em entendimento alinhado ao voto do Ministro Gilmar Mendes, entendeu que “o negociado em negociação coletiva prevalece sobre o legislado em todas as situações em que se respeite o patamar civilizatório mínimo garantido a todos os trabalhadores pela Constituição.”[493]

A discussão sobre a prevalência entre o negociado e legislado é necessário assegurar os elementos essenciais, seja para propiciar a segurança jurídica para as

---

[491] STF. **ARE 1121633** / GO. Tema 1046. Relator Min. Gilmar Mendes. Publicação em 02/06/2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15357610710&ext=.pdf, p. 9, acesso em 01 de julho de 2023.

[492] STF. **ARE 1121633** / GO. Tema 1046. Relator Min. Gilmar Mendes. Publicação em 02/06/2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15357610710&ext=.pdf, p. 9-19, acesso em 01 de julho de 2023.

[493] STF. **ARE 1121633** / GO. Tema 1046. Relator Min. Gilmar Mendes. Publicação em 02/06/2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15357610710&ext=.pdf, p. 6, acesso em 01 de julho de 2023.

partes, seja, para evitar que as normas coletivas sejam utilizadas por lideranças sindicais e empresariais, para lesar direitos e garantias dos trabalhadores. A pesquisa parte sempre da premissa da boa-fé das lideranças sindicais e empresariais. Presume-se sempre que os envolvidos estão comprometidos com a verdadeira luta sindical. Não obstante a presunção, é necessário, que se estabeleçam limites, filtros mínimos que assegurem proteção ao núcleo essencial de direitos do trabalhador.

Nesse sentido, prossegue o Ministro Gilmar Mendes do STF esclarecendo que

> Por força do princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, as convenções coletivas não podem diminuir ou esvaziar o padrão geral de direitos trabalhistas previstos na legislação aplicável, salvo quando houver autorização legal ou constitucional expressa. No Direito Coletivo do Trabalho, entende-se que a autonomia coletiva deve ser conjugada com o chamado princípio da adequação setorial negociada, que define a importância de harmonização dos interesses das partes na negociação coletiva com o sistema normativo heterônomo estatal.[494]

As convenções e acordos coletivos de trabalho são fruto de concessões recíprocas das partes e pautadas em uma harmonização dentro de um sistema que possui um núcleo irredutível de direitos e garantias. Para além destes, pode haver, em sede de negociação coletiva, concessões recíprocas que ocasionem por um lado aquisições de direitos e por outro flexibilização. A harmonia de interesses é o que deve prevalecer dentro do espaço negocial coletivo.

No mesmo sentido, o direito fundamental ao reconhecimento das Convenções e acordos coletivos deve ser compreendido em consonância com os princípios conformadores da autonomia privada coletiva atinentes a representatividade da entidade sindical, assegurando uma verdadeira equivalência entre seres coletivos na "agência criativa da negociação coletiva"[495]. A decisão evidencia que os efeitos entre empregado e empregador do acordo individual produzem efeitos imediatos, desde que haja a chancela do sindicato da categoria, que deverá ser notificado e tomar ciência da negociação, sendo o seu silêncio interpretado como anuência, nos termos da previsão do artigo 617 da CLT.

---

[494] STF. **ARE 1121633** / GO. Tema 1046. Relator Min. Gilmar Mendes. Publicação em 02/06/2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15357610710&ext=.pdf, p. 20, acesso em 01 de julho de 2023.

[495] STF. **ARE 1121633** / GO. Tema 1046. Relator Min. Gilmar Mendes. Publicação em 02/06/2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15357610710&ext=.pdf, p. 155, acesso em 01 de julho de 2023.

Inicialmente, quando o assunto é a proteção internacional a autonomia sindical, a Convenção nº. 98 da OIT em seu Art. 1º. assegura que “os trabalhadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical em matéria de emprego.”[496] Esta Convenção impõe um dever aos Estados que a ratificarem, qual seja, de proporcionar a proteção adequada aos trabalhadores, para inibir qualquer ato atentatório ao exercício da liberdade sindical. Sob tal perspectiva, a reflexão necessária aqui diz respeito ao Brasil, que, em 1952 (ratificação), por meio do Decreto nº. 33.153/1953 (promulgação) ratificou a Convenção nº. 98. Porém a Constituição vigente limita a autonomia da vontade, para criação e organização sindical.

O artigo 2º. da Convenção nº. 98 reafirma que as organizações de trabalhadores e empregadores deverão gozar de proteção contra atos diretos e indiretos que visem atentar, reduzir ou limitar o exercício da liberdade sindical, incluindo a formação, funcionamento e administração sindical. Da mesma forma, o artigo 3º. da referida Convenção expressamente reitera o compromisso dos países para assegurar o respeito ao direito de organização sindical[497].

O respeito a organização sindical perpassa pela proteção a organização, estruturação, administração e negociação coletiva. Ademais, a proteção ao exercício da liberdade sindical é um conjunto de pilares estruturais que devem ser garantidos para que ao final, o núcleo central produza efeitos, qual seja, a melhoria nas condições de trabalho. A liberdade sindical possui como fio condutor a luta por melhorias nas condições de trabalho e promoção da dignidade humana. Nessa senda, a admissão de um espaço de autonomia sindical, cuja normatividade é reconhecida constitucionalmente é a concretização do Estado Constitucional Cooperativo, sob a perspectiva interna, qual seja, com relação a legislação interna, assim como com relação as normas externas, a saber, tratados e convenções internacionais que regulam o trabalho.

Ainda, o artigo 4º. da Convenção nº. 98 da OIT promove especificamente a negociação coletiva, ao assegurar que deverão ser tomadas medidas apropriadas as condições nacionais “para fomentar e promover o pleno desenvolvimento e utilização dos meios de negociação voluntária entre empregadores ou organizações

---

[496] OIT. **Convenção nº. 98/1949**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235188/lang--pt/index.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

[497] **OIT. Convenção nº. 98/1949**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235188/lang--pt/index.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

de empregadores e organizações de trabalhadores" para promover e regular melhores condições de trabalho e emprego[498].

A Convenção nº. 87/1948, cujo Brasil é o único país da América latina a não ratificar, não obstante conforme já exposto na presente pesquisa, entende-se que independentemente de ratificação, por força da Declaração de Direitos e garantias fundamentais de 1998, tem o Brasil o dever de implementação, pois se trata de norma de direitos humanos, devendo todos os países-membros da OIT cumpri-la.

Sob tal senda, a Convenção nº. 87 da OIT no artigo 2º. assegura a todos os trabalhadores e empregadores sem qualquer distinção, o direito "de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas."[499]

Lembrando que todo o arcabouço normativo deve estar em sintonia com as disposições da OIT, inclusive da sua Constituição, especialmente o contido no artigo 19.8 assegura que

> Em caso algum, a adoção, pela Conferência, de uma convenção ou recomendação, ou a ratificação, por um Estado-Membro, de uma convenção, deverão ser consideradas como afetando qualquer lei, sentença, costumes ou acordos que assegurem aos trabalhadores interessados condições mais favoráveis que as previstas pela convenção ou recomendação.[500]

O núcleo central da proteção a liberdade sindical em sua macro, é a busca por melhores condições de trabalho. A busca por um trabalho seguro e que propicie desenvolvimento humano, de forma digna e em perspectivas que preservem e edifiquem a vida do ser humano. Esta é a essencialidade da proteção sindical laboral e seus espaços. O espaço de autonomia coletiva sindical, como local de desenvolvimento do trabalho, de desenvolvimento da democracia laboral e palco de posicionamento individual e coletivo, possui um objetivo central que é a promoção do trabalho decente e suas melhores condições para as categorias laborais.

---

[498] OIT. **Convenção nº. 98/1949**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235188/lang--pt/index.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

[499] OIT. **Convenção nº. 87/1948**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/normas/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

[500] OIT. **Constituição da Organização Internacional do Trabalho** (Oit) E Seu Anexo (Declaração de Filadélfia). Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/genericdocument/wcms_336957.pdf, acesso em 26 de janeiro de 2023.

Assim, importante compreender que a proteção do espaço de autonomia sindical está para além da proteção aos interesses dos filiados de determinada entidade sindical. Ademais, no Brasil as negociações coletivas abrangem toda a categoria representada, que inclusive possui o direito de participar das assembleias negociais, independentemente de filiação ao sindicato. Este, neste espaço de autonomia sindical, não representa somente seus associados, mas toda a categoria laboral envolvida. Ademais

> A restrição negocial a filiados (ou, pior, aos contribuintes) estimulará as oposições sindicais (nada de mal nisso, aliás), surgimento de outras entidades representativas (talvez um novo modelo, paralelo ou concorrente ao sindical) e, sobretudo, espaço para as empresas esvaziarem os sindicatos[501].

O modelo brasileiro pautado na representação por categoria não pode permitir que a entidade sindical estabeleça direitos e garantias somente para os trabalhadores associados, sob o risco de se permitir que o espaço sagrado de autonomia coletiva sindical se transforme em um palco de privilégios, desigualdade e da prática de atos antissindicais revestidos de uma falsa roupagem de democracia. Ademais, tal comportamento faria com que os trabalhadores se obrigassem a se filiar ao sindicato único da categoria, para não quedar excluído das negociações coletivas. O espaço de autonomia coletiva sindical é um espaço de cooperação, harmonia e melhoria das condições de trabalho, não se podendo permitir segregações.

Sob tal vértice,

> A tese de que os sindicatos poderão e/ou deverão negociar em favor apenas dos membros filiados ou dos que estejam em dia com as contribuições sindicais é politicamente desastrosa e esbarra em vários empecilhos, a saber: (a) cria desigualdade; (b) estabelece cizânia na base do sindicato; (c) transforma o sindicato em associação; (d) abre margem ao pluralismo; (e) possibilita que os não-filiados encontrem outra forma de representação e de negociação com as empresas; (f) admite pedido de extensão (art. 868, CLT); (g) implica em “dupla folha salarial”; (h) engana-se em “quem serão os discriminados”: os filiados ou os não filiados? (i) fomenta as ações de equiparação salarial; (j) estimula discriminação na admissão e na rescisão; (l) contraria a liberdade de filiação, na medida em que a força.[502]

---

[501] LIMA, Francisco Gérson Marques de. **Negociação coletiva restrita aos filiados ao sindicato**, 2019. Disponível em: https://oabce.org.br/wpcontent/uploads/2019/02/Negociac%CC%A7a%CC%83o-coletiva-restrita-aos-filiados.pdf, acesso em 07/06/2023, p. 3.

[502] LIMA, Francisco Gérson Marques de. **Negociação coletiva restrita aos filiados ao sindicato**, 2019. Disponível em: https://oabce.org.br/wp-

O sindicato como espaço autônomo e independente não pode permitir que segregações sejam perpetradas sob o fundamento de autonomia sindical. A autonomia sindical em sua base é solidária, acolhedora e contempla medidas de proteção e cuidado. A aceitação de um sistema que contemple somente os filiados ao longo do tempo desvirtua os propósitos da atividade sindical gerando desigualdade. Ainda, colocaria em risco o sindicalismo como um todo no sistema de sindicato único como é o Brasil. A representação obrigatória do sistema de unicidade sindical obriga a representação, independentemente da vontade do trabalhador. Ademais, no sistema brasileiro criaria a obrigatoriedade de sindicalização, o que por si só é totalmente contrário aos ditames da liberdade sindical. Tal temática, sob a perspectiva da representação sindical no sistema de sindicato pluralista em um Estado Constitucional Cooperativo terá que ser repensado de modo a garantir a unidade sindical e propiciar sindicatos mais fortes, assim como preservar a autonomia e liberdade sindical.

A representação sindical no sistema de sindicato único acontece quando diferentes sindicatos competem para representar os trabalhadores em determinada empresa ou setor ou categoria, cada um com sua própria visão, filosofia de trabalho e estratégias. No sistema de pluralidade sindical, a representação sindical pode ser dividida de diversas maneiras, por exemplo, trabalhadores de uma determinada profissão ou ocupação, enquanto outro sindicato pode representar os trabalhadores de várias ocupações dentro de um setor específico ou determinado. Os sindicatos também podem se organizar com base em diferentes ideologias, missões ou filosofias e até mesmo abordagens políticas. Este sistema comporta vantagens e desafios, pois permite a ampla e livre representação dos interesses dos trabalhadores, com concorrência de sindicatos para oferecer serviços e perspectivas de luta, o que é saudável e só fortalecerá o sistema sindical.

Assim, por força da própria Constituição de 1988

> Os sindicatos são entidades coletivas que defendem a “categoria”, não apenas os associados (art. 8º, III, CF), e desempenham importante papel político. Tal representação é própria do modelo de unicidade sindical que o Brasil adota. Afinal, se os trabalhadores ou empresários não têm a opção de ser representados por nenhuma outra entidade sindical senão exclusivamente por aquela existente na base territorial, predestinada a

content/uploads/2019/02/Negociac%CC%A7a%CC%83o-coletiva-restrita-aos-filiados.pdf, acesso em 07/06/2023, p. 4.

> representá-los (art. 8º, II, CF), é sinal de que a liberdade de associação é restringida e, portanto, o sindicato representa a própria categoria, queira o membro ou não.[503]

Obviamente que um dos debates necessários em um sistema de sindicato único por categoria e sem a contribuição obrigatória, cuja necessária retirada aconteceu com a reforma trabalhista em 2017, pode discutir formas de custeio da entidade sindical, cujo assunto não é objeto de discussão aqui. A representação de toda a categoria pode gerar impactos nas despesas e estrutura do sindicato, mas tal fato não justifica a adoção de medidas somente em prol dos filiados, por força constitucional.

Nesse mesmo sentido é o artigo 4º. da Recomendação nº. 91/1951 da OIT que assegura que "As disposições da convenção colectiva devem aplicar-se a todos os trabalhadores das categorias em causa que trabalhem nas empresas abrangidas pela convenção colectiva, salvo disposição expressa da convenção colectiva em contrário."[504] Esta recomendação aborda a extensão das normas coletivas, conceitos e sua aplicabilidade de modo igualitário e que propicie melhores condições de trabalho, efetivamente. Nesse mesmo sentido é a Recomendação nº. 163/1981[505] da OIT, que recomenda formas de efetivação das normas coletivas como instrumento de edificação do trabalho humano em sua universalidade.

Esta recomendação dispõe sobre a necessidade de medidas nacionais para facilitar o estabelecimento e expansão das negociações coletivas, de forma voluntária, livres, independentes e representativas. A recomendação também menciona a necessidade de medidas para o reconhecimento das organizações de trabalhadores e de empregadores para fins de negociação coletiva, assim como seus espaços de diálogo e em diversos níveis. Esta Recomendação possui uma preocupação com a capacitação dos negociadores coletivos, com programas de treinamento e capacitação adequados ao bom desenvolvimento. Ainda, tal Recomendação orienta medidas para assegurar o fornecimento de dados e

---

[503] LIMA, Francisco Gérson Marques de. **Negociação coletiva restrita aos filiados ao sindicato**, 2019. Disponível em: https://oabce.org.br/wpcontent/uploads/2019/02/Negociac%CC%A7a%CC%83o-coletiva-restrita-aos-filiados.pdf, acesso em 07/06/2023, p. 5.

[504] OIT. **Recomendação nº. 91/1951**. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312429:NO, acesso em 01 de julho de 2023.

[505] OIT. **Recomendação nº. 163/1981**. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312501:NO, acesso em 01 de julho de 2023.

informações para realização de negociações adequadas e sistemas de solução de controvérsias eficientes e pautados na pacificação social[506].

A Convenção nº. 154/1983 da OIT, ratificada em 10/07/1992 pelo Brasil, pelo Decreto nº. 1.256/1994, com vigência no plano interno desde 10/07/1993, propõe o caráter de universalidade às negociações coletivas, ao propor que todas as nações reconheçam o efetivo direito de negociação coletiva e considerem que isso é um princípio "plenamente aplicável a todos os povos". Esta Convenção estimula o reconhecimento, proteção e estímulo a negociação coletiva em sua forma mais ampla, democrática e pautada na centralidade da melhoria das condições de trabalho em geral e mais fortalecimento do espacial negocial sindical representativo de categorias em geral. Esta norma Internacional defende e estrutura a negociação coletiva em sua forma mais ampla e protetiva, qual seja, extensiva a toda a categoria do sindicato em tela[507].

Assim, o espaço coletivo autônomo de negociação coletivo não possui espaço para segregação ou delimitação das negociações apenas aos associados, ademais tal prática contraria não só os preceitos da liberdade sindical como norma de direitos humanos em um sistema de sindicato único, como o Brasil. A negociação coletiva em sua essência interna e externa é ampla e contempla toda a categoria. A delimitação de aplicabilidade das normas coletivas somente para os filiados em um sistema de sindicato único por categoria gera um desvio dos propósitos da norma coletiva. Ademais, a negociação coletiva é a concretização do Estado Constitucional Cooperativo no plano interno laboral brasileiro. O reconhecimento e a legitimação de um espaço normativo para além do Estado é a efetivação da abertura contida na Constituição ao reconhecer as normas coletivas de trabalho no plano laboral brasileiro. O espaço negocial sindical brasileiro é um espaço de liberdades, de autonomia e de concretização de direitos e garantias sob o crivo da democracia laboral em um espaço único e essencial ao desenvolvimento humano pelo trabalho.

Não obstante, um sistema de pluralismo sindical comportará a representação por adesão, vez que pelo próprio modo de organização sindical, caberá ao trabalhador aderir ou não a determinada entidade sindical de sua escolha.

---

506 OIT. **Recomendação Nº. 163/1981**. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312501:NO, acesso em 01 de julho de 2023.

507 OIT. **Convenção nº. 154/1983**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236162/lang--pt/index.htm , acesso em 01 de julho de 2023.

Logo, neste momento de unicidade sindical, é essencial a manutenção do sistema de representação obrigatória, inclusive com extensão automática das normas coletivas a todos os integrantes da categoria. A implementação do pluralismo sindical dará lugar naturalmente a outra formatação para a representação e para o alcance das normas coletivas. Ademais, passarão a não ser obrigatórias para toda a categoria, a menos que se tenha um sistema de sindicato por representação, aí sim, acredita-se que para determinado espaço de tempo, mediante decisão da própria categoria, as normas coletivas deverão alcançar inclusive, integrantes da categoria, mas não filiados a entidade sindical.

Ainda, importante a menção à Recomendação nº. 91/1951 da OIT, que afirma que

> Las disposiciones de un contrato colectivo deberían aplicarse a todos los trabajadores de las categorías interesadas que estén empleados en las empresas comprendidas por el contrato colectivo, a menos que el contrato colectivo previere expresamente lo contrario.[508]

Logo, conforme previsão acima, poderão os sindicatos livremente decidir por meio dos seus integrantes o modelo a adotar. Tal faz parte da autonomia sindical, não se esquecendo, se está a tratar de um sistema de pluralismo sindical. Sob tal perspectiva, é possível repensar a representação obrigatória contida no sistema de sindicato único por categoria. Enquanto persistir o sistema de unicidade sindical, a representação obrigatória é um pilar elementar na proteção do espaço de autonomia sindical, assim como do próprio trabalhador. Ademais, a participação do sindicato é obrigatória na negociação coletiva, logo, deve alcançar a todos os integrantes da categoria. Aqui se está a abordar a representação nas negociações coletivas, pois a representação judicial demandaria regulamentação e até mesmo restrição aos filiados do sindicato, no sistema pluralista. A temática demanda ajustes legislativos que protejam especialmente aos trabalhadores, o que demandará também um repensar ao conceito de categoria.

No tópico seguinte a abordagem se concentrará na análise do espaço sindical laboral para o agente público militar. A pesquisa se debruçará no estudo da

---

[508] OIT. **Recomendação nº. 91/1951**. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312429:NO, acesso em 08 de agosto de 2023.

liberdade sindical subjetiva do militar e o possível espaço de não liberdade para tal categoria profissional.

3.2. A LIBERDADE SINDICAL SUBJETIVA DO MILITAR: UM ESPAÇO DE NÃO LIBERDADE

Neste tópico, abordar-se-á a liberdade subjetiva do militar como um espaço de não liberdade. A pesquisa perpassa pela legislação interna e o aparato normativo internacional a respeito da temática. Ademais, ao longo da história laboral do Brasil, os militares sofreram e ainda sofrem restrições. As condições de trabalho, as práticas lesivas a honra, saúde e vida, cuja submissão em treinamentos ainda é presente. Sem voz, sem o direito ao grito, sem condições de pedir socorro, as atrocidades da caserna, muitas das vezes, sequer dela saem. A abordagem perpassa pela reflexão sobre a inexistência de categorias humanas, ou até mesmo sub categorias, pois a impressão que se tem é que os militares não são considerados portadores de dignidade humana, especialmente no direito à voz, dignidade e liberdade.

A história da rebelião dos marinheiros, contada a partir das experiências do próprio autor na marinha do Brasil, após longos anos de história de opressão, dor, sofrimento, violências de toda monta, resulta na criação de um grupo secreto e uma rebelião por melhores condições[509]. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil - AMFNB surge em pleno parlamentarismo janguista com duas tendências, em 25 de março de 1962, por 18 marinheiros. Uma comissão redigiu o Estatuto e um juiz registrou. Esta foi a segunda vez em 50 anos, que os marinheiros se organizavam, sendo a conciliadora que pretendia “reformar” a Marinha e a mais combativa pretendia uma orientação mais independente. Venceu a mais moderada [510].

A história da organização sindical por integrantes das forças armadas nitidamente é uma história de não liberdade, de repressão e opressão. A obra de Capitani é rica em detalhes sobre as condições desumanas de trabalho, alimentação, hospedagem, tratamento e outros absurdos de violações físicas,

---

[509] CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005, p. 21-26.
[510] CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005, p. 29.

morais, religiosas, sexuais, psicológicas, entre outras, que faziam com que a reputação das Forças Armadas causasse medo, repulsa e negativa em se alistar o que acabava acontecendo compulsoriamente. A disciplina castrense impunha na época um tratamento que feria a dignidade humana dos soldados e recrutas recolhidos as Forças Armadas brasileira.

A necessidade de se fazer algo, fruto do inconformismo, do sofrimento e da busca por melhores dias, fez com que historicamente os marinheiros constituíssem a AMFNB. A ideia era a união de forças e luta comum aos interesses daquela coletividade. A busca se resumia em um primeiro momento ao combate às condições barbaramente desumanas vivenciadas dentro dos quarteis, que inclusive as colocavam em risco com a própria vida, muitas das vezes.

As primeiras filiações massivas aconteceram entre os recém-chegados das escolas e aprendizes e a Associação soube atrair a juventude, apelando para o sentimento da dignidade e da fraternidade, o que só aumentava a quantidade de associados, se transformando em um fenômeno sem precedentes nas Forças Armadas do Brasil, com quase todo o efetivo associado, após ferrenha campanha pelo próprio autor[511]. A motivação para o movimento dos marinheiros, à época remonta justamente as condições de precariedade que esta categoria era exposta diariamente. A revolta dos marinheiros, como é chamado o movimento em estudo, decorre de opressões e de condições de humilhação e desumanidades para com os integrantes das forças armadas. O Estado, naquele momento entendia que o integrante das forças armadas deveria ser forjado por métodos cruéis e segregativos, pois a ideologia do sofrimento, naquele período, perpetra a correlação com uma boa e forte formação profissional.

Com o passar do tempo as perseguições começaram, expulsões, prisões aconteceram, o que levou a Associação para caminhos cada vez mais políticos e combativos[512]. A Associação passou a ser referência para os demais membros das Forças Armadas e inclusive para policiais militares e Bombeiros, o que gerou reação pelo Ministério da Aeronáutica[513]. Este movimento da AMFNB demonstra a necessidade de associação e organização pelos integrantes das Forças Armadas.

---

[511] CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005, p. 30-31.
[512] CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005, p. 31-32.
[513] CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005, p. 37-40.

Ademais, também são seres humanos, detentores de direitos e garantias, inclusive dignidade.

A AMFNB foi dissolvida judicialmente perante a 3ª. vara da fazenda pública Estado da Guanabara e na peça de dissolução constou “Dissolução de Sociedade Civil” – Autora: - União Federal. Ré: - Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Para Mendes Júnior, apesar da vida curta, a Associação teve um papel importante na conscientização dos militares quanto as suas péssimas condições de trabalho, tratamento, excessos de penalidades, entre outras[514].

Este movimento é um dos exemplos da inexistência de um espaço de liberdade e autonomia para os integrantes das forças armadas. Este espaço será abordado nos próximos tópicos, em uma transposição da história aos dias atuais.

3.2.1. A Liberdade Sindical Subjetiva do Servidor Público

Neste tópico, a abordagem se volta a análise do direito subjetivo a liberdade sindical pelo servidor público, a partir da perspectiva do Estado Constitucional Cooperativo, aberto interna e externamente e sua multiplicidade de fontes normativas.

O artigo 37, VI, da Constituição de 1988 assegura a garantia de livre associação sindical ao servidor público civil, bem como autoriza o exercício da greve, condicionada a legislação específica[515]. A Constituição de 1988 assegurou ao servidor público civil o direito a livremente se organizar e se associar em sindicatos, qual seja, assegurou o direito ao livre exercício da liberdade sindical, condicionada aos ditames do sindicato único por categoria.

O artigo 37 da Constituição assegura o direito subjetivo ao servidor público civil para se reunir, estruturar e fundar sindicatos e o direito a criar as normas organizativas da entidade, assim como exercer atividades sindicais com todos os direitos e garantias, inclusive com relação a proteção ao exercício do cargo. O exercício da autonomia subjetiva individual se faz presente nos atos que antecedem a formalização do sindicato, assim como a autonomia privada coletiva também

---

[514] MENDES Júnior, Gessildo. **Rebelião dos marinheiros**: A associação dos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil – AMFNB (1962-1964) no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, Niterói, 2010. Disponível em: https://ppghistoria.universo.edu.br/dissertacao/dissertacao-gessildo/, acesso em 21 de fevereiro de 2023, p. 84.

[515] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

permeia a formatação e estruturação de uma entidade sindical para servidores públicos. Após a estruturação o servidor público possui o direito de no uso da autonomia individual e autonomia coletiva privada se utilizar do espaço de autonomia sindical para deliberar, para votar e participar das regulamentações da entidade, assim como das negociações, com direito inclusive ao voto, se associado estiver.

A Convenção nº. 151/1981, aprovada na 64ª. Conferência Internacional do Trabalho, foi ratificada pelo Brasil em 2010. Esta Convenção assegura logo no artigo 1º. a universalidade de sua aplicação aos servidores e empregados pela Administração Pública, condicionando regulamentação interna para estabelecer seu alcance para as forças armadas e empregados de cargos de nível de gestão e decisão[516]. Este artigo é a concretização, no plano interno brasileiro, uma vez que tal Convenção foi internalizada pelo Brasil, da garantia do exercício do exercício da autonomia subjetiva do servidor público. Tal acontece, quando esta Convenção reconhece o direito a participação sindical por servidores públicos, ressaltando regulamentação específica aos integrantes das forças armadas.

O direito subjetivo individual e coletivo ao exercício da atividade sindical passou a ser norma de natureza constitucional, com o texto de 1988. Ademais, ao servidor público civil foi consagrado o direito a constituir sindicatos, organizar e estruturar normas internas de administração, organização internas e o direito objetivo a ser representado pelo sindicato da categoria.

A Convenção nº. 151 da OIT estabelece a proteção ao direito de sindicalização do servidor público, que consiste no combate à discriminação do servidor que exerça e participe de atividades sindicais, direito à livre filiação e desfiliação, participação em atividades sindicais, bem como a proteção contra a despedida do servidor filiado ou vinculado a sindicato. Ainda, as organizações sindicais de servidores públicos gozam de independência e autonomia para a gestão e organização sindical, constituição e funcionamento dos sindicatos[517].

O artigo 7º., da Convenção nº. 151 da OIT, determina que sejam tomadas medidas internamente nos países para estimular e fomentar o pleno

---

[516] OIT. **Convenção nº. 151/1981**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236160/lang--pt/index.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

[517] OIT. **Convenção nº. 151/1981**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236160/lang--pt/index.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

desenvolvimento e utilização da negociação coletiva e seus instrumentos entre trabalhadores públicos e autoridades públicas[518]. Este artigo assegura o direito a negociação coletiva entre administração pública e seus trabalhadores, como elemento de democratização das relações de trabalho, inclusive quando o Estado ou seus entes integram a relação laboral.

Ainda, o artigo 8º., da Convenção nº. 151 da OIT, estimula a prática da resolução de conflitos por meio da negociação, mediação, conciliação e arbitragem como instrumentos da pacificação social, independentes e imparciais, entre Administração Pública e seus trabalhadores[519]. Importante esta disposição da Convenção nº. 151 da OIT, vez que autoriza inclusive a resolução de conflitos por métodos extrajudiciais entre Administração Pública e servidor, o que no Brasil ainda encontra entraves devido a regulamentação interna, cultura jurídica da Administração Pública, entre outros entraves a solução dos conflitos laborais por meio da arbitragem, conciliação, negociação e mediação.

Nesse sentido,

> A negociação setorial, que visa uniformizar as condições de emprego num dado sector, pode ter diversos modelos. Pode ser definida de forma geral ou restrita, em termos das atividades visadas, e pode ter lugar segundo subunidades territoriais ou a nível nacional. As convenções coletivas setoriais podem contribuir para a estabilidade nas condições de trabalho e para pôr em pé de igualdade as empresas de um mesmo sector. De uma forma geral, estas convenções definem as condições de trabalho mínimas susceptíveis de serem melhoradas ou adaptadas em negociações posteriores, realizadas ao nível da empresa ou do estabelecimento.[520]

Importante a prática da negociação coletiva, o que já se vem admitindo no ordenamento jurídico brasileiro, desde que não produza impactos financeiros, pois qualquer aumento de despesa pública demanda aprovação de lei para regulamentação. Tal se dá, em conformidade com o Enunciado nº. 679 do STF, que consolida o entendimento de que “a fixação de vencimentos dos servidores públicos

---

[518] OIT. **Convenção nº. 151/1981**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236160/lang--pt/index.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

[519] OIT. **Convenção nº. 151/1981**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236160/lang--pt/index.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

[520] OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª. Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 19 de janeiro de 2023, p. 25.

não pode ser objeto de convenção coletiva.”.[521] Não obstante, normas de saúde, segurança no trabalho, cláusulas sociais e que não demandem aumento de despesa ou gerem algum custo financeiro para a Administração Pública, podem ser livremente negociadas entre as partes. Quando o assunto é o exercício da atividade sindical por servidores públicos, uma dúvida bastante comum é sobre a autorização legal para o exercício da greve e as consequências que este instituto pode apresentar aos mesmos.

A greve como fenômeno sociojurídico surge do sistema de trabalho assalariado, qual seja, fruto da Revolução Industrial, logo vinculada aos movimentos sindicais da Inglaterra, cuja matriz está associada as relações de natureza privada e decorre dos conflitos entre capital e trabalho. A greve para os trabalhadores do setor público passou a ser permitida em países como Canadá, Espanha, Finlândia, França, México e Portugal, com ordenamentos jurídicos que demandam procedimentos de validade prévios e antecedentes, como consultas, negociações coletivas[522]. No Brasil, a Constituição de 1988 reconhece o direito à greve para o servidor público civil (art. 37, VI e VII), assim como a liberdade para sindicalização, porém a sindicalização do militar, a mesma Constituição proíbe (art. 142, §3º., III)[523].

A greve é um exercício autorizado da autotutela pelo trabalhador, que de forma drástica, após inúmeras tentativas de negociação, paralisa as atividades para forçar o empregador a negociar e discutir as mazelas da categoria. O exercício da greve para os servidores públicos civis é chancelado pela Constituição, que por força e entendimento em sede de mandados de injunção, até que venha lei para regulamentar, são regulamentadas pela Lei de greve, ou seja, a Lei nº. 7783/1989, que regulamenta a greve para o setor privado.

Com a Constituição de 1988, não há mais espaço para a proibição de greve nem no setor privado, nem com relação a serviços essenciais, desde que respeitados os serviços inadiáveis, assim como o artigo 37, inciso VII, da

---

[521] STF. **Enunciado nº. 679**. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp? base=30&sumula=3632, acesso em 13 de julho de 2023.

[522] LEITE, Carlos Henrique Bezerra; LEITE, Laís Durval**. A greve do servidor público civil como direito humano fundamental**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p.145

[523] LEITE, Carlos Henrique Bezerra; Leite, Laís Durval. **A greve do servidor público civil como direito humano e fundamental**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 145-146.

CRFB/1988 assegurou o direito ao exercício da greve para o servidor público civil, mediante regulamentação por lei complementar, redação esta que foi alterada pela Emenda Constitucional nº. 19/1998, para constar que o direito de greve ao servidor público civil "será exercido nos termos e limites definidos em lei específica"[524].

Para Bezerra e Leite, a greve, é um direito fundamental inserido na moldura dimensional dos direitos humanos, e, ao mesmo tempo na primeira, segunda e terceira dimensões. A greve ao se enquadrar como direito de liberdade, um direito de primeira dimensão, ao mesmo tempo é direito de igualdade, logo, de segunda dimensão e caracterizado como direito de solidariedade, um direito humano de terceira dimensão[525].

No Estado Constitucional Cooperativo, o servidor público também é reconhecido como detentor de direitos humanos e fundamentais, logo, tem o seu direito à livre sindicalização e organização sindical reconhecidos. Ademais, o Estado possui grande expressividade quando o assunto é a contratação da força de trabalho, podendo o trabalhador ser vítima das mazelas e explorações de quem tem o dever de lhe proteger. Diante de situações de exploração e violação de direitos, a greve é um instrumento fundamental no exercício da autotutela, a ser utilizado pelo servidor público civil.

Para Bezerra e Leite "a greve é um instrumento democrático a serviço da cidadania", na medida que objetiva preponderantemente a reação pacífica de trabalhadores em face de atos que desrespeitem a dignidade humana[526]. Ademais, o sindicato como portador do espaço de autonomia sindical coletiva é instrumento fundamental no combate à exploração do servidor público civil, assim como na luta por melhorias nas condições de trabalho dos agentes públicos em geral. Ademais, se a organização do trabalho nos setores públicos estiver adoecida, certamente, a

---

[524] LEITE, Carlos Henrique Bezerra; Leite, Laís Durval. **A greve do servidor público civil como direito humano e fundamental**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 146-147.

[525] LEITE, Carlos Henrique Bezerra; Leite, Laís Durval. **A greve do servidor público civil como direito humano e fundamental.** *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 148-149.

[526] . LEITE, Carlos Henrique Bezerra; Leite, Laís Durval. **A greve do servidor público civil como direito humano e fundamental**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p.149.

prestação do serviço público para a população, se quedará comprometida e afetará imediatamente o princípio constitucional da eficiência pública.

Para Abrantes, “o sindicalismo representa precisamente o eixo em torno do qual se articula a regulação das condições de trabalho e da vida da maioria dos trabalhadores”[527]. O sindicalismo como eixo elementar e estruturante na construção de melhores condições de trabalho, tem o condão de buscar assegurar o exercício da autonomia subjetiva individual e coletiva ao servidor público. Este imbuído da responsabilidade pela boa prestação do serviço público, inclusive quando o Estado não lhe fornece condições para tal. Assim, em tal perspectiva, elementar que a lei assegure ao servidor público a plena manifestação sindical, resguardados os atendimentos mínimos para atividades essenciais, como saúde e fornecimento de bens básicos, tais como o fornecimento de água e energia, por exemplo.

Para a OIT, “o servidor público faz parte da máquina do governo, a quem compete a tarefa de executar as políticas ditadas por ministros de Estado”. Segundo a OIT dado ao crescimento do Estado, este tende a se tornar o maior empregador, na maioria dos países[528]. No Brasil, atualmente, é sabido que dada a grande e necessária quantidade de agentes públicos e o sucateamento das atividades sindicais, os maiores sindicatos são neste segmento. Segundo dados da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), publicados em 29 de junho de 2022, existem cerca de 560 mil servidores públicos federais em atividade em todo o país[529]. Ainda, o Brasil em 2019 possuía 3,1 milhões de servidores públicos em todas as esferas de poder, segundo dados do IBGE, o que representava 1,4% da população brasileira, que naquele momento era de 211 milhões de pessoas[530]. Os dados demonstram a importância da luta de classes dessa categoria de trabalhadores nos seus mais diversos segmentos laborais.

---

[527] ABRANTES, José João. **Algumas considerações sobre o direito à greve** – propósito das convenções nº. 87 e 98 da OIT. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 400.

[528] OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. Negociações coletivas. Tradução Sandra Vale. São Paulo: LTr; Brasília, DF: OIT,1994, p. 104-105.

[529] ENAP. **Pesquisa estima que serão necessários até 655 mil servidores federais em 2050**. Disponível em: https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/pesquisa-estima-que-serao-necessarios-ate-655-mil-servidores-federais-em2050#:~:text=Atualmente%2C%20existem%20cerca%20de%20560, p%C3%BAblicas%20com %20base%20em%20evid%C3%AAncias. Acesso em 12 de julho de 2023.

[530] XAVIER, Vitor Hugo. É mentira que o Brasil tem excesso de servidores públicos, veja os números, 2020. Disponível em: https://www.assufrgs.org.br/2020/08/14/e-mentira-que-o-brasil-tem-excesso-de-servidores-publicos-veja-os-numeros/, acesso em 12 de julho de 2023.

A greve para o servidor público civil constitui um direito fundamental social de trabalhadores nos termos do artigo 9º da Constituição de 1988, e por ser um direito fundamental não pode fazer distinção entre trabalhador do setor público e do setor privado, resguardada a particularidade do militar (art. 142, § 3º., IV da CF/1988) e limitações para serviços essenciais[531].

Logo, as Convenções Internacionais, assim como a própria constituição, em sede de concretização do direito objetivo aos servidores públicos asseguram o direito ao exercício da autonomia subjetiva individual e coletiva para participação das atividades sindicais, assim como a liberdade para fundar, estruturar e organizar sindicatos, além da função da representação, pelos líderes eleitos.

Sob tal perspectiva, importante a menção ao Projeto de Lei nº. 711/2019, de autoria do então Senador da República Antonio Anastasia (PSDB/MG), que estabelece normais para a negociação coletiva na Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios[532]. Não obstante, ainda existe uma lacuna legislativa no que concerne à regulamentação quanto ao exercício da negociação coletiva e à greve. Logo, embora arquivado, o texto do projeto de Lei nº. 711/2019, de autoria do Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), que estabelece "normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, está em convergência com a Convenção nº. 151, Recomendação 159 ambas da OIT"[533].

Este projeto foi arquivado em 22/12/2022, sob o fundamento do artigo 322 do Regimento Interno do Senado Federal, que prevê que "ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado", ressalvadas as

---

[531] LEITE, Carlos Henrique Bezerra; Leite, Laís Durval. **A greve do servidor público civil como direito humano e fundamental**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p.157.

[532] SENADO FERDERAL. **Projeto de Lei nº. 711/2019**, Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7917418&disposition=inline, acesso em 08 de abril de 2023.

[533] SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº. 711/2019**, Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7917418&disposition=inline, acesso em 08 de abril de 2023.

exceções[534]. O projeto nº. 711/2019 tinha como objetivo regulamentar a negociação coletiva para os servidores públicos, conceituando que o termo “pessoas empregadas pelas autoridades públicas” contigo na Convenção nº. 151 abrange

> tanto os empregados públicos, ingressos na Administração Pública mediante concurso público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quanto os servidores públicos da União, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e os servidores públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regidos pela legislação específica de cada um desses entes federativos.[535]

Tal projeto prevê que a possibilidade de comissão de negociação na ausência de entidade sindical e reconhece a negociação coletiva como mecanismo permanente de prevenção e resolução de conflitos nas amplas esferas da Administração Pública.[536] O referido projeto, da mesma forma, reconhece a necessidade de se observar os princípios que regem a Administração Pública, e estabelece os seguintes princípios específicos

> I – democratização da relação entre o ente estatal e seus servidores e empregados;
> II – continuidade e perenidade da negociação coletiva;
> III – efetivo interesse em negociar;
> IV – paridade de representação na negociação;
> V – legitimidade dos negociadores;
> VI – razoabilidade das propostas apresentadas;
> VII – transparência na apresentação de dados e informações;
> VIII – lealdade e boa-fé na negociação;
> IX – contraditório administrativo;
> X – respeito à diversidade de opiniões;
> XI – razoável duração do processo de negociação;
> XII – efetividade da negociação e respeito ao pactuado.

Ainda, o projeto de lei prevê como objetivo geral da negociação coletiva a prevenção de conflitos, autocomposição, observância aos limites constitucionais, comprometimento com o resultado da negociação, providências legislativas para

---

534 SENADO FEDERAL. **Regimento interno**. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/documents/12427/ 45868/RISF+2018+Volume+1.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4, acesso em 15 de julho de 2023.

535 SENADO FERDERAL. **Projeto de Lei nº 711/2019**, Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7917418&disposition=inline, acesso em 08 de abril de 2023.

536 SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 711/2019**, Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7917418&disposition=inline, acesso em 08 de abril de 2023.

conversão em lei do objeto negociado, minimalização da judicialização de conflitos entre servidores e entes estatais e a busca pela redução de greves[537].

O projeto inclusive prevê a negociação coletiva inclusive quanto a abrangência de entes e servidores envolvidos, podendo envolver um ou mais órgãos. Ainda, poderá a negociação coletiva versar sobre planos de carreiras, criação e extinção de cargos, planos de saúde, capacitação, qualidade dos serviços, entre outros assuntos, devendo haver a participação paritária entre representantes dos trabalhadores e estatais. O projeto em comento propõe autonomia negocial para as partes, atuação de boa-fé, requisitos mínimos de validade do termo de negociação coletiva, inclusive no que concerne a reserva legal e necessidade de aprovação em lei, quando a Constituição assim exigir[538]. Tal projeto propunha uma democratização da negociação coletiva entre servidores e entes públicos, com elementos específicos que regulam a ocorrência, forma e procedimentos das negociações. Este projeto teve parecer positivo para aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, inclusive com argumentos que refutaram o veto presidencial em gestão anterior sob o argumento de inconstitucionalidade. A Comissão de Constituição e Justiça entendeu que ao aderir a Convenção nº. 151 da OIT, o Brasil assumiu um compromisso internacional no sentido da adoção de medidas e procedimentos efetivos para promoção da negociação coletiva entre entes públicos e servidores públicos. Esclarecendo ainda a indissociabilidade do direito à negociação coletiva e o direito ao exercício da greve[539].

Este tópico demonstrou a chancela objetiva do Estado no que concerne ao direito fundamental ao exercício da liberdade sindical pelo servidor público civil. Assegurando o ordenamento interno em consonância com ordenamento externo, em efetiva concretização do Estado Constitucional Cooperativo no Direito laboral, o direito subjetivo individual e coletivo ao exercício da autonomia privada individual e coletiva sindical, ressalvando os integrantes das forças armadas. Estes serão objeto de pesquisa no tópico subsequente.

---

[537] SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº. 711/2019**, Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7917418&disposition=inline, acesso em 08 de abril de 2023.

[538] SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº. 711/2019**, Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7917418&disposition=inline, acesso em 08 de abril de 2023.

[539] SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº. 711/2019**, Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7917418&disposition=inline, acesso em 08 de abril de 2023.

Ainda, a necessidade de aprovação de um projeto de lei que conceda autonomia negocial as partes envolvidas, assim como regulamente os procedimentos para realização da negociação coletiva entre servidores e entes públicos, ressaltando a estrutura do projeto já arquivado nº. 711/2019, cujas disposições contemplam elementos essenciais à regulamentação da negociação coletiva na Administração Pública.

3.2.2. Restrições do Direito Internacional quanto a Filiação do Militar à Organização Sindical

Neste tópico, a pesquisa abordará as restrições ao exercício de atividade sindical pelo Militar, eminentemente pelo ordenamento jurídico internacional. Inicialmente, importante compreender que as condições de trabalho de soldados, marinheiros e pessoal da força aérea diferem dos trabalhadores em geral. Indaga-se, então, se tais trabalhadores estariam incluídos nas convenções nº 87 e nº. 98 da OIT. Esse assunto não está pacificado. Contribui para tanto, uma interpretação ampla que o Comitê de liberdade sindical faz do termo “forças armadas” excluindo as forças policiais, não obstante esse grupo esteja em situação análoga[540].

Para a OIT, as práticas nacionais variam, pois em alguns países se permite a sindicalização da polícia e em outros não. Parece razoável tratar a polícia como uma categoria distinta de trabalhadores, sujeita a determinadas garantias. Ainda, se questiona se o termo “polícia” incluiria os cargos administrativos, como mensageiros, telefonistas ou forças paramilitares, pessoal carcerário e grupamentos de engenharia, que trabalham juntos com os soldados. Para a OIT, não se justifica tal exclusão dos direitos e garantias contidos nas convenções nº. 87 e nº. 98 da OIT.

A Convenção nº. 87 da OIT estabelece em seu artigo 9º. que, “a medida segundo a qual as garantias previstas pela presente Convenção se aplicarão às forças armadas e à polícia será determinada pela legislação nacional.”[541] A Convenção nº. 87 da OIT reconhece o direito à sindicalização para integrantes das forças armadas, porém condiciona a regulamentação interna em cada país. A regulação interna, proposta pela convenção nº. 87 da OIT, é justamente a ideia de

[540] OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. Negociações coletivas. Tradução Sandra Vale. São Paulo: LTr; Brasília, DF: OIT,1994, p. 103.
[541] OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. Negociações coletivas. Tradução Sandra Vale. São Paulo: LTr; Brasília, DF: OIT,1994, p. 103.

oferecer aos Estados a autonomia para regulamentar de acordo com a sua estrutura, cultura e normativa interna, o direito a sindicalização dos militares. A referida convenção realisticamente admite disparidades organizacionais e particularidades em cada nação, logo lhe concede a autonomia de regular internamente o exercício da atividade sindical por integrantes das forças armadas.

A interpretação restritiva das exceções admitidas no seio das normas internacionais deve ser interpretada como necessidade de um sistema próprio de regulamentação da greve dada sua relevância para a nação, das atividades da segurança pública ao Estado, jamais como proibição. A admissão da necessidade de uma legislação específica não pode ser interpretada restritivamente para impedir o exercício do direito humano e fundamental à liberdade de associação para fins laborais aos integrantes das forças armadas, vez que são seres humanos dotados de dignidade humana pela simples condição humana, assim como as demais categorias laborais.

A Convenção nº. 87 da OIT permite a possibilidade de exclusão e/ou limitação do âmbito subjetivo da liberdade sindical aos membros das forças armadas e policiais, estabelecendo que a legislação nacional determinará o grau de aplicação ou exclusão correspondente de trabalhadores, podendo inclusive haver Estados em que as forças armadas e policiais se sindicalizassem, porém com restrições em matéria de greve ou até mesmo proibição da greve[542]. Os níveis e as possibilidades de adesão ao movimento de greve, por exemplo, podem sofrer intervenção legislativa que assegure um mínimo de segurança a nação. A exemplo restrições no sentido de proibir e reconhecer como abusivo o exercício da greve em Estado de Sítio, conflitos armados internos e guerras, devem ser entendidas como razoáveis para este tipo de profissão. A proibição ao exercício da liberdade sindical pelo integrante das forças armadas o coloca em uma condição de subespécie humana, cuja dignidade é relativizada, podendo sofrer violações laborais sem o direito a manifestação.

Ainda, segundo o artigo 5º., inciso II, da Convenção nº. 98 da OIT

> De acordo com os princípios estabelecidos no § 8º. do art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho a ratificação desta Convenção, por parte de um Membro, não deverá afetar qualquer lei, sentença, costume ou acordo já existentes que concedam aos membros

[542] RÍOS, Alfredo Villavicencio. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT**. Tradução Jorge Alberto Araújo. São Paulo: LTr, 2011, p. 29.

> das forças armadas e da polícia garantias previstas pela presente Convenção.[543]

O artigo em comento garante que esta Convenção não pode prejudicar ou restringir sentenças, costumes ou acordos já existentes no plano interno, que permitem e reconhecem de forma mais ampla o direito de associação dos integrantes das forças armadas. Importante perceber que esta Convenção concretiza os preceitos do Estado Constitucional Cooperativo, ao tomar o cuidado de impedir restrições normativas internas sob o manto da Convenção Internacional. Este espírito da normativa internacional é essencial quando o assunto é a proteção da dignidade humana. Assegurar que a norma não seja utilizada de modo a restringir direitos e garantias já existentes é a mais cristalina demonstração da OIT quanto ao afinamento da normativa internacional à proteção dos direitos e garantias dotados de universalidade.

O artigo 5º. da Convenção nº. 98 da OIT assegura em convergência:

> A medida segundo a qual as garantias previstas pela presente Convenção se aplicarão às forças armadas e à polícia será determinada pela legislação nacional. 2. De acordo com os princípios estabelecidos no § 8 do art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, a ratificação desta Convenção, por parte de um Membro, não deverá ser considerada como devendo afetar qualquer lei, sentença, costume ou acordo já existentes que concedem aos membros das forças armadas e da polícia garantias previstas pela presente Convenção.[544]

As garantias previstas na Convenção nº. 98 da OIT são aplicáveis aos integrantes de força de segurança, nos termos do seu artigo 5º.. Segundo esta Organização, tais garantias são aplicáveis aos integrantes das forças armadas, devendo haver a cooperação da legislação internacional com a normativa interna de cada país, de modo a harmonizar a legislação, sem o risco de restrição de direitos já existentes.

A OIT não possui convenção específica sobre greve. Por isso, o entendimento doutrinário é que as convenções nº. 87 e nº. 98 contemplam implicitamente a greve como um direito fundamental dos trabalhadores do setor público e do setor privado, estabelecendo restrições apenas para integrantes das

---

[543] OIT. **Convenção nº 98/1949**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235188/lang--pt/index.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

[544] OIT. **Convenção nº. 98/1949.** Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235188/lang--pt/index.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

forças armadas[545]. As restrições devem acontecer em função da especificidade das funções exercidas, porém tais particularidades não devem ser motivo para a restrição integral. Afinal, é compreensível que o Estado estabeleça restrições normativas ao exercício da greve em determinados momentos em que a segurança é o bem maior a ser defendido. Nesse sentido basta uma análise de direitos em peso e contrapeso. Ora, uma greve das forças armadas do Brasil em um momento de guerra declarada poderia ser devastadora para toda a nação. Além disso, o risco de milhões de vidas serem ceifadas seria evidente, logo, o direito da categoria deve ser restrito em nome de um bem maior, qual seja, a proteção da vida e da segurança, que, na maioria das vezes, afeta a liberdade de todos os brasileiros. Aqui se aplica claramente a ponderação de princípios, porém o impedimento ao exercício não encontra justificativa, em tempos de paz e funcionamento regular e constitucional das instituições democráticas.

A Convenção nº. 151 da OIT, conhecida como a convenção que regulamenta as relações de trabalho para agentes públicos, foi internalizada no Brasil em 14/05/2010 pelo Decreto Legislativo nº. 206, que assegura autonomia e a proteção aos direitos sindicais para os filiados ou representantes. Tal Convenção alcança servidores públicos estaduais, municipais e federais, estatutários ou não no Brasil e apresenta-se como norma de direitos humanos e fundamentais, nos termos do artigo 5º. § 2º. da CRFB/1988. Logo, decorre de um tratado internacional de direitos humanos e possui aplicabilidade universal, qual seja, a todas as pessoas que exercem cargos e empregos na administração pública em todas as suas instâncias[546].

A referida Convenção não admite exceções, vez que a proteção a direitos humanos é universal e não comporta níveis de proteção a determinadas “espécies”, etnias ou grupos de seres humanos. A interpretação restritiva ao direito associativo dos integrantes das forças armadas é excludente e relativiza a aplicação de normas de direitos humanos, o que por si só viola o ofende direitos humanos das pessoas excluídas. É preciso repensar a proteção aos direitos humanos a partir de uma

[545] LEITE, Carlos Henrique Bezerra; Leite, Laís Durval. **A greve do servidor público civil como direito humano e fundamental.** *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p.150.

[546] LEITE, Carlos Henrique Bezerra; Leite, Laís Durval. **A greve do servidor público civil como direito humano e fundamental**. In Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p.150.

perspectiva de um Estado Constitucional Cooperativo, cujo país possui uma Constituição aberta interna e externamente, conforme anteriormente demonstrado. A perspectiva de um Estado voltado à proteção dos direitos humanos e garantias fundamentais perpassa pela admissão de que os integrantes das forças armadas também são seres humanos, que inclusive são dotados de uma essencialidade ímpar, qual seja, juram sacrificar a suas vidas em tempos de guerra, para defender a nação.

A necessidade de repensar o cuidado, a proteção e uma organização do trabalho forte, saudável e pautada na garantia de direitos e garantias humanas e fundamentais é essencial para que o direito humano e fundamental à segurança seja efetivado com êxito diariamente. O Direito do Trabalho tem o dever de voltar os olhos ao integrante das forças armadas e enxergar neles o ser humano, que está por trás da armadura de aço, do soldado forjado para a guerra, capaz de sobreviver em condições adversas e de extremo desgaste físico, mental e psicológico. Trata-se de um ser humano que tem suas próprias dores, seus dramas, muitas vezes confinado, longe da família, em condições adversas sociais, climáticas, humanas, sem voz, sem vez e sem sequer o direito de permitir que sua entidade sindical fale e lute por ele.

A cultura de não enxergar o ser humano que existe e habita por trás de uma farda pesada e desconfortável é prejudicial ao integrante das forças armadas. Eis que se trata de uma cultura de invisibilidade, cujo desfazimento começa pelo Estado. A perspectiva humana deve ser resgatada a partir da aplicação do Estado Constitucional Cooperativo, cuja centralidade e essencialidade é a proteção e promoção da dignidade humana. Não é plausível que a nação se sinta segura às custas do sofrimento, da exploração e degradação humana daquele que tem o dever de defender vidas, ainda que isso lhe custe perder a sua própria vida no trabalho. Ao direito do trabalho não convém defender o derramamento de sangue de uns em sacrifício da preservação da vida de outrem. Ainda que a essência moral e ética dos integrantes da segurança pública seja a defesa da vida e a nação em qualquer condição, circunstância e instrumento, derramando o próprio sangue, não é confortável visualizá-los como sub-humanos, a quem se restringe bens maiores como a liberdade.

Assim, evidente a necessidade de se repensar a proteção para esta categoria de trabalhadores, em função da precariedade do trabalho, dos abusos nas capacitações, do sucateamento do sistema de segurança como um todo e

> Com isso, o meio ambiente de trabalho fica precário, adoecendo milhares de profissionais com doenças como stress, depressão e a síndrome de Burnout. Uma das possíveis consequências dos abusos cometidos e não divulgados no meio ambiente de trabalho do policial militar, é o afastamento desses profissionais resultando em menos efetivos para proteger os cidadãos e milhares de lides contra o Estado pedindo indenização. O direito de associação sindical beneficia o policial militar e o cidadão, sendo que a fiscalização e publicidade sindical permite ao cidadão uma maior compreensão e ciência dos *status* de quem os protege, possibilitando diante disso a exigência de mudança em prol dos policiais militares, quebrando assim um ciclo vicioso de abusos encobertos.[547]

A realidade do sistema de segurança brasileiro, demonstra que as desigualdades são trágicas do ponto de vista físico, emocional, estrutural e existencial do trabalhador integrante das forças de segurança, haja vista a própria natureza da atividade e sua alta exposição a pressão, riscos, stress medo, entre outros elementos que adoecem não só o policial, mas aliados às precariedades estruturais, adoecem também a organização do trabalho. Sob tal perspectiva, o reconhecimento do direito a associação e participação sindical pelos militares beneficia não só o próprio policial, mas a sociedade como um todo. Ademais, a sociedade terá melhores serviços prestados, o Estado terá atuação dos seus agentes com eficiência pública e índices de produtividade apropriados, redução do adoecimento e do falecimento de policiais, seja em acidentes de trabalho, doenças ocupacionais ou ainda dos custos com o sistema de saúde para tratamentos e readaptações.

Recentemente a FENAPEF- Federação nacional dos policiais federais, afirmou que

> Fato é que policiais não são avatares e nem máquinas, são indivíduos duplamente atingidos pela violência, como cidadãos e como profissionais, já que possuem uma atividade profissional que os expõe a inúmeras situações que podem gerar sofrimento psíquico, questão essa geralmente

[547] WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira; ANDRADE, Rodrigo dos Santos. **Sindicato, associação, mediação e audiências públicas no trabalho do policial militar.** *In* Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Ano 2019 – Edição 23ª. – Maio/2019 ISSN 1983-2192, p. 38.

> negligenciada pelo poder público e pela população a qual devem proteger.[548]

O Estado Constitucional Cooperativo não pode ignorar a existência dos policiais, ao lhe negar liberdades essenciais, sob o argumento de inviabilidade em função das especificidades da profissão. O poder legislativo deve ter eficiência suficiente para elaborar uma lei capaz de suprir as limitações e particularidades da atividade. Não justifica a manutenção da proibição em uma violação nítida a autonomia subjetiva individual. Esta categoria, nos dizeres do autor, não são máquinas ou avatares, logo, precisam ser vistos como duplamente atingidos pela violência, seja como cidadão ou como profissional. O impacto da carreira na vida do profissional da segurança pública necessita de estudos aprofundados e medidas normativas que ao menos propiciem o exercício da liberdade para manifestar. Afinal, nem isso atualmente os policiais militares possuem, pois, proibidos de qualquer manifestação ou associação sindical.

Segundo o Fórum Nacional e Segurança Pública, publicado em 2023, com a condensação dos dados para o período de 2021 a 2022, 306 policiais civis e militares morreram em confronto dentro e fora do horário de trabalho, no Brasil. Ainda, no mesmo período 183 policiais entre civis e militares da ativa, cometeram suicídio[549]. O Fórum também traçou um perfil dos policiais mortos no período apresentado e concluiu que “os policiais militares que foram assassinados eram, em sua imensa maioria, homens (98,4%) negros (67,3%) e principalmente na faixa entre 40 e 44 anos. O que revela que os policiais experientes foram os mais vitimados.”[550]

A profissão de policial não é uma profissão simples, com expediente, com encerramento de expediente, afinal, o policial, por força da importância do exercício da sua função, tem o dever de agir a qualquer sinal de risco, violência ou prática de crime, sob pena de responsabilidade. Assim, cabe ponderar que um ser humano cuja função é ser um policial, exercerá tal função 24 horas por dia, por todos os dias

---

[548] SILVA, Gegliola Campos da. **Saúde mental de policiais tem de ser prioridade na segurança pública.** Disponível em: https://fenapef.org.br/saude-mental-de-policiais-tem-de-ser-prioridade-na-seguranca-publica, acesso em 08 de agosto de 2023.

[549] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º. Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 08 de agosto de 2023, p. 46-48.

[550] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 08 de agosto de 2023, p. 52.

de sua vida, inclusive durante a folga, a vida em família, férias e qualquer outra circunstância de vida. Tal imposição está inclusive esculpida no código de processo penal no artigo 301, que assim dispõe que: “Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.”[551] As autoridades e agentes policiais têm o dever de agir para evitar a prática de crimes em qualquer circunstância, ainda que fora do expediente de trabalho. Esta circunstância deve ser considerada para fins de proteção da saúde e da vida do trabalhador policial. Este está sujeito a riscos inerentes e embrionários a função desenvolvida, assim como ao adoecimento em função da pressão e da própria sistemática e ambiente de trabalho como um todo.

A respeito do número de suicídios de policiais, a pesquisa constatou que, na maioria das vezes, decorrem de pontos cruciais para o desenvolvimento saudável do trabalho “relacionados diretamente com a qualidade de vida dentro e fora das polícias. Na sociedade em geral, falar sobre suicídio e saúde mental é tarefa já bem difícil, dentro das corporações é ainda mais.” A pesquisa ressalta ainda que tais dados não contemplam todas as mortes, vez que nem todos os Estados fornecem os dados. Citando que se o problema não aparece, ele não existe, ou seja, não há interesse do Estado em expor os dados sobre o adoecimento de policiais, assim como os entes da federação se limitam a culpar o policial pelo adoecimento.[552]

Estes dados são preocupantes, tanto quando a ausência de dados reais e concretos. Ademais, se o próprio Estado oculta dados, isso se justifica por certamente os números serem infinitamente maiores do que os efetivamente divulgados. O Estado tem que repensar a proteção e a forma como trata as carreiras de segurança pública. A segurança deve ser planejada a partir do treinamento, da capacitação, do respeito e principalmente da autonomia dos indivíduos. A opressão, a falta de espaço de diálogo só aumentam o adoecimento e a tragédia humana dentro de entidades policiais.

A pesquisa constatou entre os principais pontos que culminam em suicídio estão

---

[551] BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, acesso em 10 de agosto de 2023.

[552] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º. Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 08 de agosto de 2023, p. 53-55.

> Dentre os condicionantes laborais para o aprofundamento dos problemas relacionados à saúde mental dos policiais, encontram-se: a. o assédio moral; b. a admissão do papel de "policial herói"; c. o desgaste físico e mental em razão do contato continuado com situações de perigo; d. a cobrança institucional pelo cumprimento de metas; e. o endividamento; e f. a insegurança jurídica.[553]

Dada a ausência de dados concretos, a proibição de exercício de atividades sindicais, exercício da greve, assim como pela própria sistemática de trabalho, os problemas relacionados à saúde mental dos policiais estão diretamente ligados ao assédio moral, a incursão da ideia de que o policial é um herói, desgastes físicos, mentais que decorrem do próprio risco. A submissão diária ao medo, ao risco e situações de tensão por si só adoecem os policiais. Tal quando se alia às péssimas condições de trabalho, defasagem remuneratória, imposição de metas e a insegurança jurídica, o resultado é trágico e muitas das vezes não poupa nem a vida, bem maior do ser humano. Quando este cenário se depara com a supressão integral de qualquer espaço de autonomia para determinadas categorias, o resultado tende a gerar ainda mais danos. Ademais, a opressão, muitas das vezes é coletiva, velada, considerando que as punições para eventuais insurreições, são punidas de forma "exemplar", com castigos que vão da limitação da liberdade, alimentação e até mesmo cárceres privados, sem qualquer devido processo legal. Nas casernas, prisões pelas chamadas "indisciplinas" são comuns, infelizmente.

Ante a tais circunstâncias

> não há outro caminho a não ser exposição das mazelas do meio ambiente de trabalho dos PMs por meio das associações, uma vez que muito embora a sindicalização seja legítima, ela encontra um entrave legal, que a torna vedada, mas é por meio das associações que atuam quase que como sindicatos, de modo a despertar o interesse da sociedade e do Estado para o diálogo necessário e promover uma reflexão sobre as necessidades diárias dos policiais militares, posto que são cidadãos também, uma vez que a Convenção 151 da OIT, no tocante aos policiais militares não tem sido cumprida.[554]

---

[553] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º. Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 08 de agosto de 2023, p. 55.

[554] WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira; ANDRADE, Rodrigo dos Santos. **Sindicato, Associação, Mediação e Audiências Públicas no Trabalho do Policial Militar**. *In* Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Ano 2019 – Edição 23 – Maio/2019 ISSN 1983-2192, p. 34-36.

As associações são importantes porta vozes dos policiais militares ante as mazelas a que são submetidos pelo próprio Estado. Aos integrantes das carreiras policiais há a supressão integral do espaço de autonomia privada coletiva, qual seja, mesmo antes as agruras do ambiente de trabalho, a degradação do soldo e o sucateamento estrutural do sistema brasileiro de segurança, o ser humano, aquele que toma posse, entra em exercício e materializa as atividades policiais, não tem voz coletiva, ao contrário, severas punições para os gritos individuais. Na realidade, quem protege o Estado e a Sociedade, não de nenhuma proteção face as arbitrariedades do próprio protegido, qual seja, o Estado.

A Convenção nº. 154 da OIT, logo no artigo 1º. assegura que esta "aplica-se a todos os ramos da atividade econômica. 2. A legislação ou a prática nacional poderá determinar até que ponto as garantias previstas na presente Convenção são aplicáveis às forças armadas e à polícia."[555] A limitação e o estabelecimento de critérios são importantes e necessários para a segurança da nação, porém a vedação não se justifica e causa sérios danos à categoria. A Convenção nº. 154 da OIT não proíbe o exercício de atividade sindical por militares, apenas delega à legislação nacional a sua normatização. Ademais, a própria OIT entende a necessidade de parâmetros e limites diferenciados ao exercício de atividade sindical aos integrantes de forças armadas, dada a sua especificidade funcional.

Importante a compreensão que

> o Estado Constitucional cooperativo pressupõe a existência de uma sociedade civil forte, participativa, consciente dos direitos e disposta a lutar por eles. A complexidade das sociedades atuais exige do Estado a capacidade de interação com os diversos segmentos sociais, com vistas à integração desses diversos grupos à ordem constitucional[556].

A sindicalização das forças armadas, de forma ordeira, pautada em elementos de proteção ao Estado e ao próprio militar é a sedimentação de um Estado forte, estruturado e voltado à efetivação da democracia nas relações laborais. Ademais, há que se pensar que forças armadas no Brasil possuem, um

---

[555] LEITE, Carlos Henrique Bezerra; Leite, Laís Durval. **A greve do servidor público civil como direito humano e fundamental.** *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p.150.

[556] MALISKA, Marcos Augusto ; SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. (2016). **Entre o pesado Estado autárquico e o indiferente Estado mínimo**. Reflexões sobre o Estado Constitucional Cooperativo a partir de um caso concreto. *In* Revista Direitos Fundamentais &Amp; Democracia, 20(20), 159–173, p. 160.

histórico de opressão, constrangimento e sofrimento, que permeiam as estruturas coronelistas do Estado Nacional. As graves violações inclusive de direitos humanos no seio das atividades militares, com o exercício da atividade sindical, seriam coibidas e muitas vezes denunciadas pelo sindicato como porta voz. O Estado deve ser o exemplo de cumprimento das normas e práticas de direitos humanos e fundamentais. Ora, a quem edita as leis não é dado o privilégio da violação e da segregação, até porque não existe no ordenamento a possibilidade de subespécies humanas, vez que o artigo 5º., da CF/1988, diz que todos são iguais perante a lei, em consonância com os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos vigentes.

A estruturação sindical pelas forças de segurança não coloca em risco as estruturas do Estado, mas ao contrário, coloca em evidência e em xeque o sistema opressivo estatal que se pauta na hierarquia e na disciplina como instrumentos de controle das tropas. Evidentemente, que forças de segurança demandam certa hierarquia, um controle e uma gestão diferenciada que conduza a tropa a uma formação de excelência, com força, garra e estratégia para situações de crise nos mais diversos estágios nacionais. Excluir o militar do direito a exercer sua autonomia coletiva é uma característica de um Estado autoritário que pretende manter em seu bojo a opressão e a sistemática de segregação e mazelas que atentam contra a dignidade do militar. É preciso lembrar que dentro da farda rude, forte e temida, tem um ser humano despido de proteção e garantias mínimas para um existir digno, muitas das vezes. Assim “a noção de cooperação material no plano interno é ampla e compreende diversas formas de interação entre Estado e sociedade.”[557] Tal noção de cooperação demanda uma revisitação de determinados elementos que já não se encaixam na democracia pluralista brasileira.

A proibição interna de se organizar sindicalmente, que o Estado brasileiro coloca ao militar, constitui-se em vedação ao exercício do direito subjetivo de associação laboral. O direito subjetivo possui duas definições como poder da vontade e como interesse juridicamente protegido. Quanto à primeira é o poder reconhecido pelo ordenamento a um sujeito para realização dos interesses próprios

[557] Maliska, Marcos Augusto ; SCHIER, Adriana da Costa Ricardo, (2016). **Entre o pesado Estado autárquico e o indiferente Estado mínimo**. Reflexões sobre o Estado Constitucional Cooperativo a partir de um caso concreto. *In* Revista Direitos Fundamentais &Amp; Democracia, *20*(20), 159–173, p. 169.

do sujeito[558]. Ao integrante das forças armadas lhe é negado o direito ao exercício da autonomia subjetiva individual e da autonomia subjetiva coletiva com a consequente aniquilação integral do espaço de autonomia sindical, em nome da segurança da nação.

Inicialmente, para Figueiredo, importante compreender que para a OIT serviço essencial é aquele cuja interrupção pode colocar em risco a vida, a segurança ou a saúde de pessoa ou parte da população, dependendo o conceito de condições próprias de cada país[559]. Assim, reafirma-se, a proibição é totalmente contrária aos preceitos dos Tratados Internacionais que o Brasil internalizou. Eis que tais documentos não proíbem, mas autorizam delimitações pontuais necessárias à manutenção da segurança nacional.

É evidente que proibir a realização da greve em períodos de crise institucional interna, conflitos armados, guerras, estados de exceção e sitio são medidas legislativas razoáveis. A previsão de duras punições a categorias que em tais períodos realizem greves abusivas, assim como, até mesmo a possibilidade de recrutamentos de emergência é considerada necessária para garantir o bem maior a ser protegido pelas forças de segurança. Porém, em tempos de paz e regular funcionamento da democracia, não se pode admitir que o direito à liberdade de associação laboral ainda seja restringindo a determinadas categorias no Brasil.

3.2.3. Restrição do Direito Nacional quanto ao Direito de Filiação e Associação para fins Laborais pelo Militar das Forças Armadas e a Restrição ao Direito de Greve do Policial

Este tópico abordará a restrição interna quanto ao direito de filiação e associação para fins laborais para as categorias militares, integrantes das forças armadas e carreiras policiais de um modo geral. Igualmente a abordagem perpassará pelo projeto de Lei nº. 711/2019 que busca regulamentar o direito ao exercício da negociação coletiva para os servidores públicos civis. O tema ainda demanda discussões e democratização para repensar o instituto a partir da necessidade de se reconhecer tais direitos de forma ampla, segura e, inclusive aos

[558] PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**. Introdução ao Direito Civil Constitucional. 3ª. Ed. rev. E ampl. Rio de janeiro: Renovar, 2002, p. 120.
[559] FIGUEIREDO, Marcelo. **Direito Constitucional:** Estudo interdisciplinares sobre federalismo, democracia e Administração Pública. 2ª. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019, p. 44.

integrantes de carreiras policiais, cuja abordagem acontece neste tópico. Inicialmente, o reconhecimento do direito a sindicalização pelo servidor público civil é instituto recente no Brasil, advindo com a Constituição de 1988, que em um primeiro momento condiciona a aprovação de lei complementar, cuja alteração posterior modifica a Constituição para admitir a regulamentação da sindicalização e do exercício da greve a edição de Lei Ordinária.

Em 2016, um acontecimento marcou o direito de greve no país. Houve o acampamento de inúmeras categorias de servidores públicos em Brasília, com o objetivo de reivindicar direitos, entre os quais, o reajuste salarial, que culminou com a celebração de acordos coletivos de trabalho com o Estado, por intermédio do Ministério do Planejamento, com a concessão de um reajuste de 15,8 % proposto ao movimento paredista. Tal acontecimento descortinou os horizontes e delineou novos vieses à negociação coletiva no setor público. Importante lembrar que a Administração Pública direta e indireta é a maior empregadora do país, com cerca de cem milhões de trabalhadores em âmbito nacional e mais de treze milhões em 2017 em todo o país, e nas diversas esferas, segundo dados do IBGE[560].

A negociação coletiva de trabalho é reconhecida como uma das mais eficazes formas de pacificação de conflitos coletivos. Trata-se de um moderno instituto do direito coletivo de trabalho que deve ser fomentado, inclusive na Administração Pública, na medida que seus interesses transcendam aos interesses individuais e impactam na sociedade. A concepção de unilateralidade do Poder Executivo na fixação de subsídios demonstra o autoritarismo e a arbitrariedade do Estado, deve dar espaço a uma visão integradora da sociedade. Neste sentido a Constituição de 1988 garantiu ao servidor público o direito à livre associação e à greve, conformando dois pilares do direito coletivo, chancelado pela Convenção nº. 151, da OIT[561].

O Estado Democrático de Direito introduzido por uma constituição que traz em seu bojo a solidariedade, a igualdade, o pluralismo de fontes, já demonstrada durante a pesquisa, resultam na admissão do Estado Constitucional Cooperativo.

---

[560] SANTOS, Enoque Ribeiro dos; FARINA, Bernardo Cunha. **A inevitabilidade da negociação coletiva no setor público.** *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 331-368, p. 331.

[561] SANTOS, Enoque Ribeiro dos; FARINA, Bernardo Cunha. **A inevitabilidade da negociação coletiva no setor público.** *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 331-368, p. 332.

Eis que lhe cabe repensar as suas ações a partir de uma intepretação democrática da própria Constituição. O Constituinte originário, ao elaborar as disposições constitucionais, ainda que condicionadas a aprovação de lei, buscou harmonizar os preceitos democráticos da Constituição aos institutos e segmentos laborais existentes, entre eles os trabalhadores do setor público. Tal assunto, por muito se discutiu e ainda se discute enveredando sobre a autorização ou não ao servidor público civil ou militar para exercício das atividades sindicais, do direito à negociação coletiva e à greve.

A liberdade sindical, amplamente reconhecida como um direito humano fundamental, da qual decorrem os direitos à negociação coletiva e à greve, no Brasil guarda uma contradição quando o assunto é a admissibilidade da negociação coletiva de trabalho para servidores públicos estatutários. Anteriormente, a doutrina se desdobrava em duas correntes: uma que defendia sua total impossibilidade jurídica e outra que a admitia mediante condições. A corrente negativa argumentava sua posição no sistema de controle de gastos públicos e na necessidade de aprovação por lei para qualquer aumento de subsídio e despesa pública, além da necessidade de dotação orçamentária e demais limitações impostas pelo regime jurídico único dos servidores públicos. Tanto que o STF declarou inconstitucional as alíneas "*d*" e "*e*" do artigo 240 da Lei nº. 8112/1990, que garantia o direito à negociação coletiva para o servidor público, por meio da ADI 492-I em 1993[562].

A corrente que defendia a possibilidade de negociação coletiva no setor público, mediante condições, a omissão do artigo 39, §3º., da Constituição que silenciou sobre o inciso XXVI do artigo 7º. da CF/1988, não era motivo para se impedir tal exercício pelos servidores públicos, sustentando que a omissão não constituía óbice de natureza constitucional. Ademais, o Estado Democrático de Direito representa a participação pública no processo construtivo da sociedade em um panorama constitucional de garantia jurídica, sendo totalmente incoerente reconhecer o direito à sindicalização e à greve sem o direito à negociação coletiva. Ademais, à greve é decorrência lógica da negociação coletiva frustrada, logo

[562] SANTOS, Enoque Ribeiro dos; FARINA, Bernardo Cunha. **A inevitabilidade da negociação coletiva no setor público.** *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 331-368, p. 339-341.

incoerente reconhecer os efeitos, qual seja, o resultado, sem o reconhecimento da causa ou do processo, no caso a negociação coletiva[563].

Existe uma grande incoerência em reconhecer o direito à associação sindical e negar ao servidor público o direito ao exercício da negociação coletiva e à greve. Não há convergência constitucional, social e democrática na interpretação isolada de dispositivos constitucionais em total contrariedade à própria Constituição e aos tratados que o Brasil internalizou e permitem, protegem e determinam que os Estados-Membros se esforcem para assegurar o exercício da liberdade sindical aos servidores públicos civis de forma ampla e guardadas as particularidades, aos integrantes de carreiras policiais e forças armadas.

Os instrumentos jurídicos possuem um caráter político e ético por meio do qual as partes (Estado e sindicato profissional) firmam compromisso, estabelecem direitos, o que posteriormente se transforma em projeto de lei pelas autoridades competentes, mediante submissão aos trâmites legislativos. Conciliando de tal maneira os princípios que regem a Administração Pública, o direito à negociação coletiva para os servidores e aprovação direta entre as partes, para cláusulas de natureza social e não econômica. Tal possibilidade se consolida ainda na previsão da OJ nº. 5[564] da SDC do TST, que não admitia o dissídio coletivo para a Administração Pública e foi alterada em 2012 para admitir, assim como artigo 39, §3º., da CF/1988 que menciona o artigo 7º., XIII também da Constituição, admitindo a compensação e redução de jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, o que se aplica aos servidores. A admissão da negociação coletiva de trabalho é a medida lógica adequada e condizente com o Estado democrático de direito, vez que a liberdade sindical é norma de direitos humanos e fundamentais e jamais pode ser negada a determinada categoria de trabalhadores[565].

---

[563] SANTOS, Enoque Ribeiro dos; FARINA, Bernardo Cunha. **A inevitabilidade da negociação coletiva no setor público**. *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 331-368, p. 339-341.

[564] Conteúdo integral atual da OJ nº 5 da SDC do TST: 5. Dissídio coletivo. Pessoa jurídica de direito público. Possibilidade jurídica. Cláusula de natureza social (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) – Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012. Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social. Inteligência da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 206/2010, disponível em: https://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDC/n_bol_01.html, acesso em 15 de julho de 2023.

[565] SANTOS, Enoque Ribeiro dos; FARINA, Bernardo Cunha. **A inevitabilidade da negociação coletiva no setor público.** *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas

Ante ao já exposto, não pairam dúvidas quanto ao direito fundamental e humano do servidor público civil para o exercício da liberdade sindical e consequentemente à negociação coletiva de trabalho e à greve. Não obstante quando o assunto é a sindicalização e seus consectários para o servidor integrante das forças armadas e forças de segurança no Brasil existe contradição ainda maior e vigente, ante a proibição constitucional. O artigo 142, Inciso IV, da Constituição de 1988, ao tratar das forças armadas, constituída por Marinha, Aeronáutica e Exército, versa que "ao militar são proibidas a sindicalização e a greve"[566]. No Brasil o artigo 142 §3º., inciso IV, da CF/1988 veda a sindicalização e a greve para o militar das forças armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, assim como os militares estaduais e do Distrito Federal, nestes casos, regidos pelo artigo 42, § 1º., da CF/1988[567].

Em uma análise paradoxal da Constituição de 1988, o artigo 5º. apresenta a igualdade como um pilar estrutural do Estado Democrático de Direito, ao passo que o artigo 142 da mesma Constituição proíbe aos militares o direito de associação sindical e exercício de greve, salientando que no Brasil as polícias em geral possuem sindicatos e associações de classe, exceto militares do exército e polícias militares estaduais[568]. Não obstante as polícias civis, policiais penais, guardas municipais e agentes de segurança, excepcionados os integrantes das forças armadas e policiais militares estaduais, todos possuem instituições de classe, ainda que estejam, por força do entendimento no tema 541 do STF, proibidos de exercer o direito à greve, eis que equiparados às forças armadas para tal finalidade.

O tema de repercussão geral 541 do STF, que julgou o ARE 654432 / GO, de relatoria do Ministro Edson Fachin, trata do direito ao exercício da greve para carreiras policiais. Neste processo, movido pelo Sindicato dos Policiais Civis de Goiás, o STF entendeu que

---

contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 331-368, p. 342-343.

566 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 14 de maio de 2023.

567 GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Convenção n. 98 da organização internacional do Trabalho: Proteção da Liberdade e atividade sindical. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 397.

568 WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira; ANDRADE, Rodrigo dos Santos. **Sindicato, associação, mediação e audiências públicas no trabalho do policial militar**. *In* Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Ano 2019 – Edição 23 – Maio/2019 ISSN 1983-2192, p. 34-36.

> A atividade policial é carreira de Estado imprescindível a manutenção da normalidade democrática, sendo impossível sua complementação ou substituição pela atividade privada. A carreira policial é o braço armado do Estado, responsável pela garantia da segurança interna, ordem pública e paz social. E o Estado não faz greve. O Estado em greve é anárquico. A Constituição Federal não permite.[569]

É evidente que a atividade policial nas mais diversas esferas é carreira de Estado, essencial e imprescindível à manutenção da democracia e da ordem democrática. Por carreira típica estatal não é possível estabelecer somente as carreiras policiais, mas uma infinidade de cargos e funções públicas admitidos em igualdade de condições, qual seja, mediante concurso público, aquisição de estabilidade ou de vitaliciedade, nos termos da Constituição, após o cumprimento de determinados requisitos. O reconhecimento pelo STF de que a carreira policial é o braço armado do Estado é inquestionável, porém o que se pode questionar é o risco de exploração do braço armado do Estado pelo próprio Estado.

O STF, fundamentando-se em decisões anteriores acerca do assunto, decidiu que

> de acordo com os citados precedentes desta Corte, porque o serviço desempenhado pelos policiais civis é tão essencial quanto o dos militares, a proibição do direito de greve por parte dos militares estende-se também aos civis, independentemente de expressa previsão legal a respeito.[570]

A essencialidade da atividade não autoriza o Estado a promover o sucateamento das carreiras e condições de trabalho que violem e firam a dignidade humana, causando danos irreversíveis e que podem custar a própria vida do servidor público policial. Como é o exemplo do público e notório risco a que os policiais civis do Estado do Paraná foram expostos exaustivamente, o que resultou em inúmeras condenações à reparação pela constante exposição dos policiais ao risco pelo fornecimento de colete balístico vencido,

> [...] A sentença reconheceu a configuração de danos morais e condenou o Estado do Paraná ao pagamento de indenização no importe de R$ 5.000,00

---

[569] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 1.

[570] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 8.

> (cinco mil reais). Quanto ao questionamento da conduta ilícita imputável à Administração, trata-se da falta de fornecimento de equipamento de proteção individual a seus servidores, equipamento este cuja necessidade é indiscutível, dada a própria natureza do serviço prestado pela parte reclamante. O ilícito decorre da violação do art. 7º, XXII, da Constituição Federal (extensível aos servidores públicos por força do art. 39, § 3º), que prevê o direito do servidor à redução dos riscos inerentes ao trabalho, mediante provimento de condições de saúde, higiene e. Havendo norma de segurança impositiva no sentido da concessão de colete balístico (fato indiscutível) e não ser discutível o conhecimento de que os coletes atualmente fornecidos estavam vencidos, a omissão implica ato ilícito. O argumento de ausência de dano também não convence. É indiscutível a angústia de um policial que sai a trabalho, expondo-se ao risco inerente à profissão – que não é pequeno –, sem a retaguarda de um funcional colete balístico. É evidente a alteração do estado de espírito do servidor trabalha sem poder confiar no seu equipamento de proteção individual, o receio, o inconformismo. A mera omissão no fornecimento do EPI gera, por si só, dano moral ao servidor. Sob essa perspectiva, esta Turma Recursal já reconheceu o direito à reparação por danos morais em casos idênticos. [...] (TJPR -4Âª Turma Recursal -DM92 -001452509.2015.8.16.0044/0 - Apucarana -Rel.: Camila Henning Salmoria -Rel.Desig. p/ o Acórdão: Renata Ribeiro Bau -J. 07.12.2016).[571]

Este é apenas um exemplo de exposição ao risco pelo próprio Estado. A incoerência interpretativa é tamanha ao reconhecer que as categorias policiais são o braço armado do próprio Estado, ou seja, o próprio Estado, que por outro lado expõe a risco o seu próprio braço. É evidente que um policial que possui como principal equipamento de segurança o colete de proteção balístico, ao ser obrigado a trabalhar com o equipamento vencido por meses e até anos. No caso em comento, restou comprovado no bojo dos autos que foram anos de utilização do mesmo e vencido equipamento. A petição inicial menciona inclusive que o equipamento venceu em 1996 e foi utilizado pelo policial civil requerente até 2018, quando do ingresso com a demanda. A exordial inclusive demonstra inúmeras tentativas de substituição do equipamento, o que fora frustrado pelo próprio Estado.

Absurdamente o Estado do Paraná em sua peça contestatória alega que, "não há obrigação legal impondo fornecimento pela Administração Pública de colete balístico a todos os investigadores de polícia, não há como se afirmar existir uma 'omissão específica' na ausência ou demora para tal fornecimento."[572] No plano fático, o Estado admite a falta de fornecimento do equipamento, imputando ao

---

[571] TJPR. **Processo: 0027985-32.2018.8.16.0182**. Manuela Tallão Benke, Juíza de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais. 4ª. turma recursal, publicação 22/02/2019. Disponível em: https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/2100000008375421/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0027985-32.2018.8.16.0182, acesso em 15 de julho de 2023.

[572] TJPR. **Processo: 0027985-32.2018.8.16.0182**. 4º. Juizado Especial Cível da Fazenda Pública de Curitiba. Disponível em: https://projudicrt.tjpr.jus.br/projudi/arquivo.do?tj=3a3b8f93fc668ad007ffada690aa2e8ff068fe35b5bc722f8eb27e4873705f1f0e815ca4e2b727d7, acesso em 15 de julho de 2023.

policial o dever de aquisição, pois segundo o Estado, este não tem o dever de fornecê-lo. Ainda, em condição que demonstra as alegações da pesquisa, ao policial não é dado se negar a cumprir com as suas funções, ainda que para isso esteja mediante risco de morte. Pois segundo a mesma contestação. O Estado afirma de forma tirana que "nenhum servidor público pode deixar de exercer sua função em razão de ausência de fornecimento de materiais que a Administração Pública não tem obrigação legal de fornecer."[573]

Neste ponto e sem se estender deveras na temática local, o que se justifica em função de demonstrar que o Estado (em sentido geral, sendo o exemplo do Paraná, apenas ilustrativo) pratica a exposição ao risco dos seus agentes de segurança, igualmente impõe-lhes o dever de trabalhar, ainda que sem condições mínimas de segurança, pois em caso negativo, uma sindicância é aberta e o Estado o demite do serviço público. Este é o ponto de reflexão que deve ser considerado quando se veda a realização da greve por integrantes de carreiras policiais. A evidente violação de direitos humanos fundamentais pelo Estado, quando não cumpre com as suas funções contratuais para com o trabalhador autorizam-no a demiti-lo se ele, por amor à vida, se negar a trabalhar. Os integrantes das forças policiais são figurativamente amordaçados pela própria Constituição e seus intérpretes e ironicamente pela mesma Constituição que defende a centralidade do direito à vida.

Segundo Silva,

> é urgente efetivar nas instituições de segurança pública programas institucionais e continuados de atenção à saúde, com ações integradas, que sejam pautadas nas necessidades reais dessa categoria tão cobrada e criticada, mas com pouco acesso a serviços e cuidados que ajudam a reduzir os fatores de risco e aumentar as ferramentas de proteção dessa "profissão perigo". Investir na polícia não é só comprar viaturas e armamentos modernos, é também cuidar do seu capital humano na perspectiva da saúde do trabalhador e da garantia de direitos.[574]

A implementação de programas institucionais continuados de atenção à saúde e a vida dos policiais demanda reconhecer um espaço de autonomia coletiva,

---

[573] TJPR. **Processo: 0027985-32.2018.8.16.0182**. 4º. Juizado Especial Cível da Fazenda Pública de Curitiba. Disponível em: https://projudicrt.tjpr.jus.br/projudi/arquivo.do?tj=3a3b8f93fc668ad007ffada690aa2e8ff068fe35b5bc722f8eb27e4873705f1f0e815ca4e2b727d7, acesso em 15 de julho de 2023.

[574] SILVA, Gegliola Campos da. **Saúde mental de policiais tem de ser prioridade na segurança pública.** Disponível em: https://fenapef.org.br/saude-mental-de-policiais-tem-de-ser-prioridade-na-seguranca-publica, acesso em 08 de agosto de 2023.

que para àqueles que não possuem sequer o direito a sindicalização, assim como aos que são ceifados do direito ao exercício da greve. O desenvolvimento de um espaço de manifestação, de participação e um espaço sagrado em que o policial pode ouvir e principalmente ser ouvido. Um espaço cuja autonomia coletiva esteja presente, seja respeitada e produza frutos que possam permitir gerações futuras com segurança, inclusive para quem promove a segurança do país, em geral.

O STF, em decisão do tema 541, por meio da relatoria do Ministro Edson Fachin, reconhece o direito ao exercício de liberdade sindical como um direito fundamental. Deste modo, reconhece que o texto constitucional não apresenta justificativa expressa que legitime uma restrição de um direito fundamental, entendendo haver a restrição implícita, reconhecendo a inexistência no ordenamento jurídico brasileiro de um conceito preciso para a palavra greve, ao se analisar os conceitos internos e instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Após a detida análise conceitual da greve pelos instrumentos internacionais, o STF conclui que “o direito de greve está indissociavelmente ligado à liberdade de reunião e à liberdade de expressão. Em outras palavras, o direito de greve é um instrumento legítimo para viabilizar a garantia de outros direitos, por meio da participação social, com característica instrumental e coletiva” [575].

A interpretação do STF não adentra a possibilidade de restrições ao exercício da greve em períodos de exceção como já mencionado anteriormente, mas apenas evidencia o risco de fragilização democrática do Estado e da Sociedade. Não obstante em seu voto relator Edson Fachin pondera que:

> Na medida em que permite uma contestação da própria ordem vigente, desde que dentro dos limites dessa mesma ordem, o direito de greve, veículo privilegiado para o exercício da liberdade de expressão, carrega em si os valores do pluralismo jurídico.[576]

No caso em comento, resulta o embate entre o interesse público e a segurança pública como um direito humano fundamental em contestação ao direito humano fundamental de exercício da liberdade sindical. Qual seja, a negociação

[575] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 9-16.
[576] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 17.

coletiva e o exercício da greve, devem ser pensados à luz do arcabouço de valores do pluralismo jurídico. A intepretação dos princípios em conflito perpassa pela ponderação da existência de um ser humano dentro de cada farda, pela universalidade do direito à liberdade sindical em sentido amplo, assim como pela necessidade de impor limites por meio de lei ao exercício da greve para as categorias policiais.

Nesse viés

> Por evidente que a greve não é um direito absoluto. Mas se o direito está garantido constitucionalmente, não pode a restrição eventual e futura inviabilizá-lo por completo. Isso porque, se é preciso equilibrar os direitos à luz da proporcionalidade, como parecem exigir os precedentes desta Corte nesta matéria, o resultado não pode ser o aniquilamento de um dos direitos confrontados.[577]

Este equilíbrio é possível por meio da edição de uma legislação que limite o exercício da greve e/ou qualquer paralisação em circunstâncias de anormalidade constitucional e democrática, assim como imponha limites ao próprio comportamento do policial durante o período de greve, estabelecendo critérios claros e objetivos sobre a manutenção de atividades que assegurem a segurança da sociedade e estatal. Ainda, outro elemento importante e que pode ser ponderado é o impedimento de embate entre membros em movimento paredista e colegas da mesma força ou não, que estejam em atividade, para evitar conflitos entre integrantes de forças se segurança, o que por si só configura o fracasso institucional como um todo, além do alto risco por conta das particularidades da atividade.

O Ministro Edson Fachin eu sua relatoria chegou a sugerir que

> Tendo em vista a essencialidade do serviço, o exercício limitado do direito de greve por parte dos policiais civis condiciona-se à apreciação prévia do Poder Judiciário que, observadas as condições fixadas no precedente do mandado de injunção 670, deve estabelecer o percentual mínimo de servidores a serem mantidos nas suas funções, vedados o porte de armas e o uso de títulos, uniformes, distintivos, insígnias ou emblemas da corporação por aqueles que venham a aderir ao movimento paredista.[578]

---

[577] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 19.

[578] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 29.

Condicionar a autorização estatal não se entende plausível, mas interventivo e ofensivo à própria Constituição. Não obstante, a abusividade ou não do movimento grevista é sujeita e sempre o será, ao filtro do poder judiciário. O poder judiciário em circunstâncias de risco à coletividade e irregularidades pode inclusive, determinar medidas imediatas para retorno ao trabalho e encerramento do movimento. Exemplo, nesse sentido, se tem da decisão liminar proferida no dia 07 de julho de 2023, quando o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná determinou e fixou multa diária em face do Sindicato dos Policiais Civis do Estado que se encontravam em movimento de greve/paralisação de atividades[579], fixando multa diária e a proibição de novas e futuras paralisações, invocando a decisão com efeito erga omnes proferida no bojo do tema 541 do STF.[580] Na liminar, o poder judiciário do Estado do Paraná determinou o imediato encerramento do movimento grevista e por meio de medidas imediatas a citação do sindicato por meios eletrônicos e institucionais, inclusive, autorizando o próprio delegado geral da Polícia Civil a notificar institucionalmente a entidade sindical, com a aplicação de multa diária, no caso de descumprimento. O movimento foi imediatamente cessado, ou seja, a medida judicial imposta foi adequada do ponto de vista inibitório e se não fosse, poderia o judiciário sopesar ainda mais a multa e aplicar outras medidas coercitivas, até a cessação.

Um Estado Constitucional Cooperativo, aberto interna e externamente, que veda integralmente o exercício de um direito universal e humano, qual seja, o direito ao exercício da liberdade sindical e suas implicações, sob o argumento de risco à soberania nacional, não confere credibilidade às instituições democráticas. Não confere credibilidade ao poder legislativo na edição de uma lei que atenda as particularidades da categoria policial e desacredita até do próprio poder judiciário na

---

[579] Dessa forma, defiro parcialmente o pedido de antecipação de tutela, determinando **3** o imediato retorno dos policiais civis à plenitude de suas atividades, bem como que se abstenham de realizar novas paralisações em outras datas, sob pena de multa diária no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) sobre o patrimônio do SINCLAPOL. 4. Comunique-se a Presidente do Sindicato, com urgência, por meio do aplicativo *WhatsApp* (mov. 1.2) e também por todos os meios de comunicação válidos, conforme requerido. 5. Autorizo o Delegado Geral da Polícia Civil a comunicar a decisão aos integrantes da carreira via *e-mail* funcional e o Sindicato via *e-mail* corporativo, para maior publicidade da decisão. 6. Intime-se o Sindicato das Classes de Policiais Civis do Estado, na pessoa de seu Presidente, para contestar a ação em 15 dias, com as advertências legais. 7. Dê-se ciência à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado.

[580] TJPR. **Ação Declaratória de Ilegalidade de Greve de Servidores Públicos**, nº 0043651-61.2023.8.16.0000 ProOrd, disponível em: https://projudicrt.tjpr.jus.br/projudi/arquivo.do?_tj=3a3b8f93fc668ad007ffada690aa2e8ffd282f7f038dbbed139af0c7b5586be10e815ca4e2b727d7, acesso em 15 de julho de 2023.

aplicação da referida lei. As limitações são perfeitamente possíveis e compreensíveis, a vedação é uma contradição por si só, visto que as normas de direitos humanos não classificam os seres humanos em subcategorias.

Neste mesmo tema e nessa senda, o Min. Gilmar Mendes, ao votar afirma que "não é possível, no entanto, fecharmos os olhos, para situação dos policiais civis no que tange às precárias condições de trabalho e à defasagem de seus vencimentos em relação à espiral inflacionária."[581] A precarização do trabalho das forças de segurança afeta não só o policial como ser humano, mas toda a sociedade. Um policial doente cujo soldo/subsídio não lhe propicia condições mínimas de segurança ou, sem condições de trabalho, oferece risco à sociedade, às instituições democráticas e a si próprio. Nos ditames do entendimento de serem as forças de segurança o braço armado do Estado, este explora a si próprio na sua despersonalização, qual seja, na força humana de trabalho.

Para o Ministro Alexandre de Moraes,

> A carreira policial é a única carreira de Estado em que seus integrantes saem todos os dias de casa – repito – todos os dias –, sabendo que a qualquer momento poderão morrer, não só por casos fortuitos ou força maior, como todos os demais seres humanos, mas também para defender a vida, a integridade física e o patrimônio de outras pessoas que nem ao menos conhecem.[582]

O bem maior do ser humano policial já é diariamente exposto ao risco em condições normais, quiçá quando o Estado não cumpre suas obrigações mínimas, como falta de fornecimento de equipamento de proteção individual. Ainda assim, o policial deve continuar prestando suas atividades em silêncio, submetido à tirania estatal do mesmo Estado que lhe refuta o direito à greve. Aqui, a confusão que se faz é com relação a pessoa jurídica de direito público com os agentes públicos que em suas atividades representam o Estado e agem em nome dele. Não obstante, um policial em atividade sindical deve ser distinguido, ademais, neste exato momento não está em atividade laboral, mas no exercício da atividade sindical, distinção necessária para não se concluir que todos os agentes públicos são o próprio Estado, logo impedidos de exercer atividade sindical.

---

[581] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Voto Min. Gilmar Ferreira Mendes. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 2.

[582] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Voto Min. Alexandre de Moraes. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 8-9.

Obviamente que esse não é o entendimento do STF, não separou a pessoa física da jurídica e entendeu que

> A prevalência do interesse público e do interesse social na manutenção da segurança pública, da ordem e da paz social sobre o interesse individual de determinada categoria dos servidores públicos – na espécie, as carreiras policiais -, excluindo a possibilidade do exercício do direito de greve, é plenamente compatível com a interpretação teleológica do texto constitucional, em especial dos artigos 9º, § 1º, e 37, VII.[583]

A interpretação restritiva aos artigos 9º. e 37 da Constituição, em face da lacuna legislativa para definir claramente as atividades essenciais, assim como regulamentar de forma responsável o exercício da greve pelo servidor público e, inclusive, para o integrante da segurança pública, violam direitos humanos fundamentais ao excluir o policial da definição de ser humano e sua universalidade. Aqui se entende que o discurso deveria ser outro, qual seja, a adequada regulamentação dada às particularidades da categoria, jamais sua proibição. A democracia não pode ser utilizada como elemento para sucumbir direitos e garantias fundamentais. O Estado Constitucional Cooperativo demanda uma interpretação sistemática da Constituição. Uma análise não sob a perspectiva do Estado opressor e que pretende continuar sucateando as atividades policiais, o que sem ouvir o grito sempre será mais confortável ao Estado. As mazelas estatais devem ser resolvidas com técnica, estudo e uma interpretação Constitucional Razoável e adequada aos atuais quadros configurativos da democracia brasileira.

O Ministro Gilmar Ferreira Mendes, em sede de debates apresenta dados relevantes para a discussão do tema

> Nós tivemos, no ano passado, uma média de dois policiais mortos por dia. Acho que todos se recordam, aqui, acho que no terceiro ano, do primeiro mandato do governo do Presidente Obama, quando ocorreu a segunda morte de um policial em Nova York, depois de dez ou doze anos, e o Presidente se dirigiu até Nova York, decretou feriado, tamanho o absurdo de se matar agente de segurança pública. E nós, lamentavelmente, temos dois policiais mortos por dia. Além dos inúmeros - como Vossa Excelência bem colocou - que ficam paraplégicos, ficam com problemas motores, em virtude desse combate à criminalidade.[584]

---

[583] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Voto Min. Alexandre de Moraes. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 11.

[584] STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. debates Min. Gilmar Ferreira Mendes. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023, p. 2.

Os dados são alarmantes e demonstram que é necessário discutir o sucateamento das atividades policiais no país. Não pode o Estado na omissão legislativa e falta de interesse estatal, condicionar e justificar a exploração humana dentro das forças policiais, sob o argumento de segurança jurídica e soberania nacional. Tais argumentos não subsistem e demandam uma interpretação cooperativa, em consonância do ordenamento externo, que não proíbe, mas propõe filtros que assegurem o exercício da atividade sindical por integrantes das forças de segurança para todos, inclusive, ao Estado. O STF Reconheceu a lacuna constitucional, reconheceu que a greve por categorias policiais é inconstitucional, sendo constitucional a vedação. O tema é sensível e demanda uma análise sob a perspectiva da universalidade dos direitos humanos e da (in)validade dos argumentos sustentados pela maioria dos Ministros na decisão do Tema 541 na corte mais alta do país.

O próprio STF reconhece que os argumentos não podem subsistir, logo, medida que emerge é uma Lei para regulamentar o exercício do direito à sindicalização para os integrantes das Forças Armadas e do exercício da greve para demais forças policiais. A Lei em comento deverá trazer filtros e procedimentos para que o espaço de autonomia coletiva sindical de agentes de segurança pública não coloque em risco a vida e a segurança da população, assim como da nação. A restrição integral de sindicalização aos militares está em dissonância ao próprio Estado Constitucional Cooperativo, assim como a normativa interna e internacional. Afinal, dentro de cada farda, existe um ser humano, com suas dores, fragilidades, medos e dramas que o Estado se nega a ouvir. A impressão que se tem é que o Estado ainda não percebeu que a dignidade humana não comporta exclusão de determinadas “categorias” de seres humanos, muito menos as que usam farda e lutam pela segurança da nação.

3.3. CONTRIBUIÇÃO DO FILIADO E A IMPROPRIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO OBRIGATÓRIA. O FINANCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

A abordagem perpassa pela emblemática retirada da contribuição obrigatória, pela reforma trabalhista, ao contraponto da manutenção do sistema de sindicato único por categoria, limitado a base mínima de um município. Sob tal

perspectiva, o tópico adentra a impropriedade da manutenção da contribuição obrigatória no sistema de sindicato único no Brasil. Ainda, a abordagem perpassa a análise da interpretação fornecida ao instituto pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do julgamento da ADI 5794. A partir de tal compreensão, a pesquisa apresenta a (im)propriedade da manutenção do sistema de sindicato único por categoria no Brasil e sua incoerência com o Estado Constitucional Cooperativo.

Importante compreender que

> Assim como toda organização no sistema capitalista, os sindicatos dependem de receita para exercer suas atividades e arcar com suas despesas correntes. Desde a década de 1930 até a promulgação da Constituição da República de 1988, o patrimônio e a gestão dos recursos dos entes sindicais eram controlados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Com a garantia do direito de administração, esse controle passa a ser feito pelas próprias entidades, definido por assembleia na forma prevista pelo estatuto. Nesse sentido, desde que mantida a finalidade de defesa dos interesses econômicos ou profissionais, as formas de aquisição de verba não se limitam àquelas previstas pela CLT.[585]

Após a reforma trabalhista, em 2017, os sindicatos e entidades sindicais do país possuem uma nova preocupação, agora de maior relevância, com a retirada da contribuição obrigatória. Ademais, tal retirada, de plano era necessária para se promover maior liberdade sindical no país. Não obstante, para que tal amplitude da liberdade pudesse se concretizar, o legislador de forma intencional, não retirou a unicidade sindical do sistema laboral brasileiro.

As consequências para tal atuação do legislador fora uma desestruturação sindical, que tem feito com que muitos sindicatos agonizem e percam integralmente a força, por falta de verba para sua manutenção e investimento em representação sindical. A retirada da contribuição obrigatória se fazia necessária, naquele momento, não obstante, retirar a contribuição obrigatória e com isso ampliar a liberdade sindical, demandava, naquele momento retirar também a unicidade sindical. A consequência,

> Desse modo, ao argumento de ampliar a liberdade sindical, principalmente, a liberdade dos trabalhadores em relação ao sindicato, o legislador golpeou a organização coletiva da classe trabalhadora como um todo. Cinicamente, fez com que o trabalhador, já empobrecido por todo o conjunto de flexibilizações – leia-se fragilizações de direitos – e desregulamentações

[585] BRASILEIRO, Ana Clara Matias; BRASILEIRO, Carol Matias. **O fim da contribuição sindical obrigatória:** liberdade cínica. In Revista Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 12, N.04, 2021, p. 2393-2418. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/48918| ISSN: 2179-8966, acesso em 10 de agosto de 2023, p. 2393- 2418, p. 2403.

> inseridas pela Reforma Trabalhista, tivesse de escolher entre contribuir ou não para o sustento da entidade que, obrigatoriamente, representará seus interesses.[586]

A retirada estratégica da contribuição, ao contraponto da manutenção da unicidade sindical é uma medida legislativa em total contrariedade ao espírito da lei, assim como a premissa de um Estado Constitucional Cooperativo e que demanda do próprio Estado uma atuação em tal conformidade. O argumento de preocupação com a unidade e manutenção da força dos sindicatos não se alinha com a atuação do legislador, afinal, demonstrado pela própria lei, que, ao contrário, a intenção fora desmantelar de vez o movimento sindical no país, em total desalinhamento aos princípios pluralistas que sustentam a democracia brasileira. O tópico a seguir abordará justamente a problemática do custeio das entidades sindicais neste momento pós reforma.

3.3.1. Contribuição Sindical para Filiados a Entidades Sindicais: O Problema da Subsistência das Entidades Sindicais

Neste tópico abordar-se-á a problemática da contribuição sindical, a qual tem grande relevância no sistema sindical brasileiro. Historicamente, a contribuição sindical era obrigatória, para todos os trabalhadores, independente de filiação ou não ao sindicato, cuja alteração aconteceu com a reforma trabalhista em 2017. Atualmente, a contribuição é facultativa, ou seja, somente se o trabalhador optar por se filiar à entidade sindical lhe será cobrada a contribuição sindical.

Segundo Oliveira Neto,

> a independência financeira é materializada pela capacidade dos sindicatos de exercerem livremente suas atividades mediante recursos próprios, independentemente de qualquer interferência, quer estatal, de outros sindicatos, dos empregadores, ou ainda dos trabalhadores. A existência de recursos próprios é indispensável à livre atuação dos sindicatos. Necessário definir fontes de custeio legítimas que garantam às entidades sindicais os recursos financeiros necessários ao cumprimento de seus objetivos.[587]

---

[586] BRASILEIRO, Ana Clara Matias; BRASILEIRO, Carol Matias. **O fim da contribuição sindical obrigatória**: liberdade cínica. *In* Revista Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 12, N.04, 2021, p. 2393-2418. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/48918| ISSN: 2179-8966, acesso em 10 de agosto de 2023, p. 2393- 2418, p. 2415-2416.

[587] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Contribuições sindicais.** Modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical: de acordo com a Lei n. 13.467/2017. - 2ª. Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: LTr, 2019, p. 62.

A independência financeira das entidades sindicais, integra os pilares de estruturação do sistema sindical, assim como da autonomia sindical. Um sindicato que dependa financeiramente do Estado ou da empresa tem ou pode ter comprometida a sua liberdade sindical. É necessário pensar em fontes de custeio legítimas e que garantam às entidades sindicais recursos financeiros suficientes para o desempenho das atividades sindicais com independência, autonomia e principalmente, com a qualidade que o instituto demanda.

O artigo 8º. da Constituição de 1988, instituiu que é livre a associação profissional ou sindical, com autonomia, porém limitado ao sistema de sindicato único por categoria e, logo, no inciso III, assegura que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas"[588]. Ainda, o mesmo artigo institui no inciso IV, que por assembleia geral se "fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei"[589]. Este artigo confere aos sindicatos o papel da legitimidade da representatividade dos trabalhadores e dos empregadores aos sindicatos representativos. O artigo 8º., da Constituição de 1988, assegura a atuação autônoma do sindicato, de forma independente na luta de classes por melhorias nas condições de trabalho e participação nas negociações coletivas de trabalho, assim como a representação judicial e administrativa, como legítimo representante de toda a categoria.

Nesse sentido, as contribuições para financiamento podem decorrer de lei e ou estatutos sindicais e podem vincular os trabalhadores, empregadores e o próprio Estado. Não obstante a independência financeira dos sindicatos ser um requisito para a efetiva liberdade sindical, algumas modalidades de contribuição podem ser incompatíveis com tal princípio. Nessa perspectiva, os trabalhadores ou empregadores ao escolherem se filiar a uma entidade devem ajudar a arcar com o financiamento sindical. As entidades sindicais, no uso de sua autonomia sindical

---

588 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

589 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

podem instituir contribuições para os filiados, que uma vez associados, podem, inclusive, sofrer sanções pelo inadimplemento da obrigação[590].

O artigo 8º. tem como objetivo assegurar a participação dos trabalhadores, especialmente, na construção de medidas laborais adequadas à preservação da dignidade e na proteção dos direitos e garantias laborais em geral. Ainda, outro elemento importante é o direito ao exercício da liberdade sindical, diretamente relacionado ao direito de associação, que permite a união dos trabalhadores em busca de um bem comum, qual seja, a proteção dos direitos laborais de toda a categoria. O artigo 8º., III, da Constituição de 1988 consolida o direito ao exercício da liberdade sindical, fortalece e estabelece a representação para toda a categoria, aos sindicatos representativos, ainda que limitados a um único sindicato por base territorial mínima do município.

Ainda, o artigo 8º., inciso VI, determina que "é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho"[591]. Esta disposição visa à garantia dos direitos e interesses do trabalhador, que é quem está sob o manto da desigualdade estrutural que permeia o direito do trabalho. Nesse sentido, os sindicatos têm o direito de representação dos trabalhadores em negociações coletivas, logo, a presença do sindicato nas negociações coletivas é fundamental para equilibrar o poder de barganha entre as partes envolvidas, garantindo assim que os direitos mínimos trabalhistas sejam respeitados e que as condições de trabalho sejam minimamente adequadas.

A participação do sindicato é de extrema importância aos trabalhadores, eis que em tese, o sindicato possui o conhecimento trabalhista e conta com profissionais capacitados e com habilidades jurídicas e negociais adequadas para a boa condução das negociações. Além, é claro, que a presença do sindicato efetiva uma maior representatividade dos trabalhadores, tornado suas demandas mais fortes, articuladas e adequadas do ponto de vista jurídico, econômico e social. Vale ressaltar que a obrigatoriedade da participação do sindicato nas negociações coletivas não exclui acordos específicos que podem ser realizados sem a presença

---

[590] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Contribuições sindicais**. Modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical: de acordo com a Lei n. 13.467/2017. - 2ª. Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: LTr, 2019, p. 63.

[591] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

do sindicato, em que após a reforma trabalhista a legislação permite que empregado e empregador negociem diretamente e sem a presença do sindicato.

As possibilidades de negociação direta entre empregado e empregador estão previstas em dois artigos da CLT. O primeiro deles é o artigo 444, que estabelece que

> As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes. Parágrafo único. A livre estipulação a que se refere o caput deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.[592]

Este artigo estabelece que as relações laborais podem ser objeto de livre estipulação entre as partes interessadas, desde que não contrariem disposições de proteção ao trabalho previstas em lei, representando, tal disposição, um reconhecimento da autonomia das partes para negociarem diretamente condições de trabalho.

O segundo artigo é o 611-A da CLT, introduzido pela reforma trabalhista de 2017, que dispõe sobre o tema tão polêmico, qual seja, a prevalência do negociado sobre o legislado. De acordo tal artigo, as convenções e acordos coletivos de trabalho têm força de lei quando tratarem de determinados temas, permitindo que jornada de trabalho, banco de horas, intervalo intrajornada, entre outros institutos, possa ser negociados diretamente entre empregados e empregadores, sem a participação do sindicato representativo da categoria.

A respeito desta temática, o artigo 513 da CLT versa que são prerrogativas do sindicato a representação dos interesses da categoria, a negociação coletiva de trabalho, a eleição de representantes da categoria ou profissão, a colaboração com o Estado e a imposição de contribuições para todos aquele que participam das categorias profissionais ou econômicas, assim como fundar e manter agências de

---

[592] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943** - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.

colocação[593]. Este artigo é de extrema importância e goza de uma amplitude em relação às relações trabalhistas no país, pois estabelece normas fundamentais de atuação para a organização sindical. A liberdade sindical é uma garantia e proteção aos trabalhadores e empregadores, que podem se valer da organização sindical para nivelar a atuação das partes, qual seja, para retirar a desigualdade econômica, social e estrutural entre empregado e empregador, já que o sindicato está em condições de igualdade para negociar com o empregador.

O artigo 545[594] da CLT assegura que os empregadores são obrigados a descontar as contribuições sindicais da folha de pagamento dos seus empregados, desde que devidamente autorizado pelo empregado o desconto. Tal contribuição sindical, já chamada também de imposto sindical tinha e tem como finalidade o custeio e a sustentação dos sindicatos, assim como o fortalecimento da representatividade dos trabalhadores.

O artigo 548 da CLT Reconhece como patrimônio das entidades sindicais as contribuições vertidas ao sindicato pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais sob a denominação de imposto sindical, pagas e arrecadas na forma do artigo 578 e seguintes da CLT. Ainda, constitui patrimônio das entidades sindicais as contribuições dos associados, previstas em estatutos ou assembleias. Ainda, é patrimônio da entidade sindical as doações e legados, assim como as multas e rendas eventuais[595].

As fontes de sustento dos sindicatos possuem um sistema misto de arrecadação, quais sejam, as contribuições espontâneas (mensalidades, art. 545 e a contribuição confederativa ou taxa, art. 8º., IV, CF) e contribuições compulsórias (imposto sindical, atualmente conhecido como contribuição sindical), cuja previsão está no artigo 578 da CLT. O antigo imposto sindical, previso no artigo 578 da CLT, até a reforma trabalhista, trazida pela Lei nº. 13.467/2017, era obrigatório, porém, com a alteração passou a ser facultativo e também conhecido como contribuição

[593] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943** - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.
[594] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943** - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.
[595] BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943** - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.

sindical, qual seja permitido, mediante autorização do representado, o trabalhador integrante de determinada categoria, independente de filiação ou não à entidade sindical. O imposto sindical é recolhido uma vez ao ano, no mês de março e constitui um dia de trabalho, com jornada normal, qual seja, 1/30 avos, nos termos do artigo 581 da CLT[596].

Segundo Batista, a quantidade de recursos reduziu drasticamente, limitando a atuação sindical, tendo a arrecadação sindical obrigatória, agora facultativa, uma queda de 90% se comparar 2018 a 2017. Tal redução, inclusive gerou reestruturações e remanejamentos das estruturas sindicais, na tentativa de reorganizar de modo a conseguir se adequar à nova realidade, o que gerou inegavelmente enfraquecimento e desestruturação sindical[597].

A necessidade de adequação à nova realidade vem causando entraves ao exercício das atividades sindicais no país. Os sindicatos a cada dia veem suas arrecadações caindo, pois sem força para lutar, o descrédito acontece naturalmente e as desfiliações só aumentam. A ação do legislador causou e está causando uma deslegitimação econômica dos sindicatos. Afinal, desmunido de condições financeiras determinadas entidades sindicais reduzem drasticamente suas atividades e demandas em geral, o que só aumenta o movimento de retirada de membros dos sindicatos. A conduta do legislador, cuja inconsequência intencional ou não desmantela um dos pilares da democracia, não tem qualquer consonância com o Estado Constitucional Cooperativo. Este deve ser pensado por seus atores sociais a partir da premissa da edificação da dignidade humana, jamais ao reverso.

A mudança trazida pela reforma trabalhista trouxe diferentes perspectivas e debates ao imposto sindical, vez que acabou se tornando, na prática, apenas para os filiados, não obstante possa ser cobrado dos demais trabalhadores representados pela entidade sindical, mediante autorização expressa prévia. Tal alteração pode reduzir drasticamente a arrecadação do sindicato, que por muitos anos era garantida considerando a média de empregados, porém agora depende das autorizações dos trabalhadores. Tal medida, qual seja, a retirada da compulsoriedade, garante mais

---

[596] CL BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943** - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.

[597] BATISTA, Flávio Roberto. **Financiamento sindical, direito do trabalho e crise**: aproximações empíricas ao tema da funcionalidade do direito do trabalho para o capitalismo. *In* Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 4, 2020, p. 2669-2695. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/50030| ISSN: 2179-8966, p. 2673-2680.

liberdade aos trabalhadores e está em consonância com o princípio da liberdade sindical.

Esta alteração trazida pela Reforma trabalhista altera o cenário sindical no Brasil, demandando adaptações e o enfrentamento de uma nova realidade pelos sindicatos no Brasil, que agora precisam buscar filiados, atrair os trabalhadores para a entidade sindical, para que contribuam voluntariamente. E tal contribuição demanda que o sindicato demonstre atuação efetiva, plausível e ofereça benefícios aos filiados, tais como assistência médica, odontológica, jurídica, capacitação profissional, lutas de classe, mais transparência e responsabilidade com os gastos da entidade sindical, entre outros.

Existe um aparente conflito entre as disposições trazidas na Convenção nº. 87 e nº. 98 da OIT na medida em que a primeira indica ser um direito do sindicato decidir sobre suas fontes de custeio e a segunda transfere ao empregado a decisão sobre sua filiação ao sindicato. Logo a questão é se seria possível ao sindicato impor por decisão em assembleia o dever aos ser associados de contribuir com o custeio das atividades sindicais[598]. Kaerstner e Gunther concluem que é possível a imposição das fontes de custeio somente aos filiados do sindicato, em consonância ao entendimento do STF e mediante autorização expressa para os trabalhadores não filiados, inclusive para custeio de “serviços” prestados pelo sindicato, tais como taxas para fornecimento de cópia da convenção coletiva, depósito arquivamento do PLR, homologação de rescisão, entre outras, que não estão em desacordo com as Convenções nº. 87 e 98 da OIT, tanto pelo sindicato de empregados quanto de empregadores[599].

---

[598] KAESTNER, Roberto Nasato; GUNTHER, Luiz Eduardo. **As fontes de custeio dos sindicatos e as Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. *In* Organização Internacional do Trabalho e direitos sociais. Coordenadores: Marco Antônio César Villatore, Luiz EduardoGunther, Nelson Mannrich. Organizador:Jouberto de QuadrosPessoaCavalcante. Curitiba: Instituto Memória Editora Centro, Antônio César Villatorede Estudos da Contemporaneidade, 2021 Ebook, p.72-88 p. 83-84.

[599] KAESTNER, Roberto Nasato; GUNTHER, Luiz Eduardo. **As fontes de custeio dos sindicatos e as Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).** *In* Organização Internacional do Trabalho e direitos sociais. Coordenadores: Marco Antônio César Villatore, Luiz EduardoGunther, Nelson Mannrich. Organizador:Jouberto de QuadrosPessoaCavalcante. Curitiba: Instituto Memória Editora Centro, Antônio César Villatorede Estudos da Contemporaneidade, 2021 Ebook, p.72-88 p. 87.

Esta disposição em consonância ao preceito do Enunciado nº. 666 do STF[600], convertido em Súmula vinculante nº. 40 do STF, que autoriza a cobrança da contribuição confederativa somente dos filiados ao sindicato. Tal entendimento interno está em consonância com os princípios entabulados pelo Comitê de Liberdade Sindical da OIT, que da mesma forma no verbete 434, orienta que o financiamento das entidades sindicais deve acontecer por meio dos estatutos internos, devido à imposição de contribuições, por declarar que contrariam os princípios da liberdade sindical[601].

Nesse sentido, é chegado o momento de se refletir sobre os caminhos que legislador brasileiro dará ao direito sindical. O sistema atual, desprovido de condições econômicas e de liberdade para atuação a cada dia aniquila as lutas de classe. A grande questão é que tal aniquilação é para com a própria liberdade. Um Estado Constitucional Cooperativo, pautado na prevalência dos direitos humanos, na edificação e proteção da dignidade humana, tem um dever, por meio dos representantes eleitos, de atuar em conformidade com os princípios estruturantes constitucionais. Não é dado ao legislador o poder de aniquilar institutos, independente dos motivos, pois tal se configura em atuação antidemocrática e atentatória a própria dignidade humana. Afinal, atentar contra a liberdade sindical é atentar contra a democracia e ao próprio Estado Constitucional Cooperativo. Em premissa reversa, atendar contra o Estado Constitucional Cooperativo, também e da mesma forma, é atentar diretamente contra a democracia. Um Estado Democrático de Direito, um Estado pluralista, Cooperativo demanda um comportamento adequado e em consonância aos preceitos estruturais, não só do legislador, mas também do executivo e do judiciário.

3.3.2. Impropriedade da manutenção da Contribuição Obrigatória no Sistema de Sindicato Único no Brasil

Neste tópico, a pesquisa aborda a incoerência da contribuição obrigatória no sistema de sindicato único, por categoria no Brasil. A retirada do imposto sindical

---

[600] STF. **Enunciado nº. 666**, convertida na Súmula Vinculante nº. 40/2015 do STF. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=1642, acesso em 19 de julho de 2023.

[601] OIT. **Liberdade Sindical**: Recopilação das Decisões e Princípios do comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT. Brasília, OIT, 1ª ed. 1997, p. 98.

obrigatório só evidenciou a desestruturação sindical que decorre da dificuldade de custeio das entidades sindicais e a limitação ao exercício da liberdade sindical, o que afasta o trabalhador do sindicato. Ademais, uma vez descontente com a única entidade representativa da categoria, a tendência e única possibilidade é a desfiliação e o afastamento completo do trabalhador das atividades sindicais. Esse fato promove um endêmico enfraquecimento do movimento sindical.

A temática da contribuição obrigatória é elemento de polêmica e discussão, inclusive, sob o argumento de ofensa ao direito individual de associação vez que em tal sistema o trabalhador era obrigado a contribuir, independentemente da sua vontade. Em contrapartida, as entidades sindicais argumentam que tal é inconstitucional, conforme amplamente discutido na ADI nº. 5794 pelo STF, cuja discussão era justamente de a sua extinção poderia ser realizada por lei ordinária.

No acórdão da ADI nº. 5794/DF, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e na Pesca e nos Portos – CONTTMAF, que reuniu quase duas dezenas de ADI´s no mesmo sentido, distribuídas por prevenção, o STF entendeu que a Lei nº. 13.467/2017 ao extinguir a contribuição obrigatória empregou um critério homogêneo e igualitário. Ao exigir autorização prévia do trabalhador para o desconto da contribuição sindical, suprimiu-se a natureza tributária da contribuição, logo, não há que se falar em violação do princípio da isonomia tributária (art. 150, II da CF). Ainda, o mencionado acórdão não vulnera o princípio constitucional da autonomia da organização sindical previsto no artigo 8º., inciso I, da CF/1988 nem configura retrocesso social e violação de direitos básicos de proteção ao trabalhador[602].

O Ministro Edson Fachin, em seu voto afirma que o constituinte de 1988 fez uma opção inequívoca por um modelo de sindicalismo sustentado pelo tripé da unicidade sindical, representatividade obrigatória e custeio das entidades sindicais por meio de tributo e contribuição sindical, conforme autoriza o artigo 149 da CF/1988. Reconhece, o Ministro, que mudanças isoladas neste tripé podem desestabilizar o sistema sindical brasileiro, ressaltando que uma das principais consequências da compulsoriedade está no efeito *erga omnes* das normas coletivas. Essas como resultado das negociações coletivas de trabalho, nos termos do artigo

[602] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 1-5.

611 da CLT. Citando ainda, a necessidade de análise da temática sob a perspectiva da "sistemática sindical integral", para evitar a desfiguração do regime sindical de 1988 e a violação a direitos e garantias fundamentais e sociais[603].

Para o Ministro Edson Fachin no julgamento da ADI 5794, a Reforma trabalhista se projeta de forma mediata

> na força coletiva dos direitos fundamentais sociais trabalhistas; no poder negocial dos sindicatos, ao conferir quitação geral do contrato de trabalho no plano de demissão voluntária celebrado por meio de negociação coletiva (art. 477-A); na quitação anual das obrigações trabalhistas (art. 507-B); e no assegurar a prevalência da negociação coletiva sobre a lei, em relação à extensa gama de direitos indicados no artigo 611-A.[604]

Não obstante, para o Ministro, a Reforma desinstitucionaliza de forma substancial a principal fonte de custeio das entidades sindicais, tornando-as facultativa, nos termos dos artigos 578 e 579 da CLT. Admite também que o legislador infraconstitucional reformador pode sim ter inobservado, ainda que em um primeiro momento, o regime sindical estabelecido pela Constituição de 1988 de forma ampla, o que desequilibrou as forças da histórica e atual conformação constitucional, sem transição e nem implementação de novas regras para custeio das entidades sindicais. Reconhece ainda que a manutenção da unicidade sindical e obrigação de representação de toda a categoria, inclusive os não-associados, com a retirada da contribuição compulsória inviabiliza o próprio regime sindical. [605]

O Ministro Edson Fachin conclui que

> o novo modelo eleito pelo legislador infraconstitucional, de contribuição sindical facultativa, suscita dúvidas sobre sua compatibilidade, ou não, com o direito constitucionalmente reconhecido a um regime sindical, diante das duas outras premissas desse regime, quais sejam, a unicidade sindical e a representação obrigatória de toda a categoria.[606]

---

[603] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 6-13.

[604] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 19.

[605] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 19-21.

[606] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 24.

Tal supressão é evidente, cria impasses e limitações ao exercício da representatividade, imposta pela Constituição, não obstante, é um passo importante para se trilhar os caminhos da liberdade sindical. Ademais, não é convergente com a ideia de liberdade sindical pregada pela OIT e instituições internacionais a obrigatoriedade de representação sem fonte de custeio. Também não se pode conceber em um país como o Brasil, retirar a representatividade para toda a categoria. Na realidade, o que se deve buscar, é a análise da ADI 5794 que perpassou em parte por isso, qual seja, um equilíbrio entre a retirada da contribuição obrigatória, com o sistema de sindicato único por categoria, cuja representação é obrigatória para as negociações coletivas de trabalho.

Ainda, sob tal perspectiva, o Ministro Edson Fachin prossegue afirmando que

> Sem pluralismo sindical, a facultatividade da contribuição destinada ao custeio dessas entidades pode se tornar um instrumento de obnubilação do direito à sindicalização, que, inequivocamente reconhecido pelo constituinte de 1988, não poderia ser restringido, a esse ponto de atingir-se seu núcleo essencial (existência e cumprimento de suas obrigações constitucionalmente previstas), mesmo porque, se também foi o legislador infraconstitucional que reafirmou e reforçou o poder de negociação sindical, não poderia, por outro lado, atingir sua capacidade concreta de existência e funcionamento institucional.[607]

A problemática aportada pelo Ministro em seu voto no julgamento da ADI 5794, evidencia o núcleo da problemática desta pesquisa, qual seja, uma Constituição pluralista em um sistema de Estado Constitucional Cooperativo. Neste contexto, a liberdade é um esteio de sustentação da democracia em sua grandiosidade, amplitude e alcance, em nome da não proliferação de sindicatos e consequente enfraquecimento. Mantém-se o sistema de sindicato único por categoria, que por outros fatores e agires do próprio Estado, já o enfraqueceu e sucateou, ao ponto de a Corte Constitucional reconhecer que a retirada da Contribuição sindical de forma isolada, aniquila o bem maior a ser protegido, qual seja, a liberdade sindical. Diga-se de passagem, a restrita liberdade sindical que ainda vige no Brasil, vez que o sistema de sindicato único, em contrariedade a todo o aparato internacional lança o Brasil ao sistema internacional, como contraditório até mesmo aos preceitos da sua própria constituição. Aqui não se está a defender a

[607] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 25.

manutenção da contribuição obrigatória, mas ao contrário, sua retirada juntamente com a legitimação em plano interno, da pluralidade sindical, ainda que sob os critérios do sindicato mais representativo, ou ainda, em uma maior autonomia, o sindicato temporalmente escolhido para representar a categoria por determinado espaço de tempo. A perspectiva da liberdade sindical seria integralmente alterada e se protegeria a tão "protegida" unidade sindical (sob os argumentos de quem defende a unicidade sindical).

O Ministro Edson Fachin julgou procedente o pedido e declarou inconstitucional a Lei nº. 13.467/2017 reconhecendo a inconstitucionalidade dos termos relacionados a autorização do trabalhador.[608] Trata-se de voto vencido, não obstante, o importante aqui para a pesquisa é a discussão à respeito dos riscos de uma desestabilização sindical no país, com riscos a direitos e garantias fundamentais inerentes ao direito coletivo, assim como ao próprio exercício da autonomia individual coletiva.

O Ministro Alexandre de Moraes afirma em seu voto que a Reforma trabalhista não extinguiu fonte de custeio dos sindicatos, mas "apenas alterou a natureza de uma delas, que não mais constitui obrigação compulsória, e sim obrigação de natureza facultativa", completando que tal procedimento prestigia o princípio da liberdade individual e liberdade sindical[609].

Para o Ministro Alexandre de Moraes, a contribuição sindical facultativa se harmoniza com o regime sindical, ao contrário da contribuição compulsória, inclusive, citando que tal decisão atende às Convenções e princípios da OIT e segue as tendências das democracias atuais da liberdade sindical[610]. A tendência é o poder judiciário ou até mesmo o legislativo brasileiro abordar tal temática sob uma perspectiva da democracia e do Estado Constitucional Cooperativo, para estabelecer as normas internacionais à sua aplicabilidade interna. Esta harmonização ainda necessita ser realizada no plano interno do Brasil.

Ministro Roberto Barroso entende que

---

[608] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 26.

[609] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 9.

[610] [610] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 9.

> É claro que, para acabar com a unicidade e com o critério do sindicato único por categoria, é preciso uma emenda constitucional; mas na questão tributária não! Porque a Constituição, como é de conhecimento convencional, meramente autoriza a criação de tributos; mas os tributos são criados por lei ordinária. Portanto, a mesma lei ordinária que cria pode extinguir o tributo. No caso, a lei ordinária que criou e direcionou aos sindicatos podia até tê-los direcionado para outro lugar.[611]

O referido Ministro entende que não há, da mesma forma, inconstitucionalidade formal e nem material, mas um debate político sobre qual o melhor modelo sindical para o Brasil, o que na visão dele é um debate de competência do Congresso Nacional e não do Supremo Tribunal Federal[612]. O Ministro Roberto Barroso sugere em seu voto que o Congresso Nacional resolva o impasse e altere a Constituição para alterar o artigo 8º., inciso II, da CF/1988, para assegurar a liberdade sindical no Brasil.

Para o Ministro Barroso, além do sistema de contribuição compulsória não ser imposto pela constituição, conflita com o princípio da liberdade sindical em suas amplas dimensões, entre as quais a liberdade para criação e extinção de sindicatos, sem necessidade de autorização do poder público, liberdade de organização, administração e exercício das funções sindicais e a livre filiação e desfiliação. Para o Ministro, a contribuição compulsória impõe o sistema de filiação compulsória o que conflita inclusive com as diretrizes da OIT, além de desestimular o aperfeiçoamento do sistema sindical no que diz respeito a legitimidade representativa, promovendo fracionamentos ao invés de unidade sindical e consequente enfraquecimento e não estimulação das lutas sindicais[613].

A análise da perspectiva de que as contribuições obrigatórias precisavam ser retiradas é importante para a democracia brasileira, é tão importante quanto perceber as perspectivas do Estado Constitucional Cooperativo e seus anseios no plano interno. Ademais, uma Constituição só será adequada quando efetivamente estiver em harmonia aos anseios da sociedade, assim como em perfeita sintonia

---

[611] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 5.

[612] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 6.

[613] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 19-24.

com o aparato democrático no qual está estruturada. Se não há harmonia, há que se pensar em modelos de adequação. Nesse sentido, segundo Maliska e Vaz, com a entrada em vigor da Lei nº. 13.467/2017, houve o recolhimento da principal fonte de custeio e sustentação financeira, qual seja, a atual contribuição sindical prevista no artigo 578 da CLT, o que causou um rombo nas contas dos sindicatos[614].

Tal análise é importante, pois a perspectiva financeira é motivo de sobrevivência ou não de qualquer entidade pública ou privada. Sem recursos é impossível, para os sindicatos realizarem suas lutas de classe e até mesmo em determinados segmentos, as negociações coletivas e toda a estrutura demandada. Uma instituição sindical, assim como qualquer instituição, sem verbas não consegue exercer seu *múnus*, seja ele público ou privado, ademais toda movimentação de trabalhadores, a própria gestão interna, por exemplo, demanda provisão.

Logo, "a partir da vigência da Reforma trabalhista, os descontos salariais a título de contribuição assistencial somente poderão ocorrer mediante a prévia e expressa autorização do empregado, seja sindicalizado ou não".[615] Assim sendo, pode haver formas de custeio previstas de diversas fontes, porém, demandam autorização do trabalhador para desconto em folha de pagamento. Isso ocorre para evitar as cláusulas em normas coletivas que embutem contribuições ou taxas, que o trabalhador, muitas vezes até por falta de acesso, perde o prazo para se pronunciar e por adesão compulsória acaba aderindo.

A retirada da contribuição sindical obrigatória pela reforma trabalhista, aparentemente aproxima o sistema sindical brasileiro à convenção nº. 87 da OIT. Porém, como medida isolada e sem respeitar os demais princípios contidos na norma internacional, acabou por causar o esvaziamento das prerrogativas sindicais e fragilizar a capacidade coletiva, pois existe um projeto de enfraquecimento dos

---

[614] MALISKA, Marcos Augusto; VAZ, Andréa Arruda. **Os Direitos Fundamentais e o Direito Sindical Brasileiro.** *In* Humberto Nogueira; Elena Alvites; Paulo Schier; Ingo W. Sarlet. (Org.). Anais da VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, v. 1, p. 919-940, p. 930.

[615] KAESTNER, Roberto Nasato; GUNTHER, Luiz Eduardo. **As fontes de custeio dos sindicatos e as Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).** *In* Organização Internacional do trabalho e direitos sociais. Coordenadores: Marco Antônio César Villatore, Luiz EduardoGunther, Nelson Mannrich. Organizador:Jouberto de QuadrosPessoaCavalcante. Curitiba: Instituto Memória Editora Centro, Antônio César Villatorede Estudos da Contemporaneidade, 2021 Ebook, p.72-88 p. 80.

sindicatos para reduzir a representatividade, sua força e sujeitá-los a mero mediador para garantir a competividade empresarial[616].

Nesse sentido,

> Entende-se que o fim da contribuição sindical é necessário, todavia, a Reforma, ao modificar de maneira isolada apenas o recolhimento, não buscou fortalecer os sindicatos, mas sim enfraquecer uma instituição que adquire um papel ainda mais importante com a valorização das negociações, feito pela Lei nº 13.467/2017[617].

A incoerência da contribuição obrigatória reside no fato de que para além da cobrança compulsória, o que supera as taxas sindicais simples para manutenção e fortalecimento institucional, o que está na origem da atividade sindical e inquestionável é a necessidade de investimento no custeio da entidade em si, pode haver o desvio de finalidade, com utilização das verbas sindicais, sem o consentimento dos trabalhadores, para finalidade políticas ou alheias a atividade sindical. Tal prática quando acontece só enfraquece e causa descrédito ao movimento sindical. Tal situação se agrava e, muito, quando se está diante do cenário brasileiro de unicidade sindical, no qual o trabalhador não tem a possibilidade de mudar de sindicato ou de escolher o sindicato que lhe representará. Outro ponto ainda que a unicidade propõe é a falta de concorrência entre as entidades sindicais, pois não existe pela inexistência de entidade da mesma categoria na mesma base territorial. Assombrosa é a inércia do legislador, que por interesses políticos certamente não se consegue emplacar uma mudança que realmente promova a liberdade sindical no país.

Em consequência, a falta de uma coesão no que tange a normatização sindical

> as novas e precárias formas de contratação da força de trabalho, aliadas ao enfraquecimento das entidades sindicais e à abertura de permissivo de que a flexibilização das condições de trabalho se opere por negociação coletiva, demonstram o quanto o enfraquecimento dos marcos protetivos do Direito do Trabalho – a renda, perenização de vínculos e salvaguarda de tempos livres à classe trabalhadora – acaba por trazer impactos negativos à própria reprodução da relação social do capital, sem jamais ter o condão de

---

[616] SEPÚLVEDA SOBRINHO, Gabriela. **O fim da contribuição sindical na reforma trabalhista**: uma aproximação à Convenção 87 da OIT ou um sucateamento dos sindicatos? *In* Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, Salvador., v. 8, n. 11, p. 199-216, jun. 2019, p. 211-212.

[617] SEPÚLVEDA SOBRINHO, Gabriela. **O fim da contribuição sindical na reforma trabalhista**: uma aproximação à Convenção 87 da OIT ou um sucateamento dos sindicatos? *In* Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, Salvador., v. 8, n. 11, p. 199-216, jun. 2019, p. 213.

> proporcionar o revigoramento da cadência de produção e circulação de mercadorias.[618]

A crescente precarização do trabalho, o que se agravou ainda mais pela pandemia da Covid-19, assim como o enfraquecimento emblemático dos sindicatos e a flexibilização da negociação coletiva de trabalho não fortalecem o trabalho, nem a economia. A liberdade sindical no país, a partir de uma roupagem do Estado Constitucional Cooperativo demanda do legislador uma reflexão sobre os efeitos da norma que se propõe, evitando assim a tramitação e aprovação de leis que não estejam em convergência com os pilares estruturais da democracia, assim como do pluralismo e do Estado Constitucional Cooperativo. Inclusive pensar em qual seria o sistema de pluralidade sindical que mais se adequa ao país.

Vale lembrar que em um sistema de pluralidade sindical por representação, quando os trabalhadores ou empregadores escolhem qual sindicato lhes representará durante determinado período, se evitaria a fragmentação pretenciosa de sindicatos e enfraquecimento sindical, o que poderia colocar em risco a essência do sindicalismo, que é a promoção de melhores condições de trabalho e luta de classes por melhorias.

3.3.3. Impropriedade da Manutenção do Sistema de Sindicato Único no Brasil e o Estado Constitucional Cooperativo

Neste tópico derradeiro, mas não menos importante, a pesquisa aborda a impropriedade da manutenção do sistema de sindicato único no Brasil frente ao Estado Constitucional Cooperativo. A incoerência entre uma Constituição pluralista, pautada na proteção aos direitos humanos, receptiva aos tratados internacionais de direitos humanos, cuja liberdade é um dos pilares de sustentação da democracia, inaugurada pela Constituição de 1988, e um sistema de sindicato único. Esta ambiguidade precisa de um olhar sob a perspectiva do Estado Constitucional Cooperativo, na proposição de um comportamento convergente pelos poderes da República.

---

[618] BATISTA, Flávio Roberto. **Financiamento sindical, direito do trabalho e crise**: aproximações empíricas ao tema da funcionalidade do direito do trabalho para o capitalismo. *In* Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 4, 2020, p. 2669-2695. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/50030| ISSN: 2179-8966, p. 2690.

Ademais, o Ministro Luis Roberto Barroso, ao votar na ADI 5794, conclui que existe uma grande incoerência entre a retirada da contribuição obrigatória e a manutenção do sistema de sindicato único por categoria, juntamente com a obrigatoriedade de representação de toda a categoria. Nesse sentido

> Ressalto que não se busca, com essas considerações, legitimar uma pulverização ainda maior dos sindicatos brasileiros. Defender um sistema de liberdade sindical plena, com pluralidade sindical e possibilidade de escolha dos critérios agregativos não significa que, diante desse modelo, os interessados não possam optar por se reunir em um único sindicato. Nesse caso, a unidade será resultado da livre opção dos interessados em se estruturar em uma única entidade, pelo êxito na promoção dos interesses e na defesa dos direitos dos representados. Estaremos, enfim, diante de entidades sindicais verdadeiramente representativas. Ficam aqui, portanto, de *lege ferenda*, essas considerações, como um apelo ao legislador, para que trate sobre o tema, em busca de uma reformulação na estrutura sindical brasileira. Proibir que empregados e empregadores posam escolher o sindicato que melhor represente seus interesses e, com isso, com ele contribuir, é resquício corporativista de um autoritarismo que não tem espaço em um regime constitucional democrático.[619]

O mencionado Ministro entende que em um sistema de pluralidade, é possível que os trabalhadores de determinada categoria decidam se juntar em um único sindicato, por deliberação em assembleia sindical, o que não configura violação ao princípio da liberdade sindical. O Ministro clama ao legislativo que trate a temática em busca de uma reformulação da estrutura sindical brasileira. A estrutura brasileira é nitidamente antidemocrática, ainda com um corporativismo enraizado no sistema de unicidade sindical. Diga-se, um sistema corporativista, como bem lembra o ministro, inclusive, formado pelo Estado e entidades que não são verdadeiramente representativas. No Brasil, é necessário lembrar que uma parcela do próprio sindicalismo, de maneira paradoxal, contraditória e antidemocrática defende a manutenção do sistema de unicidade sindical, o retorno da contribuição obrigatória e obviamente, a manutenção do sistema de forma às entidades que não exercerem efetivamente seus deveres. O trabalhador não tem a proteção sindical que necessita e o sindicato passa a ser utilizado para finalidades não relacionadas a sua essência, inclusive, finalidades particulares de dirigentes e integrantes de partidos políticos.

Segundo Häberle, a interpretação comporta possibilidades e alternativas diversas, o que se converte em liberdade na medida que se conhece uma nova

---

[619] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 26-27.

hermenêutica que consiga contrariar a teoria da subsunção. Para o autor, é importante que os intérpretes, em sentido amplo, que compõem a realidade pluralista, reconheçam que a norma não é uma decisão prévia, simples e acabada, mas composta por outros intérpretes, além dos oficialmente reconhecidos. Ademais, quanto maior a amplitude do ponto de vista objetivo e metodológico da interpretação constitucional, maior será o círculo de participação na interpretação. A própria abertura constitucional demonstra que não apenas o constitucionalista participa do processo de interpretação, mas uma conjugação de diferentes intérpretes que desenvolvem reflexões sob a perspectiva da "Teoria da Constituição e da Teoria da Democracia"[620].

A norma constitucional comporta, para além dos intérpretes formais da Constituição, uma interpretação aberta aos intérpretes da Constituição em uma conjugação de reflexões sob a teoria da democracia. A percepção da pesquisa é de que, a reforma trabalhista no Brasil comportou uma tendenciosa forma de enfraquecimento sindical. Se tal não fora tendenciosa, o legislador no mínimo não possui conhecimento suficiente para compreender a formatação constitucional do país. Afinal, não compreendeu que a elaboração de lei perpassa por critérios constitucionais e principiológicos que devem ser levados em conta para se legislar. A atuação do legislador deve ser uma atuação democrática e que respeite os pilares do Estado Constitucional Cooperativo.

Explica Häberle que no Estado constitucional democrático cada vez mais se discute a questão da legitimação sob a perspectiva democrática. A democracia que se desenvolve, não apenas no contexto formal do povo para órgãos estatais (mediante eleições) e a corte constitucional. Em uma sociedade aberta a legitimação se desenvolve por meio de formas de mediação do processo público e pluralista da política e da *práxis* cotidiana, em especial a realização dos direitos fundamentais. A democracia se desenvolve ao relevar possibilidades e necessidades da realidade e o "concerto" científico constitucional. "O povo é também um elemento pluralista para a interpretação" presente e legitimadora do processo constitucional, seja como indivíduo, seja como grupo, "sua competência objetiva para a interpretação constitucional é um direito da cidadania". Na democracia liberal o cidadão é

[620] HÄBERLE, Peter. **A hermenêutica Constitucional**. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, Fabris Editora, 1997, p. 30-33.

intérprete da Constituição, logo importante garantir a discussão do indivíduo sobre a temática na ordem liberal-democrática[621]. A interpretação constitucional democrática, cuja participação dos intérpretes constitucionais para além dos oficialmente admitidos, é elemento essencial na conformação do Estado Constitucional Cooperativo aberto interna e externamente, cujo objetivo maior sempre será a proteção da dignidade humana.

A Ministra Rosa Weber, em seu voto na ADI 5794, em que votou pela procedência do pedido de reconhecimento da inconstitucionalidade da contribuição facultativa, reconhece que

> A urgência na afirmação do direito à liberdade sindical como princípio fundamental à materialização da paz universal no entrelaçamento entre regime de trabalho e justiça social é ressaltada pela Organização Internacional do Trabalho desde a sua constituição em 1.919 no bojo do Tratado de Versalhes, posteriormente reconhecida na Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito de Sindicalização.[622]

A urgência da temática faz com que o próprio STF chame a atenção em seus votos para a incongruência do sistema sindical brasileiro. A Ministra Rosa Weber suscita a centralidade dos sujeitos coletivos e a proteção que possuem dada a essencialidade do direito humano fundamental à liberdade sindical. Para a Ministra

> as entidades sindicais assumem a centralidade como sujeitos coletivos, a potencializar a agência dos trabalhadores, não apenas no âmbito da criação de cláusulas obrigacionais a reger o contrato individual de trabalho, mas também, e principalmente, de participação democrática na afirmação da melhoria das condições de trabalho da categoria.[623]

Os prejuízos são para o trabalhador, para a sociedade, para a economia e, principalmente, para a democracia brasileira. Ademais, não é plausível, um sistema de unicidade sindical que consiga conviver com o sistema constitucional instaurado, qual seja, uma democracia pluralista, com evidente Estado Constitucional

---

621 HÄBERLE, Peter. **A hermenêutica Constitucional**. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, Fabris Editora, 1997, p. 36-40.

622 STF. **ADI nº. 5794**. Origem: Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 2.

623 STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 23.

Cooperativo, aberto interna e externamente, no qual o próprio poder judiciário já não possui mais argumentos para sustentar decisões para manter a unicidade sindical.

Para Oliveira Neto, é possível pensar em formas de custeio para os representados e não associados ao sindicato. Ademais, ao ser beneficiado pela negociação coletiva, não obstante o princípio da liberdade negativa, poderá o empregador ou trabalhador ser cotizado para custear este processo, porém desde que ele concorde, qual seja, não pode haver imposição[624] . A necessidade de custeio das atividades e da infraestrutura sindical é eminente, podendo ser o empregado ou o empregador, inclusive não associado, colaborar na forma de taxas de custeios específicos para a negociação coletiva, mediante pactuação. As entidades sindicais terão que enveredar esforços no sentido de demonstrar a importância do custeio sindical. Entende-se, que, inclusive, os filiados têm o condão de demonstrar aos trabalhadores não filiados, mas alcançados pela negociação coletiva, a importância de se custear as atividades sindicais.

Segundo Häberle, “no tempo, o processo de interpretação constitucional é infinito”, e o constitucionalista é apenas um mediador, inclusive passível de mudanças de entendimento. O processo de interpretação da Constituição deve ser ampliado para além do concreto, pois o raio interpretativo normativo de amplia graças aos “intérpretes da Constituição da sociedade aberta”. A sociedade nesse sentido, se torna aberta e livre, vez que todos estão aptos a oferecer alternativas para a interpretação constitucional. A interpretação realizada pelos juízes pode-se tornar elástica e ampliativa, pautada na flexibilidade, sempre mantendo o norte da concretização da teoria da Democracia, ou seja, prevalência dos direitos fundamentais[625].

Nesse sentido, a interpretação constitucional convergente com a democracia e com a edificação da dignidade humana são necessárias para se compreender que se faz premente pensar em formas de custeio das entidades sindicais, assim como em formas de se implementar a pluralidade sindical no país. A interpretação pelos intérpretes constitucionais tem o condão de buscar medidas adequadas a

---

[624] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Contribuições sindicais**. Modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical: de acordo com a Lei n. 13.467/2017. - 2ª. Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: LTr, 2019, p. 63-64.

[625] HÄBERLE, Peter. **A hermenêutica Constitucional**. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, Fabris Editora, 1997, p. 42-49.

implementação da liberdade sindical no país, assim como medidas de fortalecimento sindical.

Em seu voto, o Ministro Gilmar Mendes justifica o voto, pelo reconhecimento da constitucionalidade da contribuição na modalidade facultativa, citando que

> O Brasil teria hoje 16.800 sindicatos, portanto é um modelo de associativismo subsidiado pela contribuição sindical. A África do Sul tem 191, os Estados Unidos 190, o Reino Unido 168, a Dinamarca 164, a Argentina, que também ama o modelo de fortalecimento das entidades sindicais, com 91.[626]

Não obstante, o argumento do Ministro se volta ao risco de perfilhamento de entidades sindicais e o enfraquecimento endêmico do sistema sindical que não se sustenta. Ademais, existem outros instrumentos capazes de inibir o aniquilamento sindical pelo aumento da quantidade de sindicatos que o pluralismo sindical pode trazer. Na realidade, essa deve ser uma preocupação, porém, uma democracia demanda a busca de soluções democráticas para os problemas locais. Estas soluções democráticas em um sistema de Estado Constitucional Cooperativo por vezes perpassam pela abertura externa e acolhimento, da legislação internacional. Ressalte-se que, no Brasil, um Estado Constitucional Cooperativo não pode pretender manter o imposto sindical compulsório ou qualquer outra contribuição obrigatória, eis que totalmente antidemocrática tal imposição. Ao contrário, se faz necessário pensar em resolver o problema a partir de outras soluções democráticas. Um Estado Constitucional Cooperativo, por natureza democrático, demanda soluções mais pluralistas para institutos que não funcionam no plano interno.

Aqui é importante compreender que o artigo 8º da Constituição de 1988 é um artigo de direitos sociais e fundamentais, logo uma cláusula pétrea. O artigo 60 da Constituição de 1988 veda qualquer alteração tendente a abolir direitos e garantias fundamentais. Não obstante, uma Emenda Constitucional ou a internalização com quórum especial de um Tratado de Direitos humanos para implementar a liberdade sindical não está abolindo o direito fundamental, ao contrário, está efetivando e harmonizando tal dispositivo ao texto constitucional. Logo, em breves palavras, não se pode falar em violação à cláusula pétrea.

---

[626] STF. **ADI nº. 5794**. Origem: DF Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 18 de julho de 2023, p. 1.

O sistema de sindicato único por categoria possui em sua essência preceitos antidemocráticos que podem criar um monopólio na negociação coletiva, o que a fragiliza, além de limitar o direito, a liberdade e autonomia de escolha e o próprio espaço de autonomia sindical. Igualmente, o sistema de sindicato único aniquila a concorrência entre sindicato, o que pode produzir avanços e benefícios aos representados, e consequentemente, reduzir a eficiência e diversidade nas negociações coletivas de trabalho.

Sob a perspectiva de Oliveira Neto, a atuação democrática dos sindicatos precede a não interferência do Estado, assim como a liberdade de escolha dos mecanismos de financiamento, de desconto pelo empregador e respectivo repasse ao sindicato, deve ser reguladas por instrumentos de negociação coletiva e não por lei[627]. Assim, medidas de custeio devem ser pensadas sob o viés da independência e autonomia sindical.

O Estado Constitucional Cooperativo busca a cooperação entre entidades sindicais, o Estado e as próprias instituições internas e externas. A cooperação envolve a participação ativa dos trabalhadores por meio das entidades sindicais na formulação de políticas públicas, negociações coletivas e representação em espaços de diálogo governamental ou não. O Estado Constitucional Cooperativo demanda harmonia e cooperação entre os entes em busca de melhores condições e de bem-estar social. Esta cooperação entre entidades, empregadores, trabalhadores, Estado e instituições em geral produzem o fortalecimento do espaço de autonomia sindical, seja no exercício da autonomia individual subjetiva ou ainda como espaço de liberdade sindical objetiva. A produção de debates, discussões, buscas de soluções para o Trabalho em si e para o direito do trabalho será capaz de consolidar o espaço de autonomia sindical, ao ponto de gerar efeitos positivos não só no ambiente laboral, mas na sociedade em geral, seja na educação, na participação e na própria concretização da cidadania. Será um espaço de cooperação de construção de soluções pela própria sociedade, a partir da relação laboral. Para tal, o primeiro passo é empreender uma interpretação constitucional adequada à liberdade sindical no país.

---

[627] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Contribuições sindicais**. Modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical: de acordo com a Lei n. 13.467/2017. - 2ª. Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: LTr, 2019, p. 66.

Para Häberle, essa teoria constitucional não pode ser vista de forma simplista e simplesmente harmonizadora, pois consenso resulta de conflitos e compromissos entre os participantes que sustentam opiniões divergentes. Argumentando que, a teoria constitucional democrática enunciada possui responsabilidade para a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição[628]. A interpretação constitucional demanda responsabilidade, segundo o autor. Tal responsabilidade está na percepção de uma interpretação de forma sincronizada e harmônica ao aparato constitucional e democrático que permeia toda a democracia brasileira. A Constituição de 1988 é uma constituição democrática, pluralista, cooperativa e sua interpretação deve ponderar todo o feixe principiológico que a estrutura. Assim, sejam os intérpretes formais ou não, devem mover interpretações condizentes com a base constitucional, sob pena de atentado direto contra a própria democracia. Parâmetros estes, com relação a norma interna e considerando a legislação internacional, que deve ser integrada e considerada em um Estado Constitucional Cooperativo.

Para Oliveira

> Atendendo aos parâmetros fixados pela OIT, poderá o poder constituinte derivado revogar a contribuição sindical, mas assim ao fazê-lo deverá não só observar o requisito prévio estudo de impacto orçamentário, mas também substituir a unicidade pelo regime da pluralidade sindical, hipótese na qual os sindicatos passarão a representar tão somente os interesses dos trabalhadores filiados à entidade e não mais toda a categoria.[629]

Quanto à possibilidade de o constituinte derivado alterar o texto constitucional, substituindo a unicidade pela pluralidade é medida necessária. Quanto a representação somente dos filiados, entende-se que é um tema sensível e que demanda solução talvez pelo próprio uso da autonomia coletiva sindical, cabendo a própria entidade decidir se pretende representar toda a categoria, salvos os trabalhadores associados a outros sindicatos, ou somente os associados, divergindo assim do autor, porém lhe compreendendo, pois não se trata de única possibilidade.

---

[628] HÄBERLE, Peter. **A hermenêutica Constitucional**. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, Fabris Editora, 1997, p. 51-55.

[629] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Contribuições sindicais**. Modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical: de acordo com a Lei n. 13.467/2017. - 2ª. Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: LTr, 2019, p. 112.

Para Oliveira Neto, é urgente a necessidade de modificação do texto constitucional para afastar a unicidade e permitir aos sindicatos se constituir sem registro sindical. O legislador poderá estabelecer critérios de representação das entidades sindicais para definição da abrangência das negociações coletivas de trabalho. Para tal, a ratificação da convenção nº. 87 da OIT é elementar e consequentemente fomentará a liberdade sindical. Por outro lado, segundo o autor, não se pode ignorar a possibilidade de interpretação conforme a constituição do conceito de categoria, do efeito *erga omnes*[630].

Segundo Häberle, a função social é um elemento essencial do direito e todos os direitos fundamentais. Quando existe o cumprimento da função social, os direitos fundamentais resultam em elementos constitutivos da Constituição[631]. Para Häberle, se os direitos fundamentais não forem protegidos, não haverá chance da minoria se tornar maioria, vez que os direitos fundamentais não garantem apenas a liberdade do Estado, mas também a liberdade no Estado. A democracia liberal precisa de um cidadão político, que faça uso efetivo dos seus direitos. Ademais, somente aqueles que têm os seus direitos fundamentais protegidos por direitos fundamentais podem reivindicar. O direito de sufrágio e o direito de voto pressupõem direitos fundamentais como as liberdades de consciência, opinião, reunião e de associação. Isso vale para a liberdade sindical, que por meio do exercício individual de direitos fundamentais se aportam forças criativas indispensáveis para todos[632].

Segundo Vaz, "a liberdade é a fundamentação para o exercício da democracia, vez que não se pode falar em pleno exercício da democracia sem exercício de liberdades fundamentais a todo ser humano."[633] Assim, elementar que a liberdade sindical seja interpretada a partir dos princípios estruturais que sustentam a própria democracia, entre eles o pluralismo e a liberdade, especialmente. Um país que não reúne esforços para efetivar a liberdade em seu plano interno, ainda não compreendeu sequer a conformação constitucional cooperativa a que está inserida a carta magna de 1988. Ao legislador e ao julgador especialmente, é necessário

---

[630] OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Contribuições sindicais**. Modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical: de acordo com a Lei n. 13.467/2017. - 2ª. Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: LTr, 2019, p. 15.

[631] HÄBERLE, Peter*.* ***La Libertad Fundamental en el Estado Constitucional***. Tradução para o espanhol de César Landa. San Miguel, Peru*, Fondo* Editorial PUC Peru, 1997, p. 60.

[632]HÄBERLE, Peter*.* ***La Libertad Fundamental en el Estado Constitucional***. Tradução para o espanhol de César Landa. San Miguel, Peru*, Fondo* Editorial PUC Peru, 1997, p. 71-72.

[633] VAZ, Andréa Arruda. **Direito Fundamental à liberdade sindical no Brasil e os Tratados de Direitos Humanos**. São Paulo: LTr, 2016, p. 124.

entender a Constituição a partir da sua conformação dentro do Estado Constitucional Cooperativo, ainda que para tal, demande a interpretação aberta e com base na teoria da democracia, praticada pelos Intérpretes da Constituição.

CONCLUSÃO

Inicialmente, quando um Estado está consolidado sob o conceito e formulação do Estado Constitucional Cooperativo, se faz necessário pensar os institutos sob a perspectiva pluralista e mediante a legitimação da democracia. A democracia no Estado Constitucional é elemento de legitimação interpretativa. A ideia estrutural do Estado Constitucional Cooperativo se assenta na constatação de inexistência de exclusividade da vida política estatal. Pois, Estados Democráticos são plurais e devem estar abertos à Cooperação nacional e internacional. Um Estado Constitucional aberto não comporta incisões que violam preceitos democráticos e a pluralidade de fontes, havendo a necessidade de diálogo entre sistemas constitucionais. Neste sistema de Cooperação Constitucional a dignidade humana está calcada em preceitos do pluralismo, da autonomia, liberdade e elementos essenciais e precípuos ao patamar mínimo de dignidade, dentro de cada instituto. O Estado Constitucional Cooperativo demanda conexões amplas em diversos aspectos da vida política, em sociedade, cuja abertura estatal está para além dos seus limites de soberania. A sociedade passa a ser pensada de forma interligada e conectada a preceitos que edifiquem e protejam a dignidade humana, independente de limitações fronteiriças.

A cooperação é um elo que demanda para sua concretização, compromissos constitucionais com reflexos internos e externos. Sendo o Estado Constitucional Cooperativo um espaço de diálogo com o pluralismo de fontes. Em busca de elementos para concretização de medidas cujas premissas devam prevalecer, as mais cooperativas, democráticas, com medidas concretas e convergentes. O Estado Constitucional Cooperativo é um interlocutor, que dá voz por meio da interpretação ampla, solidária e pautada sempre na melhor proteção aos direitos humanos. O Estado Constitucional Cooperativo é marcado pela permeabilidade, cooperação e voltado a realização global dos direitos humanos, sem perder sua identidade nacional. A dignidade deve ser o elemento justificador da existência e razão de ser do direito.

A Constituição deve se comunicar com a sociedade e propiciar seus anseios, com estrutura estatal e social para concretização da norma e preceitos estruturais em si. A liberdade é um dos pilares estruturais do Estado Democrático de Direito, sem a qual sequer se pode admitir a existência de um Estado Constitucional.

A liberdade é uma condição sem a qual a democracia não existe. Logo, a Constituição, ao assegurar a liberdade sindical limitada ao sistema de sindicato único por categoria, destoa de todo o aparato do Estado Constitucional e, mais ainda do Estado Constitucional Cooperativo. Estado este que a Constituição de 1988 em diversos momentos concretiza e instrumentaliza. As disposições vão desde o preâmbulo, com pilares de liberdade, cooperação, solidariedade, até a abertura constitucional com o comprometimento na ordem interna e internacional. Ao intérprete constitucional cabe uma racionalidade e uma hermenêutica na interpretação de forma cooperativa e integrada a uma rede de elementos existentes dentro da própria Constituição. Ademais, um Estado Constitucional Cooperativo não comporta análises isoladas e absolutas.

O Estado Constitucional Cooperativo é um Estado em movimento e convergência a proteção de Direitos Humanos Fundamentais. É necessária uma sintonia entre o que o ser humano recebe e sua harmonia com o aparato principiológico que dá integridade ao direito, como uma ciência. Racionalidade aqui vista sob o argumento de maior emancipação, autonomia e liberdade, sendo a racionalidade um processo passível de revisão, como elemento fundamental na construção e estruturação de um novo pluralismo comunitário, participativo e que se enquadre nas premissas do Estado Constitucional Cooperativo. O direito constitucional moderno exige novas conformações e ressignificações, sob a roupagem da abertura constitucional nacional e internacional, o que se aplica inclusive para a liberdade se associação para finalidades sindicais.

A relativização da soberania, a prática comum da cooperação interna e externa devem considerar a interpretação de um tratado de forma a produzir regulações sábias, previdentes, racionais e justas, produzindo os efeitos a que se propõe em um “Direito Comum de Cooperação” com a finalidade maior, qual seja, concretizar Direitos humanos Fundamentais, o que, na pesquisa em tela, demanda uma interpretação sistemática e racional da liberdade de associação, sob a perspectiva da liberdade sindical, sendo o espaço sindical, um espaço ou local de fala do trabalhador, especialmente. A expansão da democracia perpassa pela soberania a partir de uma leitura da valorização do pluralismo das sociedades, sempre em torno de uma evolução social pautada na melhor proteção dos direitos e liberdades elementares a dignidade humana. A expansão da democracia, do Estado Constitucional obriga a um repensar sob o vértice do pluralismo normativo, o que

tem, inclusive, facilitado a doutrina brasileira a reconhecer o caráter normativo de normas não estatais, relativizando o princípio de supremacia da Constituição.

A pesquisa demonstrou que a liberdade é um fenômeno relacionado e interligado a própria existência da humanidade, aqui abordada sob a perspectiva associativa. Liberdade como conceito amplo, aberto, universal, podendo apenas sofrer limitações para evitar danos a outrem ou ao patrimônio de terceiros. A liberdade dos tempos modernos perpassa pela valoração da autonomia da vontade e da autonomia privada de cada indivíduo para agir na forma que lhe convier. A liberdade individual é a verdadeira liberdade moderna e liberdade política, de garantia individual, uma conquista histórica, pautada nas lutas e anseios sociais. Ademais, um indivíduo sem liberdade e autonomia individual, sequer pode pensar em lutar por liberdades coletivas e direitos que decorram da Democracia. A liberdade individual na modernidade é um atributo indissociável do indivíduo, como sujeito autônomo e livre dentro de uma sociedade democrática. A liberdade deve estar disponível ao indivíduo e este em função da sua amplitude de opções, por determinado momento, livremente pode optar por não exercer temporariamente. Esta é a liberdade moderna, subjetiva, também chamada de liberdade legal ou liberdade jurídica, a liberdade sindical é uma liberdade jurídica, que decorre da liberdade de associação, uma consequência da consolidação do Direito Moderno e liberal. A liberdade sindical, que é uma liberdade moderna, se consagra como um valor jurídico universal, vez que estruturada no aparato internacional de proteção aos direitos humanos. Não obstante a pesquisa perpasse também pela análise da liberdade antiga, que se aproxima de uma visão republicana, comunitária, se tratando de uma liberdade reconhecida pelo Estado como ordem jurídica objetiva. Logo, a liberdade que aqui se abordou é uma liberdade que transita entre a visão republicana (dos antigos) e a visão liberal (republicana).

A liberdade sindical é uma espécie de núcleo central estruturante para o direito do trabalho. A liberdade sindical é uma liberdade coletiva, ainda que seu exercício seja individual. Assim, é possível visualizar um espaço de autonomia objetiva privada, que decorre da autonomia objetiva estatal, concedida aos privados pelo ordenamento jurídico estatal. Isso acontece ciclicamente, dando vida e estruturando as entidades sindicais. A pesquisa demonstrou que o direito objetivo não é exclusividade do Estado, mas também surge em ordenamentos jurídicos privados, como o espaço de autonomia coletiva sindical. A pesquisa apontou que

embora o Brasil não tenha internalizado a Convenção nº. 87 da OIT, esta protege e assegura claramente os espaços de autonomia normativa objetiva e subjetiva sindical.

Tal Convenção deveria ser aplicada no plano interno, por força da Declaração de Princípios e Garantias Fundamentais de 1998, que reconheceu as Convenções nº. 87 e 98 como normas integrantes da própria estrutura constitucional da OIT. Logo, pelo simples fato do Brasil ser membro da OIT desde a sua fundação, já lhe obrigaria. Conclui-se que a Convenção nº. 87 da OIT não impõe limitações pela legislação interna, dado a universalidade da liberdade sindical. Assim sendo, diferentemente dos integrantes das forças armadas, quando o legislador internacional ressalvou.

A liberdade sindical não comporta ressalvas para a ampla gama de trabalhadores. A solução para resolver o possível risco de contradição com a Constituição deveria se dar através da interpretação do aparato internacional a partir da perspectiva do Estado Constitucional Cooperativo. Ou, ainda, por meio da internalização em quórum especial, da Convenção nº. 87 da OIT, quando esta se sobreporia ao conteúdo do artigo 8º., inciso II, pois ingressaria no plano interno com força de emenda à Constituição.

Outro elemento importante é compreender que os filtros constitucionais impostos por princípios e garantias é justamente para evitar a atuação de regimes arbitrários e que violem patamares mínimos. No caso da liberdade sindical, esta não violaria qualquer patamar mínimo ou preceito democrático, ao contrário, a manutenção do inciso II do artigo 8º. é que viola o princípio universal da liberdade sindical. Ainda, o artigo 8º., inciso II, da CF/1988 é norma de direito e garantia fundamental, porém não se pode alegar que a implementação da Convenção nº 87 da OIT violaria cláusula pétrea. Ademais, o artigo 60 da Constituição afirma que não deve se atentar contra os princípios e garantias fundamentais. Ora, a implementação da liberdade sindical no Brasil não comporta qualquer argumento de supressão de direitos e garantias fundamentais, mas ao contrário, a sua manutenção é uma supressão originária do direito fundamental e humano a liberdade sindical no Brasil. Na realidade, a perspectiva que basta é a visualização pelo legislador e principalmente pelo poder judiciário, desta perspectiva a partir da abertura constitucional Cooperativa do Estado Constitucional Brasileiro. Ademais, a própria leitura das cláusulas pétreas comporta uma interpretação Cooperativa e pautada

justamente na proteção de direitos e garantias fundamentais. O legislador originário ao estabelecer um núcleo pétreo do direito visou justamente edificar tais cláusulas e evitar o aviltamento delas. Ao contrário, os artigos 1º. ao 4º., da Constituição de 1988 fundamentos, princípios e pilares que devem prevalecer na interpretação e aplicação da Constituição. Assim, a adequação interpretativa da CRFB no que tange ao artigo 8º., inciso II, protege, edifica e fortalece direitos e garantias fundamentais e não ao contrário.

Esta mudança de perspectiva perpassa pela ideia de que cláusulas pétreas são filtros que evitam a redução de garantias fundamentais, jamais a ampliação, logo aniquilado o risco de violação a cláusula pétrea. Em tempo, o próprio Estado Constitucional Cooperativo, cuja demonstração de sua consagração no Brasil foi exaustivamente apresentada nesta pesquisa, autoriza a aplicação imediata da Convenção nº. 87 no plano interno, por força da Declaração de 1998. Não há argumento de contrariedade da referida Convenção ao texto Constitucional, pois a Convenção é ampliativa e não restritiva. E mais, ampliativa e até apelativa para um direito universal e humano, qual seja, a liberdade sindical. A unicidade sindical, conforme demonstrado pela pesquisa, não se sustenta mais, tendo até o próprio Judiciário clamado por medidas legislativas adequadas à democracia brasileira. Ao nosso ver, desnecessárias, pois a medida legislativa já existe e deve ser aplicada no plano interno, qual seja, a Convenção nº. 87 da OIT. Esta Convenção é auto aplicável no plano interno, por força da Constituição da OIT, especificamente a Declaração de Princípios e Garantias de 1998. Esta é uma das possibilidades que esta pesquisa apresentou.

Sustentar a unicidade sindical no Brasil, está evidente, é interesse de minorias sindicais por interesses privados, e mais, por interesses empresariais e corporativismo estatal. Na realidade a sustentação por manutenção passou a ser constrangedora, conforme se demonstram os votos dos Ministros do STF no julgamento da ADI 5794, quando clamam por medidas legislativas. Na realidade, a Corte Constitucional não analisou o tema a partir da perspectiva desta pesquisa. Ademais, não há necessidade de medida legislativa. Obviamente, que esta resolveria toda a celeuma da temática de uma vez por todas. Aos intérpretes da Constituição não é dada a possibilidade de conveniência interpretativa, mas ao contrário, a vinculação ao feixe estrutural cuja democracia brasileira se estrutura. Quando o legislador ou aplicador da norma se distancia da base estrutural da

Constituição em um Estado Constitucional Cooperativo é sinal de que a democracia está em risco.

Tal dispositivo (artigo 8º., II, CF/1988) se encontra deslocado das proposições da OIT, Convenções, Recomendações e Verbetes do Comitê de Liberdade Sindical. Em total contrariedade às disposições estruturantes da própria Constituição Democrática e Cooperativa. A unicidade Sindical aniquila o espaço de autonomia sindical, espaço este reconhecido pela própria Constituição de 1988, pela Convenção nº. 87 da OIT entre tantos argumentos já apresentados. O Brasil vive um paradoxo, segundo o qual a Constituição democrática, pluralista, sustentada sob o pilar da liberdade é interpretada contraditoriamente. Constituição que reconhece o espaço autônomo normativo sindical, reconhece as normas coletivas e, inclusive, o próprio poder judiciário as aplica, mantém o sistema de sindicato único por categoria. As saídas para tal violação à Direitos humanos comportam soluções múltiplas, desde a alteração legislativa com aprovação de emenda à Constituição, a internalização da Convenção nº. 87, nos termos do artigo 49 e 84 da Constituição. Assim como, o reconhecimento de que o Sindicato é um espaço autônomo e sociopolítico amplo, denso de debates e demandas, para além de um espaço para associados. Ademais, as normas coletivas são instrumentos que decorrem do desenvolvimento deste espaço normativo sindical, são impositivas a toda a categoria, inclusive aos trabalhadores não filiados à entidade sindical. O espaço normativo e de autonomia sindical existe sob a perspectiva das normas internas e da legislação internacional, é legitimado pelo Estado, cuja unicidade está deslocada, comparativamente a um prisioneiro cujas portas da jaula são abertas no meio do oceano e lhe é anunciada a sua liberdade. O espaço de autonomia subjetiva sindical por si só já deveria aniquilar a unicidade sindical, pois decorre de uma interpretação aberta à constituição como Espaço Constitucional Cooperativo, aberto interna e externamente.

A pesquisa demonstrou que não se sustenta a aniquilação da liberdade sindical com a garantia do monopólio da representação sindical sob chancela do Estado. Tal é de todo anacrônico e incompatível com a realidade pluralista e cooperativa trazida pela Constituição de 1988. A cooperação é um elemento fundamental na ordem constitucional brasileira, que reconhece que há um espaço para além do Estado, que internamente implica em produção normativa cooperativa dentro de um espaço de liberdade objetiva sindical no bojo de um espaço pluralista e

democrático. O pluralismo implica em uma abertura do sistema constitucional doutrinário, teórico, para interpretações e intérpretes sobre todo o sistema de direitos fundamentais.

Um Estado Constitucional Cooperativo possui implicações teóricas que demandam uma interpretação e aplicação normativa. É necessário que o Estado Constitucional Cooperativo seja reconhecido, pela sociedade, pelo Estado, inclusive pelo Poder Judiciário. A partir de tais premissas, as entidades associativas laborais naturalmente ocuparão seus lugares e espaços de autonomia. Não pode persistir o paradoxo da força impositiva da Convenção nº. 87 da OIT que deve produzir efeitos no plano interno, face a insustentável interpretação constitucional para manutenção corporativista do sistema de sindicato único no Brasil. O corporativismo aqui por vezes praticado por entidades sindicais que possuem influências políticas inegáveis e confundem as lutas sindicais com interesses alheios a luta de classe.

O pluralismo jurídico se faz presente justamente no espaço normativo sindical, livre e autônomo que em tese deveria ser assegurado e concretizado na prática brasileira, de forma plena. A manutenção do sistema de sindicato único por categoria fragiliza a autonomia negocial sindical, pois a liberdade sindical como norma universal é mitigada em face de argumentos cada vez mais fragilizados, de manutenção da unidade sindical. Ora, o Estado Constitucional Cooperativo demanda ações, sendo de todo deplorável ver que ainda que em estado agonizante e insustentável, a unicidade sindical se mantém em função dos caprichos privados de lideranças de alguns movimentos sindicais, que a exemplo da CUT, defendem a manutenção do sistema de sindicato único e o retorno da contribuição compulsória.

Conforme amplamente demonstrado, o próprio STF reconhece o Brasil como um Estado Constitucional Cooperativo dada a sua formatação constitucional, com abertura interna e externa. Na análise do RE 466.343-1, também conhecido como a decisão sobre a prisão civil do devedor, o STF reconheceu que a hierarquia dos Tratados de Direitos humanos (no caso em análise o Pacto de *San* José da Costa Rica) internalizado sem a égide do artigo 5º., §3º., da CF/1988, possuem hierarquia de supralegalidade, qual seja, hierarquicamente acima das leis e abaixo da Constituição, por quórum simples. Este pacto de Direitos humanos pode a qualquer tempo ser submetido ao quórum especial e após aprovação se equivaler a emenda Constitucional. Ante a inércia do Brasil em fazer a correta leitura da força impositiva da Convenção nº. 87 da OIT no plano interno, assim como a centralidade humana

que permeia o Estado Constitucional Cooperativo, por força da Declaração de 1998, outra possibilidade seria a internalização desta mesma Convenção sob o quórum especializado.

Hespanha, em texto mencionado ao longo da pesquisa, ao abordar exemplos práticos de cooperação constitucional no Brasil, cuja temática é a transmissão de terras de comunidades tradicionais, citando usos e costumes indígenas reconheceu norma externa, fundamentando que o Estado Constitucional Cooperativo demanda uma atuação e interpretação vasta e protetiva. O mesmo autor cita a importância de se enxergar a norma interna de forma permeável a ordens jurídicas globais. Ponderando de forma extremamente relevante, Hespanha, inclusive, sobreleva a possibilidade de utilização da ordem normativa internacional para corrigir o direito interno. Na realidade, o artigo 8º., inciso II, da CF/1988, necessita de uma correção de adequação estrutural constitucional. Esta adequação estrutural para com a Constituição Cooperativa, no caso da unicidade sindical brasileira, pode ser realizada pela simples percepção do legislador e do judiciário da força normativa internacional, qual seja, da Convenção nº. 87 da OIT, principalmente. O Brasil necessita amadurecer a ideia de Cooperação normativa interna e externa, juntamente com a força normativa das normas internacionais universais, qual seja, as normas de Direitos humanos.

Vale mencionar que a negociação coletiva integra as liberdades civis e democráticas, se configurando sua negativa em negação à própria democracia e seu feixe principiológico estrutural. Ademais, a negociação coletiva é um dos mais importantes elementos de pacificação social entre capital e trabalho. É necessário reconhecer na negociação coletiva a pedra angular para estabelecimento da paz social e laboral, cuja amplitude é a efetivação da própria democracia. A descentralização a função normativa estatal decorre da evolução e crescimento do próprio Estado, suas formatações constitucionais e democráticas. A negociação coletiva alcança a normativa estatal, onde esta não consegue alcançar dado à particularidade de cada categoria, profissão, função ou regionalidade. As normas coletivas e organizativas sindicais não possuem força normativa estatal, até porque não passam pelo crivo procedimental legislativo solene para aprovação de normas estatais. As normas coletivas são fontes normativas privadas que inclusive são legitimadas, aplicadas e impostas pelo próprio Estado por meio do Poder Judiciário,

logo, devem guardar harmonia com a legislação estatal, sob pena de ilegalidade, inconstitucionalidade e até mesmo inconvencionalidade.

A democracia como valor universal, inegociável cuja negativa deve ser compreendida com atentado contra a dignidade humana, vez que um sistema plural, democrático e cooperativo não comporta a unicidade sindical. Quando se fala em autonomia sindical e autonomia negocial não implica uma atuação sem limites e com desvio das finalidades sindicais constitucionais. A pesquisa inclusive demonstrou por meio de alguns processos judiciais, que o Poder Judiciário pode intervir mediante provocação, para cessar a utilização da entidade sindical para finalidades particulares, políticas entre outras. Os exemplos demonstraram inclusive que não havia prestações de atividades sindicais assistenciais, em determinados casos. As instituições sindicais, embora pessoas jurídicas de direito privado, possuem um *múnus* público de prestar atividades sindicais, sem as quais a essência do movimento deixa de existir.

A justificativa para manutenção do sistema de sindicato único por categoria paira em se evitar o risco de enfraquecimento endêmico das entidades sindicais em função da sua multiplicação indiscriminada. Tal argumento de manutenção da unidade sindical já não se justifica mais com a retirada do imposto sindical compulsório, pois os sindicatos foram sucateados e a luta sindical está comprometida no país. Tal argumento macula inclusive a função do legislador, qual seja, buscar mecanismos legislativos que assegurem a concretização da base estrutural constitucional inclusive a dignidade humana. Igualmente ao Legislativo, ao Poder Judiciário é necessário pensar em mecanismos para implementação da liberdade sindical, de modo que haja uma adequação entre as normas internas e as externas, especialmente, o aparato universal de direitos humanos, qual seja, a Convenção nº. 87 e nº. 98 da OIT. Uma das sugestões que a pesquisa alcançou é a regulamentação da liberdade sindical por representação. Quando os trabalhadores e empregadores de tempos em tempos escolhem o sindicato que lhes representará durante determinado lapso temporal. O próprio comitê de liberdade sindical já decidiu que tal modelo não viola o princípio da liberdade sindical, salvo se o Estado regulamentar privilégios de qualquer espécie ao sindicato mais representativo.

A liberdade sindical como um valor jurídico e político fortalece ainda mais os valores jurídicos e políticos contidos na Constituição de 1988, o que acontece em diversos momentos da Constituição, a saber, no próprio preâmbulo, quando o texto

constitucional assegura os direitos sociais e individuais, a liberdade, pluralidade, a igualdade e justiça social como valores supremos.

A alteração de entendimento no que tange a liberdade sindical poderá acontecer nos termos do entendimento da ADI nº 5794, qual seja, ao analisar o caso concreto o STF poderá aplicar a interpretação do artigo 8º., inciso II, da CF/1988, no mesmo sentido. Deste modo, a aplicação do entendimento pela prevalência das disposições de direitos humanos previstas nos instrumentos internacionais só vem a corrigir uma interpretação restritiva e desconectada de todo o aparato constitucional e aparato do Estado Constitucional Cooperativo, cuja liberdade é um dos corolários e pilares da democracia. Portanto, tal alteração não aniquilaria e muito menos vulnerabilizaria qualquer preceito de direito ou garantia fundamental.

É chegada a hora do poder judiciário aplicar os preceitos do Estado Constitucional Cooperativo com sua abertura externa e reconhecer os efeitos dos Pactos Internacionais aos quais Brasil aderiu e não efetiva. O reconhecimento dos efeitos do Pacto de San José da Costa Rica e seu protocolo Adicional no plano interno em consonância aos elementos norteadores estruturadores da Constituição de 1988 podem implementar a pluralidade sindical contida no referido pacto, em detrimento da Constituição, por adequação democrática.

Um Estado Constitucional Cooperativo é, por sua natureza, democrático e pautado na proteção da dignidade humana. Os problemas decorrentes da violação da democracia no plano interno de um Estado Constitucional Cooperativo demandam soluções democráticas. Manter um sistema de contribuição compulsória sindical não é democrático e muito menos se harmoniza com o Estado Constitucional Cooperativo. Logo, a solução para o impasse da unicidade sindical no Brasil, que não se pode admitir como democrática, não pode se sustentar sob o argumento de manter a unidade sindical. Ademais, a pesquisa demonstrou que o sistema sindical brasileiro está enfraquecido, desestruturado e desmantelado em função de alterações isoladas como a retirada da contribuição compulsória, a manutenção da obrigatoriedade de representação e do sistema de sindicato único por categoria.

Ressalte-se que a pesquisa demonstrou a importância de manter representação sindical para a categoria e não somente para os filiados, para evitar expor a risco o núcleo duro do sindicalismo que é o espaço de autonomia coletiva e a proteção e fortalecimento da negociação coletiva e da greve. Logo, a

representação obrigatória no Brasil para toda a categoria é necessária e adequada. O que não se mostra adequado é o sistema de sindicato único por categoria em conjunto com a representação obrigatória e sem contribuição. Aqui se está diante de um verdadeiro desmantelamento sindical no país, o que deve ser objeto de análise mediante provocação, pelo Poder Judiciário.

Ademais, é possível que o Legislativo não tenha interesse em modificar este sistema, da mesma forma que parcela das entidades sindicais, de forma antidemocrática e por interesses particulares defendem a manutenção do sistema de sindicato único por categoria e manutenção da contribuição obrigatória. No Brasil, é chegado o momento de se analisar o instituto a partir das premissas maiores e que justificam a liberdade sindical como norma de direitos humanos.

Ainda, em uma interpretação aberta do texto constitucional do artigo 8º. *caput* e inciso II, se poderia considerar que o artigo não impede a associação da categoria a sindicato de outra base territorial, desde que esteja dentro de mesma categoria profissional ou econômica. Ademais, o texto da Constituição em nenhum momento afirma taxativamente que o trabalhador ou empregador está vinculado ao sindicato dentro da sua base territorial, ou melhor da base territorial de desenvolvimento do trabalho ou da atividade econômica. Atualmente, em um mundo globalizado, com a tecnologia e desenvolvimento de conexões tele presenciais, facilitaria a comunicação e o atendimento do sindicato de categoria fora da sua base territorial. Tal mudança de perspectiva sobre a Constituição alteraria sistematicamente o sindicalismo do Brasil e automaticamente extinguiria o sistema de sindicato único por categoria.

É preciso repensar a interpretação à Constituição e a atuação dos intérpretes da Constituição. Um Estado Constitucional Cooperativo, como é o caso do Brasil, precisa adequar sua forma de condução legislativa e do próprio poder judiciário, a partir de uma interpretação constitucional cooperativa e voltada a sempre edificar, proteger e fomentar a proteção aos direitos e garantias fundamentais. A interpretação à constituição comporta inclusive a admissão de intérpretes constitucionais para além dos admitidos formalmente, mas que incluam a sociedade, pois esta é afetada diretamente pelas intepretações dadas ao texto constitucional. Repensar a interpretação da Constituição a partir da estrutura constitucional demanda ao legislador um conhecimento estrutural constitucional e compromissos cooperativos e convergentes com uma estrutura Constitucional

Cooperativa. A unicidade sindical no Brasil é um dos maiores paradoxos mantidos no texto constitucional, que ainda que totalmente inconsistente, mantém-se sob o argumento de unidade sindical. Ao longo do tempo, a unidade sindical foi extinta ou quase extinta, vez que atualmente a sistema sindical está totalmente destituído de força e unidade. Afirmar democracia sem liberdade é uma anomalia sem precedentes em uma nação que se denomina democrática.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José João. **Algumas considerações sobre o direito à greve – propósito das convenções ns. 87 e 98 da OIT**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 399-402.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2ª. Ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

ANAMATRA, OIT e ITC. **Protocolo de intenção entre a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho e o Centro Internacional de Formação da OIT**. Disponível em http://www.anamatra.org.br /sites/1200/1223/00002332.pdf, acesso em 31 de janeiro de 2015.

ARAÚJO, Jailton Macena de. **Valor social do trabalho na constituição federal de 1988: Instrumento de promoção de cidadania e de resistência à precarização**. *In* Revista de Direito Brasileira | São Paulo, SP | v. 16 | n. 7 | p. 115 - 134 | Jan./Abr. 2017, disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/210568023.pdf, acesso em 06 de novembro de 2022.

ARRUDA, Hélio Mário de; CORSEUIL, Flavia Farias de Arruda. **As convenções nº. 87, 98 e 154 da OIT e o princípio da ultratividade das negociações coletivas**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 403-409.

AROUCA, José Carlos. **Curso básico de direito sindical**. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2014.

AROUCA, José Carlos. **Contribuição para se pensar uma lei sindical democrática**. *In* REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA. São Paulo: Síntese, 2010. Mensal. Continuação de Revista IOB trabalhista e previdenciária. Índice acumulado. ISSN 2179-1643. 9-29.

BARROZO, Paulo. **A grande aliança: história, razão e vontade no direito moderno**. *In* Direito & Praxis Revista. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n2/2179-8966-rdp-8-2-1143.pdf, 2017, p. 7. Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

BATISTA, Flávio Roberto. **Financiamento sindical, direito do trabalho e crise**: aproximações empíricas ao tema da funcionalidade do direito do trabalho para o capitalismo. *In* Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 4, 2020, p. 2669-2695. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/50030| ISSN: 2179-8966, disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/50030/35865, acesso em 09 de agosto de 2023.

BAYLOS, Antonio; CASTELLI, Nunzia. Liberdade De Associação (Artigo 5º. da Carta Social Europeia), Disponível em: https://www.academia.edu/21962750/Sindicalismo_y_Derecho_Sindical, acesso em 23 de outubro de 2022.

BAYLOS, Antonio. **Direito do Trabalho: Modelo para armar**. Tradução Flávio Benites e Cristina Schultz. São Paulo: Lr, 1999.

BAYLOS, Antonio. ***Derecho a la organización sindical libre y democrática****. Liberdad sindical y representación de los trabajadores*. *In* Derecho del trabajo. Hacia una Carta Sociolaboral Latinoamericana. Coordinador Luis Enrique Ramirez. Editorial de IB de F. Montevideo Buenos Aires, 2011, 145-148.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ constituicao/constituicao.htm, acesso em 17 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 24 de maio de 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 5.452,** de 1º. de maio de 1943 - Consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 23 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei 5452/1943** - Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm, acesso em 24 de maio de 2023.

BRASIL. **Código Civil brasileiro de 2002**, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm, acesso em 05 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, acesso em 10 de agosto de 2023.

BRASILEIRO, Ana Clara Matias; BRASILEIRO, Carol Matias. **O fim da contribuição sindical obrigatória:** liberdade cínica. *In* Revista Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 12, N.04, 2021, p. 2393-2418. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/48918| ISSN: 2179-8966, disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/Th6YZ7p8mbkmsSKQFjwhh8y/?format=pdf, acesso em 10 de agosto de 2023, p. 2393- 2418.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Direito Sindical. **Análise do Modelo Brasileiro de Relações Coletivas de Trabalho à luz do Direito Comparado e da Doutrina da OIT** – Proposta de Inserção da Comissão de Empresa. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2012.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Trad. Getúlio Oliveira. 1969, p. 11. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/237157709/BERLIN-Isaiah-Quatro-Ensaios-Sobre-a-Liberdade-1969#, acesso em 12 de julho de 2023.

BERLIN, Isaiah. **Dois Conceitos De Liberdade**. Trad. Aline Mesquita. UFABC, 1981, disponível em: https://pt.scribd.com/doc/219308674/Dois-Conceitos-de-Liberdade-Isaiah-Berlin, acesso em 12 de julho de 2023.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. 2ª. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Tradução Carmen C. Varriale et al.; Coord. tradução João Ferreira; rev. geral 426 João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. 11ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. ***A era dos direitos***. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de Celso Lafer. Nova Era ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOMFIM, Brena Késsia Simplício do. **Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BOSKOVIC, Alessandra Barichello. **Negociação coletiva de trabalho e greve pela perspectiva da análise econômica do direito**. Leme-SP: Mizuno, 2022.

CALDAS, Roberto Correia da Silva Gomes; TOMAZ, Carlos Alberto Simões de. **Efetividade dos direitos humanos e democracia: A soberania constitucional cooperativa entre a ordem Estatal e a ordem internacional na sociedade do risco e da informação.** *In* Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, v. 18, n, 29, p. 49-76, set./dez. 2020. Disponível em: https://faculdadechristus.academia.edu/Opini%C3%A3oJur%C3%ADdica, acesso em 08 de janeiro de 2023.

CANEPARO, Priscila. **A Importância Do Estado Constitucional Cooperativo – Delimitações a Partir da Cooperação, Direito Constitucional e Direito Internacional**. *In* Revista de Direito Brasileira | São Paulo, SP | v. 15 | n. 6 | p. 47 - 60 | set./dez. 2016, Disponível em: https://www.indexlaw.org, acesso em 16 de setembro de 2022.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador.** Contributo para a compreensão das normas Constitucionais programáticas. 2ª. ed. Coimbra, 2001.

CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005.

COLUMBU, Francesca; MASSONI, Túlio de Oliveira. **Por uma concepção democrática de categoria sindical no ordenamento jurídico brasileiro**. *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 131-151.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. VII ed. rev. e atual. 3ª. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2011.

COSTA, Carlos Eduardo Dantas. **Abuso do direito sindical**. São Paulo: LTr, 2016.

COSTA, Mônica Augusta Barroso da; SILVA, Túlio Macedo Rosa e. **A representação sindical no pós-reforma: o fim da contribuição compulsória e os reflexos na atuação coletiva**. *In* R. Curso Dir. UNIFOR-MG, Formiga, v. 12, n. 2, p. 46-64, jul./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/cursodireitouniformg/article/view/1373. Acesso em 22 de maio de 2023.

CRIPPA, Stefania Dib. **A realização cooperativa dos Tratados de Direitos Humanos:** Uma análise do artigo 5º. §§2º. e 3º. da Constituição Federal de 1988. *In* https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima2/StefaniaDib_Crippa.pdf. Acesso em 27 de setembro de 2022.

CONSTANT, Benjamin. (1767-1830). **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos:** discurso pronunciado no Ateneu Real de Paris em 1819. Tradução Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo, Edipro, 2019.

CRUET, Juan. **A Vida do Direito a Inutilidade das Leis**. Bibliotheca de Philosophia scientifica – Livraria Editora, Lisboa, 1908.

DEGERT – **Direção geral do emprego e das relações de trabalho**. Declaração de Filadélfia, 1944. Disponível em: https://www.dgert.gov.pt/declaracao-de-filadelfia, acesso em 07 de novembro de 2022.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho Vivo, trabalho e emancipação**. Tradução de Franck Soudant, Brasília: Paralelo 15, 2012.

DELGADO, Gabriela Neves; RIBEIRO, Ana Carolina Paranhos de Campos. **Os direitos sociotrabalhistas como dimensão dos direitos humanos**. *In* Direito Internacional do Trabalho e as Convenções Internacionais da OIT comentadas. ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de; COLNAGO, Lorena de Mello Rezende, coordenadoras. São Paulo: LTr, 2014, p. 63-73.

DELGADO, Maurício Godinho. **Constituição da República, Estado Democrático de Direito e Direito do Trabalho.** *In* Trabalho, Constituição e Cidadania. A dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. Delgado, Gabriela Neves; Pereira, Ricardo José Macêdo de Britto, coordenadores. São Paulo: LTr, 2014, p. 151-167.

CARREIRO, Luciano Dorea Martinez; Stürmer, Gilberto. (2021). A Democracia Sindical No Brasil: Reflexões Sobre a Extensão e os Limites dos Direitos de Participação na Vida Sindical. *In* Revista de Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v. 26, n. 3, p. 241-265, set./dez., de 2021. https://doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v26i31878, acesso em 02 de fevereiro de 2023.

DWORKIN, Ronald. DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EBERT, Paulo Roberto Lemgruber. **Sindicato mais representativo e mutação constitucional.** Uma proposta de releitura do art. 8º., II da Constituição Federal. São Paulo: 2007.

Ehrlich, Eugen. **Fundamentos da sociologia do direito**. Tradução de Renê Ernani Gertz. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1986, C. 1967.

ENAP. **Pesquisa estima que serão necessários até 655 mil servidores federais em 2050**. Disponível em: https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/pesquisa-estima-que-serao-necessarios-ate-655-mil-servidoresfederaisem2050#:~:text=Atualmente%2C%20existem%20cerca%20de%20560,p%C3%BAblicas%20com%20base%20em%20evid%C3%AAncias. Acesso em 12 de julho de 2023.

FACHIN, Melina Girardi. **Todos os nomes e um só sentido:** a aproximação dos direitos humanos aos direitos fundamentais tendo em vista sua efetivação prática. *In* Revista Brasileira de Direito Internacional, Curitiba, v.3, n.3, jan./jun.2006, https://revistas.ufpr.br/dint/article/view/5849/4686. Acesso em 28 de setembro de 2022.

FARIA, Marcelo. **Número de sindicatos no Brasil chega a 16,7 mil com arrecadação de 3,54 bilhões.** Disponível em: https://www.ilisp.org/noticias/numero-de-sindicatos-brasileiros-ultrapassa-16-mil-com-arrecadacao-de-35-bilhoes/, acesso em 17 de julho de 2022.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito**. Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Marcelo. **Direito Constitucional:** Estudo interdisciplinares sobre federalismo, democracia e Administração Pública. 2ª. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **As normas imperativas de direito internacional público *jus cogens*.** Belo Horizonte: Fórum, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º. Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

GARCIA, Diego. **Brasil perdeu 3 milhões de sindicalizados após reforma trabalhista, diz IBGE**. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/brasil-perdeu-3-milhoes-de-sindicalizados-apos-reforma-trabalhista-diz-ibge.shtml, acesso em 17 de julho de 2022.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Convenção nº. 98 da organização internacional do Trabalho:** Proteção da Liberdade e atividade sindical. *In* Direito Internacional do Trabalho e as convenções da OIT comentadas. Org. Rúbia Zanotelli de Alvarenga; Lorena de Mello Rezende Colnago. São Paulo: LTr, 2014, p. 391-398.

GIUGNI, Gino. **Direito sindical**. Tradução e notas Eiko Lúcia Itioka; revisão técnica José Francisco Siqueira Neto. São Paulo: LTr, 1991

GOMES, J. J. Canotilho, 1941. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7ª. ed. 6ª reimpressão. Almedina, 2003.

GOMES, Orlando, 1919. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª. ed. aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

GOMES, Orlando. **A convenção coletiva de trabalho**. São Paulo: LTr, 1995.

HÄBERLE, Peter. Estado Constitucional Cooperativo. Tradução Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. -Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

HÄBERLE, Peter. **A Hermenêutica Constitucional**. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, Fabris Editora, 1997.

HÄBERLE, Peter. ***La Libertad Fundamental en el Estado Constitucional***. Tradução para o espanhol de César Landa. San Miguel, Peru, Fondo Editorial PUC Peru, 1997.

HERRERA FLORES, Joaquín. ***A (re)invenção dos Direitos Humanos***. Tradução Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Edição de Sérgio Antonio Fabris. Porto Alegre, 1991.

HESPANHA, António Manuel. **Pluralismo Jurídico e Direito Democrático**. Prospectivas do direito no século XXI. Coimbra: Almedina, 2019.

HORN, Carlos Henrique. **A Crescente Atomização sindical no Brasil: Continuidade e singularidades.** *In* Ensaios sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil. Organizadores: Carlos Henrique Horn e Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva. São Paulo: LTr, 2009, p. 59-79.

IBGE. **Sindicatos: indicadores sociais 2001** / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

KAESTNER, Roberto Nasato; GUNTHER, Luiz Eduardo. **As fontes de custeio dos sindicatos e as Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).** *In* Organização Internacional do trabalho e direitos sociais. Coordenadores: Marco Antônio César Villatore, Luiz Eduardo Gunther, Nelson Mannrich. Organizador:Jouberto de QuadrosPessoaCavalcante. Curitiba: Instituto Memória Editora Centro, Antônio César Villatore de Estudos da Contemporaneidade, 2021 – E-book, p.72-88.

LANGOSKI, Deisemara Turatti; Rossetto, Geralda Magella de Faria. **O Estado Constitucional Cooperativo de Peter Häberle como elemento de realidade material e processual de direitos para apátridas**. *In* http://site.conpedi.org.br/ publicacoes/c178h0tg/ey04hoar/eI7GvQXjb83LgIiW.pdf, acesso em 27 de setembro de 2022.

LASSALE, Ferdinand, 1825-1864. **A essência da Constituição**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1988.

LIMA, Francisco Gérson Marques de. **Negociação Coletiva Restrita aos Filiados ao Sindicato,** 2019. Disponível em: https://oabce.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Negociac%CC%A7a%CC%83o-coletiva-restrita-aos-filiados.pdf, acesso em 07/06/2023.

LUÑO, antonio-Enrique Pérez. ***Dogmática de los derechos fundamentales y transformaciones del sistema constitucional***. *In* UNED. Teoría y Realidad Constitucional, núm. 20, 2007, pp. 495-511. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2520506.pdf, acesso em 08 de janeiro de 2023.

MAGANO, OCTÁVIO BUENO. **Organização sindical brasileira.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981.

MAGANO, Octávio Bueno. **Convenção Coletiva de Trabalho**. São Paulo, LTr, 1972.

MALISKA, Marcos Augusto. **Fundamentos da Constituição**. Abertura, Cooperação, Integração. Curitiba, Juruá, 2013.

MALISKA, Marcos Augusto. **Pluralismo jurídico e direito moderno**. Notas para repensar a Racionalidade Jurídica. 2ª. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2022.

MALISKA, Marcos Augusto; DUTRA, Lincoln Zub. **A fundamentalidade do ativismo judicial para o combate ao dumping social e a eficácia plena dos direitos humanos sociolaborais.** Revista Jurídica Unicuritiba. Curitiba.V.5, n.67 pp. 624 – 660. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/ article/view/5856, acesso em 07 de setembro de 2022.

MALISKA, M. A.; LIMA, S. A. **Direitos Humanos, Direitos Fundamentais, Sistemas e Níveis de Proteção:** da Evolução das Terminologias à Proteção da Pessoa Humana em Vários Níveis e Sistemas. *In* Humberto Nogueira; Elena Alvites; Paulo Schier; Ingo W. Sarlet. (Org.). Anais da VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, v. 1, p. 281-302. Disponível em: https://www.fundarfenix. com.br/ebook/135vlll jornadavolumel, acesso em 07 de setembro de 2022.

MALISKA, M. A.; BRAZZALE, F. B. **Direito Vivo no Direito Privado**: Traços do Pluralismo Jurídico de Eugen Ehrlich na Jurisprudência brasileira. *In* Salete Casali Rocha; Roseli Teresinha Michaloski Alves; Daniela E. Urio Mujahed. (Org.). Direitos Humanos em Direito Comparado. 1ed.Francisco Beltrão: Grafibem, 2016, v. 1, p.

163-184.Disponível em: https://drive.google.com/file/d/10xETjnrPPyStVQph8 iuaDLTyb1DnaF_L/view?usp=sharing, acesso em 07 de setembro de 2022.

MALISKA, M. A.; SCHIER, A. C. R. **Entre o Pesado Estado Autárquico e o Indiferente Estado Mínimo**. Reflexões Sobre o Estado Constitucional Cooperativo a Partir de um Caso Concreto. *In* Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil), v. 20, p. 159-173, 2016. Disponível em: https://revistaeletronicar dfd.unibrasil .com.br/index.php/rdfd/article/view/851, acesso em 07 de setembro de 2022.

MALISKA, M. A.; VAZ, A. A. **Os Direitos Fundamentais e o Direito Sindical Brasileiro**. *In* Humberto Nogueira; Elena Alvites; Paulo Schier; Ingo W. Sarlet. (Org.). Anais da VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, v. 1, p. 919-940. Disponível em:https://www.fundarfenix.com.br/ebook/135vllljornada volumel, acesso em 07 de setembro de 2022.

MALISKA, M. A.; LIMA, B. S. **O *Status* jurídico dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e a Fundamentalidade material da cláusula aberta**. *In* Eduardo Biacchi Gomes; Laura Garbini Both; Ronald Silka de Almeida. (Org.). Democracia e Desenvolvimento Sustentável na América do Sul. 1ª. ed. Curitiba: Juruá, 2011, v. 1, p. 11-27. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1vQ9KLg UeDmKaEb6XLebWR HXx1MBZkrw0/ view?usp=sharing, acesso em 07 de setembro de 2022.

MALISKA, M. A. **O Papel da Jurisdição Constitucional no Estado Constitucional Cooperativo.** *In* Revista da Advocacia Pública Federal, v. 5, p. 198-211, 2021. (Texto objeto de palestra proferida no Centro de Estudos da ANAFE no dia 26 de abril de 2021). Disponível em: https://seer.anafenacional.org.br/index.php/ revista/article/view/137, acesso em 07 de setembro de 2022.

MALISKA, M. A. **A cooperação internacional para os direitos humanos entre o direito constitucional e o direito internacional. Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo.** *In* XVI Congresso Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte-MG. Anais do XVI Congresso Nacional do Conpedi. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2007. Disponível em http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/ marcos_augusto_maliska .pdf, acesso em, 25 de outubro de 2022.

MALISKA, Marcos Augusto. **Dignidade Humana e Pluralismo Constitucional**. Limites e Possibilidades de dois Princípios Constitucionais em Tempos de Profundo Dissenso Político. In Revista da AJURIS – Porto Alegre, v. 45, n. 144, Junho, 201, Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_ divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-AJURIS_n.144.13.pdf, acesso em 06 de novembro de 2022, p. 373-389.

MALISKA, M. A. **Notas introdutórias.** *In* Häberle, Peter. Estado constitucional cooperativo I Peter Häberle. -Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 5-7.

MALISKA, Marcos Augusto. **A proteção dos direitos humanos no âmbito de jurisdições concorrentes:** o caso da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal do Brasil. *In* MAZZUOLI, Valério de Oliveira e GOMES, Eduardo Biacchi. Direito da Integração Regional. Diálogo entre jurisdições na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 465-481.

MALISKA, M. A. **Direito global, direito local e soberania**. Reflexões a partir dos conceitos de abertura, cooperação e integração da ordem constitucional. *In* Clèmerson Merlin Clève. (Org.). Direito Constitucional Brasileiro. Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais. 2ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 198-211. Disponível em: https://www.livrariart.com.br/direito-constitucional -brasileiro -volume-1-edicao-2-9786559916795/p, acesso em 12 de junho de 2023.

MARTINS, Sérgio Pinto. **O pluralismo do direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos Tratados**. 2ª. ed. Ver. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 12ª. ed. – São Paulo: Malheiros, 2000.

MENDES JÚNIOR, Gessildo. **Rebelião dos Marinheiros**: a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB (1962-1964) NO RIO DE JANEIRO. Dissertação de mestrado, Niterói, 2010. Disponível em: https://ppghistoria.universo.edu.br/dissertacao/dissertacao-gessildo/, acesso em 21 de fevereiro de 2023.

MIAILLE, Michel. Introdução crítica ao direito. Tradução Ana Prata, 3ª. ed. Lisboa, Editorial Estampa, 2005.

MILL, John Stuart, 1806-1873. **Sobre a liberdade. T**radução Pedro Medeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MIRANDA, Jorge Manuel Moura Loureiro de. **O Estado Constitucional Cooperativo e o Jus-Universalismo da Constituição Portuguesa**. *In* Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº. 63, jan./mar. 2017. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/ 1259534/Jorge_Miranda.pdf., acesso em 15 de setembro de 2022.

Miranda, Francisco Cavalcante Pontes de, 1892-1979. **Direito das obrigações**: direito das obrigações, títulos ao portador, títulos nominativos... / Pontes de Miranda; atualizado por Alcides Tomasetti Jr., Rafael Domingos Faiardo Vanzella – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. -- (coleção tratado de direito privado: parte especial; 33).

Müller, Friedrich. **Métodos de Trabalho do direito Constitucional.** traduzido por Peter Naumann. - Porto Alegre: Síntese, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 4ª. ed. São Paulo: LTr, 2005.

NASCIMENTO, Milton Meira do. **Rousseau: da servidão à liberdade**. Clássicos da política. Tradução. São Paulo: Ática, 2002.

NICOLADELI, Sandro Lunard. **Elementos de Direito Sindical brasileiro e internacional.** Diálogos, (in)conclusões e estratégias possíveis. São Paulo: LTr, 2017

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais.** Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NOERNBERG, Lucas Voigt; OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Tipificando a Racionalidade Jurídica,** 2017. Disponível em: https://periodicos.furg.br/juris/article/view/7437. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

NUNES, Péricles Stehmann; LYRA, José Francisco Dias da Costa. **Transconstitucionalismo entre ordens jurídicas**: forma de alteridade no sistema jurídico mundial de níveis múltiplos [recurso eletrônico] / Péricles Stehmann Nunes; José Francisco Dias da Costa Lyra -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

NUNES, Luiz Antonio. 1956. **Liberdade: norma, consciência, existência**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1996.

OIT. **Liberdade sindical na prática**: lições a retirar. Relatório Global de acompanhamento da Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2008. Conferência 97ª. Sessão 2008, Relatório I (b). Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups /public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_711683.pdf, acesso em 23 de outubro de 2022.

OIT. **O direito Coletivo, a Liberdade Sindical e as Normas Internacionais**. A Liberdade Sindical – Recopilação de decisões e princípios do Comitê de Liberdade Sindical e do Conselho de Administração da OIT. Volume II, Tradução e Revisão técnica Sandro Lunard Nicoladelli; Tatyana Scheila Friedrich. São Paulo: LTr, 2013.

OIT, Brasil. **Constituição da Organização Internacional do Trabalho (Oit) e Seu Anexo**, (Declaração de Filadélfia), disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/ files/topic/decent_work/doc/constituicao_ oit_538.pdf, acesso em 08 de novembro de 2014.

OIT, Brasil. **Promovendo o Trabalho decente**. Constituição OIT e Declaração de Filadélfia. http://www.oitbrasil.org.br/content/constitui%C3%A7%C3%A3o-oit-e-declara%C3%A7% C3%A3o-de-filad%C3%A9lfia, acesso em 08 de novembro de 2014.

OIT. **Liberdade Sindical**: Recopilação das Decisões e Princípios do comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT. Brasília, OIT, 1ª ed. 1997.

OIT, Brasil. **História da OIT.** Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria, acesso em 30 de dezembro de 2014.

OIT, Brasil. **História.** Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria, acesso em: 08 de novembro de 2014.

OIT. **Convenção nº. 98/1949**, OIT. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/node/465, acesso em 03 de janeiro de 2015.

OIT. **Convenção nº. 98/1949**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/ WCMS_235188/lang--pt/index.htm, acesso em 24 de janeiro de 2023.

OIT. Convenção nº. 151/1981. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236160/lang--pt/index.htm, acesso em 02 de julho de 2023.

OIT. **Princípios Gerais**. *In* A liberdade sindical: Recopilação das Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade sindical e do Conselho de Administração da OIT. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/union_freedom/pub/liberdade_sindical_286.pdf, acesso em 19 de janeiro de 2015.

OIT. **Convenção nº. 87/1948.** Disponível em: _https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_239608/lang--pt/index.htm, acesso em 23 de outubro de 2022.

OIT. **Constituição da Organização Internacional do Trabalho** (OIT) E SEU ANEXO (Declaração de Filadélfia). Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/ documents/ generic document/wcms_336957.pdf, acesso em 26 de janeiro de 2023.

OIT. **Recomendação nº. 91/1951.** Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312429:NO, acesso em 01 de julho de 2023.

OIT. Recomendação Nº. 163/1981. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312501:NO, acesso em 01 de julho de 2023.

OIT. **Convenção nº. 189/2011**. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_169517.pdf, acesso em 08 de agosto de 2023.

OIT. **Recomendação nº. 91/1951**. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312429:NO, acesso em 08 de agosto de 2023.

OLIVA, Cláudio César Grizi. **Pluralidade como corolário da liberdade sindical**. São Paulo: LTr, 2011.

OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Contribuições sindicais. Modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical**: de acordo com a Lei n. 13.467/2017. - 2ª. Ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: LTr, 2019.

OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **Negociação coletiva transnacional**. Acordos marcos globais, sindicatos e globalização. Belo Horizonte: RTM: Instituto Edésio Passos, 2020.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**. Introdução ao Direito Civil Constitucional. Tradução de Maria Cristina de Cicco. 3ª. Ed. rev. e ampl. Rio de janeiro: Renovar, 2002.

PERLINGIERI, Pietro. **O direito na legalidade constitucional**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de janeiro: Renovar, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito civil**. Volume I. 19ª. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

PEREIRA, Ricardo José Macedo de Britto. **Constituição e Liberdade Sindical**. São Paulo: LTr, 2007.

PETTIT, Philip. ***Republicanismo. Una teoria sobre la libertad y el Gobierno***. *Traducción* de Toni Doménech. Buenos Aires, Paidós, 1999.

PICHLER, Walter Arno. **Revitalização do associativismo sindical no Brasil nos anos 2000.** *In* Ensaios sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil. Organizadores: Carlos Henrique Horn e Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva. São Paulo: LTr, 2009, p. 80-91.

PINTO E NETTO, Luisa Cristina. **A Abertura de direitos fundamentais do Estado Constitucional**. Curitiba: Íthala, 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13ª. ed. ver. e atual. São Paulo: 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. Um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 3ª. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOZICKI, K.; PUGLIESE, William S. **Uma era de *common law* para o Brasil?.** *In* II Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política., 2015, Belo Horizonte. O futuro do constitucionalismo: a construção da democracia constitucional. Belo Horizonte: Initia Via, 2015. v. 1.

RAMOS, Cesar Augusto. **Liberdade subjetiva e Estado na filosofia política de Hegel**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

REALE, Giovani; ANTISERI, Dario. **A história da filosofia. Antiguidade e Idade Média**. Volume I. São Paulo: Paulus, 1990.

RÍOS, Alfredo Villavivencio. **A liberdade sindical nas normas e pronunciamentos da OIT**. Tradução Jorge Alberto Araújo. São Paulo: LTr, 2011.

Romano, Santi. **O Ordenamento Jurídico** / Santi Romano; tradução de Arno Dal Ri Júnior. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 252p. (Coleção Boiteux – Comemorativa aos 75 anos da Faculdade de Direito).

ROMITA, Arion Sayão. **Direito sindical brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1976.

ROMITA, Arion Sayão. **O fascismo no direito do trabalho brasileiro**: influência da carta del lavoro sobre a legislação trabalhista brasileira. São Paulo, LTr, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, 1712-1778. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. T**radução de Maria Ermantina Galvão; cronologia e introdução Jacques Roger. – 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**: princípios do Direito Político. Tradução Vicente Sabino Jr. São Paulo: CD, 2000.

SALEM NETO, José. **Direito coletivo do trabalho após a CF/1988**. Teoria-jurisprudência-legislação-precedentes normativos do TST. São Paulo: Editora de Direito, 1998.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Sindicatos e ações coletivas**. Acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 6ª. ed. – São Paulo: LTr, 2022.

SANTOS, Luiz Alberto Matos dos. **A liberdade sindical como direito fundamental**. São Paulo: LTr, 2009.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. SILVA, Otávio Pinto e. **Temas controvertidos do direito coletivo do trabalho no cenário nacional e internacional.** São Paulo: LTr. 2006.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos; FARINA, Bernardo Cunha. **A inevitabilidade da negociação coletiva no setor público.** *In* Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva, perspectivas contemporâneas. Org. Túlio Massoni; Francesca Columbu. São Paulo: Almedina, 2018, p. 331-368.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, 7ª. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 3ª. Ed. rev. Atual e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, 13ª ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SEPÚLVEDA SOBRINHO, Gabriela. **O fim da contribuição sindical na reforma trabalhista:** uma aproximação à Convenção 87 da OIT ou um sucateamento dos sindicatos? In Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, Salvador., v. 8, n. 11, p. 199-216, jun. 2019, Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/168716, acesso em 19 de julho de 2023.

SILVA, Claudio Santos da. **Liberdade sindical no Direito Internacional do Trabalho**: Reflexões orientadas pela Convenção n. 87 da OIT. São Paulo: LTr, 2011.

SILVA, Sayonara Grillo Leonardo da. **O reconhecimento das centrais sindicais e a criação de sindicatos no Brasil**: Antes e depois da Constituição de 1988. *In* Ensaios sobre sindicatos e reforma no Brasil. São Paulo: LTr, 2009, p. 15-58.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **Principiologia do direito do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1999.

SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da. **Autonomia Privada Coletiva**. *In* Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo v. 102, p. 135 – 159, jan./dez. 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/ article/view/67753/70361, acesso em 28 de maio de 2023.

SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da. **Autonomia privada coletiva e o direito do trabalho**. *In* Revista de Direito do Trabalho | vol. 97/2000 | p. 27 - 39 | Jan - Mar / 2000 Doutrinas Essenciais de Direito do Trabalho e da Seguridade Social | vol. 3 | p. 349 -364|Set/2012DTR\2000\83, disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/ 20.500.12178/174325?locale-attribute=pt_BR, acesso em 02 de junho de 2023.

SILVA. Walküre Lopes Ribeiro da; FIORAVANTE, Tamira Maira; MASSONI, Túlio sw Oliveira. **Liberdade Sindical e Direitos Humanos**. *In* revista do Ministério Público. PM6 47 22/9/2006, 13:59, disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/ handle/20.500.12178/174325?locale-attribute=pt_BR, acesso em 03 de junho de 2023, p. 47-66.

SILVA, Gegliola Campos da. **Saúde mental de policiais tem de ser prioridade na segurança pública**. Disponível em: https://fenapef.org.br/saude-mental-de-policiais-tem-de-ser-prioridade-na-seguranca-publica, 2022, acesso em 08 de agosto de 2023.

SOARES, José de Ribamar Barreiros. **O Pluralismo Jurídico no Direito do Trabalho**. *In* Brasília a. 32. N. 125 jan./mar. 1995, p. 135-139. Disponível em: RIL 125A.max (senado.leg.br), acesso em 28 de maio de 2023.

SO **Dicionário de filosofia**. Disponível em: https://filosofia.com.br/busca.php?palavra=coopera%C3%A7%C3%A3o&enviar=%F0%9F%94%8E, acesso em 08 de Julho de 2023.

STF. RE 466.343-1, SP. **Demanda sobre a possibilidade de prisão civil do devedor**. Voto Ministro Gilmar Mendes. Disponível em: https://www.stf.jus.br/imprensa/ pdf/re466343.pdf, acesso em 21 de janeiro de 2023.

STF. **Recurso Extraordinário nº. 590.415.** Origem: Sc - Santa Catarina. Relator: Min. Roberto Barroso. Publicado acórdão DJE em 18/03/2016 - ata nº. 33/2016. nº. 51, divulgado em 17/03/2016, disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2629027, acesso em 24 de maio de 2023.

STF. **Súmula nº. 679**. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp? base=30&sumula=3632, acesso em 13 de julho de 2023.

STF. **ADI nº. 5794**. Origem: Df - Distrito Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Redator do acórdão: Min. Luiz Fux. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342858078&ext=.pdf, acesso em 24 de maio de 2023.

STF. **ADI 6363/2020**. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5886604, acesso em 26 de janeiro de 2023.

STF. **ARE 1121633** / GO. Tema 1046. Relator Min. Gilmar Mendes. Publicação em 02/06/2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15357610710&ext=.pdf, p. 9-19, acesso em 01 de julho de 2023.

STF. **Súmula nº. 677.** Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas. asp?base=30&sumula=2316, acesso em 23 de janeiro de 2023.

STF. **Declaração Sociolaboral do Mercosul**. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorteSupremaNorma_AP_75320.pdf, acesso em 08 de julho de 2023.

STF. **ARE 654432/GO**, Tema Repercussão Geral nº. 541. Relatoria Min. Edson Fachin. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314553338&ext=.pdf, acesso em 15 de julho de 2023.

STF. **Súmula nº. 666**, convertida na Súmula Vinculante nº. 40/2015 do STF. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=1642, acesso em 19 de julho de 2023.

TEIXEIRA FILHO, José de Lima; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Intervenção e autonomia nas relações coletivas de trabalho no Brasil**. *In Intervencion y autonomia en las relaciones colectivas de trabajo*. Coordenador Oscar Ermida Uriarte. Fundación de cultura universitária. Montevideo, Uruguay, 1993, p. 63-100.

TJPR. **Processo: 0027985-32.2018.8.16.0182**. Manuela Tallão Benke, Juíza de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais. 4ª turma recursal, publicação 22/02/2019. Disponível em: https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/2100000008375421/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0027985-32.2018.8.16.0182, acesso em 15 de julho de 2023.

TJPR. **Ação Declaratória de Ilegalidade de Greve de Servidores Públicos**, nº 0043651-61.2023.8.16.0000 ProOrd, disponível em: https://projudicrt.tjpr.jus.br/projudi/arquivo.do?_tj=3a3b8f93fc668ad007ffada690aa2e8ffd282f7f038dbbed139af0c7b5586be10e815ca4e2b727d7, acesso em 15 de julho de 2023.

TRT15. **RT 0010032-77.2018.5.15.0006**. Disponível em: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região: Consulta Documentos do Processo [legado-1grau-deploy-7cc455cdc9-wkcnr] (trt15.jus.br), acesso em 19 de fevereiro de 2023.

TRT15. **Autos nº. 0010385-59.2014.5.15.0006**. Disponível em: https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=14070319452687500000004648098, acesso em 19 de fevereiro de 2023.

TST. **RO-772-57.2016.5.08.0000**. Seção Especializada em Dissídios Coletivos. Relator: Mauricio Godinho Delgado. Julgamento: 08/04/2019. Publicação: 15/04/2019, disponível em: https://jurisprudencia.tst.jus.br/#aef6bf7db1dddd5dfa434183f49074f5, acesso em 22 de maio de 2023.

USP. **Estatuto da Corte Internacional de Justiça** – 1945, disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Corte-Internacional-de-Justi%C3%A7a/estatuto-da-corte-internacional-de-justica.html, acesso em 01 de fevereiro de 2021.

VAZ, Andréa Arruda. **Direito Fundamental à liberdade sindical no Brasil e os Tratados de Direitos Humanos**. São Paulo: LTr, 2016.

VAZ, Andréa Arruda; Godoi, Maritsa Evelyn. **A estrutura sindical no Brasil e o dilema do sindicato único**. Novas Edições Acadêmicas, Republic of Moldova, 2019.

VAZ, Andréa Arruda; SILVA, Andressa Ignácio da; MORBINI, Franciele Korkievicz; BERBERI, Marco Antonio Lima; LIUTKUS, Rayane Herzog; MARTINS, Tais. **A Força Impositiva da Declaração de Direitos e Garantias Fundamentais de 1998 da OIT e a Unicidade Sindical no Brasil**: O País-Membro tem dever de Implementar as Diretrizes da Convenção nº 87 da Oit? *In* Direito: da precedência à revolução / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021, p. 178-187.

VISSER, Jelle. **Sindicatos.** Um equilíbrio em tempos de mudança Documento de trabalho de ACTRAV-OIT, Genébra, 2020. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_778543.pdf, acesso em 17 de junho de 2023.

WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito Humano e Fundamental ao Trabalho**. Fundamentação e exigibilidade. São Paulo: LTr, 2012.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico e novas perspectivas dos Direitos humanos.** Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/92207/pluralismo_juridico_novas_wolkmer.pdf, Jurisprudência Catarinense, Florianópolis, v. 35, n. 118, jan./mar. 2009. Acesso em 28 de agosto de 2022.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito.** 4ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015.

WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira; ANDRADE, Rodrigo dos Santos. **Sindicato, Associação, Mediação e Audiências Públicas no Trabalho do Policial Militar.** *In* Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Ano 2019 – Edição 23 – Maio/2019 ISSN 1983-2192. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/9832/6663#:~:text=Segundo%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20de,P%C3%A1gina%2035%20nos%20artigos%20Art. p. 27-45, acesso em 02 de julho de 2023.

XAVIER, Vitor Hugo. **É mentira que o Brasil tem excesso de servidores públicos, veja os números,** 2020. Disponível em: https://www.assufrgs.org.br/2020/08/14/e-mentira-que-o-brasil-tem-excesso-de-servidores-publicos-veja-os-numeros/, acesso em 12 de julho de 2023.